

DOSSIÊ

DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DE
ANTROPÓLOGOS/AS:

Problematizando a formação, ética
e narrativas de trabalho

v.1, n.4, jan./jun. 2017

© 2017 UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Prof.^a Dr.^a Margareth de Fátima Formiga Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Prof.^a Dr.^a Mônica Nóbrega

CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Maria Patrícia Lopes Goldfarb

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Marcos Carvalho

Prof.^a Dr.^a Patrícia dos Santos Pinheiro

Prof. Dr. Pedro Guedes do Nascimento

Pedro Cardoso Saraiva Marques

Phelipe Carvalho

Caio Nobre Lisboa

DIAGRAMAÇÃO

Patrícia dos Santos Pinheiro

ASSESSORIA TÉCNICA E DESIGNER GRÁFICO DE CAPA

Pedro Cardoso Saraiva Marques

IMAGEM DE CAPA

Caio Nobre Lisboa

Áltera Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 4, jan. /jun. 2017

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

revistaaltera@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Fernandes (UFPB)
Alexandra Barbosa (UFPB)
Ednalva Maciel Neves (UFPB)
Estevão Palitot (UFPB)
Fabrício Possebom (UFPB)
Flávia Pires (UFPB)
João Mendonça (UFPB)
Julie Cavignac (UFRN)
Lady Selma Albernaz (UFPE)
Mônica Franch (UFPB)
Oswaldo Giovannini (UFPB)
Silvana Nascimento (USP)
Soraya Fleischer (UNB)

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo W. B. de Almeida
(UFAM)
Antonella M. I. Tassinari (UFSC)
Antônio C. de Souza Lima (MN)
Beatriz C. Labate (CIESAS-MX)
Bela Feldman-Bianco (Unicamp)
Carmem Rial (UFSC)
Clarice Peixoto (UERJ)
Cláudia Fonseca (UFRGS)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Elisete Shwade (UFRN)
Jane Beltrão (UFPA)
João Pacheco (MM)
José Sérgio Leite Lopes (MN)

José Vega (Univ. de Holguín)
Lea Freitas Perez (UFMG)
Leila S. Jeolás (UEL)
Lisabete Coradini (UFRN)
Luis F. Dias Duarte (MN)
Luis R. Cardoso de Oliveira
(UnB)
Mariza Veloso (UnB)
Maya Mayblin (Univ. of
Aberdeen)
Renato Athias (UFPE)
Roberta B. C. Campos (UFPE)
Russel Parry Scott (UFPE)
Sergio Carrara (UFRJ)



áltera

revista de antropologia

ISSN: 2447-9837

DOSSIÊ

DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS/AS: problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho

Organização:

Débora Allebrandt , Pedro Nascimento e Soraya Fleischer

v. 1, n. 4, jan. /jun. 2017

Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Áltera: Revista de Antropologia - UFPB .

Publicação do PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, v.1, n.4, jan./jun. 2017.

Semestral

257 p.:il.

ISSN 2447-7837

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

1. Antropologia - periódico. I. Título.

CDU 39

SUMÁRIO

EDITORIAL

Comitê Editorial..... 6

Dossiê Desafios para a atuação de antropólogos/as: problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho

APRESENTAÇÃO

Débora Allebrandt, Pedro Nascimento e Soraya Fleischer7

OFÍCIO, PROFISSIONALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL: breve histórico e atualização de dilemas enfrentados e vindouros

Henyo Trindade Barretto Filho 13

ONDE UMA ANTROPÓLOGA PODE TRABALHAR? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho

Soraya Fleischer..... 42

LUGARES AMBÍGUOS E ANTROPOLOGIA: reflexividade e dilemas éticos sobre ser profissional não acadêmica e pesquisadora

Izis Moraes Lopes dos Reis 61

ANTROPÓLOGA NA SAÚDE MENTAL?: relato de experiência em uma equipe multiprofissional de saúde

Jarissa Porto dos Santos e Maurice de Torrenté 89

O FAZER ANTROPOLÓGICO NA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS: desafios, estratégias e angústias

Ana Lídia Nauar, Marcos Trindade Borges e Petrônio Medeiros 121

DILEMAS E DESAFIOS NA APLICAÇÃO DOS INRCS: Notas sobre a atuação dos antropólogos nos inventários para registro do patrimônio imaterial

Leonardo Leal Esteves 141

FAZER A PESQUISA SUBIR: as possibilidades de atuação de um antropólogo/consultor

Pedro Nascimento 164

ENTRE LIMITES: dos desafios do trabalho de campo – algumas notas e reflexões <i>Camilla Iumatti Freitas</i>	185
---	-----

Relatos etnográficos

DA ROMARIA NEGRA POPULAR ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DO TOCANTINS. <i>Luís Guilherme Resende de Assis</i>	203
---	-----

Ensaio fotográfico

ÁREAS URBANAS INFORMAIS NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO <i>Lais Silveira e Pedro Andrada</i>	234
---	-----

OS DIVERSOS USOS DA FLUVIALIDADE AMAZÔNICA <i>Robson Arraes</i>	247
---	-----

Editorial

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), em seu quarto número, apresenta o dossiê *Desafios para a atuação de antropólogos/as: problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho*, organizado por Pedro Nascimento, docente vinculado ao PPGA/UFPB, Soraya Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB) e Débora Allebrandt, vinculada à Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Nesse segundo dossiê publicado pela *Áltera*, contamos com uma série de narrativas e problematizações em torno da atuação de antropólogos/as para além do espaço acadêmico, em uma série de relatos de experiências um tanto inéditos para boa parte da comunidade antropológica mais ampla.

A seção de ensaios visuais deste número traz duas contribuições. A primeira, intitulada *Áreas urbanas informais na Zona Leste da Cidade de São Paulo*, de autoria de Lais Silveira e Pedro Andrada, retrata o cotidiano de espaços ocupados na capital paulista. Já o segundo ensaio, *Os diversos usos da fluvialidade amazônica*, de Robson Arraes, reúne algumas das inúmeras maneiras de vivenciar o rio Xingu, em Altamira, Pará, seja como transporte, seja como meio de trabalho, seja ainda de modo recreativo. Além disso, inauguramos nova seção neste número. São os relatos etnográficos, que trazem registros de trabalhos etnográficos. Em sintonia com o dossiê do número em questão, o texto que abre esse novo espaço é um instigante relato de uma pesquisa e perícia antropológica envolvendo comunidades quilombolas e a Romaria Negra no Estado de Tocantins.

O Comitê Editorial é grato ao Conselho Editorial, aos autores que nos encaminharam seus trabalhos, aos pareceristas *ad hoc*, ao PPGA/UFPB, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB), ao Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAUE/UFPB), bem como a todos que contribuíram para a produção do novo número.

Comitê Editorial *Áltera*

DOSSIÊ

DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS/AS: problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho

Débora Allebrandt

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas e membro do Mandacaru: Núcleo de pesquisa em gênero, saúde e direitos humanos.

Pedro Nascimento

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Soraya Fleischer

Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

No requerimento que instaura a criação da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos”, de 16 de maio de 2015, as palavras antropólogo ou antropologia aparecem 27 vezes. É um documento de apenas 16 páginas e nossos/as colegas, bem como nossa área, são citados/as quase três dezenas de vezes.

Nesse texto do requerimento, que tem por função justificar a criação de um processo específico dentro da Casa do Povo, no caso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), fica explícito o descontentamento de quem o escreveu: “Quem produz neste país não tem mais sossego. Com base em apenas um laudo antropológico, agricultores podem, a qualquer momento, perder suas propriedades. O resultado é a total insegurança jurídica e a contínua

perda das terras destinadas à produção de alimentos” (2015, p. 12). Estamos dentro da discussão sobre uso e a propriedade das terras brasileiras. Mais do que um conflito fundiário generalizado, a CPI visa deixar claro que quem tem muitas terras quer ter mais ou quer ter facilidade de conseguir mais. Os povos tradicionais – comunidades indígenas e quilombolas – são, segundo o requerimento, os principais “problemas” para essa expansão fundiária. Ao lado desses povos, também segundo o requerimento, está um/a profissional específico/a, o/a antropólogo/a. A CPI deseja escrutinar sua ética de pesquisa e de escrita de laudos técnicos, rever seus métodos de trabalho, afastá-lo de qualquer cenário de autoridade, influência e decisão jurídica.

A invalidação do trabalho da Antropologia fica explícita, no que tange a seus profissionais, textos e instituições. Vejamos alguns exemplos das 27 citações ao longo do documento do requerimento, com a devida retirada dos nomes pessoais para preservação de sua reputação:

Estabeleceram-se processos administrativos de titulação de terras para quilombos subjetivos e até fraudulentos, onde a simples opinião de um antropólogo se sobrepõe a tudo e a todos e a registros públicos seculares, onde os direitos constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa dos atingidos, inclusive dos entes federados, não são respeitados. (3)

Acontece uma atuação abusiva da FUNAI, de ONGs e dos Departamentos de Antropologia das Universidades, todos apoiados pelo Ministério Público Federal. (4)

O Relatório Circunstanciado, que foi produzido pela antropóloga (...), é uma fraude. (6)

Ficou comprovado que a antropóloga (...) falsificou informações. (7)

Participou a antropóloga (...) com ingestão da erva alucinógena ayahuasca (chá do Santo Daime). (7)

Sua atuação como antropóloga foi totalmente antiética. (7)

Para realização dos seus intentos, os antropólogos não têm qualquer limite ético, jurídico ou mesmo de respeito às pessoas atingidas ilicitamente por seu agir temerário, fraudulento e tirânico. (8)

Há a manipulação dos laudos e estudos pelos antropólogos. (8)

Os laudos antropológicos produzidos possuem vícios que os invalidam. (10)

Em 28 de outubro de 2015, cinco meses depois que o requerimento foi apresentado, a CPI foi criada pelo então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha. Desde então, a CPI já realizou 33 reuniões, também com a presença de antropólogos e antropólogas convocados/as a dar seus depoimentos e opiniões técnicas, sobretudo nos anos 2015 e 2016. A principal motivação dessa CPI foi definida no requerimento de instauração: “[...] é

necessário, pois, investigarmos como (...) ocorre a escolha do antropólogo responsável pelo trabalho [de produção de um laudo técnico]” (15).

Para muitas pessoas, próximas e distantes de nós, amigos, parentes e público mais amplo, o trabalho da Antropologia é desconhecido. O nome da profissão e do/a profissional causa estranhamento para muitos. Associam-nos a muitas outras profissões, desde aquelas que lidam com ossos de dinossauros até aquelas que viajam para o espaço sideral. Mas, os deputados que criaram e compuseram a CPI, no total de 54 parlamentares, parecem já ter muita clareza sobre o que faz a Antropologia. A narrativa construída nesse documento do requerimento questiona nossos métodos, intenções, ética e parceiros de trabalho. Não apenas invalidam, mas ajudam a criar uma esfera de demonização e achincalhamento do que fazemos. Nós, ao lado das comunidades com quem trabalhamos, estaríamos impedindo o “desenvolvimento” do país. Constroem-nos como inimigos/as dentro da própria casa, infestações purulentas e perigosas que precisam ser dizimadas e esquecidas. Se conseguirem nos extinguir, felizmente, por tabela, irão junto as populações indígenas e quilombolas e, no espaço urbano, talvez também as populações de rua, de ocupações edificiais, profissionais do sexo e craqueiros, os pobres em geral. Em suma, toda essa parcela de brasileiros com quem alguns parecem não querer conviver. Destruindo os/as antropólogos/as, talvez consigam acabar com a diferença, talvez consigam fazer o Brasil mais parecido com uma elite branca, rica, mandona.

Nosso entendimento é de que nós, antropólogos e antropólogas, devemos ser os primeiros a nos esforçarmos por apresentar e explicar o que estudamos, o que fazemos, o que escrevemos e porquê costumeiramente convivemos com tantos tipos de populações minoritárias e invisibilizadas. Devemos ser os primeiros a refletir sobre os dilemas de nossa prática profissional e também a divulgar de modo mais fidedigno como realizamos essa prática e que valores priorizamos para realizá-la. Nossa expectativa é de que o presente dossiê possa servir exatamente nesse sentido. Recebemos 13 artigos para o dossiê intitulado “Desafios para a atuação de antropólogos: Problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho”. Seleccionamos oito deles, que foram aqui reunidos e publicados. Um de nossos objetivos, portanto, é ajudar a população que desconhece nosso trabalho bem como os parlamentares, que propositalmente desejam nos caricaturar, a entender melhor os contornos e preocupações do trabalho antropológico. Este dossiê pode servir também para divulgar e discutir formas de atuação de antropólogas e antropólogos, algumas vezes desconhecidas pela própria comunidade acadêmica.

O texto de Henyo Trindade Barretto Filho, *Ofício, Profissionalização e Perspectivas de Regulamentação da Profissão em Antropologia no Brasil: breve histórico e atualização de dilemas enfrentados e vindouros*, apresenta uma discussão ampla e detalhada do debate que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tem promovido acerca da regulamentação da profissão de antropólogo/a, o que é um dos eixos da proposta desse dossiê: os desafios para a atuação de profissionais de Antropologia.

Por sua vez, Soraya Fleischer descreve uma disciplina oferecida no curso de Bacharelado em Antropologia na Universidade de Brasília para formar antropólogos/as mais polivalentes para o mercado de trabalho, capazes de se inserirem e de produzirem boa Antropologia exatamente onde há mais perda de direitos sociais ou riscos de massacres por parte das forças do capital e do Estado, por exemplo. O texto também é um pleito para que práticas docentes e pedagógicas sejam mais registradas e relatadas na área da Antropologia, para que a sala de aula seja considerada também um espaço importante de produção coletiva de conhecimento.

Seis dos artigos apresentados descrevem práticas de trabalho em ambientes extra-acadêmicos, lembrando que há muitos/as de nós que produzem Antropologia fora das universidades. Cada espaço apresenta um leque específico de desafios à nossa prática profissional. Descrever esses desafios e trazer as alternativas construídas para contorná-los é uma forma de fortalecer os/as colegas que trabalham em ambientes semelhantes.

Izís Morais Lopes Reis, a partir de sua experiência como Analista de Saúde – Serviço Social (do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/MPDFT), realizando pesquisa no Doutorado em Antropologia, explora as potencialidades do fato de ser, ao mesmo tempo, profissional não acadêmica e pesquisadora. Além disso, seu artigo *Lugares ambíguos e Antropologia: reflexões teóricas, metodológicas e éticas sobre ser profissional não acadêmica e pesquisadora* aborda os desafios do ponto de vista ético para o desenvolvimento da pesquisa nesse *lugar ambíguo* de profissional e pesquisadora. Outra forma de atuação extra-acadêmica é apresentada por Jarissa Porto em seu artigo *Antropóloga na saúde mental?: relato de experiência em uma equipe multiprofissional de saúde*. Esta posição ainda pouco comum de uma antropóloga numa equipe de saúde mental em Salvador/BA é descrita pela autora pondo foco nas oportunidades que podem ser abertas, no campo da saúde, particularmente, para o trabalho de antropólogos e antropólogas.

Os desafios políticos da produção de conhecimento antropológico em determinados órgãos onde a contratação de antropólogos já é uma prática mais corriqueira também são abordados no dossiê. O artigo de Ana Lídia Nauar, Marcos Trindade Borges e Petrônio

Medeiros, *O fazer antropológico na política de regularização de territórios de comunidades remanescentes de quilombos: desafios, estratégias e angústias*, discute a atuação de antropólogos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atuando diretamente com a política de regularização de territórios quilombolas. Ao abordarem as principais dificuldades de sua atuação e as estratégias que utilizam para superá-las, a autora e os autores trazem à tona também a discussão sobre racismo institucional presente no desenvolvimento da política quilombola.

Leonardo Leal Esteves também aborda a dimensão política da prática antropológica. A partir da etnografia, discute desafios éticos e metodológicos presentes em sua atuação em pesquisas para o registro de *bens de natureza imaterial* como parte da política de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Negociações a respeito das expectativas sobre posicionamentos do antropólogo em campo por parte de seus interlocutores, desconfianças e frustrações sobre os alcances da ação do Estado, e o lugar, por vezes ambíguo, do pesquisador nessa seara, bem como a importância de seu posicionamento político são algumas das questões trazidas pelo autor nesse artigo *Etnografia e política: notas sobre a atuação dos antropólogos nos inventários para registro do patrimônio imaterial*.

Pedro Nascimento relata sua experiência como consultor do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos 2014 e 2015. Ao discutir a forma como se desenvolveu a pesquisa sobre a comunicação entre pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família e os profissionais técnicos do MDS, reflete sobre como o objeto da pesquisa foi negociado e como a interação com aqueles/as que demandaram a pesquisa trouxe elementos centrais para compreender, ao mesmo tempo, o alcance de uma pesquisa etnográfica e algumas das imagens duradouras sobre a população alvo das ações do Ministério. Ainda no conjunto de possibilidades de atuação de antropólogos e antropólogas, Camilla Iumatti Freitas, em seu artigo, *Entre limites: dos desafios do trabalho de campo – algumas notas e reflexões*, descreve uma possibilidade de atuação para antropólogos ainda bastante desconhecida. A autora apresenta sua experiência como técnica do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A partir dessa experiência reflete sobre os desafios da atuação de uma profissional neófito e suas expectativas em relação à aplicabilidade da etnografia.

Todos os artigos, ao descreverem como trabalhamos, estão ajudando a definir os contornos de nossa área e de nossa profissão. Face aos ímpetus da CPI FUNAI/INCRA, como ficou conhecida, em desmobilizar a nossa profissão e as populações com que tradicionalmente nos alinhamos, esse dossiê se torna ainda mais relevante já que são os/as próprios/as

antropólogos/as explicando, a um público leitor mais amplo, no que consiste a nossa área, quais são nossos objetivos e como pretendemos realizá-los. No presente momento, em que 21 colegas foram indiciados/as por essa CPI e estão na mira da criminalização direta (e tantos outros/as que têm sido ameaçados/as e mortos/as), dossiês e debates como esse se tornam fundamentais para visibilizarmos a importância social e política do nosso trabalho e para reunirmos simpatizantes e apoiadores para esse lado da luta. A luta pela autonomia profissional e pela qualidade e lisura ética e metodológica da reflexão analítica e, sobretudo, a luta pela sobrevivência das populações minoritárias e historicamente aviltadas em seus direitos à terra, ao alimento, à moradia, à perpetuação, à felicidade.

**OFÍCIO, PROFISSIONALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DE
REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL:
breve histórico e atualização de dilemas enfrentados e vindouros¹**

*Craft, Professionalization, and Perspectives for the Regulation of Anthropology as an
Occupation in Brazil: brief history and updating of dilemmas faced and ahead*

Henry Trindade Barretto Filho

Doutor em Antropologia Social (FFLCH/USP),
Professor Adjunto 1A, Departamento de
Antropologia da Universidade de Brasília.

RESUMO. Este artigo relata e analisa a trajetória de atividades, debates e incidências promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em torno dos temas da definição do ofício, da profissionalização e das perspectivas de regulamentação da profissão de antropólogo/a no Brasil, desde as ações provocadas pelo Grupo de Trabalho do Ofício do/a Antropólogo/a, em sua curta existência de dois anos (2006-2008). Tematizam-se as mudanças ocorridas na última década e meia no contexto da formação e da atuação profissional em Antropologia, e as discussões e iniciativas relativas à regulamentação da profissão de antropólogo/a, realçando os dilemas implicados. Organizado na forma de uma cronologia linear de eventos e de complexificação progressiva das questões, o artigo não faz nenhuma grande reflexão de síntese sobre todo esse processo, mas espera que o amplo compartilhamento dessas informações contribua com a qualificação dos debates sobre os desafios para a atuação de profissionais de Antropologia no país hoje.

¹ Este texto baseia-se em dois esforços de sistematização anteriores, sendo uma versão revista, ampliada e atualizada de ambos. A comunicação apresentada na Mesa-Redonda nº 30, *Expertise Antropológica na América Latina: oportunidades e dilemas da profissionalização e da regulamentação em três países (Argentina, Brasil e Peru)*, da IX Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em Curitiba, em 13 de julho de 2011. Essa comunicação, por sua vez, retomava, revisava e atualizava o relatório final do Grupo de Trabalho do Ofício do/a Antropólogo/a (GT Ofício), que foi entregue à Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) eleita para o biênio 2008-2010, sob a presidência do professor Carlos Caroso (UFBA). Nesse sentido, agradeço primeiramente aos colegas do GT Ofício, que tive a atribuição de coordenar quando o professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) foi Presidente da ABA no biênio 2008-2010: Everardo Rocha, Marco Paulo Fróes Schetinho, Mírian Regini Nuti e Roberto Alves de Almeida – com os quais compartilhei muitas das atividades, achados e aprendizados aqui relatados. Agradeço igualmente ao professor Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ), vice-presidente da ABA na gestão da professora Bela Feldman-Bianco (Unicamp), no biênio 2010-2012, que coordenou a referida mesa na IX RAM e me estimulou a transformar a comunicação em texto, incorporando os comentários e críticas surgidos durante o debate, e as contribuições igualmente importantes dos colegas de mesa, Rodrigo Montoya (Universidade Nacional Mayor de São Marcos - Peru) e Sofia Tiscornia (UBA). O objetivo daquela mesa foi focar as oportunidades e dilemas da profissionalização e do reconhecimento e/ou regulamentação formal da Antropologia como ocupação em três países latino-americanos – Argentina, Brasil e Peru – por meio da exposição de três antropólogos vinculados tanto à Academia quanto a outros setores de atuação em que a expertise antropológica é rotineiramente operada. Durante a presidência da professora Bela na ABA contei com o apoio e a cumplicidade da colega Marcia Anita Sprandel (Senado Federal), sem a qual muito do que logramos avançar nesse período teria sido impossível.

PALAVRAS-CHAVE: Expertise antropológica. Profissionalização. Regulamentação da profissão. Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

ABSTRACT. The article describes and analyzes the course of activities, and debates sponsored by the Brazilian Association of Anthropology (ABA) around such themes as the definition of the job, professionalization and the perspectives of regulation of the occupation of anthropologist in Brazil, since the events promoted by the Working Group on the Anthropologist's Craft in its short two-year existence (2006-2008). It focuses on changes occurred in the last decade and a half in the context of training and professional activity in Anthropology, and on discussions and initiatives related to the regulation of the profession of anthropologist, highlighting the dilemmas involved. Structured in the form of a linear chronology of events and progressive complexity of issues, the article does not make any great synthesis about the whole process, but hopes that sharing this information widely will help qualify debates on the challenges for the performance of Anthropology professionals in the country nowadays.

KEYWORDS: anthropological expertise; professionalization; job regulation; Brazilian Association of Anthropology (ABA).

INTRODUÇÃO

Este artigo relata e analisa a trajetória de atividades, debates e incidências promovidas e/ou patrocinadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em torno dos temas da definição do ofício, da profissionalização e das perspectivas de regulamentação da profissão de antropólogo/a no Brasil. Seu marco inicial são as ações e questões provocadas pelo Grupo de Trabalho do Ofício do/a Antropólogo/a (GT Ofício), em sua curta existência de dois anos – durante a gestão do professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), no biênio 2006-2008. A partir daí o texto prossegue mapeando e tematizando mudanças ocorridas na última década e meia, tanto no contexto da formação e da atuação profissional em Antropologia, quanto no Estatuto da ABA, que refletiram tais transformações. Ele avança até as discussões e iniciativas relativas à regulamentação da profissão de antropólogo/a, realçando os dilemas aí implicados e os motivos pelos quais esse debate estagnou.

Ao fazer isso, o artigo pretende contribuir com o mais amplo conhecimento possível sobre essa história – até agora circunscrita a relatórios, correspondências, atas e outros documentos restritos à dinâmica interna da própria ABA – e dar conta do estado

da arte do debate sobre esses temas tanto no âmbito da Associação, quanto além deste – como, por exemplo, junto ao Coletivo de Profissionais em Antropologia (aPROA), rede informal de antropólogo/as que atuam na esfera pública estabelecida em meados de 2013. Nesse sentido, aqui se encontrarão argumentos tanto para fundamentar justificativas visando a regulamentação da profissão de antropólogo/a – mesmo porque, como aponto, não só já advoguei nesse sentido como sugeri encaminhamentos para a Associação concretizar isso; quanto para levantar dúvidas sobre se esse é o melhor caminho para vencer os dilemas implicados na prática não regulada do exercício da expertise antropológica – posição reticente na qual me encontro hoje. Espero poder mostrar que boa parte desses dilemas é de (auto)reconhecimento, de definição do que é a Antropologia e do que é atuar como antropólogo/a no país hoje, mas que tendem a produzir efeitos importante para a efetivação dos direitos das coletividades junto às quais trabalhamos.

Além desta brevíssima introdução, o artigo está subdividido em partes que expressam uma cronologia linear de eventos e de complexificação progressiva das questões. Embora não se faça aqui nenhuma grande reflexão de síntese sobre todo esse processo, espera-se que o amplo compartilhamento de muitas dessas informações pela primeira vez possa contribuir com a qualificação dos debates sobre os desafios postos hoje para a atuação de profissionais de Antropologia no país hoje.

HISTÓRICO CONCISO DA ATUAÇÃO DA ABA EM TORNO DO TEMA

No novo cenário político, institucional e social inaugurado pela Constituição Federal de 1988, não de todo inapropriadamente chamada de “Constituição cidadã”, a generalização das políticas de reconhecimento pelo Estado brasileiro ampliou também o recurso a antropólogo/as, seja na elaboração de laudos periciais em processos judiciais e de relatórios técnicos em processos administrativos, seja na elaboração, execução e controle social de políticas públicas (tanto por meio da participação de antropólogos em inúmeros comitês, conselhos, grupos de trabalho e forças tarefa, quanto pela contratação para novas carreiras na administração pública). Tais dimensões vieram se somar àquelas já mapeadas por Almeida (1992) para o início dos anos 1990, entre as quais se destacava a presença continuada de antropólogos, ou como assessores de organizações do movimento social, ou como membros de corpos técnicos de ONGs cada vez mais profissionalizadas e orientadas segundo a lógica dos projetos (RAMOS, 1995 e MULLER, 2010).

Os indicadores mais salientes desse novo contexto foram: o acordo de cooperação técnica celebrado entre a ABA e a Procuradoria Geral da República (PGR), em 1988, na gestão da professora Manuela Carneiro da Cunha, por meio do qual a ABA, por solicitação da PGR, indicaria antropólogos para a realização de perícias e a elaboração de laudos antropológicos em questões judiciais envolvendo indígenas, quilombos, grupos étnicos e minorias²; e a emergência da categoria “analista pericial em antropologia” no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), que passou a ser preenchida por antropólogo/as, por meio de concurso público, para atuarem como auxiliares técnicos dos Procuradores em processos judiciais.

Desde então e em diálogo com os contextos cambiantes de atuação do/a antropólogo/a, a ABA promoveu um conjunto de atividades e publicações com vistas a dar conta dessa progressiva ampliação do horizonte de atuação profissional do/a antropólogo/a. Isso se deu tanto no âmbito de suas reuniões nacionais e regionais, quanto em encontros especialmente promovidos para isso, tendo inclusive marcado a ênfase de algumas gestões da Associação. Correndo o risco de omissões, destacam-se entre essas ações:

1. O Seminário *Perícia Antropológica em Processos Judiciais* realizado em São Paulo, em dezembro de 1991, que resultou na coletânea homônima (Silva et al., 1994).
2. Duas oficinas realizadas ao tempo da gestão de Ruben George Oliven: *Sobre Laudos Antropológicos*, realizada pela ABA e o NUER/UFSC, em novembro de 2000, em Florianópolis; e *Antropologia Extramuros: Novas Responsabilidades Sociais e Políticas dos Antropólogos*, realizada em maio de 2002 na UFF, em Niterói – das quais resultaram, respectivamente, a Carta de Ponta de Canas (que, pela primeira vez na história da Associação, explicitou diretrizes para a atuação e as condições de aceitação, por antropólogo/as, da realização de um laudo) e a coletânea de Silva (2008).

² Periodicamente renovado desde então, tal acordo ganhou o status de Convênio em 2001, ao tempo da gestão de Ruben George Oliven na ABA (2000-2002), com o objetivo de colaboração entre a ABA e a PGR “na realização de estudos, pesquisas e elaboração de laudos antropológicos periciais, que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos, judiciais e extrajudiciais do MPF, em questões que envolvam direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de comunidades de quilombos, grupos étnicos, minorias e outros assuntos referentes às atribuições do MPF, seja como defensor dos direitos e interesses referidos, seja na qualidade de *custos legais*” (ênfase no original).

3. O próprio eixo temático norteador da gestão de Ruben George Oliven (“Antropologia e Ética”), que promoveu uma série de seminários temáticos que resultaram na publicação de Víctora et al. (2004).
4. A pesquisa sobre o destino dos egressos dos programas de pós-graduação em Antropologia, realizada em 2003, na gestão de Gustavo Lins Ribeiro, que originou a publicação de Trajano Filho e Ribeiro (2004).
5. A revisitação da *Carta de Ponta de Canas* promovida ao tempo da gestão de Miriam Pilar Grossi por meio da publicação de Leite (2005).
6. A criação do GT Ofício, durante a gestão de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, que funcionou de 2006 a 2008 e foi fundido, na gestão de Carlos Caroso, ao GT Ensino de Antropologia, dado o reconhecimento, à época, da improcedência de se dissociar a prática do ofício do seu ensino, ou seja, da formação (GT este cuja atuação que enfocamos com mais detalhe na próxima seção).
7. A mesa-redonda *Ofício do Antropólogo* na VII RAM, realizada na UFRGS, em Porto Alegre, em julho de 2007, coordenada por Léa Perez (UFMG e Comissão de Ensino de Antropologia da ABA) e debatida por mim, como então coordenador do GT Ofício do Antropólogo.
8. O Simpósio *Perícias Antropológicas e a Defesa dos Direitos Socioculturais no Brasil*, realizado em março de 2008, em Brasília, DF, durante a gestão de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), em especial a sua Sessão II: “O trabalho do antropólogo em perspectiva: dilemas do ofício do antropólogo no Estado”.
9. O Simpósio Especial nº 5, *Regulamentação da Atividade Pericial na Antropologia: pertinência, limites e possibilidades*, realizado durante a 26ª RBA, em Porto Seguro, BA, em junho de 2008, do qual resultou uma moção a Assembleia Geral da ABA, reproduzida na íntegra mais adiante neste artigo.
10. As inúmeras atividades afins ao tema realizadas na 27ª RBA, na UFPA, em Belém, em julho de 2010, da qual resultou a publicação de Tavares et al. (2010).
11. O Fórum de Antropologia *A Prática Antropológica: ética, profissionalização e novos desafios*, promovido pelo Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima, em novembro de 2013, com o apoio da ABA, ao tempo da presidência da professora Carmem Silvia Rial (UFSC).
12. O Seminário *Laudos Antropológicos em Perspectiva*, organizado em parceria entre a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA e a 6ª Câmara de

Coordenação e Revisão (CCR) do MPF, realizado em novembro de 2013, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

13. O I Simpósio *Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil: novos horizontes entre a ciência e a política*, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e o Curso de Bacharelado de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em maio de 2014, com apoio da ABA-SUL.
14. A oficina de trabalho *Laudos Antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*, realizada em Brasília, em julho de 2015, promovida pela ABA a partir de sua Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), de seus comitês Quilombos e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e das assessorias de Laudos Periciais e de Meio Ambiente, que resultou no Protocolo de Brasília – a mais recente tentativa de oferecer balizamentos e diretrizes de procedimentos para o exercício do trabalho científico com responsabilidade social (Associação, 2015).
15. O seminário comemorativo do sexagenário da ABA, intitulado *ABA+60. Os antropólogos e a antropologia na esfera pública no Brasil - cenários contemporâneos e políticas para o futuro*, realizado na Universidade de Brasília, em agosto de 2015, cujas sessões foram todas filmadas e encontram-se disponíveis para consulta no canal da TV ABA no Youtube.

Todas essas atividades ocorreram paralelamente à movimentação de instituições públicas, de organizações privadas e organizações privadas de interesse público recrutando e contratando antropólogos/as, e conferindo-lhes atribuições relevantes no cumprimento de suas funções, agendas e missões – ainda que, em alguns casos, sem muita clareza e/ou orientação sobre a natureza da contribuição que se espera de tais profissionais. Já no início dos anos 1990, em conferência comemorativa aos 25 anos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Otávio Velho – ainda que tendo outras dimensões em mente – notava o “sucesso da antropologia no país, que é inclusive invulgar em termos mundiais”, observando serem “poucos os lugares do mundo onde esta disciplina tem tanta visibilidade pública como no caso do Brasil” (VELHO, 1995 *apud* GUEDES, 2010, p. 66).

É importante notar que esse progressivo reconhecimento e a institucionalização da profissão observada além do ambiente acadêmico e a demanda crescente pela expertise

antropológica em diferentes instâncias, estão vinculados ao reconhecimento de direitos coletivos e difusos. Uma parte significativa dessas novas funções nas quais antropólogo/as se viram investidos/as diz respeito à materialização desses direitos de diferentes modos e por meio de distintas políticas de reconhecimento – em especial as que têm como foco os territórios de distintos grupos sociais e recursos culturalmente valorizados por estes. Tal dimensão permanece como a grande balizadora da nossa discussão, como se percebe na lista anterior de atividades promovidas pela ABA e na referência quase que ubíqua ao tema dos laudos periciais e das perícias antropológicas.

Isso ajuda entender, portanto, no contexto do avanço desses direitos e políticas, os seguidos azares ao exercício da Antropologia, em geral, e a colegas antropólogos/as, em particular, perpetrados nos últimos anos pelos antagonistas desses direitos e políticas – notadamente, representantes das elites políticas e econômicas ligadas aos setores da agropecuária, da mineração e das obras de infraestrutura. A campanha de desterritorialização em curso promovida pelos agroestrategistas, de que nos fala Almeida (2007), e a expansão das obras de infraestrutura no contexto do redivivo nacional-desenvolvimentismo neoextrativista, são os principais responsáveis pelo crescente acirramento de conflitos de interesses em torno dos territórios étnicos. Com isso, nossa disciplina e nossos colegas se viram no fogo cruzado desses embates em função da imbricação mesma do nosso ofício com as políticas de reconhecimento no país.

Atenta a esse processo, a ABA acumulou aprendizados ao longo dele e conhecimento de causa sobre a referida imbricação e outras dimensões da nossa prática. Esse conhecimento encontra-se traduzido tanto no conjunto das publicações supra referidas, derivadas daquelas atividades promovidas pela associação, como nas declarações e manifestações públicas da Associação, seja no sentido de orientar seus associados – como a ‘Carta de Ponta de Canas’, a publicação Leite (2005) e o mais recente Protocolo de Brasília (ASSOCIAÇÃO, 2015) – seja intervindo em debates públicos nas quais a Antropologia e profissionais antropólogos/as estivessem na berlinda.

A BREVE ATUAÇÃO DO GT OFÍCIO DO/A ANTROPÓLOGO/A

A criação do GT Ofício se deu em meio ao *continuum* de iniciativas supra referido, tendo sido aprovada em outubro de 2006 na reunião do Conselho Diretor da ABA, durante o 30º Encontro Anual da ANPOCS. Ele foi pensado como mais um passo na reflexão sobre as mudanças em que o ofício antropológico se viu implicado nas últimas décadas,

em especial a ampliação dos espaços de atuação profissional de antropólogos e antropólogas, e do exercício do seu ofício além dos estreitos limites da comunidade científica.

Importa notar que a “antropologia implicada” – na expressão de Albert (1995)³ – em processos tecnopolíticos já se projetava, então, no sentido de abranger um largo leque de grupos sociais (que não só povos indígenas e comunidades tradicionais) e de questões (que transcendiam a questão territorial) – embora a elaboração de laudos periciais continuasse central como eixo dos debates. Dada a inexistência – então – de egressos da graduação com o título de Bacharel em Antropologia, a contratação de graduados em Ciências Sociais – que se reconheciam como antropólogos – para o exercício de novas funções e papéis colocava para a ABA a demanda de mudança e/ou ampliação das formas de filiação à mesma. Tais demandas premiam a ABA a contemplar, tanto profissionais nessas novas inserções profissionais e técnicas, quanto antropólogos/as em formação e o – então – emergente cenário dos cursos de graduação em Antropologia.

Assim sendo, dentre as questões que o GT teve o desafio de enfrentar, duas foram destacadas pelo então presidente da ABA em conferência na Reunião Anual da SBPC, em Belém, em julho de 2007:

[A] ampliação do mercado de trabalho para antropólogos, concomitante ao crescimento do número de profissionais habilitados na área, tem colocado pelo menos duas questões para a ABA enquanto associação científica. A primeira delas é saber até que ponto o ofício do antropólogo se restringe ao trabalho daqueles associados voltados para atividades de pesquisa ou de natureza acadêmica de uma maneira geral. [...] A segunda questão, associada à primeira, é até que ponto a ABA deve se manter estritamente como uma associação científica, ou até que ponto ela não deveria assumir também o papel de associação profissional, coisa que a ABA nunca foi (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 1).

Assim, se esperava que a contribuição do GT Ofício para amadurecer a reflexão sobre os dilemas postos pelo crescente reconhecimento social da *expertise* antropológica e pela ampliação da profissionalização, focasse as questões acima, sistematizando o conhecimento acumulado no intuito de: (i) rever as categorias de filiação à Associação,

³ Albert (1995) usa o termo “etnografia didática” para se referir à dimensão da produção antropológica orientada pela nossa “implicação” em processos tecnopolíticos – relatórios, laudos, assessorias, formação de opinião etc. Dimensão aparentemente pouco nobre do ponto de vista acadêmico *tout court*, mas de graves e sérias repercussões no ordenamento e na crítica de um importante aspecto da nossa vida social: as relações que logramos estabelecer com “outros”. Consumida nos bastidores e corredores do poder público, ONGs e empresas de consultoria, tal produção é absorvida, avaliada e refletida de modo ainda muito incipiente nas salas de aula como elementos importantes da nossa formação no contexto atual.

pois esta se definia até então exclusivamente como uma sociedade científica e, portanto, as lides acadêmicas se destacavam na definição da identidade de seus sócios; e (ii) pautar a discussão sobre a regulamentação do exercício profissional.

Para dar conta dessa tarefa, compusemos um grupo variado que, ao nosso juízo, representasse os distintos níveis de formação em Antropologia (mestres e doutores) e a diversidade de inserções profissionais que já marcava o exercício do nosso ofício, e com pessoas com variadas histórias de vinculação à própria ABA (um dos quais ainda nem sócio era): um técnico de uma organização não-governamental (ONG)⁴; um Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário de uma autarquia federal (INCRA); um analista pericial em antropologia do MPF; uma técnica do departamento de uma estatal (EPE), com experiência no setor privado e como consultora independente; e um colega sênior professor de uma instituição privada de ensino, especialista em estudos de culturas organizacionais⁵.

O GT enfrentou uma série de limitações de comunicação e operação. A natureza peculiar das agendas de trabalho de seus componentes e o fato de estes se encontrarem em estados distintos (DF e RJ) dificultaram a articulação do GT, de modo que nunca chegamos a nos reunir presencialmente. Estarmos fora do ambiente acadêmico e submetidos a outras agendas restringiu a possibilidade de participarmos em outros fóruns que não os da Antropologia mesma – tal como as reuniões anuais da ANPOCS. Para otimizar a interação e tentar superar esses constrangimentos, alguns instrumentos foram concebidos, que foram experiências interessantes, mas de vida curta: um *blog*, que após um início promissor, feneceu por incompetência e inadimplência na sua manutenção; e uma lista de discussão, que incluiu a presidência da ABA e o endereço eletrônico institucional, como forma de disseminar informações e orientar a tomada de decisão. Além disso, mantivemos alguns encontros presenciais e pontuais entre os membros do GT baseados em Brasília, e contatos eletrônicos e telefônicos frequentes com os colegas baseados no Rio de Janeiro.

De todo modo, foi possível sistematizar demandas e dilemas que, a nosso juízo, expressavam esse novo contexto e demandavam respostas da Associação. Na próxima seção apontamos os dilemas que nos pareceram mais significativos e as respostas sempre

⁴ Sendo eu o “representante” dessa inserção à época, pois trabalhava numa associação da sociedade civil sem fins lucrativos.

⁵ Foram eles, respectivamente, Henyo Trindade Barretto Filho (Coordenador do GT), Roberto Alves de Almeida (INCRA), Marco Paulo Fróes Schetinho (MPF), Mírian Regini Nuti (EPE) e Everardo Rocha (PUC-RJ).

parciais e incompletas que a Associação logrou oferecer até hoje. Se isso, por um lado, fala dos limites da ABA para ir além de sua auto definição, por outro, coloca questões que, se não for ela a enfrentar, correm o risco de serem apropriadas e capitalizadas pelos aventureiros e escroques que orbitam em torno do nosso campo.

DEMANDAS E DILEMAS ENFRENTADOS (E AS RESPOSTAS QUE A ABA PÔDE DAR)

Quero começar relatando, brevemente, duas descobertas que foram significativas para os debates em curso. Em seguida, enumero os dilemas e as respostas até agora logradas pela Associação.

Primeiro, localizamos uma breve referência a “2511: profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que nos define como:

os que realizam estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; participam da gestão territorial e socioambiental; estudam o patrimônio arqueológico; gerem patrimônio histórico e cultural; realizam pesquisa de mercado; participam da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos; organizam informações sociais, culturais e políticas e elaboram documentos técnico-científicos (cf. <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>).

Ainda que essa definição não produza nenhum efeito legal vinculante em termos de reconhecimento formal ou regula(menta)ção da atividade profissional, não deixa de ser interessante saber que temos um nicho dentro de uma classificação oficial e que a definição do que fazemos não se encontra tão apartada da realidade.

Segundo, graças a um levantamento de um graduando estagiário do MPF, logramos reconstituir a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 2.971/1976 apresentado pelo então Deputado Federal Otávio Ceccato (MDB/SP). Esse PL dispunha sobre a regulamentação do exercício da profissão de antropólogo em 12 artigos, nos quais: garantia o exercício da profissão do antropólogo nos termos da lei *soi-disant*; designava quem pode exercer essa profissão, no caso, os diplomados em antropologia no Brasil⁶ e no estrangeiro (estes com ressalvas); tornava obrigatório o registro do profissional no Ministério do Trabalho; previa possibilidades dos profissionais que exercem atividades que exigem conhecimentos de antropologia, mas que não possuem formação acadêmica

⁶ Lembrando que em 1976 não havia curso de graduação, i. é, bacharelado em Antropologia no país.

na área, continuarem exercendo-as; definia em que consistia o exercício da profissão de antropólogo (notadamente, “elaboração de estudos relativos ao gênero humano”, assessorias a pessoas físicas e jurídicas, consultorias, perícias, pesquisas e docência); estabelecia que toda pessoa física ou jurídica que exercesse ou explorasse qualquer atividade relacionada com a antropologia, deveria contratar técnicos habilitados e registrados nos termos dessa lei; obrigava a União, os estados e os municípios a contratar, para os cargos que exigem conhecimento em antropologia, somente profissionais devidamente habilitados e registrados; fixava o salário mínimo do trabalho do antropólogo em seis vezes o valor do salário mínimo em vigor no País (como remuneração mínima referente à prestação de serviço com uma carga horária de seis horas diárias por cinco dias na semana); e acrescentava a categoria Antropólogo no “Quadro de Atividades e Profissões” do “Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais”.

Em relação a essa iniciativa, importa chamar a atenção para dois aspectos. Até onde logramos apurar, ela constituiu iniciativa autônoma do referido parlamentar⁷, sem qualquer articulação com a ABA – que nesse período era presidida por René Ribeiro – ou qualquer outra instância de associação ou representação de interesses de profissionais da Antropologia. Assim sendo, nada impede que, no já mencionado contexto de achaque contra o exercício da Antropologia que vivemos hoje, algum parlamentar mais ousado atreva-se a propor uma regulamentação de caráter intencionalmente equivocado, no sentido de desvirtuar o reconhecimento da expertise antropológica. A justificativa que introduzia o PL do Deputado Ceccato, por sua vez, entre outras coisas, observava a necessidade de regulamentação de profissões em exercício na sociedade, em geral, e que: “disciplinado o exercício da profissão, inclusive com a exigência de habilitação prévia, ficarão desde logo afastados os aventureiros”. Veremos a seguir que esse argumento tem sido levantado por muitos colegas que atuam no front da defesa dos direitos coletivos e das políticas de reconhecimento.

Passemos agora aos dilemas que enfrentamos ao tempo do GT Ofício e ao que ocorreu de relevante de lá para cá.

⁷ O parlamentar em tela, de sua própria iniciativa, também apresentou proposições similares de regulamentação do exercício de várias profissões, entre as quais as de cozeiro, fotógrafo, instrumentador cirúrgico, despachante policial e outras. Tudo indica que isso constituiu um filão de sua atividade parlamentar, ao longo da qual apresentou 219 proposições sobre vários outros temas. No que se refere àquelas que dizem respeito a disposições sobre o exercício de profissões, foram todas arquivadas – como ocorreu com o referido PL.

1. Não foram poucas as vezes em que graduandos e graduados em Ciências Sociais, com ou sem habilitação ou área de concentração em Antropologia, mas que se reconheciam como antropólogo/as atuantes, nos interpelaram sobre porque ele/as não encontravam abrigo na Associação. “Não entendo o porquê de nós Graduados e com área de atuação em antropologia não termos uma categoria dentro desta associação?” – era um questionamento comumente enfrentado à época.

A ABA acolheu essa demanda por meio de três alterações em seu Estatuto, duas delas de repercussão mais expressiva. A mais singela foi a criação de uma nova categoria de associado permitindo o ingresso de graduandos, qual seja, a categoria de “associado aspirante”, que segundo dispõe o Art. 9º, é “reservada aos estudantes de graduação em *antropologia, ciências sociais e áreas afins, com participação comprovada em pesquisa antropológica* e desde que seja indicado pelo orientador” (ênfase minha). Observem que a flexibilidade admitida em relação à formação de graduação – mister em um contexto no qual se pode aceder à Antropologia tanto por meio de outras graduações, quanto pela novidade dos cursos de graduação na área – é contrabalançada pela necessidade de comprovar o envolvimento com a pesquisa na área.

As duas outras, mais significativas, se deram na redefinição caleidoscópica – terminologicamente pequena, mas de ampla repercussão – da categoria “sócio efetivo” e do objetivo geral da própria Associação. A primeira foi dilatada para admitir não só “portadores de título de pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia”, mas também “professores, pesquisadores *e profissionais com produção relevante* na área” (Art. 6º; ênfase minha). Destaque-se aqui duas alterações: a inclusão do termo “profissionais” e a exclusão do predicado “científico” para qualificar a produção relevante na área. A Associação abriu-se assim para acolher tanto profissionais com formação heterodoxa, mas que atuam e/ou se reconhecem como antropólogo/as, quanto o/as que atuam profissionalmente com produção técnica não acadêmica na área. O objetivo geral da Associação, por sua vez, consoante a revisão da categoria de sócio efetivo, foi sutilmente redefinido em seu Art. 1º como sendo o de “congregar os especialistas que atuam em ensino e em pesquisa [o que já se obtinha] e outros profissionais que contribuem [aqui a novidade] para o desenvolvimento da Antropologia”.

Assim sendo, nos limites das suas possibilidades de reconhecer e definir o que constitui o campo da Antropologia no Brasil, a ABA explicitou a sua abertura para o exercício do ofício antropológico para além das lides acadêmicas do ensino e da pesquisa. O Conselho Diretor, ademais, ao incluir a categoria “profissionais” e excluir o predicado “científico” no Art. 6º, explicitou seu entendimento de que os laudos, relatórios técnicos e produtos equivalentes contarão como “produção relevante na área” para efeito de filiação como sócio efetivo. Desse modo, a Associação respondeu às questões postas por Cardoso de Oliveira projetando-se para além da zona de conforto da sua auto definição como sociedade científica – o que foi bastante alvissareiro e o seu movimento mais ousado em resposta às demandas que lhe eram postas.

2. Foram feitas várias reivindicações à ABA de declaração de habilitação legal para o exercício da profissão para efeito de prestar concursos públicos. Diante das exigências estapafúrdias verificadas em editais de concursos para distintos órgãos e instâncias do poder público, tais como “curso de nível superior em antropologia e habilitação legal para o exercício da profissão”, não foram poucas as vezes em que fomos instados a orientar as pessoas (sócios e não sócios) a como proceder nesses casos e similares⁸. “Como eu consigo essa habilitação?” – foi outra pergunta frequente naquele período.

Não obstante o que poderíamos chamar do efeito de regulamentação informal causado pelo Estatuto da ABA para a categoria de sócio efetivo, o fato de a definição estatutária desta ressaltar originariamente a qualificação como mestre, tornava as coisas complicadas para os graduados em Ciências Sociais, ainda que com habilitação ou área de concentração em Antropologia. De todo modo, o fato de a ABA não ser um órgão de classe ou um conselho profissional limitava – e persiste limitando – a nossa intervenção nesses casos. Não podendo nem notificar todo os órgãos públicos do país dos diferentes níveis (municipal, estadual e federal), informando-os que não há “habilitação legal para o exercício da profissão”; nem expedir documentos que valham por isso; os demandantes continuaram desamparados, seja para se inscrever em concursos, seja para tomar posse – o que, em si mesmo, não chega a ser um problema que diz respeito à ABA.

⁸ Como quando comissões encarregadas de receber a documentação dos novos concursados exigiam que os aprovados apresentassem, entre outros documentos, uma inscrição no órgão de classe tal como ocorre em outras profissões liberais (como, p. ex., o CRC para os contadores e a OAB para os advogados).

3. Profissionais com formação heterodoxa, mas que se reconhecem como habilitados em Antropologia, procuraram a ABA em busca de amparo legal para o exercício, seja da docência de Antropologia em nível superior, seja da expertise antropológica em outras circunstâncias. É importante notar, nesse aspecto, que na geração mais antiga de antropólogos/as brasileiros/as, que formou as primeiras turmas de antropólogos/as na aurora da moderna pós-graduação em Antropologia no país, muitos/as não possuíam, eles/as mesmos/as, uma formação convencional na área, vindo de outras áreas de conhecimento (Filosofia, Geografia, História, Arquitetura, Música). O mesmo se verifica em relação às primeiras gerações que cursaram o mestrado em Antropologia estrito senso. Mesmo contemporaneamente, se reconhece que essas trajetórias heterodoxas têm um grande potencial de oxigenar e renovar a disciplina. Não obstante, aqui também a ABA, dada a sua natureza, nunca teve muito o que fazer. Ademais, essa demanda se chocava, em certo sentido, com as demandas contrastantes – a seguir enumeradas – que expressavam perspectivas um pouco mais corporativas, que usualmente emergem nesses cenários de disputa por posições e oportunidades de inserções profissionais.
4. Várias vezes profissionais com formação ortodoxa na área, via de regra sócios efetivos ou estudantes (convertidos estatutariamente em sócios pós-graduandos), reivindicaram a intervenção da ABA em casos de: (i) exercício da docência antropológica por profissionais não habilitados especificamente em Antropologia (o que se chocaria com a demanda supra); e (ii) concursos públicos e editais de instituições privadas (empresas, escritório de consultoria) para contratação de antropólogos/as sem exigência de formação específica na área, ou tendo como pré-requisito formação em outras áreas. Alguns sócios questionaram a Associação quanto a critérios que constam de certos editais de contratação ou recrutamento – seja por via de concurso, ou de apresentação de CVs – nos quais viam a definição da expertise antropológica vilipendiada por pré-requisitos e competências esdrúxulos – como, por exemplo, uma formação de base em áreas de conhecimento alheias (Serviço Social, Engenharia Florestal, Agronomia, Ecologia e outras). Ao nos interpelar, alguns se questionavam se tal questão era da nossa competência e, em não sendo, solicitavam informação sobre a quem se dirigir para garantir o respeito à formação do profissional em nossa área, pois

declaravam ter a intenção de formalizar uma possível denúncia sobre tal fato. Nesse âmbito também, nossa possibilidade de intervenção era pífia.

5. Uma situação bastante sensível foi a cobrança de posicionamento da Associação em relação às ofertas heterodoxas de formação na área, principalmente as oriundas de instituições com orientação religiosa – de que um dos melhores exemplos é o do Antropos (<http://www.antropos.com.br/>). Embora essa questão fosse mais afeta ao GT Ensino, não sendo a ABA uma autoridade reguladora oficial e dada a relativa liberdade do mercado de oferta de ensino nas várias áreas do conhecimento, também nesse âmbito, pouco ou quase nada podíamos fazer. Uma ideia que surgiu foi a elaboração de uma lista de ofertas de formação suspeitas, a ser permanentemente atualizada no site da ABA, o que teria efeito de desacreditar ou deslegitimar tais iniciativas; mas dada a natureza antipática e controversa da proposta, não foi adiante.
6. Posterior aos marcos de atuação do GT Ofício, iniciamos um debate aparentemente inócuo, mas de repercussão importante: sobre a oportunidade de anunciar (ou não) oportunidades de trabalho junto a empresas de consultoria privada – como ocorreu no caso de uma empresa que ganhou licitação de edital do Incra para viabilizar a realização de dezenas de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) de territórios quilombolas. A questão que se colocou foi: se ao divulgar tais oportunidades de serviço no informativo da ABA, não estaríamos igualmente, ainda que involuntariamente, legitimando a empresa e o tipo de procedimento licitatório realizado pelo Incra – já que o histórico de relação dos/as antropólogos/as com essa autarquia apontava para outras modalidades de vínculo, mais próximas dos convênios e termos de cooperação técnica. A solução provisória foi o emprego de um *disclaimer* na seção “oportunidades” do informativo da ABA, dizendo que esta apenas divulga as chamadas, não emitindo juízo sobre, nem se responsabilizando pelos processos seletivos e formas de contratação divulgadas. Convém notar que isso talvez seja parte de um embaraço maior da nossa tradição disciplinar no Brasil em lidar com a lógica de mercado, que hoje modula uma parte do nosso campo de atuação.

Além dos pontos listados acima, tivemos a oportunidade de interagir mais fortemente com a categoria dos Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário (e participar de suas articulações com outras categorias) e com demais coletivos da

Associação, que importa destacar por sua relação direta com o tema em tela e suas consequências.

Destaca-se, aqui, a articulação dos antropólogos do Incra (lotados na autarquia como Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário), primeiro com os Analistas Periciais em Antropologia da 6ª CCR do MPF, depois com o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária e com a própria Direção da ABA, em torno de vários temas relevantes para a sua atuação na autarquia, quais sejam: a definição oficial do Incra quanto às suas funções e atribuições no órgão; as condições ideais de trabalho, em termos de materiais, equipamentos, tempo, segurança etc.; a discussão sobre a carreira (se analistas ou peritos); as possibilidades de qualificação com apoio do órgão; e a demanda por um posicionamento mais firme da ABA em relação aos ataques sofridos pela política de regularização fundiária de territórios quilombolas e por uma atuação proativa da mesma na sustentação e no respaldo da sua atuação como antropólogos em meio a esse contexto. Como relatou o colega de GT Ofício, Roberto Almeida, em postagem no blog descontinuado, tentou-se compartilhar

as angústias de uma prática antropológica ainda em construção, realizada no contexto de um órgão que mal sabe o que quer de nós, de uma política pública que ainda não decolou, mas que já está em franco ataque por parte da mídia, da elite rural e de significativos e poderosos segmentos do governo.⁹

Apesar das relações positivas da Associação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra então, avaliamos que a ABA foi pouco efetiva em respaldar a atuação de profissionais com formação em Antropologia nesses novos contextos.

Tivemos alguma interação com o GT Quilombos em virtude: (i) dos ataques e situações de constrangimento a antropólogos/as que atuam junto às comunidades quilombolas, dirigidos aos avanços no processo de institucionalização dos direitos destas e tentando deslegitimar e colocar sob suspeita o trabalho dos/as antropólogos/as envolvidos com o tema e (ii) da nova redação da Instrução Normativa n. 20 do INCRA. Ainda que não tenhamos participado diretamente da redação das Cartas de Aracaju, na I REA/X ABANNE, e de Porto Alegre, na VII RAM, ambas em 2007, parte do seu conteúdo dialoga diretamente com as questões que também tematizamos no GT Ofício.

⁹ O blog foi retirado do ar, razão pela qual não temos como prover a referência aqui.

Por fim, também mantivemos alguma interação com a Comissão de Ensino de Antropologia em torno: (i) da associação entre ensino da Antropologia e a prática do ofício, como testemunhou a então Coordenadora da referida comissão, Lea Freitas Perez (UFMG), em relatório: “Este ano tenho rodado bem e, aonde fui, o tema central era o ensino e a prática. As pessoas estão muito necessitadas de espaço de discussão. Me parece que não podemos deixar passar”; (ii) da obrigatoriedade do ensino de Sociologia e/ou Ciências Sociais no nível médio; e (iii) das já referidas demandas e questionamentos quanto ao reconhecimento das competências dos profissionais que vêm de trajetórias híbridas – principalmente quando se trata de concursos públicos que demandam formação completa em Antropologia e trajetória acadêmica linear.

Esses vários caminhos desaguaram em uma manifestação pública, na forma de moção aprovada na Assembleia Geral da 26ª RBA, realizada em Porto Seguro, BA, em junho de 2008. Construída nos bastidores e intervalos da referida reunião, entre participantes de diferentes atividades, ela sintetiza as expectativas de um contingente expressivo de profissionais (sócios e não sócios), que retomaremos nas próximas seções deste artigo e na apreciação final. A versão reproduzida a seguir na íntegra é a que seguiu para a Assembleia Geral e que acabou sendo aprovada com modificações.

Considerando:

- 1) a ampliação dos espaços de exercício profissional do ofício antropológico;
- 2) a apropriação de princípios antropológicos nos dispositivos constitucionais e legais que reconhecem direitos étnicos e à diferença;
- 3) a generalização das políticas de reconhecimento pelo Estado brasileiro e a consequente generalização do recurso a “antropólogo(a)s” na elaboração e execução de políticas públicas, nem todo(a)s adequadamente habilitado(a)s e alguns atuando de modo espúrio, com graves consequências para os grupos e povos com que trabalhamos;
- 4) o crescente acirramento de conflitos de interesses em torno dos territórios étnicos e de achaques ao exercício da Antropologia;
- 5) as atividades, declarações, documentos e publicações da ABA ao longo de sua história; e
- 6) a recente decisão do Conselho Diretor da ABA de reconhecer os laudos, relatórios técnicos e produtos equivalentes como “produção científica relevante na área” para efeito de filiação como *sócio efetivo*; os membros do Grupo de Trabalho do Ofício do Antropólogo e os participantes dos Simpósios Especiais nºs 5 (*Regulamentação da Atividade Pericial na Antropologia: pertinência, limites e possibilidades*) e 11 (*Laudos Antropológicos: contextos e perspectivas*) solicitam à Assembleia Geral que sancione como missão para a presente e a próxima gestões:
 - 1) defender e promover ativamente as condições básicas para o exercício digno do saber e da prática antropológicos no âmbito de

instituições públicas e organizações privadas e privadas de interesse público, garantindo o respeito à forma pela qual a Antropologia se constituiu historicamente e aos fundamentos epistemológicos e metodológicos sobre as quais se funda; e

2) instituir e oferecer condições de funcionamento a uma instância de coordenação, definição, implementação e monitoramento de critérios para o exercício da prática antropológica implicada em procedimentos jurídicos de reconhecimento de direitos étnicos e perícias relativas a direitos socioculturais, incluindo estudos e relatórios de impacto ambiental, assegurando parâmetros gerais de regulação do exercício profissional para (a) respaldar os profissionais probos em atuação, (b) incrementar a qualidade dos produtos, (c) coibir a fraude a título de exercício da profissão e (d) promover a corresponsabilização entre a ABA e o(a)s profissionais que realizam tais atividades (ênfases no original).

O CAMINHO SINUOSO DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO: REFLEXÕES, ATIVIDADES E RESULTADOS PARCIAIS

O texto da moção reproduzido acima evidencia que há muito tempo já havia, junto a profissionais que atuam como antropólogos/as além do ambiente acadêmico, uma preocupação generalizada com o desamparo em que se encontram, recebendo baixos salários, sem carreiras e atribuições claramente definidas que valorizassem a titulação como critério de reconhecimento e progresso, e sujeitos tanto às pressões de outras corporações profissionais mais fortes e formalmente reconhecidas (como é o caso dos agrônomos, no âmbito do Incra), quanto às pesadas hierarquias das instituições em que trabalham (como é o caso da relação com os membros do MPF). Tal sentimento se estendia – e se estende até hoje – à falta de respaldo que encontram para desqualificar “picaretas” que proliferam assinando como antropólogos.

Além do mais, já se reconhecia como um problema a inexistência de parâmetros gerais, diretrizes, balizamentos e/ou alguma forma de controle do exercício profissional, seja para respaldar profissionais conscienciosos/as, seja para coibir a fraude e o exercício de má fé da profissão. Considerando as consequências dessa situação para os grupos com os quais interagimos em nossos estudos e incidências, muitos se ressentiam de um mecanismo e/ou instância para orientar o exercício nesse âmbito, ou até mesmo gerir e/ou arbitrar situações de conflito.

São múltiplas as injunções de ser antropólogo/a na esfera pública, em geral, e na máquina do estado em particular – de que o Incra e a Funai são exemplos especiais por lidarem com os direitos territoriais e a questão fundiária; e que muda um pouco quando

miramos o quadro do/as nosso/as colegas no MinC, no MMA, no MDS, no hoje extinto MDA e ainda mais no MPF (instituição híbrida), e também nas prefeituras e governos estaduais. Observa-se nesses espaços uma tensão constitutiva entre várias dimensões: “servidor público” (e não do estado, ou seja, aquele que serve ao interesse público), “funcionário público” (parte de uma burocracia relativamente estável e técnica, que dá vida a uma política pública, i. é, “de estado”), executor de uma política/posição de “governo” (com todas as ambiguidades e ambivalências típicas das cambiantes definições e estratégia) e antropólogo/a (com todo o *background*, a sensibilidade e a identidade desenvolvidos ao longo da formação na disciplina).

A tudo isso se somam questões éticas e outros temas sensíveis relativos ao exercício do ofício do/a antropólogo/a, em virtude da situação cada vez mais frequente de duplo vínculo e pertencimento simultâneo de profissionais ao âmbito acadêmico e ao ambiente – hoje bastante institucionalizado – da militância e/ou ativismo em ONGs e organizações do movimento social, ou ao exercício de consultorias em distintos âmbitos, via de regra mediadas pelo mercado de empresas de consultoria privadas.

Até pouco tempo atrás, a resposta habitual – e, poder-se-ia dizer, defensiva – da ABA como agremiação era dizer que éramos uma associação científica e não um conselho profissional, que pouco ou nada podíamos fazer em relação aos que fazem “contralaudos” e que, do ponto de vista estatutário da Associação, quem podia ou não elaborar laudos e perícias definia-se pela filiação à mesma como “sócio efetivo”. Como vimos antes, até recentemente essa categoria estava reservada “aos *portadores de título de pós-graduação stricto sensu* em Antropologia, ou aos *professores e pesquisadores* com produção *científica* relevante na área” (ênfases minhas). Com (a) o acréscimo da noção “profissionais” e (b) a explicitação da interpretação pelo Conselho Diretor da ABA de que laudos, relatórios técnicos e produtos equivalentes passam doravante a contar como “produção relevante na área” (pela exclusão do predicado “científico”) para efeito de filiação como “sócio efetivo”, um passo significativo foi dado na direção de reconhecer esse contingente de profissionais como potencialmente parte da congregação.

De todo modo, o tecido social se movimenta a um ritmo que só com muito esforço conseguimos emparelhar. A regulamentação informal da profissão operada pelo nosso estatuto não respondeu satisfatoriamente aos fatos de que: (i) órgãos e instituições públicas e privadas continuaram contratando antropólogo/as baseados em discernimento difuso dos elementos que definem/caracterizam a profissão/formação, com

consequências as mais variadas para os grupos com os quais esses profissionais trabalham; e (ii) profissionais reconhecidos e que se reconhecem como antropólogos/as, muitas vezes só com a graduação em Ciências Sociais, têm elaborado relatórios, informes, pareceres e notas técnicas que orientam práticas administrativas, decisões judiciais e tomadas de decisões tecnopolíticas. Em tal contexto, malgrado a ampliação do reconhecimento sinalizado pela ABA – para a qual muitas pessoas ainda não estão atentas –, ser ou não sócio efetivo desta tem tido pouco – ou nenhum – efeito prático, diante das demandas e expectativas levantadas. Isso porque quem age de modo consequente, responsável e segu(i)ndo os ditames epistemológicos e os valores cultivados em sua formação – ainda que incipiente – não se sente reconhecido e/ou amparado, e quem age de má fé ignora e despreza tal vínculo.

Todo esse acúmulo de reflexão e a produção da própria Associação sobre tais questões – muito brevemente expostos até aqui – levou-nos a considerar oportuno ir além e caminhar no sentido da regulamentação do exercício da profissão de antropólogo/a. Reconhecíamos o compromisso e a responsabilidade da ABA, como único grêmio formal de antropólogos/as existente no país, de conduzir tal processo – sob o risco de ver a liderança de tal iniciativa ser apoderada por inconsequentes. Não entendíamos – como sigo não entendendo – a regulamentação como uma panaceia, ou golpe de estado institucional, que virá para equacionar de uma vez por todas tanto os problemas aqui apontados, como responder às demandas postas por parte expressiva da base de sócios da ABA. Ao contrário, trata-se também de um processo oneroso, que demandará investimentos para a construção de outra estrutura, que assumirá para si, em diálogo necessário com a ABA, as nada desprezíveis atribuições supra referidas de definir critérios e assegurar parâmetros de regulação.

Foi na gestão da professora Bela Feldman-Bianco (2010-2012) que demos os passos mais firmes, embora modestos, nessa direção – que logo se revelou um caminho sinuoso, pleno de ambivalências e contradições, mas que estávamos dispostos a experimentar. Em função da condução das ações ter se limitado à colaboração de praticamente duas pessoas – eu mesmo e a colega Marcia Anita “Maia” Sprandel – que atuavam em outros setores que não o acadêmico – terceiro setor e assessoria parlamentar – com uma agenda e uma dinâmica muito peculiares e intensas, marcadas por inúmeras viagens, o trabalho não progrediu como se desejava.

Ainda em 2011, Maia, que trabalhava no Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, provocou a Consultoria Legislativa do Senado, por meio da STC nº 2011-04730, solicitando a elaboração de uma nota informativa acerca da regulamentação de profissões. A Consultoria Legislativa respondeu em 15 de junho de 2011 por meio da Nota Informativa nº 1.525, de 15.06.2011 (OSTROWSKI, 2011). Embora em sua maior parte a Nota apresente um corte-e-cole de comentários a dispositivos da Constituição Federal, seu conteúdo esclareceu e sistematizou vários pontos que, ou bem ignorávamos, ou permaneciam obscuros até então – além de trazer informações objetivas relevantes.

Um primeiro aspecto foi o conceitual e dizia respeito ao significado e as decorrências da ideia de “regulamentação profissional”. Esta implica impor limites a e/ou restringir o exercício de uma dada profissão, e pressupõe a criação por lei de órgãos fiscalizadores, sem o quê a profissão não estaria regulamentada – espelhando e vinculando-se historicamente ao chamado “modelo corporativo”. Assim sendo, a regulamentação diferenciar-se-ia do simples “reconhecimento” da profissão, que não implica tais limitações. Ao restringir o exercício da profissão, entende-se que a regulamentação atenta contra o princípio da liberdade de exercício de qualquer atividade profissional ou econômica (desde que lícita) consagrado no Inciso XIII do Art. 5 e no parágrafo único do Art. 170 da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, *atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*; [...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, *salvo nos casos previstos em lei* (BRASIL, 1988, s/n, ênfases minhas).

Desse modo, segundo os especialistas em direito constitucional, regulamentar uma profissão significaria exercer a competência fixada na parte final do Inciso XIII do Artigo 5º que diz: “atendidas as qualificações profissionais que a lei exigir”. Ainda

segundo a Nota, no Brasil nós teríamos um sistema híbrido, misto de *laissez-faire* (em que navegam as profissões não regulamentadas) com a mais estrita regulamentação.

Um segundo aspecto é o que diz respeito às justificativas para limitar o livre exercício da profissão, entendendo-se esta liberdade em um tríplice sentido: a de escolha da profissão, a de acesso/admissão à profissão e a do exercício da profissão propriamente dito. Considerando, o princípio da liberdade de exercício de qualquer atividade profissional, só se justificariam limitações ao livre exercício “se o interesse público assim exigir”: o Estado só regulamentaria, assim, as profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à vida, saúde, educação, liberdade ou segurança das pessoas. Ademais, as restrições que o Estado excepcionalmente estabelecer só poderiam incidir sobre o direito de acesso/admissão e de exercício – nunca ao de escolha. Entende-se, assim, que a regulamentação excessiva atentaria contra a universalidade do direito do trabalho, a eficiência na alocação de recursos humanos e, por fim, o próprio interesse público.

Por meio de observação direta e conversas informais mantidas por Maia após a resposta formal da Consultoria Legislativa, percebeu-se que o Poder Executivo vinha, de fato, nos últimos anos, vetando sistematicamente projetos de lei visando à regulamentação de profissões. Como exemplifica a nota:

Ao vetar a regulamentação das profissões de ortopedista, de motorista autônomo locador de táxi e de cabeleireiro profissional, [o Poder Executivo] destacou que o art. 5º, XIII, da Constituição Federal, *procurou restringir esta liberdade apenas às profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à vida, à saúde, à liberdade, à educação, à honra e à segurança do cidadão, facultando ao legislador ordinário a adoção de determinadas condições de capacidade para o exercício de atividades ligadas a estes fins, o que não se vislumbra nos presentes casos* (OSTROWSKI, 2011, p. 9; *itálicos no original*).

Não apenas isso, mas nos casos em que se regulamentou e/ou reconheceu profissões na primeira década do século XXI, raramente o Poder Executivo se dispôs a criar conselhos, posto que esses são órgãos da administração pública e a competência de iniciativa de lei para criá-los é privativa do Presidente da República (Art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal). Do rol das 107 profissões regulamentadas no Brasil até 2011, apresentado na referida Nota, fizemos um balanço das treze profissões regulamentadas desde 2000, apontando quais são aquelas em que há a previsão de criação de conselho ou similar (ver Tabela 1 a seguir). Das treze leis, apenas duas previram a

criação de conselhos e uma determinou o registro do profissional em conselho já existente.

TABELA 1: PROFISSÕES “REGULAMENTADAS” (2000-2012) COM OU SEM PREVISÃO DE CRIAÇÃO DE CONSELHO OU SIMILAR	
Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde.	-
Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil.	-
Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.	-
Institui o Estatuto do Garimpeiro.	É livre a filiação do garimpeiro a associação, confederação, sindicato, cooperativa ou outras formas associativas, devidamente registradas, conforme legislação.
Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.	-
Altera dispositivos da lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.	Cria o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal.
Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta.	-
Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.	-
Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.	-
Altera o Decreto que regulamenta a Lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.	-
Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB.	Estão obrigados a se registrar no CFO e a se inscrever no CRO em cuja jurisdição exerçam suas atividades.
Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	A União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência.
Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs.	Criação e organização do CAU/BR e dos CAUs.

Após processarmos o conteúdo dessa nota e conversarmos informalmente com outros contatos, consideramos a possibilidade de regulamentar a profissão de antropólogo

como carreira privativa de Estado. Por um lado, essa estratégia poderia driblar resistências e o ímpeto liberal não regulacionista prevaletentes na nossa história recente. Por outro, atender-se-ia, assim, justamente a demanda daqueles/as colegas que trabalham como técnicos/as em várias carreiras no poder público (analista pericial em antropologia, analista em reforma e desenvolvimento agrário, analista ambiental, indigenista especializado, agente em indigenismo etc.) ou por meio de vínculos e contratos formais com órgãos públicos. O argumento fundamental seria o de que o exercício da profissão de antropólogo no contexto dessas carreiras está intimamente ligado à vida, à saúde, à liberdade e à segurança dos chamados “grupos formadores da sociedade brasileira”, basicamente porque, por meio da prática profissional, estar-se-ia reconhecendo e garantindo os direitos coletivos desses grupos – em especial, os direitos territoriais. Como fundamento dessa justificativa, poder-se-ia reunir o conjunto de diplomas legais que preveem explicitamente a participação de profissionais de Antropologia nessas searas.

Malgrado os esclarecimentos prestados pela Nota, insatisfeita com a resposta à demanda original, a colega Maia solicitou nova análise à Consultoria Legislativa, pois o intuito original era obter uma análise comparada das leis de regulamentação e/ou reconhecimento, do lugar dos conselhos profissionais nesse processo e das possibilidades relativas à regulamentação como carreira privativa. A Consultoria Legislativa, contudo, nunca mais se manifestou.

Conforme sugestão da colega, iniciamos contatos com o Senador João Capiberibe (PSB/AP), ele mesmo pai de uma colega antropóloga e testemunha dos achaques que nós sofremos diuturnamente na tribuna do Senado pelos algozes dos direitos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais. Nos contatos, o Senador demonstrou-se bastante atencioso, tendo demonstrado interesse em, eventualmente, liderar a iniciativa de apresentação de um projeto de lei regulamentando a profissão.

Enquanto isso acontecia, ainda em setembro de 2011, o professor Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ), vice-presidente da ABA na gestão da professora Bela, encaminhou mensagem da Diretoria ao Conselho Diretor da ABA, em vista da reunião deste que ocorreria durante Reunião Anual da Anpocs, no mês seguinte. Nessa mensagem, Luiz Fernando assim se expressou:

Parece assim à Diretoria que não há mais como adiar um posicionamento claro a respeito. Endossa a análise muito profunda e cuidadosa do relatório de Henyo Barretto e sugere, portanto, ao Conselho Diretor que aprove uma indicação favorável ao

desencadeamento dos trabalhos técnicos e políticos necessários à formulação de um anteprojeto de regulamentação, capaz de bem expressar as demandas atuais da comunidade e de ser bem sucedido na provavelmente longa tramitação no legislativo brasileiro. O processo exigiria talvez consultas intermediárias ao corpo de associados, podendo vir idealmente desembocar na apresentação formal do anteprojeto à 28ª. RBA, em 2012.

Luiz Fernando também observou que a Diretoria reconhecia “que a perspectiva de criação de um Conselho Federal (ou órgão equivalente), com atribuições regulatórias sobre a ‘profissão de antropólogo’ [era] desafiadora”, pois “altera[va], para muitos, a autoimagem consolidada de uma disciplina acadêmica peculiarmente reflexiva e crítica, relativamente imune às injunções do mercado e das forças políticas”. Modificava também “o horizonte de quase total hegemonia que a ABA detém em relação ao campo, exigindo que se venha a reconfigurar possivelmente o seu campo de ação” – além de exigir “consideráveis recursos humanos e financeiros para uma implementação eficiente”, bem como “uma renovada vigilância política sobre os rumos da disciplina (e da profissão) em meio às demandas que se multiplicam e os conflitos em que se tem de mover”.

Sopesando todos esses movimentos e considerando que as conversas com o Senador Capiberibe limitaram-se aos contatos iniciais, e que a sugestão de regulamentar a profissão como carreira de estado poderia tornar ainda mais complexo o quadro de formulações e negociações, ao fazer um balanço dessas atividades por ocasião da reunião do Conselho Diretor da ABA, realizada no dia 02 de julho de 2012 nas dependências da PUC-SP, antecedendo a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, decidimos dar um passo atrás e apresentar outra proposta de encaminhamento: submeter e disponibilizar para consulta pública no site da ABA uma minuta de Projeto de Lei dispendo sobre o exercício e a regulamentação da profissão com respectiva justificativa (EM – Exposição de Motivos), construída a partir dos modelos de diplomas legais similares em vigor – definindo a quem é privativo o exercício da profissão, quais são as suas atribuições, as regras de transição para esse novo cenário, entre outros aspectos, mas deixando em aberto a questão da constituição dos Conselhos – para que tal minuta fosse objeto de comentários e manifestações dos associados. Avaliamos, à época, que esse seria o melhor modo de seguir adiante, estimulando e ampliando o debate entre os associados antes de prosseguir com as articulações no Legislativo. Caso viéssemos a acionar novamente o Senador Capiberibe e este continuasse disposto a submeter referido PL, poderíamos ampliar e verticalizar a discussão por meio de audiências públicas em Brasília e consultas regionais

para maior debate, esclarecimento e amadurecimento de posições. Nesse processo, a ABA poderia colaborar e mobilizar seus associados para a discussão.

Não obstante, a resposta ficou muito aquém do esperado, pois a minuta do PL foi objeto de apenas três comentários – todos muito qualificados e oriundos de profissionais em desempenho de funções fora da academia. Dado esse baixo retorno e em função do compromisso assumido ao tempo das gestões das professoras Bela Bianco e Carmen Rial na ABA, tentamos capilarizar a discussão, fazendo com que ela chegasse a maior número possível de diferentes centros, de modo a gerar acúmulo e formar opiniões (ainda que antagônicas) sobre um eventual cenário de reconhecimento formal e/ou regulamentação da profissão. Convencidos de que esse debate não poderia ficar limitado a uma pessoa, ou a um pequeno *think tank* vinculado à Diretoria da associação, tivemos (eu e Maia) a oportunidade de palestrar sobre isso em várias universidades: UFPB, UnB, UFF, UFRR, UFMA, UFSC, UFSCar, UFPE e UFPel – excluídos os fóruns de discussão sobre esse tema nas RBAs e reuniões regionais de Antropologia. Todo o material produzido ao longo desse processo foi disponibilizado para consulta e manifestação no site da ABA, mas foi muito pouco acessado e comentado.

Por considerar que tudo isso ainda era muito pouco e por não ver esse debate repercutir tão intensamente quanto gostariam, colegas que atuam diretamente no *front* da esfera pública e com a implementação políticas públicas articularam, em meados de 2013, a já referida aPROA – um “coletivo de antropólogos formado com o objetivo de debater o papel do profissional da área que atua em políticas públicas” (para usar os termos e categorias de auto definição desse coletivo informal). Trata-se de um grupo que tem procurado se dedicar a pensar os dilemas desse tipo de inserção profissional e propor diretrizes e ações para amparar e qualificar as intervenções de antropólogos nesses contextos. O protagonismo da aPROA fez com que se criasse em 2015, já durante a gestão do professor Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) na ABA, o Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a, coordenado por um colega Analista Pericial em Antropologia do MPF e composto por colegas de instituições tais como INCRA, IEPHA-MG, Funai, além de um consultor independente. Tem ficado sob a responsabilidade desse Comitê as iniciativas mais recentes em torno da regulamentação da profissão.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Praticamente todas as gestões da ABA desde o início do século XXI deram espaço e/ou pautaram, mais ou menos intensamente, o tema dos desafios da profissionalização e da regulamentação da profissão. Como visto acima, em determinado momento, por volta de 2011 e 2012 chegamos até a submeter uma minuta de PL propondo a regulamentação da profissão para apreciação dos sócios. Nosso entendimento é de que, ou bem esse debate é assumido como relevante e estratégico para o conjunto dos profissionais em Antropologia, dentro e fora da Associação e da aPROA, ou deixaremos tudo como está para ver como é que fica – que é o ponto em que o processo parece se encontrar no momento em que este artigo é submetido para publicação.

Em função do seu sentido de propósito e das questões que efetivamente mobilizam a energia da ABA, é natural que ela responda com certa dificuldade e dentro de limites às demandas que são postas, tanto por seus associados, como pelos profissionais em Antropologia de modo geral. Se voltarmos à moção encaminhada à Assembleia Geral em Porto Seguro, em 2008, reproduzida integralmente algumas páginas atrás, lá já estavam bem sistematizadas as demandas: defender e promover ativamente as condições básicas para o exercício digno da expertise antropológica no âmbito de instituições públicas e privadas – o que tem se feito com muita dificuldade e de modo ainda muito tímida. Atender integralmente a outra demanda – qual seja, instituir e oferecer condições de funcionamento a uma instância de coordenação, definição, implementação e monitoramento de critérios para o exercício da prática antropológica implicada em procedimentos jurídicos de reconhecimento de direitos étnicos e perícias relativas a direitos socioculturais, assegurando parâmetros gerais de regulação do exercício profissional – implicaria, como observou Luiz Fernando Dias Duarte em 2011, malgrado a evidente necessidade, um grande custo de transação, que talvez a ABA não tenha condições de arcar e mesmo não julgue ser sua tarefa, mas, sim, de um conselho profissional ou órgão de classe.

Isso talvez explique os movimentos espasmódicos da Associação nesse sentido e a atual paralisia do debate. Esta, contudo, talvez possa ser creditada à ampliação das possibilidades de inserção profissional nas instituições de ensino superior públicas, fruto da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nesse sentido, uma maior destinação de egressos para a academia pode ter adormecido o debate sobre a regulamentação da profissão, ou o tornado inócuo nessa conjuntura. Não obstante, no contexto de crise que vivemos hoje, já se

verifica o estreitamento das oportunidades do/as antropólogo/as se estabelecerem profissionalmente como acadêmicos e, provavelmente, as questões da profissionalização e da regulamentação voltem à tona com uma urgência potencializada, inclusive, pelo ataque aos direitos dos sujeitos com os quais trabalhamos. Espero que a história aqui brevemente traçada sirva de referência na retomada dos debates em torno desse tema, que certamente ressuscitarão.

REFERENCIAS

- ALBERT, Bruce. Anthropologie appliquée ou ‘anthropologie impliquée’? Ethnographie, minorités et développement. In BARÉ, Jean-François (org.). **Les Applications de l’Anthropologie**: Un essai de réflexion collective depuis la France. Paris: Karthala, 1995. p. 87-118.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. Uma campanha de desterritorialização. Direitos territoriais e étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios. **Revista Proposta**, Ano 31, nº 114 (‘Amazônia: velhos dilemas, novos desafios’), p. 33-36, out./dez. 2007.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBERT, G. G. (orgs.). **Desenvolvimento e Direitos Humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: EdUnicamp, 1992. p. 111-122.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Antropologia. **Protocolo de Brasília. Laudos Antropológicos**: condições para o exercício de um trabalho científico. Rio de Janeiro: ABA, 2015. 30 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas. **Série Antropologia**, nº 413, Brasília: DAN/UnB, 2007. 21 p.
- GUEDES, Simoni Lahud. A prática da antropologia e suas aplicações práticas: notas sobre ensino e pesquisa. In TAVARES, F.; GUEDES, S. L.; CAROSO, C. (eds.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília, DF: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 63-75.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER/UFSC e ABA, 2005. 288 p.
- MULLER, Cíntia Beatriz. A prática Antropológica: o desafio de trabalhar em organizações não governamentais. In TAVARES, F.; GUEDES, S. L.; CAROSO, C. (eds.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília, DF: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 89-96.
- OSTROWSKI, Antonio. **Nota Informativa nº 1.525/2011** (Referente à STC nº 2011-04730, do Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores, acerca da

regulamentação de profissões). Consultoria Legislativa. Brasília, 15 de junho de 2011. 18 p.

RAMOS, Alcida Rita. O Índio Hiper-real. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n° 28, jun. 1995, p. 5-14.

SILVA, Gláucia (org.). **Antropologia Extramuros**: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008. 184 p.

SILVA, Orlando S.; LUZ, L. e HELM, C. (orgs.). **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais**. Florianópolis: EdUFSC, 1994. 146 p.

TAVARES, Fátima; GUEDES, S. L. e CAROSO C. (eds.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília, DF: Ícone Gráfica e Editora, 2010. 104 p.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, G. L. (eds.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2004. 269 p.

VÍCTORA, Ceres Gomes; OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (orgs.). **Antropologia e Ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. 207 p.

ONDE UMA ANTROPÓLOGA PODE TRABALHAR?
Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho

Where can an anthropologist work?
Report on an undergraduate course about Anthropology and the marketplace

Soraya Fleischer

Professora do Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília.

RESUMO. Esse artigo pretende apresentar as linhas gerais da disciplina “Cenários de mercado de trabalho para antropólogos” e seus principais resultados e substanciar o pleito de que falemos mais das diversas oportunidades de trabalho disponíveis para nossas estudantes, em vez de reforçar, como uma ladainha dogmática, de que a universidade é o único e mais importante espaço onde podemos (e devemos) trabalhar. Aqui, como tem sido o esforço de outras colegas, sigo a registrar experiências da sala de aula, reforçando a necessidade de pensarmos a Antropologia acadêmica também em suas práticas didáticas e pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho. Antropologia. Relato didático. Graduação.

ABSTRACT. The article intends to present the overview of the course “Marketplace scenarios for anthropologists” and its main results. And suggest that more discussion be consolidated about work opportunities available for our students, instead of reinforcing, as a dogmatic litany, that the university is the only and most important space where we can (and should) work. As other colleagues and I have done before, the article proposes to register classroom experiences, as also to think Anthropology through its pedagogical practices.

KEYWORDS: Marketplace. Anthropology. Classroom report. Undergraduate course.

Onde uma antropóloga pode trabalhar? Essa é uma pergunta que silenciosamente eu me fazia quando era graduanda, nos idos dos anos 1990. Essa é uma das mais frequentes

perguntas que eu ouço de minhas estudantes, desde que comecei a trabalhar como professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, nos idos dos anos 2000.¹

Meu Departamento, como imagino ser o caso também de outros, oferece algumas ocasiões em que estudantes podem vislumbrar possibilidades de trabalho para egressos do curso. Eventualmente, uma professora conta sobre sua experiência extra-acadêmica em sua aula. Ou há um seminário ou uma mesa em que são reunidas profissionais da Antropologia que atuam em órgãos sediados em Brasília, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Ministério Público do Distrito Federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai), por exemplo. Ou uma antropóloga que atua em uma organização não governamental pode vir participar de uma aula ou de uma banca de defesa de monografia ou tese. De vez em quando, são anunciadas vagas de estágio especificamente para estudantes de Ciências Sociais. Uma estudante contou ter tido contato com oportunidades de consultoria ao trabalhar na Empresa Júnior de Ciências Sociais, a Socius.

Contudo, essas são situações esparsas. A academia, de um modo geral, parece comunicar que o principal local para se encontrar trabalho é na própria academia, embora saibamos que esse seja um espaço muito reduzido diante do número de antropólogas egressas, com pouquíssimas vagas disponibilizadas que, no atual governo, parecem estar sumindo velozmente. Não que as colegas da academia explicitem exatamente os bastidores de seu trabalho, mas, na prática docente do dia a dia, a socialização acadêmica é reproduzida e, mais do que isso, esperada natural e imperceptivelmente. Por fim, julgo haver também uma certa autossuficiência na academia, ao consumir o que ali mesmo se produz, contribuindo, de certa forma, para que se conheça pouco o que é pensado e produzido em termos de Antropologia fora da academia.

A angústia de minhas estudantes continua. Percebem que a academia lhes é vendida como a opção mais prestigiosa, mas também a entendem como um espaço que não comportará todo mundo. Contudo, tampouco percebem que outros espaços também poderiam acolher sua formação e leque de habilidades. Como resultado final, ficam à deriva,

¹ Adoto o plural feminino porque a grande maioria de minhas estudantes é composta por mulheres e também para questionar o histórico machismo das convenções gramaticais.

tentando driblar as suas inseguranças e também as de seus pais e colegas diante da opção pelo curso de Ciências Sociais.²

Foi inspirada pela vontade de saber de minhas estudantes e pela firme crença de que exercer a Antropologia é muito necessário no contexto atual de neoliberalismo, aniquilação de minorias e progressiva perda de direitos que decidi organizar a disciplina “Cenários de mercado de trabalho para antropólogos”. Essa disciplina foi oferecida à graduação como um “Tópico Especial”, que geralmente abriga temas em ascensão, ainda novos e quiza experimentais. São disciplinas que se transformam em créditos optativos no currículo do alunado. Da primeira vez que eu o ofereci, ainda em 2014, tive oito estudantes. Em 2017, apareceram 22. Na primeira edição da disciplina, contei com uma monitora que, à época, fazia o mestrado em nosso Departamento. Na segunda edição da disciplina, ela voltou como integrante da mesma, como se verá abaixo. Também nessa segunda edição da disciplina, fomos acompanhadas por uma monitora que havia sido estudante na ocasião da primeira edição.³

Esse artigo pretende apresentar as linhas gerais dessa disciplina, seus principais resultados e substanciar o pleito de que falemos mais das diversas oportunidades de trabalho disponíveis para nossas estudantes, em vez de reforçar, como uma ladainha dogmática, de que a universidade é o único e mais importante espaço onde podemos (e devemos) trabalhar. Aqui, como em ocasiões anteriores minhas e de outros colegas (SANABRIA, 2005; GAMA; FLEISCHER, 2016; FLEISCHER; DAMÁZIO, 2015; FLEISCHER et al., 2013; FLEISCHER, 2012), sigo a registrar experiências da sala de aula, reforçando a necessidade de pensarmos a Antropologia acadêmica também em suas práticas didáticas e pedagógicas.

² No Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, são oferecidos quatro cursos: Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, com habilitação em Sociologia, Licenciatura em Ciências Sociais.

³ Gostaria de agradecer às duas monitoras que participaram ativa e respectivamente da primeira e da segunda edição dessa disciplina, Krislane Matias (em 2014) e Fabiana Motta (em 2017). Também agradecer pela participação entusiasmada das estudantes de ambas as turmas, bem como pela autorização que me deram para aqui reproduzir suas perspectivas, exercícios e avaliações da disciplina. E, por fim, agradecer Tatianna Meireles, Marco Aurélio Paz Tella e a equipe de orientandos e orientandas de graduação, mestrado e doutorado do PPGAS/Universidade de Brasília (Ângelo Daré, Victor Vitor, Rosana Castro, Cíntia Engel e André Filipe Justino) que gentilmente se dispuseram a ler e comentar criticamente versões iniciais desse texto.

A DISCIPLINA

A disciplina foi organizada de modo a apresentar meia dúzia de cenários possíveis de trabalho na área da Antropologia.⁴ Muitos outros cenários poderiam ter sido incluídos, mas o principal objetivo foi atizar a imaginação da turma, ampliar os horizontes para perceber que a universidade é uma ótima opção de trabalho, mas apenas uma dentre tantas existentes. Na edição de 2017, os seis cenários foram: 1. “Estado”; 2. “Consultoria independente”; 3. “ONGs, movimentos sociais e voluntariado”; 4. “Ensino fundamental, médio e superior (público e privado)”; 5. “Organismos internacionais”; 6. “Documentários, desenhos, fotos, acervos e mostras fotográficas”. Em 2014, em vez do sexto item, dedicado à Antropologia Visual, foi “Consultorias para empresas privadas”. (E ainda, na avaliação, a turma sugeriu que nas próximas edições sejam incluídos cenários sobre museus e curadoria, institutos de pesquisa de opinião, sindicatos e associações comunitárias, Antropologia Forense, indústria, por exemplo).

Cada cenário contou com quatro tipos de atividades, uma por aula. A primeira aula foi dedicada à leitura e à discussão de textos de antropólogas que tivessem trabalhado naquele cenário e relatado as possibilidades e dificuldades próprias daquele lugar. Cobrimos três a quatro textos nessa aula, num claro intuito de ler e conhecer a literatura, mas concentrando as leituras e debates conceituais em um momento específico.

Na segunda aula, continuamos na atividade de leitura, mas agora do que chamei de “produtos”, isto é, materiais que foram produzidos por uma antropóloga de carne e osso que estivesse atuando exatamente naquele cenário. No caso do “Estado”, por exemplo, a antropóloga em questão, que trabalhava no Ministério da Saúde, gentilmente nos permitiu ler um protocolo que ela ajudou a escrever para a introdução de uma nova política de prevenção do HIV. Já a consultora independente nos enviou, por exemplo, um relatório antropológico que compôs o dossiê de demarcação de um território quilombola.

Na terceira aula, a mais esperada pela turma, saímos de sala de aula. Fomos visitar essas seis antropólogas, em seus respectivos espaços de trabalho. Na primeira edição da

⁴ Embora bastante semelhantes as duas edições da disciplina, aqui, me centrarei na sua segunda edição, oferecida no primeiro semestre de 2017. Para a versão completa do programa da disciplina, ver http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2017.1/Topicos_4_CenariosdeMercadodeTrabalho_2017_1_Soraya.pdf

disciplina, recebemos visitas. Nessa segunda edição, mais aprimorada, julguei que sair da universidade, transitar pela cidade, conhecer outros espaços poderia contribuir para enriquecer o entendimento desses cenários. Brasília, com uma grande máquina pública e com várias ONGs e empresas de consultoria, atrai e emprega muitas antropólogas. É um espaço, a meu ver, bastante estratégico para procurar trabalho, bem como para encontrar antropólogas profissionais. Não foi difícil que seis colegas aceitassem o convite para integrarem diretamente o programa da disciplina e nos enviarem excertos de suas produções recentes, nos receberem em seus locais de trabalho, responderem nossas perguntas e inquietações.⁵ Antes de lá chegar, era preciso saber se havia um *dress code* para entrar em cada prédio. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) não permitia que usássemos bonés e bermudas, por exemplo. Assim, a visita era construída de modo a já irmos conhecendo como aquele espaço de trabalho se constituía. Uma vez lá, pudemos ver como uma ONG não exigia que nos cadastrássemos no balcão de entrada, como aconteceu no Ministério da Saúde. Dentro de cada local, pedi que atentassem para a configuração das salas, baias, escritórios, paredes, murais, janelas etc. Nossas anfitriãs haviam agendado uma sala de reuniões que nos comportasse e, por 30 a 40 minutos, nos contaram onde haviam feito graduação (e mestrado e doutorado, se fosse o caso), o que fizeram durante o curso, onde encontraram o primeiro emprego e como, desde então, haviam trilhado o caminho que lhes levara até o posto que ocupavam naquele momento. Ao fazer o convite a cada uma dessas colegas, eu havia lhes pedido que, de modo retrospectivo, tentassem rememorar como era ser uma graduanda, que angústias sentiam, como haviam transformado essas angústias em força produtiva para conseguir trabalho, remuneração, carreira. Depois, a turma, que havia preparado perguntas e tinha dúvidas a partir dos “produtos” e textos lidos, manteve outros 40 minutos de diálogo com cada uma das antropólogas visitadas. Tomaram notas, fizeram gravações de áudio, tiraram fotos e até filmaram os encontros, conforme o consentimento prévio.

⁵ Aproveito para também agradecer a gentileza dessas nossas seis anfitriãs, todas antropólogas, que representaram respectivamente os seis cenários de trabalho que incluí no programa da disciplina de 2017: Tatianna Meireles (Ministério da Saúde), Danielle Jatobá (consultoria independente), Juliana Noleto (Centro de Trabalho Indigenista), Krislane Matias (Secretaria de Estado de Educação/Governo do Distrito Federal), Nívio Caixeta (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e Lena Tosta (videoativista).

Na quarta e última aula do cenário, esses materiais todos (leituras, produtos, visitas) precisavam ser dialogados e se transformar em um exercício escrito de três páginas. Foi proposto que cada exercício fosse elaborado em um modo narrativo distinto. Por exemplo, no cenário sobre “Ensino fundamental, médio e superior (público e privado)”, sugeri a escrita de um plano de aula. No cenário das “ONGs, movimentos sociais e voluntariado”, numa espécie de etnoficção, as estudantes deveriam inventar uma ONG, imaginar-se trabalhando lá dentro e apresentar a outra pessoa como era esse trabalho que realizavam. Isso poderia acontecer por meio de um diálogo rápido com um desconhecido dentro de um ônibus, uma conversa com a avó durante o almoço de família etc. Já com a consultora independente, elas deveriam produzir uma resenha sobre os textos que foram lidos. Assim, os exercícios ajudaram a treinar diferentes formas de escrita (uma das exigências para quem se aventura pelo mercado de trabalho) e, em conjunto, constituíram uma avaliação processual ao longo da disciplina. E, como eram lidos e comentados por mim e pela monitora e devolvidos na semana seguinte, a turma pôde manter a mão quente e as ideias revisitadas.

Assim, ao final de cada cenário, a quarta aula era em sala, com todas as estudantes portando seus exercícios escritos impressos. Estes foram o substrato empírico para a aula acontecer. Se os textos publicados por outras autoras ou os produtos de nossas anfitriãs haviam embalado as aulas anteriores, nessa aula de encerramento do cenário, os exercícios produzidos pela turma deveriam circular, ser lidos, sublinhados, comentados pelas colegas. Por vezes, liam três ou quatro exercícios em sequência, para produzir aspectos comparativos e embalar a discussão. Ou concentravam-se em um exercício apenas, detendo-se nas ideias que julgavam inesperadas e originais. Ou escolhiam trechos para lerem em voz alta. (Uma estudante comentou, na avaliação final, que já estava há dois anos na universidade e nunca tinha lido um texto de outra colega). E, em muitos casos, apenas reliam, pela primeira vez, o próprio exercício, assustando-se com eventuais equívocos, incoerências, falta de cadência. (Outra disse que nunca tinha tido seu texto transformado e aproveitado como material de aula). Iam aprendendo o valor do texto escrito, reescrito, lido, relido e por todas corrigido, comentado e até produzido. Tentávamos criar a atmosfera do trabalho coletivo, tão comum em ambientes profissionais.

Uma lista de *e-mails* também foi formada e informes sobre a disciplina, mas, sobretudo, todo tipo de vaga de trabalho, pesquisa, estágio eram constantemente socializados. O intuito foi familiarizar a turma com possíveis e potenciais empregadores, linguagem dos editais e chamadas, requisitos necessários e, mais importante, a frequência com que apareciam oportunidades para cientistas sociais e, mais especificamente, antropólogas. Durante a disciplina, algumas estudantes experimentaram enviar seus currículos e participar de alguns desses processos seletivos, como forma de testar o que já haviam acumulado e registrado no currículo. Ficou claro como há muito mais vagas do que a turma poderia imaginar inicialmente, produzindo um claro efeito de pé no chão e esperança.

À medida que a disciplina avançou, a turma foi colecionando, portanto, cenários diferentes de trabalho. Puderam se identificar mais com um do que com outro perfil de antropóloga. Puderam conhecer locais de trabalho, tipos de produtos, pessoas de carne e osso que também tinham transformado uma graduação na Antropologia em um ganha pão, um contracheque, uma carreira, uma equipe de colegas, um espaço de interlocução. A disciplina não previu provas nem trabalhos finais, mas apostou na escrita curta e constante ao longo do semestre, refletindo sobre cada cenário em suas características. Reforçamos que, à moda de Wright-Mills (1980 [1959]), a turma mantivesse um arquivo vivo e organizado com os textos, produtos, exercícios, gravações, fotografias etc., para que, uma vez formadas e em busca de contatos e postos de trabalho, pudessem no arquivo retornar, consultar e se preparar de acordo com a vaga em questão.

OS PRINCIPAIS RESULTADOS

Na primeira aula do semestre, como atividade para quebrar o gelo e permitir que as pessoas ficassem mais à vontade para se conhecerem, entreguei uma folha de papel A2 para cada estudante. Pedi que dobrassem ao meio e, depois, novamente ao meio. Aberto o papel, as dobraduras formavam quatro quadrantes. No quadrante mais ao alto e à esquerda, deveriam desenhar o trabalho na Antropologia como imaginavam antes de prestarem o vestibular. No segundo quadrante, no alto e à direita, deveriam desenhar como imaginavam

esse trabalho nos primeiros semestres do curso de graduação. No terceiro quadrante, embaixo e à esquerda, deveriam desenhar como percebiam o trabalho das antropólogas no momento em que começávamos essa disciplina. Pedi que deixassem em branco o quarto e último quadrante. Depois, ainda em roda, passaram a se apresentar: o nome, o semestre em que se encontravam, o que haviam representado nos desenhos. Surgiram imagens como sala de aula, quadro negro, livros, aviões (sugerindo viagens), Indiana Jones etc. O primeiro, em muitos casos, permaneceu vazio. Muito riso, mas, sobretudo, muita dúvida. Sentiam-se, ao mesmo tempo, envergonhadas de conseguir apontar poucos cenários de trabalho e angustiadas por não conseguirem prever seu próprio futuro profissional.

No último dia de aula, retornei com todos os papeis. Pedi, então, que completassem o quadrante que faltava, agora à luz do que tínhamos visto durante a disciplina. Para muitos, esse último quadrante figurou como o mais denso, repleto de imagens, havia muito por ali incluir. Essa atividade, visual e lúdica, representa para mim o resultado positivo que, em geral, a disciplina alcançou, como pode ser visto nos dois exemplos a seguir:



Figuras 1 e 2: Desenhos de Caio Pinheiro Della Giustina e Ana Clara Damásio, 2017. Fonte: Fotos da autora.

Nesse artigo, quero registrar não apenas os resultados que eu pude vislumbrar, mas também o *feedback* que as estudantes foram oferecendo ao longo da disciplina e também na última aula, dedicada especificamente à avaliação da mesma. Ao longo de toda a disciplina, fui tomando notas bastante detalhadas do que as estudantes da turma, as autoras dos textos e as anfitriãs em seus locais de trabalho nos disseram, tentando registrar expressões, exemplos e comparações realizadas. Esse artigo é possível pela chance de poder retomar e reorganizar essas notas. Muitos aspectos poderiam ser trazidos para a análise nesse texto. Mas, me interessa em particular, os assuntos que, durante os textos, produtos, visitas e exercícios, mais provocaram minhas estudantes, mais ampliaram suas pré-noções sobre o trabalho na Antropologia. A seguir, ao considerar e fazer dialogar diferentes conjuntos de atores e de textos, tentei recuperar esses encontros que me pareceram bastante epifânicos à turma. Nesse bom choque de realidades, muito pode ser compreendido sobre como são, atualmente, as graduandas em Antropologia e do que lhes chega sobre o mercado de trabalho de nossa área.

Para muitas graduandas, foi na escola que tiveram o primeiro contato com as Ciências Sociais e também é o ensino, sobretudo público, a primeira e principal referência de mercado de trabalho (LEAL et al., 2012). Segundo pesquisa realizada com egressos na década passada, é a principal oportunidade de trabalho (FONSECA, 2004), embora nem sempre lecionando Antropologia ou, quando esse é o caso, nem sempre para estudantes de Ciências Sociais (SARTORI, 2014; GROISMAN, 2006). Isso ficou claro nos desenhos feitos na primeira aula e foi reforçado pelo que as autoras lidas nos contaram. Krislane Matias, professora de Sociologia no Ensino Médio que conhecemos na disciplina, confirmou também que muitas de suas colegas, egressas da graduação e do mestrado, logo se estabeleceram na sala de aula. Parece haver uma dívida a saldar com aquelas professoras que lhes inspiraram ainda na adolescência. Krislane traduziu esse sentimento ao lembrar que a “Sociologia no Ensino Médio parece ter arcado com a responsabilidade total de formar cidadãos conscientes. É muito exigir isso de uma única disciplina. Mas trabalhamos por uma mudança de formiguinha, levando o que se aprende na sala de aula para a vida”. Por isso, muitas de minhas estudantes já estavam matriculadas ou estavam planejando também cursar a Licenciatura e/ou fazer o Mestrado em Antropologia, duas estratégias para ampliar as oportunidades de trabalho uma vez formadas (FONSECA, 2004).

Foi consenso de que uma disciplina sobre mercado de trabalho deveria ser oferecida logo nos primeiros semestres da graduação em Ciências Sociais e não apenas ser um assunto comentado *en passant* na disciplina “Introdução à Antropologia” ou como um tópico, apenas eventualmente oferecido. Algumas estudantes sugeriram até que essa disciplina deveria se tornar obrigatória.⁶ Assim, as estudantes já poderiam se matricular nas próximas disciplinas de modo estratégico, já orientando sua formação às áreas nas quais desejavam e/ou se imaginavam trabalhando uma vez formadas. Por exemplo, a turma percebeu ser importante aprender línguas estrangeiras, dominar história mundial e estar disponível para viajar para ocupar postos nas Nações Unidas ou nos altos cargos da Esplanada dos Ministérios. Viram como é preciso estar atenta ao próprio *e-mail* e redes sociais, onde muitas vagas são divulgadas. Perceberam ser impossível, ao tentar entrar no mercado de trabalho, não checar

⁶ Outras áreas já contam com disciplinas semelhantes em sua grade curricular, mas são oferecidas nos primeiros semestres como obrigatórias. É o caso na Universidade de Brasília, por exemplo, de “Psicologia e profissão”, no curso de graduação em Psicologia.

a caixa de entrada diariamente, ao menos. Assim, uma disciplina como essa pode ajudar a melhor organizar o “currículo oculto” (FONSECA, 2004) ao longo da formação, escolhendo uma disciplina estratégica aqui, participando de um projeto de extensão ali, encarando um estágio acolá.

A turma percebeu que, durante a graduação, já pode assumir uma atitude mais ativa em sua formação, atentando para as habilidades exigidas em locais de trabalho aspirados e desenhando o currículo de acordo com essas aspirações. Ao escolher disciplinas mais específicas e próximas do interesse, ao se aproximar de professoras e projetos com os quais se identifiquem, viram que não é preciso ter o diploma na mão para só então descobrir essas possibilidades concretas e habilidades correlatas (MUNANGA, 2013). As anfitriãs lembraram como “se colocaram no mundo” (Tatianna Meireles), ao buscar outros cursos, concorrer a seleções, pedir vagas, apresentar-se aos empregadores, entregar currículos etc. Contudo, Juliana Noleto, que fez formação inclusive no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, sugeriu às estudantes que evitassem se especializar muito cedo (se tornando “monotemáticas”) e, ao contrário, “abrissem o leque” de interesses durante a graduação. Ou, como sugeriu Nívio Caixeta, que vivessem “menos em caixinhas”. Isso seria estratégico para se formarem como profissionais mais polivalentes. Como Noleto bem sintetizou, “Estejamos no campo da Antropologia, mas façamos também a Antropologia em outros campos”.

A relação com o campo de trabalho na universidade, por contraste ou contiguidade, foi constante. A formação na graduação foi ressaltada por todas as antropólogas visitadas como importante para tomar decisões sobre seguir o caminho da Antropologia, para garantir um conjunto de conceitos básicos e úteis uma vez no mercado, para conhecer professoras e começar a rede de contatos e, sobretudo, para já ter uma experiência de pesquisa. Elas se lembravam vividamente de textos e autoras que haviam lhes marcado e inspirado nos caminhos pelas Ciências Sociais e que a nossa turma rapidamente reconheceu porque já tinha lido durante a graduação.⁷ Tudo isso, as antropólogas avaliaram, foi importante para conseguirem chegar onde estavam na atualidade. A turma ficou positivamente surpresa de a graduação ter sido uma etapa citada e valorizada na formação dessas profissionais. As

⁷ *Relativizando* de Roberto DaMatta, *O que é Sociologia* de Carlos Benedito Martins.

anfitriãs reforçaram como a sólida formação acadêmica havia lhes instrumentalizado com qualidade para a prática profissional. “É o curso, é o fazer pesquisa que te dá segurança para ir a campo, para fazer antropologia”, lembrou Danielle Jatobá, consultora independente.

Além do mais, em seus cotidianos de trabalho, todas as nossas anfitriãs acionavam constantemente as ferramentas da pesquisa, que tão bem lhes foi apresentada durante a graduação e nos níveis subsequentes de formação. Inclusive, saber fazer pesquisa – bibliográfica, empírica, de campo, por amostragem etc. – era um diferencial que lhes alavancava e destacava nas equipes onde estavam. Nesse sentido, realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos, coletar e analisar dados, fazer pareceres, laudos, relatórios com fundamentação teórico-metodológica, como lembra Santos (2016), eram atividades de pesquisa realizadas corriqueiramente pelas nossas anfitriãs. Aproveitei para trazer de volta esse ensinamento para nossa realidade na Universidade de Brasília, ao valorizar a produção da monografia ao final da graduação e a participação em projetos de iniciação científica ou grupos de pesquisa como oportunidades de aprender a fazer pesquisa, a aprimorar a capacidade de análise e escrita.

Escrever textos e produzir conhecimento, por excelência, marcam o dia a dia de trabalho (SCHUCH, 2003), embora algumas anfitriãs notassem como lhes faltava tempo para pensar mais profunda ou criticamente sobre o que escrevem e produzem (MULLER, 2010). Juliana Noleto sugeriu que isso pudesse ser aplacado, minimamente, pela relação continuada com o estudo e a leitura, numa relação íntima entre ação e reflexão, fluidificando assim as fronteiras e os muros entre produção e aplicação do conhecimento (LOBO, 2016). Nesse sentido, várias de nossas anfitriãs, ao longo de suas carreiras profissionais, tinham ido e voltado da academia.

Os textos escritos, inclusive, marcaram o currículo e as oportunidades de trabalho para essas antropólogas. “Um laudo leva a outro”, como explicou Danielle Jatobá, consultora independente, sugerindo como os produtos por nós elaborados ajudam a constituir a rede informal de oportunidades de trabalho. Ficaram conhecidas no mercado pela sua escrita clara, detalhada, eficiente e, mais importante, potente. Jatobá nos lembrou que é muito comum ser contratada para “textualizar uma realidade”, já que no âmbito da política pública, o texto ganha mais autoridade do que a oralidade. Os textos são peças de convencimento,

como também encontramos na antropologia acadêmica. Mas Nívio Caixeta, que tem como tarefa constante revisar os resultados apresentados por consultores contratados pelo Sistema ONU, notou ser impraticável simplesmente transferir a lógica acadêmica para o texto que inspirará a política pública. Ele sugeriu que resgatemos a própria Antropologia para tornar nossos textos realistas e palatáveis para o público mais amplo: pensar em como e para quem escrevemos. Nesse sentido, se nossos textos ganharem mundo para além da academia, não poderão manter o tamanho, a verbosidade e a cultura de citações conceituais. Para transitar entre a academia e outros postos de trabalho, muitas traduções parecem ser necessárias.

Foi possível notar, especialmente ao conhecermos os produtos escritos, que, guardada a cautela sugerida por Caixeta, a estrutura, método, prosa, bilinguismo, uso de bibliografia clássica e contemporânea da Antropologia e até valorização de termos e depoimentos nativos eram aspectos que aproximavam esses textos àqueles que produzimos na universidade. A turma notou como textos e ambientes de trabalho também utilizavam certos jargões, como, por exemplo, os termos “parceria”, “apoio”, “cooperação técnica”, “convênio”, “missão”, no caso das ONGs; “*overhead*”, “*compliance*”, “*flex time*”, “*networking*”, “*fundraising*”, “P11”, no caso do Sistema ONU.⁸ Ainda assim, eram textos com linguagem (sobretudo, fotográfica) mais acessível, com diagramação mais bonita, colorida e atrativa, público mais amplo e diverso. Um detalhe, contudo, espantou a turma: a autoria estava clara e citada ao final do texto, mas tendia a ser coletiva e anonimizar a antropóloga que havia se incumbido de escrever o texto. (Isso muda no caso de relatórios de consultorias independentes, em que o exercício de escrever é mais autônomo e conta com mais liberdade de criação e autoria, mas também mais solitário e apartado de um ambiente de repartição pública, por exemplo).

Também percebemos desafios específicos desses espaços. Ao sair de um curso de Antropologia, todas as antropólogas visitadas haviam se inserido em equipes com

⁸ *Overhead* é uma porcentagem de um financiamento destinado para a administração do projeto, geralmente variando de 10 a 20%; *Compliance* é a adesão e concordância a uma ideia sugerida; *Flex time* é a contagem do tempo de trabalho em que horas extras entram para o banco de horas, gerando crédito para a trabalhadora; *Networking* é trabalhar para fazer, ampliar e consolidar uma rede de contatos de profissionais relevantes e estratégicos para sua carreira; *Fundraising* é buscar recursos, financiamentos, parcerias que permitam um projeto acontecer; *P11* é o currículo específico do Sistema ONU, *online* e fundamental para participar de qualquer processo seletivo em seus escritórios regionais ou internacionais.

profissionais de outras áreas. Assim, notamos características comuns em seus locais de trabalho: interdisciplinaridade (BARRETO FILHO *apud* OLIVEIRA; AMORIM, 2015), autoridade do saber técnico e ocidental (geralmente, das áreas das exatas, biológicas e da saúde), atuação entre o universalismo da política pública e o particularismo dos grupos e comunidades, muita burocracia (ou, como disse Nívio Caixeta, “muito meio para pouco fim”), a relação exígua entre as expectativas, o tempo e a realidade (a diferença, como lembrou Juliana Noleto, entre “o que se gostaria de fazer, o que o financiador/contratante quer que seja feito e o que se consegue fazer no final das contas”). Essa convivência com novos colegas exigiu, para várias das pessoas visitadas, que adquirissem outros conhecimentos, buscassem formações complementares e especializações. Tatianna Meireles, que trabalha como antropóloga no Departamento de HIV/AIDS (Ministério da Saúde), explicou que se percebe como uma “camaleoa”, ao adotar uma estratégia deliberada de não se identificar profissionalmente *a priori* para evitar pressuposições ou carimbos, e deixar que, mesmo embaralhando um pouco os interlocutores, sua capacidade técnica se sobressaia. Era uma opção para conseguir conviver com os profissionais médicos, que monopolizavam as altas hierarquias do Ministério. Ela explicou que, com o rigor metodológico da Antropologia, pode trazer outras vozes, a atenção aos detalhes, informações que os médicos não lembram ou não são capazes ou sensíveis para interpretar, traduz números abstratos, mas também vice-versa, traduz grandes quantidades de materiais qualitativos em números (MULLER, 2010).

Todas as antropólogas visitadas deixaram claro como fazem uma espécie de Antropologia aplicada em seus locais de trabalho. Realizam atividades de *advocacy*, testemunho, mediação, assessoria, militância em favor dos direitos civis de povos minoritários, em temas de terra, saúde, justiça, educação, economia social, gênero (MUNANGA, 2013). E isso fica claríssimo na Antropologia Visual realizada por Lena Tosta e comentada por Sarah Pink (2006). Mas Muller lembrou em seu texto, contudo, que, em seu trabalho dentro de ONGs, por exemplo, “atuava com e não como movimento social” (2010, p. 90). Juliana Noleto, por outro lado, lembrou que, durante seus quase seis anos lotada na Funai, era antropóloga na e da Funai, “tudo ao mesmo tempo”, numa percepção muito mais imbricada e multifuncional da profissão. Não via a relação entre a Antropologia

e a política pública como uma oposição, uma impossibilidade (SCHUCH, 2003). Haveria, portanto, uma contribuição antropológica para perceber, interpretar e também construir políticas públicas, proporcionando, por exemplo, a inversão da perspectiva convencional “*top-bottom*” (que tende a privilegiar a voz dos “técnicos” em vez da dos “beneficiários” de uma política). Nesse sentido, como disse Lena Tosta, ao produzir um audiovisual antropológico, o importante é “não chegar com a pauta pronta”, mas “ouvir as pessoas” e “negociar sobre o que falar, sobre o que mostrar”.

Contaram ser facilmente identificadas como “porta-voz” das minorias (SOARES, 2014), contratadas para “entender o universo do outro” (Tatianna Meireles) ou “conviver com a diferença” (Krislane Matias) e, embora estivessem alinhadas com a missão da instituição onde trabalhavam, isso poderia parecer estar perdendo a neutralidade e a tecnicidade (surpreendentemente, até mesmo diante dos colegas acadêmicos). Em suas equipes, diante do público atendido e até quando voltavam para circular dentro da universidade, contaram se sentir “profissionais do estranhamento” (SOARES, 2014). Pensar criticamente – sobre a formação na Antropologia, sobre o ambiente e o empregador, sobre as tarefas de trabalho, sobre os resultados alcançados – é uma das marcas profissionais relatadas pelas antropólogas lidas e visitadas, consolidando a ideia de que atuamos na forma de um “grilo falante” (BONETTI, 2004/2005), como identificadoras de problemas, como problematizadoras da realidade.

Assim, mediar, dialogar, comunicar, conversar, traduzir foram todos verbos ouvidos e lidos com frequência ao longo dessa disciplina. Essa frequência também indicou à turma como a antropóloga acaba, em geral, trabalhando em zonas de conflito, em que a mediação se apresenta como muito importante. Danielle Jatobá, especialista em comunidades rurais indígenas e quilombolas, por exemplo, lembrou que ao lidar com questões sobre a terra, está sempre num *front* contra discursos hegemônicos. O tempo, o olhar, o discurso e a agenda podem ser muito diferentes entre os burocratas e os gestores e os beneficiários das políticas, ela lembrou. Por isso, em seus relatórios precisa traduzir a comunidade para o Estado, mas também o contrário, o Estado precisa ser traduzido para as comunidades, reportando, inclusive, como e por que esse Estado não funciona como o esperado. A turma se assustou várias vezes com os depoimentos sobre falta de segurança, ameaça à integridade, risco de

vida que essas profissionais haviam corrido ao longo de suas carreiras. E, além disso, Jatobá lembrou que muitas das expectativas por trás das encomendas de trabalho que recebe é para que faça “mágica” para resolver questões muito complexas ou, como disse Muller, se tornar uma “especialista em diversidade” ou, pior, uma “apagadora de incêndios” (2010). E Jatobá também reforçou como nosso trabalho exige que nos posicionemos, reflitamos sobre quem quer nos contratar, se o tipo de texto que produzimos é sintético, “chapa branca”, longo, prolixo demais etc. Questões éticas e nosso compromisso com a comunidade em questão nos fazem declinar certas ofertas de trabalho, também nos colocam em situações de embate e confronto direto.

FALEMOS MAIS DOS DITOS “CAMINHOS PROFANOS”

Entrei para a universidade no curso de Artes Plásticas. Por diversas razões, acabei transferindo-me para o curso de Antropologia. Como eu achava que já tinha “perdido tempo” durante a graduação, segui diretamente para o mestrado também na Antropologia. Ao final, depois de oito anos, eu estava cansada da universidade, embora tivesse aprendido muitíssimo durante esse período. Mas eu tinha a clareza de que queria testar se as habilidades reunidas eram úteis e versáteis para me manter, para me transformar em uma profissional, para contribuir com o mundo ao meu redor. Um de meus professores à época, ao saber que eu não iria me inscrever na seleção de doutorado, convidou-me até seu gabinete. Em quase duas horas de conversa, ele lançou mão de vários argumentos para tentar me convencer a ficar. Ao final, ele resumiu uma visão que não me parece rara ainda nos dias atuais: “Pense bem, não vale a pena se profanar no mercado de trabalho. Não pare no mestrado, siga diretamente para o doutorado, será melhor”. Eu ouvi todos seus conselhos, respeitosamente agradeci cada um deles. Mas eu já estava decidida e, naquele mesmo mês, eu já estava empregada na primeira das cinco organizações não governamentais onde atuei profissionalmente como antropóloga durante muitos anos antes de voltar à academia e seguir como docente e pesquisadora.

Uma das razões para que outros espaços de trabalho não sejam mencionados pelas antropólogas acadêmicas é a tradição da disciplina, eminentemente catedrática, baseada em linhas de prestígio, hierarquia e poder. Talvez o aprimoramento teórico, a capacidade de

conhecer e discutir as ideias de várias autoras, de escrever com sofisticação, de viajar a tantos lugares exóticos e também famosos podem ser atributos que conformam e consolidam o campo (BOURDIEU, 2012). Mas outra razão também da esparsa menção e indicação de outros espaços profissionais da Antropologia pode ser o desconhecimento. Grande parte das professoras que compõem os departamentos de Antropologia no país fez a formação subsequente e ininterrupta nos três níveis (graduação, mestrado e doutorado) e logo passou num concurso para continuar como docente. Profissionalizaram-se dentro da universidade, sabem fazer, em muitos casos, com maestria, a boa Antropologia na forma de aulas, artigos, livros, palestras. Desconhecem como é trabalhar numa ONG, numa repartição do Estado, numa empresa privada.

Ainda assim, o campo da Antropologia só cresce e nós, acadêmicas, não podemos ficar à margem dessa constante renovação, construção, criação de postos e oportunidades de trabalho, sobretudo para nossas estudantes por lá transitarem com mais desenvoltura. E, inclusive, porque, justamente, elas por lá podem transitar, esses espaços de trabalho também têm a chance de se aprimorar e adaptar. Precisamos ser capazes de lhes mostrar as possibilidades existentes, com seus benefícios e dilemas. Precisamos ajudar-lhes a reconhecer o que acumularam durante os anos de graduação e a como canalizar esse conhecimento e essas habilidades para diferentes postos de trabalho. Além disso, incentivar-lhes a criar e inaugurar novíssimos espaços e arranjos de trabalho que, talvez, nem existam ainda. Avento que, encasteladas na universidade, não seremos capazes de vislumbrar esses horizontes de transformação e transgressão.

Assim, minha aposta, ao oferecer repetidamente essa disciplina, é lembrar que “camaleões” e “formiguinhas” podem transitar com muito mais versatilidade e até resiliência pelos caminhos ditos profanos. Inclusive, ao transformar pouco a pouco esses caminhos não acadêmicos, oxalá passemos a vê-los de modo menos estigmatizado e mais favorável e acolhedor para as profissionais egressas da graduação. E conseguir ver esses espaços não acadêmicos como igualmente legítimos para o exercício de produção da boa e comprometida Antropologia. Podem, inclusive, ser espaços de resistência muito importantes nesses tempos atuais de golpismos de todo tipo e de perseguição e menosprezo do trabalho feito pela Antropologia.

REFERÊNCIAS

- BONETTI, Alinne de Lima. A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional. **Revista Humanas** (Dossiê “Cidadania, democracia e políticas públicas), n. 26/27, 2004/2005, p. 159-78.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- FLEISCHER, Soraya. Atenção básica de saúde, cronicidade e Ceilândia: O que tudo isso tem a ver com o ensino da Antropologia?. **Percursos**, n.13, pp. 23-39, 2012.
- FLEISCHER, Soraya; DAMAZIO, Ana Clara. Quais são os desafios de escrever durante o curso de graduação em antropologia? Entrevista com Soraya Fleischer por Ana Clara Damásio. **Textos Graduados**, n. 1, p. 1-14, 2015.
- FLEISCHER, Soraya; NASCIMENTO, Rosana Maria; MACHADO, A. D. ; SILVA, G. A. L. ; VIRGILIO, N. L. ; MOTTA, G. O. Ensaio à la Nacirema: relato de uma experiência docente em Antropologia. **Revista Café com Sociologia**, n. 2, p. 18-40, 2013.
- FONSECA, Cláudia. “Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio”. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Contracapa/ABA, 2004, p. 69-91.
- GAMA, Fabiene; FLEISCHER, Soraya. Na cozinha da pesquisa: Relato de experiência na disciplina Métodos e Técnicas em Antropologia Social. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. 5, p. 109-127, 2016.
- GROISMAN, Alberto. Ensino de Antropologia em ‘outros cursos’. In: Grossi, Miriam Pillar; Tassinari, Antonella; Rial, Carmen (Orgs.). **Ensino de Antropologia: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 333-349.
- LEAL, Sayonara; JANSEN, Vanessa; NERIS, Kendy; MENEZES, Fernanda; BRANDÃO, Carolina. **Formação e saberes docentes para o ensino de Sociologia nas escolas: Reflexões sobre a licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Brasília**. Paper apresentado no 3º ENSOC (Encontro Estadual de Ensino de Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 28-30/09/2012.
- LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates - Fórum de debates em antropologia**, n. 2, pp. 115-126, 2016.
- MULLER, Cíntia Beatriz. A prática antropológica: o desafio de trabalhar em organizações não governamentais. In: GUEDES et al. (Orgs.). **Experiências em ensino e práticas em antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010, p. 76-83.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. **Revista de Antropologia**, n. 56, v.1, 2013, p. 485-504.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de; AMORIM, Lara. Os dilemas do ofício do antropólogo. Entrevista com Henyo T. Barretto Filho. In: FRANCH, Mónica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Orgs.). **Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015, pp. 301-314.

PINK, Sarah. Visual engagement as social intervention. Applied visual anthropology. In: _____. **The future of visual anthropology: engaging the senses**. Nova Iorque: Routledge, 2006, pp. 81-102.

SANABRIA, Guillermo Vega. **O ensino da antropologia no Brasil: um estudo das formas institucionalizadas de transmissão da cultura**. Dissertação [Mestrado em Antropologia social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. A ocupação dos espaços: antropólogos e sua ação social. **Novos Debates - Fórum de debates em antropologia**, n. 2, pp. 101-114, 2016.

SARTORI, Ari José. **O ensino da Antropologia nos cursos de graduação: “o que ensinam” e “como ensinam”**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

SCHUCH, Patrice. O estrangeiro em campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. **Antropolítica**, v. 12/13, n. 1/2, 2003, p.73-91.

SOARES, Mariana de Andrade. **Antropólogos na ação: o exercício do ofício extra acadêmico junto a Povos Indígenas**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

WRIGHT-MILLS, Charles. Do artesanato intelectual. In: _____. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980[1959], pp. 211-243.

**LUGARES AMBÍGUOS E ANTROPOLOGIA:
Reflexividade e dilemas éticos sobre ser profissional não acadêmica e pesquisadora**

*Ambiguous places and Anthropology:
Reflexivity and ethical challenges on being a worker and researcher*

Izis Morais Lopes dos Reis

Assistente social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do curso de Serviço Social da Faculdade Projeção – DF.

RESUMO. Este artigo tem como objetivo pensar sobre os incômodos e as potências que podem emergir da realização de estudos antropológicos que implicam a análise sobre a própria área de atuação profissional (acrescida do fato de tal atuação ser de uma não-antropóloga e não-pesquisadora). Discuto como a inserção profissional como assistente social (trabalho não acadêmico) de um órgão do sistema de justiça, realizando pesquisa de doutorado em Antropologia neste mesmo órgão, produziu condições específicas para investigação (o que chamo de lugar ambíguo), com desafios que nem sempre são superados por meio do uso das propostas de garantia de ética em pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Saúde, por exemplo. Também indico os tortuosos caminhos e as complicadas saídas encontradas e/ou artesanalmente produzidas durante pesquisa diante da ambiguidade de ser profissional não acadêmica e pesquisadora simultaneamente.

PALAVRAS-CHAVE: Lugares ambíguos. Desafios éticos. Reflexividade. Etnografia.

ABSTRACT. This article aims to discuss the annoyances and the possibilities that can emerge from an anthropological research that also implies the analysis on the own area of professional activities (plus the fact that such activities are not of an anthropologist). The article presents how a professional performance as a social worker on the criminal justice system and as a PhD student of Anthropology conducting a research about the same criminal justice system, produced specific conditions for research. It presents the challenges that could not always be thought or solved by using the frames provided by Conselho Nacional de Saúde (National Health Council). It also demonstrates the tortuous paths and the complicated solutions found and / or handcrafted during research.

KEYWORDS: Ambiguous place. Ethical challenges. Reflexivity. Ethnography.

APRESENTAÇÃO

Desde 2009, ocupo o cargo de Analista de Saúde – Serviço Social, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Entrei neste órgão quando já tinha título de mestra em Antropologia Social. Em 2012, ingressei na turma de doutorado, também em Antropologia, dando seguimento à minha formação acadêmica, e passei a debruçar-me sobre o próprio MPDFT. É nesse contexto, dessa inserção dupla – enquanto profissional não acadêmica e pesquisadora sobre mudanças do pensamento institucional – que proponho as reflexões teóricas e éticas presentes neste texto¹.

No segundo semestre de 2014, após exame de qualificação durante o doutorado, no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), passei para a fase seguinte: a necessidade de solicitar autorização do órgão público para realizar a pesquisa. A autorização tinha como foco não só manter as boas relações com minhas e meus interlocutores, dando formalidade à pesquisa, mas igualmente garantir possibilidade de acesso aos documentos e aos processos judiciais sigilosos, com o devido respaldo institucional.

À época da solicitação, o primeiro passo foi encaminhar projeto de pesquisa para a promotora de justiça chefe da Coordenadoria de Promotorias de Justiça em que eu desenvolveria o estudo. Em alguns dias, as responsáveis pela coordenação (secretária-executiva e promotora-coordenadora) chamaram-me para uma reunião, quando informaram quais seriam os próximos passos pensados por elas para que a autorização fosse possível.

Em primeiro lugar, eu deveria fazer a solicitação à coordenação pelo sistema de tecnologia de informação. Depois, a coordenadora enviaria meu projeto de pesquisa para todos/todas promotoras/promotores de justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar daquele local. Posteriormente, com anuência de todas as pessoas consultadas, a coordenação encaminharia o pedido para a Assessoria de Políticas Institucionais (parte da administração superior do órgão público em questão).

¹ As reflexões que fundamentam este artigo-ensaio se iniciaram em pesquisa realizada entre 2015 e 2016, sobre a implementação da Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), no MPDFT. Algumas das reflexões aqui presentes se encontram parcialmente em minha tese de doutorado. Embora as discussões aqui presentes tenham emergido dessa pesquisa, não pretendo discutir os dados coletados em si. Ainda, reafirmo o compromisso com o anonimato das pessoas com quem pesquisei por meio da não citação de nomes e/ou características que se refiram a elas quando houver narrativa de episódios, eventos e casos.

Enfim, eu receberia uma resposta.

Este trâmite não era desconhecido, pois eu já havia solicitado tais autorizações para que estudantes de nível superior realizassem suas pesquisas para monografias e trabalhos de final de curso. Embora nos outros momentos não houvesse a necessidade de consenso entre promotoras/es de justiça sobre a anuência da realização de estudos, concordei com a proposta e considerei-a adequada.

Porém, nessa reunião, houve algo que considero peculiar e provocador. A coordenadora, com o projeto de pesquisa em mãos, com série de marcações e rabiscos, fez um questionamento por mim inesperado: “Você se propõe a estudar seu próprio trabalho, observar acolhimentos que vocês mesmas, do setor psicossocial, criaram. Como você vai avaliar suas atividades de modo imparcial?”. Pega de surpresa, respondi que a pesquisa proposta não era avaliativa e que não tinha como objetivo dizer se as promotorias ou se o setor psicossocial desempenhavam suas atividades de modo errado ou corretamente. A coordenadora não pareceu convencida com a minha resposta e afirmou, em seguida, que eu e minha orientadora chegaríamos a um acordo sobre a metodologia a ser utilizada. Concordei. Agradei pelas sugestões e pelo apoio. Saí da sala.

Além da expectativa mais administrativa (funciona ou não funciona, é bom ou ruim, adequado ou inadequado), é possível ponderar que o questionamento da coordenadora denotasse certa desconfiança em relação à pesquisa proposta por uma servidora do órgão. Talvez ela estivesse dizendo que acreditava que eu avaliaria positivamente meu próprio trabalho (as atividades realizadas pelos Setores de Análise Psicossocial) em detrimento das atividades que outras categorias profissionais desempenhavam, já que eu era responsável por conduzir trabalhos de um desses setores psicossociais.

Repassei mentalmente os objetivos e os métodos elencados no projeto. Lembra-me que a palavra *avaliar* aparecia uma única vez, exatamente na afirmação de que avaliações não eram o foco do projeto. A reunião com essa coordenadora fez com que eu começasse a questionar-me sobre quais as diferentes expectativas que promotoras/es de justiça e servidoras públicas dos Setores de Análise Psicossocial (Setps) poderiam ter com a pesquisa.

Talvez houvesse uma desconexão primeira entre o projeto e tais expectativas: a ideia de que a pesquisa para tese de doutorado, por ser interessada em práticas judiciárias, pudesse passar unicamente pela lógica administrativa, de avaliar as

atividades por meio dos critérios de eficácia, efetividade e eficiência. Eu acreditava ter deixado claro que esses critérios não estavam em meu horizonte de preocupações. Eu propunha uma pesquisa que objetivava conhecer e compreender as mudanças no pensamento institucional impulsionadas pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Interessava-me como diferentes profissionais produziam conhecimentos e como tomavam decisões acerca das situações de violência doméstica e familiar contra mulheres que chegavam ao Ministério Público. O que pensavam e sentiam ao trabalhar com esses processos judiciais? Como se comportavam diante das diferentes situações? Queria mapear e entender quais eram os conflitos existentes entre categorias profissionais, quais as tensões emergiam no cotidiano de trabalho e como elas eram solucionadas. Essas perguntas não se referem à avaliação de boas ou de más práticas, nem a pensar critérios para medição de eficácia dos serviços oferecidos ou das atividades desempenhadas no MPDFT.

É relevante lembrar que o Serviço Social é uma profissão que visa dar respostas às desigualdades estabelecidas, especialmente no que se refere à contradição caracterizadora do modo de produção capitalista – a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013). Isso se traduz em princípios éticos que podem ser considerados diferentes daqueles elencados pela Antropologia, por exemplo.

O Código de Ética de Assistentes Sociais institui que a profissão deve se empenhar “na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e opta “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, CFESS, 2012 [1993], p. 23-24). Esses princípios gerais se referem a compromissos de intervenção sociopolítica e econômica, de transformação social a partir da crítica às desigualdades.

O Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga não é óbvio no que se refere a qual compromisso assumir. Isso não significa que pesquisadoras/es não se envolvam com militâncias e intervenções políticas por meio do resultado de suas pesquisas. Entretanto, a direção indicada pela Associação Brasileira de Antropologia é de que “direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica” (ABA, 2012, s/n).

Claro, como aponta Roque Laraia (1994, p. 05), as atividades de “um advogado, um padre, um médico” - e acrescento, de uma assistente social – são reguladas por legislações enquanto a atividade de antropólogos tem na construção de relações de confiança boa parte de suas possibilidades de existência como ciência. Ainda assim, não é possível ignorar que os compromissos assumidos por assistentes sociais e por antropólogos/os nem sempre são similares, o que pode gerar duplicidade de sentidos na atuação como profissional não acadêmica e como pesquisadora-antropóloga.

Ao longo do texto, essas ponderações iniciais sobre conexões e desconexões entre as áreas profissionais, sobre a interseção de campos de conhecimento da própria autora, das possibilidades múltiplas que se abrem pela prática profissional não acadêmica e de pesquisa, simultaneamente, são os condutores propostos para as reflexões. Essa ambiguidade é perpassada por uma pergunta-chave: como estudar antropologicamente a interlocução entre áreas profissionais e campos de conhecimentos distintos (Psicologia, Serviço Social e Direito), ancorada pela formação inicial em um deles (Serviço Social), mas também olhando de fora deles (a partir da Antropologia)?

Este texto parte da reunião de autorização de pesquisa descrita e tem como objetivo discutir os incômodos e as potências que podem emergir da realização de estudos antropológicos que implicam a análise sobre a própria área de atuação profissional. Debruça-se sobre as armadilhas teórico-metodológicas pelas quais passei e os caminhos e as soluções encontrados e/ou artesanalmente produzidos durante pesquisa de doutoramento. Há implicações teóricas, metodológicas, éticas e políticas em ocupar esse lugar ambíguo, de profissional não acadêmica (no caso, como assistente social) e de pesquisadora (como doutoranda em Antropologia Social, à época).

O evento etnográfico narrado é um convite à reflexão sobre os lugares em que se faz pesquisa (e como ela pode/deve ser feita), os interesses e os compromissos profissionais e as formas de se fazer Antropologia em órgãos públicos, no Distrito Federal. Ensaio algumas respostas/propostas ao enfrentar a dificuldade de conjugar valores profissionais que se aproximam e se distanciam, e que (me) colocam mais ou menos como uma estrangeira e/ou como se estivesse em uma fronteira.

OCUPANDO LUGARES AMBÍGUOS

O evento com que abri o artigo parece colocar em cena as ideias de imparcialidade e de neutralidade de uma pesquisa empírica que, para a coordenadora,

teria como objetivo avaliar um serviço público prestado de acordo com critérios administrativos. Na especificidade do tema do enfrentamento das violências contra mulheres, é possível supor que tais critérios teriam uma preocupação com avaliar se as atividades desempenhadas por profissionais (servidores/as e promotores/as de justiça) teriam alcance para diminuir reincidências criminais², ou seja, para avaliar se as atividades diminuiriam o cometimento de atos considerados criminosos.

Pode-se afirmar que essa é uma questão que atravessa o campo do Direito Penal, como produtor de conhecimentos sobre teorias da pena³, suas potencialidades e desafios (REALE, 1999). Assim, essa questão parece central para atuação de uma profissão presente no Ministério Público: promotores/as de justiça. Para ser mais clara sobre a atualização desta forma de pensar no cotidiano do Ministério Público, utilizo a frase de um promotor de justiça em discussão de um grupo de trabalho sobre intervenções com homens acusados de cometer violências contra mulheres:

Nas discussões em que tenho participado, tem sido enfatizada a ausência de dados confiáveis sobre a avaliação de políticas públicas semelhantes (no caso, dos grupos reflexivos com homens, pulverizados país afora) em termos preventivos/protetivos às mulheres. Alardeia-se que os grupos “diminuem a recidiva, que eles são muito bons, que o índice de satisfação das mulheres é grande etc.”, mas esse tipo de informação tem se limitado aos próprios levantamentos informais feitos pelos próprios gestores de tais grupos, sem maior rigor metodológico na coleta e análise dos dados (Promotor de Justiça, por e-mail, 2016).

A frase acima destaca como o par “eficiência e eficácia” são conceitos-chaves dentro dos órgãos do sistema de justiça e pode moldar escolhas de pesquisa empírica para pesquisadoras/es sobre a intervenção sociojurídica no tema da violência doméstica contra mulheres. Há um horizonte pragmático vislumbrado por esse promotor de justiça – pessoa que ocupa local específico em um órgão do sistema de justiça: o de evitar novos crimes.

2 Há diferença entre recidiva e reincidência: “Esta noção de reincidência difere do conceito jurídico de recidivismo, o qual leva em conta o fato de o apenado ter passado por todos os devidos procedimentos da justiça criminal, bem como o tempo transcorrido de uma entrada a outra” (FANDINO MARINO, 2002, p. 226).

3 Os órgãos do sistema de justiça criminal comum (composto por polícias, MP, Poder Judiciário e penitenciárias) podem ser classificados como de caráter retributivo. Nesse tipo de sistema teórico-prático, as expectativas são as de que o Estado puna, ainda que desconsiderando desejos de “infrator, vítima ou comunidade”. Ao mesmo tempo, a pena é pensada como aquela que funciona para prevenir crimes, via prevenção negativa, em que a própria previsão de punição seria uma “ameaça preventiva”, que operaria certa coação psicológica (SÁ, 2006, p. 211); e via prevenção positiva, em que a pena confirmaria e atualizaria o valor “das normas e dos valores do ordenamento jurídico”.

Poderia dizer que essa preocupação sobre o sistema de justiça (bom/ruim, eficaz/ineficaz) está presente na atuação de outras categorias profissionais que trabalham no MPDFT, pertencentes a outras formações. Porém, os dados coletados e as informações produzidas não são analisadas e interpretadas a partir de horizontes teórico-metodológicos, critérios e valores similares. Por exemplo, profissionais de Psicologia e de Serviço Social deparam-se com situações persistentes de violência contra mulheres e não necessariamente esperam que o resultado de participação de homens em grupos de reflexão⁴ resulte imediatamente no cessar das violências, embora possam ter a expectativa que tais intervenções causem fissuras nas representações sociais hegemônicas de gênero.

Profissionais dos Setores Psicossociais do MPDFT apostam nas diferentes políticas sociais existentes para pensar e moldar suas ações. Ao longo de minha pesquisa, as profissionais não se referiram somente – e nem principalmente – aos grupos de reflexão para homens, por exemplo. Encaminhamentos para grupos de reflexão para homens eram sugeridos, mas, em geral, eram associados a encaminhamentos para atendimentos referentes ao fortalecimento das mulheres e à inserção em outros serviços disponíveis, como de saúde, de assistência social, de geração de emprego e renda etc. Tudo dependia das realidades concretas com que se deparavam.

Para assistentes sociais e psicólogas, os grupos de reflexão para homens podem ser utilizados, por exemplo, como porta de entrada para que as necessidades e as demandas deles fossem analisadas e outras intervenções pudessem ser propostas – caso o processo judicial não tivesse passado por análises psicossociais anteriores, por exemplo. Nesse sentido, a atuação do sistema de justiça é vista como ponto de partida para que outros equipamentos estatais disponíveis sejam acionados.

De tal modo, as propostas responsabilizadoras (por meio de punição, ou por meio da aplicação de medidas despenalizadoras, diferença que não farei aqui) não são

4 Não é possível afirmar consenso sobre as propostas teórico-metodológicas dos grupos de reflexão para homens acusados de cometer crimes referentes às violências domésticas contra mulheres. Mas, mesmo em experiências diversas no Brasil, em geral pode-se dizer que as propostas, no DF, assim como em Belo Horizonte, onde Lattanzio e Barbosa (2013) realizaram pesquisa, visam “por um lado, que os homens que cometeram outras violências reflitam de forma mais contundente sobre a violência contra a mulher em seus vários aspectos (físico, psicológico, sexual...), a desigualdade de poder nas relações que estabelecem, entre outros aspectos. De outro lado, possibilita aos homens que cometeram violência contra a mulher ampliar o escopo de reflexões a partir da experiência dos demais, trazendo, com mais frequência, temas como a paternidade e os modos dialogais de resolução de conflitos” (LATTANZIO; BARBOSA, 2013, p. 89).

tomadas, por essas profissionais, a partir da relação de causa e efeito, de que uma pena teria capacidade de cessar comportamentos considerados violentos. Durante a pesquisa, essas profissionais pareciam reconhecer algo apontado por Lia Zanotta Machado (2014, p. 13): “há variações nos desejos explícitos de mulheres dada a complexidade da violência doméstica, em que estará sempre presente um desejo que oscila entre a interrupção da violência, a punição e a reparação”.

O *novo trato jurídico* inaugurado pela Lei Maria da Penha é marcado pela relevância dada às equipes multidisciplinares. Para conhecer e compreender as mudanças geradas pela implementação desta Lei, deve-se analisar as relações entre campos de saber, entre campos de atuação profissional, e como estabelecem diálogos informados por diferentes formações. É importante perceber que as profissões não estão fechadas em si mesmas. Ao contrário, dialogam e disputam formas de explicar a complexidade humana e as relações sociais densas, permeadas por contradições.

Direito, Serviço Social e Psicologia, no MPDFT, se tensionam de modo que as situações de violência doméstica contra mulheres sejam vistas por meio de teorias e práticas que não sejam estereotipadas (no que se refere ao gênero e/ou à ideia de indivíduos manipuladores e acometidos de patologias). O registro textual do promotor de justiça sobre os grupos de homens (a respeito da importância de produzir dados quantitativos sobre reincidência) e as expectativas de assistentes sociais e psicólogas com esses mesmos grupos demonstram algumas das diferenças entre campos de atuação profissional.

Uma dessas diferenças pode ser percebida ao analisar trechos de entrevistas com as profissionais das equipes multidisciplinares. As ponderações, baseadas em seus próprios campos de conhecimento e experiência profissional, indicam, por exemplo, que o Direito Penal seria uma área com pouca abertura para intervenções diversas e complexas que cada caso atendido exige, segundo as entrevistadas. A fala a seguir exemplifica a divergência entre promotoras/es de justiça e as profissionais dos Setores Psicossociais:

Uma das dificuldades que eu tenho é essa coisa da discussão – mas eu não estou afirmando que é isso que acontece, né – da linguagem do juiz com o promotor... Nós, que somos técnicos, que estamos ali atendendo, a gente atende pra subsidiar o parecer de um ou de outro, e na hora que chega lá na decisão, por exemplo, a gente chega e tem todo um discurso para *empoderar*, para ajudar a mulher. Aí, quando chega na audiência, existem perguntas como: “Por que você se submeteu a isso há tanto tempo?”, “Por que você se mantém numa

relação dessa?” ou então, às vezes, o juiz tentando conciliar uma relação que não deve ser conciliada mais por questões religiosas. Então, isso é... a gente tem uma briga, uma luta e quando chega em outras instâncias que, às vezes, não tem o preparo pra lidar com o tema, eles acabam jogando tudo por terra. Essa é uma dificuldade muito grande que a gente tem... Tem várias outras, mas eu acho que essa é uma assim que realmente a gente precisa pensar, o que precisa ser feito pra gente alinhar o discurso, sabe? (Entrevista com psicóloga, 2015).

A psicóloga acima sinalizou a desconexão entre campos de atuação profissional quando, por exemplo, durante os procedimentos realizados pelas equipes psicossociais para “subsidiar” a atuação de operadoras/es do Direito, como acolhimentos de mulheres, entrevistas, visitas domiciliares, o tom usado é o de “empoderar”. Porém, segundo a mesma entrevistada, durante as oitivas e audiências, juízes/as e promotores/as têm discursos não alinhados a essa perspectiva, pois fazem perguntas taxativas às mulheres, como a apontada pela entrevistada: “Por que você se submeteu a isso há tanto tempo?”.

É nesse jogo entre princípios ético-políticos, premissas e fundamentos teórico-metodológicos distintos, que posso dizer que fui colocada num lugar ambíguo, como pessoa graduada em Serviço Social e com caminho pela Antropologia. Quais as alianças eu poderia construir sendo profissional não acadêmica do MP e pesquisadora? Como seria vista nos espaços? Como detetive? Como alguém atada em relações de lealdade? Como explicitar diferenças entre atuar como assistente social e pesquisar como antropóloga a depender do momento e do local em que estivesse?

Como profissional não acadêmica do órgão público há cerca de oito anos, acompanhei boa parte das transformações do MPDFT sobre a implementação da Lei Maria da Penha. A minha chegada à Coordenadoria de Promotorias de Justiça – em que concentrei a maior parte de meus esforços de pesquisa – se deu por causa da descentralização geográfica dos Setores de Análise Psicossocial (Setps). Antes de 2011, a atividade de assessoria psicossocial às Procuradorias e Promotorias de Justiça se localizava somente no edifício-sede do MPDFT. Após 2011, os Setores passaram a ser montados em cada Coordenadoria de Promotorias de Justiça, espalhando geograficamente esse tipo de assessoria pelo Distrito Federal quase todo.

Fui uma das responsáveis por construir esse projeto de descentralização. A atividade psicossocial, no MPDFT, existe desde o final da década de 1990 e início da década de 2000, ou seja, antes da Lei Maria da Penha ser promulgada. A assessoria psicossocial era acionada, principalmente, por algumas promotorias de justiça da infância e juventude, as cíveis e de família, e pelas promotorias de defesa das pessoas

idosas e das pessoas com deficiência. Entretanto, a análise de situações de violência doméstica contra mulheres foi central para a descentralização geográfica dos Setores Psicossociais, na perspectiva das profissionais.

De certa maneira, a Lei Maria da Penha pressionou o MPDFT em, pelo menos, dois sentidos: a obrigatoriedade de discutir relações de gênero e violência nas relações de afeto dentro de processos judiciais; a necessidade de aumentar a quantidade de profissionais para compor as equipes das Coordenadorias de Promotorias de Justiça, de forma que fossem capazes de receber as demandas sociojudiciais existentes. Esta Lei, ao prever a ampliação das respostas jurídicas no tema, também criou um questionamento (sempre presente): o que deve e o que pode ser feito por diferentes profissionais nesses casos, no MPDFT e fora dele?

A descentralização geográfica dos setores de assessoramento psicossocial – e o consequente aumento das equipes – aconteceu com muitas tensões e conflitos (alguns ainda estão em pauta). Um exemplo é o desenho organizacional (tamanho das equipes, atividades a serem desempenhadas, rotinas de trabalho etc.). Outro é a adoção de direcionamentos teórico-metodológicos a serem usados como guias de atuação dos Setores de Análise Psicossocial. A violência doméstica contra mulheres, ao longo dessa descentralização geográfica, pode ser vista como um dos nós de debates sobre como trabalhar o tema e quais as potencialidades das atividades conjuntas de profissionais de Direito (analistas processuais e promotores/as de justiça), de Psicologia, de Serviço Social.

As reuniões para escrita e pactuação de decisões sobre o projeto e sobre sua implementação, bem como os debates sobre soluções de problemas referentes à interlocução entre Serviço Social, Psicologia e Direito revelam que temas como a “ampliação de olhares” e o “alargamento de horizontes” não são discursos usados somente pelas equipes psicossociais. Porém, não se pode dizer que todas as pessoas envolvidas tenham chegado a consensos no que diz respeito a pensamentos, abordagens e ações sobre o que a atuação especializada no tema e localmente contextualizada (nas Regiões Administrativas do DF) significa.

Os diferentes pontos de vista dos sujeitos envolvidos nem sempre eram compreendidos e os debates certamente produziam possibilidades de modificar o que estava posto. Mas também criavam frustrações e brigas entre as pessoas envolvidas, balizadas por sérios embates entre abordagens teórico-metodológicas, e sobre as definições de quais seriam as melhores formas de intervir nas situações de violência

doméstica e familiar contra mulheres.

Na maior parte do meu tempo de pesquisa, quando pude realizar os mapeamentos delineados acima, passei despercebida. Em alguns momentos, esse lugar estava estampado: quando fiz entrevistas ou quando observei audiências, por exemplo. Mas, em reuniões públicas, em que pude preencher diversos cadernos profissionais (que se transformaram em cadernos de campo), minha existência dupla era obscurecida. Em alguns casos, consegui informações em reuniões profissionais que, só depois, compuseram meu material de pesquisa, mas eu estava presente como representante de um setor específico. Em outras ocasiões, meu duplo papel pesquisadora-profissional não acadêmica estava claro somente para algumas das pessoas, como assistentes sociais, psicólogas e alguns promotores/as de justiça que me conheciam. Ou seja, não consegui, em todos os momentos, ser vista e reconhecida como pesquisadora e profissional não acadêmica simultaneamente.

Por um lado, essa participação ampliada, além de um universo delimitado (uma só Promotoria de Justiça), permitiu-me certa capacidade de dizer um pouco mais sobre o Ministério Público, de modo mais geral. Particpei diretamente das tensões que analisei, acompanhei e fui protagonista de algumas mudanças na organização do MPDFT. Por este motivo, as descrições realizadas não compõem um retrato de um lugar específico. Fui capaz de falar sobre as transformações ocorridas no órgão ao longo dos últimos anos e sobre as práticas judiciárias realizadas por promotores/as de justiça e por servidores/as do órgão.

Por outro lado, não ser identificada como pesquisadora na integralidade do tempo em que pude efetivamente “coletar dados” (em 2015 e 2016) poderia me colocar em um dilema diante de alguns direcionamentos éticos em pesquisa, como um dos estampados na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS): “Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante”. Formulo esse dilema da seguinte maneira: como a pesquisa poderia ser chamada de consciente e livre por parte de participantes, se nem sempre eu ocupava o espaço como pesquisadora e/ou nem sempre todos/as sabiam que eu também estava envolvida em pesquisa de doutoramento?

Acredito que seja relevante fazer algumas ponderações sobre a pesquisa antropológica. Por um lado, como apontou Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 35), “no caso da antropologia, a negociação da pesquisa e/ou do objeto é parte constitutiva do empreendimento: primeiro no campo e depois no escritório quando o

trabalho é redigido, ainda que no segundo momento trate-se de um diálogo simulado”. Por outro, como indica Mariza Peirano (1992, p. 04), a etnografia comumente é “concebida como 'método' por excelência da disciplina”, ela é pensada como forma de “imersão no universo social e cosmológico do 'outro’”.

Nesse registro, poderia dizer que minha participação das atividades do órgão e minhas anotações poderiam ser tomadas como aplicação prévia de técnicas de pesquisa, como relatos de caderno de campo após observação participante. Entretanto, a autora faz uma observação sobre “método” a partir de outra perspectiva para além das técnicas: a própria etnografia não é só uma maneira de coletar dados, e sim teoria(s) que se constrói(em) em campo, numa relação intensa de exploração do campo empírico. Diz ela que, pelo projeto aberto de pesquisa e de ciência, cada antropólogo e antropóloga “está reinventando a antropologia” constantemente (PEIRANO, 2014, p. 381).

Peirano inicia o artigo *Etnografia não é método* (2014) contando sobre um encontro com trabalhadores de um cartório eleitoral, quando ela foi realizar cadastramento biométrico obrigatório para as eleições daquele ano. Essa situação ordinária, aparentemente banal, trouxe à antropóloga a possibilidade de tecer algumas questões sobre as experiências do dia, sobre o atendimento, sobre as informações recebidas e repassadas. Esse encontro também permitiu que ela conectasse aquele dia com outros eventos contados por outras pessoas em (e sobre) lugares distantes, como a Índia e os Estados Unidos. Diante dos estranhamentos que a provocaram, Peirano indica que:

Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonemos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (2014, p. 379).

Essa descrição de etnografia que não se inicia como uma pesquisa convencional, parece muito próxima à minha pesquisa no MPDFT. De fato, eu já trabalhava no Ministério Público há alguns anos quando submeti o projeto de pesquisa à coordenadora da Promotoria de Justiça. É inegável que, entre 2009 e 2014, eu tinha tido experiências, observado e participado de reuniões, de grupos de trabalho, ido a cursos e seminários (inclusive ministrado alguns). Essa experiência permitia a criação de hipóteses a serem

pensadas, hipóteses sobre como as relações sociais internas e externas eram constituídas no – e constitutivas do – Ministério Público. Também tinha hipóteses sobre as relações entre assistentes sociais e psicólogas com outros profissionais do órgão e com a população atendida.

Uma pergunta sobre a qual dificilmente terei resposta é quanto ao momento em que minhas preocupações, transformadas em problemas e hipóteses de pesquisa, surgiram exatamente. Há anos ensaiava-as, procurava respostas pelos tortuosos caminhos que se formam pelas interpelações e provocações que têm lugar no cotidiano. Posso dizer, retrospectivamente, que perceber as distinções de percepções e de abordagens, bem como perceber quais eram as tensões existentes, foram os primeiros interesses de pesquisa sobre teorias, metodologias e protocolos de intervenção que não necessariamente formam um consenso entre profissionais de áreas diferentes, nem entre profissionais de um mesmo campo de conhecimento/profissional.

A partir do momento em que pude me apresentar como pesquisadora – com a definição de um objeto e com a apresentação de um projeto de pesquisa – passei a construir esse lugar todos os dias, em cada encontro. Sempre que me era permitido ou que era possível pelas circunstâncias, conversava sobre as minhas preocupações de pesquisa, compartilhava observações, dizia que eu era estudante de um curso de doutorado. Minha posição e minha identificação como pesquisadora se construiu de modo não linear, foi negociada em complexas teias de interação e, certamente, nem sempre era clara. Assim, uma consideração do Conselho Nacional de Saúde (CNS) se aplica somente parcialmente ao meu local ambíguo:

Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas:

Parágrafo Único: Não serão registradas, nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito (BRASIL, 2016, s/n).

De fato, procurei analisar questões e problemas que surgiam (e surgem) cotidianamente na prática profissional. Porém, o lugar de pesquisadora não implicava em uma relação de mais autoridade ou de uma superioridade hierárquica por minha parte, porque as lógicas organizacional e institucional do órgão não permitiriam que isso

ocorresse. Constantemente, fui lembrada do meu lugar de subordinação na escala hierárquica dentro do MPDFT.

O lugar ambíguo implica em lidar com a fértil pergunta de Ciméa Bevilaqua (2003, p. 59): “Seria ético incorporar à etnografia um material obtido pela observação anônima, mas que permite a identificação dos sujeitos observados e implica danos potenciais a sua reputação?”. Bevilaqua (e eu) está consciente de que essas escolhas são delicadas: a) por causa do vínculo e da confiança entre pesquisadores/as e “informantes” (como a autora nomeia); b) pelo fato de a Antropologia ser feita de modo quase sempre artesanal e contextualizado. Estes dois pontos fazem com que a dúvida sobre como publicizar os achados de pesquisa seja constantemente revisitada.

Bevilaqua não apresenta soluções fáceis para esse dilema ético. É provável que sequer existam. Assim, o que se tornou óbvio, para mim, é que eu precisaria realizar essas escolhas difíceis diante de alguns critérios que pudessem ser defendidos perante meus pares e daqueles que estivessem acima de mim na hierarquia do órgão. Ao longo da escrita da tese de doutorado, por exemplo, decidi evitar ao máximo o uso de materiais que tenham sido acessados por meio de relações mais íntimas, como desabafos de amigas e de colegas. Procurei não falar sobre atendimentos que não tenham sido diretamente feitos por mim, a não ser nos contextos em que havia sido explicitado que eu estava no local como pesquisadora (como audiências, algumas reuniões e observações de grupos). Evitei tais relatos como forma de não expor ainda mais as pessoas com quem trabalhei e pesquisei.

Gostaria de apresentar o que chamei de “incômodo-solução”, algo que tem me acompanhado ao longo desses anos de trabalho e de pesquisa sobre/em órgãos públicos. Philip Abrams (1988, p. 58), no início de *Notes on the Difficulty of Studying the State*, fez a seguinte afirmação: “o Estado não é a realidade que se encontra atrás da máscara da prática política. Ele é, em si, a máscara que previne que se veja a prática política” (tradução livre). Para Abrams, o Estado não pode ser analisado fora das práticas, pois o que se nomeia Estado não é uma entidade monolítica, que possui interesse como se indivíduo fosse.

O autor indica a relevância de compreender as teias relacionais produtoras de efeitos não só contraditórios, mas confusos e sem resultados necessariamente previsíveis (algo similar ao que Max Weber havia sinalizado em *A Política como Vocação*, 1996 [originalmente publicado em 1919]). Mas, apesar disso, o Estado pode parecer à população em geral, mas também a pesquisadoras/es como se fosse um bloco

rígido e sempre uníssono, de acordo com Abrams (1988). E um dos motivos para isso, de acordo com o autor, é a proteção de dados que os órgãos estatais conseguem garantir, bem como a resistência às análises das práticas que formam esse imaginário.

Qualquer um que tenha tentado negociar um contrato de pesquisa com o Escritório do Departamento de Saúde estará consciente do extremo ciúme com que as agências instintivamente protegem as informações sobre si mesmas. A suposição, e sua efetiva implementação, de que o 'setor público' é, de fato, um setor privado sobre o qual conhecimento não deve ser publicizado é o mais óbvio e imediato obstáculo a qualquer estudo sério sobre o Estado. [...] Qualquer tentativa de examinar poder politicamente institucionalizado de perto é, em resumo, tentativa de trazer luz ao fato de que um elemento integral desse poder é a habilidade de reter informações, negar observação e ditar os termos de conhecimento de si (ABRAMS, 1988, p. 61-62, tradução livre).

Diante das transformações na gestão estatal dos conflitos (criação e potencialização de leis penais, encarceramento em massa, legislações protetivas, medidas alternativas e busca de soluções não-jurisdicionais) é preciso analisar como a adequação às normas ratificadas internacionalmente e às pressões de movimentos feministas e de mulheres têm sido realizadas cotidianamente, o que implica análise cuidadosa das relações sociais que caracterizam o Estado. A tônica atual, por exemplo, é a ideia de transparência das atividades do Estado. Assim, para a diminuição das dificuldades inerentes de estudar processos de Estado, apontadas por Philip Abrams (1988), é necessária a abertura das portas das burocracias para a produção de informação e de conhecimentos, como partes integrantes do regime democrático.

Nesse sentido, pesquisadores/as e burocratas não podem afirmar o público como se privado fosse. A minha pesquisa se referiu ao exercício das atribuições e funções de servidores/as públicos/as. A maior parte dos diálogos registrados em diários de campo, ou seja, dos dados primários coletados, se deram por causa desse exercício, em reuniões cujas pautas e atas devem ser de acesso a toda a população. Afirmo a convicção de que a maior parte das discussões que acompanhei deveria ser objeto do escrutínio de qualquer pessoa atendida no MPDFT, ou que tenha interesse pelo que o Ministério Público faz.

Ao longo desse tópico, procurei fazer uma descrição do meu lugar ambíguo e apontar a criatividade que essa existência dupla fomentou, como a amplitude dos dados acessados, o diálogo e o alcance das atuações que minha inserção profissional garantiu. Igualmente, tentei demonstrar que essa ambiguidade é carregada de desafios éticos e

metodológicos, como a desconfiança da parcialidade. Poderia estender que essa desconfiança também é gerada pela diferença entre a pesquisa antropológica e o que se espera das pesquisas empíricas no MPDFT. Estas parecem ser mais valorizadas quando se referem às análises de eficácia e eficiência. Minha descrição foi igualmente uma aposta: o meu lugar ambíguo foi (e é) potente exatamente pelas interpretações diversas e, às vezes, contraditórias, sobre mim.

TECENDO INTERPRETAÇÕES SOBRE AS POTENCIALIDADES DO LOCAL AMBÍGUO

Gostaria de voltar um pouco e debruçar-me sobre os desdobramentos do questionamento sobre a capacidade de produção de conhecimento confiável, por minha pesquisa. Ou melhor, sobre quais as contribuições que poderia dar ao MPDFT sendo pesquisadora e profissional não acadêmica simultaneamente. A desconfiança trazida pela coordenadora ao perguntar se eu avaliaria positivamente um trabalho por desempenhá-lo nos Setores de Análise Psicossocial, incita algumas reflexões. Seriam meus dados e resultados um simples reflexo daquilo que eu mesma já teria elaborado previamente, espelhos de um comportamento autojustificatório? Estaria eu realizando *autoantropologia* (STRATHERN, 2014[1987]): a) porque propunha uma pesquisa sobre *minha sociedade*, b) mas também porque estava estudando meu local de trabalho (com minhas colegas que desenvolvem atividades profissionais que eu também desenvolvo cotidianamente)?

Marilyn Strathern, em *Os limites da autoantropologia* (2014), questiona sobre como conhecer “em casa” e fora dela. A autora debate sobre qual seria *a casa* do antropólogo e se investigador/a e investigado/s poderiam ser considerados como compartilhando a *mesma casa*. Ela afirma que a autoantropologia não pode ser considerada aquela realizada dentro do grupo do antropólogo/a, mas a pesquisa em que pesquisador/a e pesquisados/as compartilham fundamentos, conceitos, relações produtivas de vida social que informam a pesquisa. Ou seja, para a autora, autoantropologia é feita entre grupos que compartilham uma concepção de *sociedade* (que seriam comparáveis por serem homólogas e que existiriam para responder diferentemente às mesmas questões) como forma de teorização e de estabelecimento de relações sociais.

A autoantropologia, para ela, não é aquela realizada entre grupos que se identificariam como brasileiros, por exemplo, mas seria definida “pela relação entre

suas técnicas de organização do conhecimento e a forma como as pessoas organizam conhecimento sobre elas mesmas” (STRATHERN, 2014, p. 157). Membros e servidores do Ministério Público, os *meus nativos*, se veem como parte de uma sociedade que tem cultura (embora essa última muitas vezes seja comentada como se fosse obsoleta e seja tomada discursivamente como instrumental: “isso é cultural” - como estática) e utilizam tais conceitos diariamente, seja como forma de autoentendimento, seja como explicação dos fenômenos.

Estaria eu, por operar alguns dos conceitos dos campos de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas (Serviço Social, Psicologia, Direito e Antropologia), fazendo autoantropologia? De certo modo, sim, pois muito provavelmente poderia produzir um conhecimento do tipo autoconhecimento⁵, “conferir[ia] uma nova autoria aos eventos, e assim colocar[ia] sua [minha] versão lado a lado com outras narrativas dotadas de propriedade” (STRATHERN, 2014, p. 153), contribuindo para o alargamento da compreensão geral do ordenamento jurídico e das práticas judiciais brasileiras (ou, pelo menos, distrital).

O desafio de estudar *em casa* tem suas vantagens e desvantagens, e a etnografia pode ser abertura para, ao experimentar pensamento do outro, experimentar ou colocar à prova o pensamento do próprio/a pesquisador/a. Como a própria Strathern (2014, p. 136) afirma, há sempre descontinuidade entre o/a antropólogo/a e a “compreensão nativa”, já que os conceitos e análises produzidas por quem pesquisa não são necessariamente operados por quem está no outro lado. A indicação de Strathern sobre o alinhamento com o mostrar a relação entre a natureza da sociedade pesquisada (no caso, uma sociedade burguesa, de capitalismo dependente, com raízes racistas e com profundas desigualdades de gênero) e o que as pessoas disseram, não só aparecia em meu texto, mas também no dia a dia, já que meu lugar permitia (e, por vezes, demandava) que eu falasse sobre meus achados parciais, testasse aquilo que via em uma experiência do coletivo.

Seria difícil, portanto, pensar que as pessoas com quem eu pesquisava pudessem se sentir “exploradas”, no sentido de que a minha pesquisa serviria somente a mim mesma, para os meus próprios fins, como indicou Strathern (2014) em sua própria

⁵ Essa forma de pensar as contribuições da Antropologia parece ser definida por Ulf Hannerz (2010, p. 549) como “a busca por entendermos o que somos a partir do espelho fornecido pelo 'Outro'”, um fazer Antropologia sobre a qual tanto Strathern (2014) como Eduardo Viveiros de Castro (2002) são críticos em alguma medida. Porém, quando se está imersa em, pelo menos, dois campos de conhecimento, e se pesquisa (n)as fronteiras de outras áreas de atuação profissional, é uma definição que vale a pena manter em perspectiva.

pesquisa. A ideia de Strathern (2014, p. 139) de que “os acadêmicos criam um domínio exclusivo no interior do qual seus relatos têm valor” poderia ser operada em minha pesquisa, claro. Afinal, eu estava em busca de um doutoramento e deveria realizar uma tese que garantiria sucesso nessa etapa. Entretanto, eu não estava no local de pesquisa somente como pesquisadora, como quem coleta dados e vai embora. Eu estava ali como, também, profissional não acadêmica razoavelmente especializada que tinha oportunidade de, pela atividade como pesquisadora, indicar como o movimento real⁶ do Ministério Público poderia ser captado intelectualmente.

Estudar o próximo ou distante exige cautela, já que a Antropologia sempre se encontra com o desafio de estar *entre* formas de conhecimento, interpretações de *casa* ou de *fora*. Exige exercício ético, teórico e metodológico para não “associa[r] o nativo a si mesmo, pensando que seu objeto faz as mesmas associações que ele, isto é, que o nativo pensa como ele” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 119). A proposição de Eduardo Viveiros de Castro me parece fértil aqui: “O problema é que o nativo certamente *pensa*, como o antropólogo; mas, muito provavelmente, ele não pensa *como* o antropólogo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 119).

Então, ao compartilhar cultura e sociedade, como conceitos, com meus interlocutores, estaria eu fazendo as mesmas coisas – produzindo conhecimentos similares ou versões comparativas dos mesmos eventos – que eles? Talvez. E às vezes. Mas, afirmo que há certa incomensurabilidade entre como profissionais utilizam essas classificações conceituais na organização de suas práticas no Ministério Público. Também pensam e agem a partir de referenciais distantes, não só porque se formaram ou participam efetivamente de campos diferentes e semiautônomos (BOURDIEU, 2004), mas também porque se posicionam diferencialmente na organização do MPDFT, conforme as escalas hierárquicas, por exemplo. A interseção entre as posições diferenciadas e desiguais, entre esses campos semiautônomos e hierarquias, produz relações sociais específicas.

Minha resposta, de que só talvez e só às vezes eu e meus interlocutores

⁶ Termo usado em oposição a movimento aparente, uma percepção ilusória. Minha pesquisa de doutorado (REIS, 2016) indicou uma série de tensões sobre como o Ministério Público atua, disputas sobre como deve atuar e como é percebido por diferentes sujeitos – profissionais e pessoas atendidas, bem como incompreensões sobre o órgão público e suas reais potencialidades. Nesse sentido, tive a oportunidade de aprofundar-me para além das percepções de senso comum e acompanhar com maior cuidado os conflitos, as decisões e as soluções dos problemas institucionais. Em especial, o primeiro capítulo de minha tese se debruça sobre as dificuldades de o Ministério Público se consolidar como órgão democrático, defensor da sociedade, em ruptura com sua história vinculada à defesa do Estado.

estaríamos produzindo as mesmas coisas/conceitos/conhecimentos, pode ser exemplificada por um acontecimento durante a pesquisa. Em meados de 2014, havia sinalizado a uma promotora de justiça que gostaria de observar audiências. Certo dia, conseguimos organizar as agendas e ela convidou-me para acompanhá-la naquela tarde. Era uma via de mão dupla de interesses: os meus, de pesquisa, e os dela, que achava que eu poderia contribuir para responder a uma questão colocada por promotores de justiça da cidade. Havia abertura para o diálogo: ela dizia claramente que gostaria de ouvir minhas opiniões e impressões sobre as atividades por ela desempenhadas.

A pergunta dela se referia à utilidade das audiências de justificação⁷, se tais audiências eram úteis para as mulheres em situação de violência, ou se não deveriam mais ser agendadas. Àquela promotora de justiça, as audiências de justificação pareciam ter o objetivo não explicitado de induzir que as mulheres desistissem do prosseguimento dos processos judiciais.

Eu não sabia se seria capaz de responder ao que a inquietava. Talvez, nunca tenha conseguido. Mas, aproveitei a oportunidade e fomos juntas ao Fórum. Neste dia, observei nove audiências. Em quatro delas, mulheres constavam como vítimas de agressões perpetradas em algum relacionamento afetivo⁸. Provavelmente, suas histórias eram muito diferentes, suas vidas, seus problemas, seus desejos. Porém, as falas delas foram encurtadas pela velocidade com que as audiências ocorreram. Isso dificultou que eu pudesse compreender exatamente o que era relevante para cada uma daquelas mulheres que tentavam contar um pouco de suas experiências. A rapidez parecia diminuir a importância das histórias daquelas pessoas que estavam ali exatamente com o propósito de serem escutadas.

A algazarra nos corredores era notável. O secretário saía da sala de audiências e gritava os nomes das pessoas envolvidas para que adentrassem às salas. Com as muitas conversas lá fora, era difícil que escutassem o chamado. Também havia clima de

7 De acordo com um/a promotor/a de justiça, audiências de justificação referentes à Lei Maria da Penha (LMP) seriam analogia ao que está previsto no Código de Processo Civil (CPC). De acordo com o CPC, essas audiências têm como objetivo ouvir pedidos liminares, nos processos judiciais. Elas estavam previstas no antigo CPC (1973) e permanecem no atual CPC (BRASIL, 2015): “Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada”. Há tipo de audiência (de ratificação) prevista na LMP: “Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público” (BRASIL, 2006, s/n). Promotores/as do MPDFT comumente utilizam o termo “justificação” e não “ratificação”.

8 As audiências tiveram lugar num Juizado Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, já que ainda não havia sido criada a Vara especializada.

impaciência e de tensão – o secretário, ao não ouvir respostas de quem ele chamava, gritava novamente. Enfim, as pessoas entravam na sala, o secretário fechava a porta e a audiência se iniciava, durando entre 10 e 20 minutos. O juiz abriu as quatro audiências referentes às violências contra mulheres com a pergunta: “sra. *Fulana*, estamos aqui para saber se a senhora quer dar continuidade a esse processo”. As audiências talvez incentivassem de fato as mulheres a desistir das ações judiciais.

No fim do dia, eu e a promotora de justiça voltamos caminhando e conversando. Ela me contou que uma vara específica para os processos de violência doméstica contra mulheres seria aberta, contou que a promotoria seria dividida entre duas cidades do DF, falamos também de outros assuntos amenos, como viagens planejadas. Ao entrar na promotoria em que trabalhávamos, paramos em frente a minha sala. Então, ela perguntou quais tinham sido minhas impressões sobre as audiências. Senti forte incômodo e não sabia o que responder. A pergunta não era uma surpresa. Mas, certamente, eu sabia também não ter resposta objetiva que, pensava eu, ela pudesse gostar de ouvir.

Muitas coisas passaram por minha cabeça na hora: que as audiências eram desorganizadas, que eu tinha achado desrespeitosa a forma como as pessoas eram chamadas, que as pessoas não pareciam ser ouvidas, que o juiz parecia prestar muita atenção ao celular ao longo de algumas audiências e não ao que as pessoas diziam. Eram minhas impressões de primeiro momento, sem reflexão, sobre a aparência das audiências. Isso me gerava insegurança sobre como deveria responder à promotora de justiça, inclusive por ela estar posicionada hierarquicamente acima de mim, no órgão. Não sabia ao certo quais impactos as minhas impensadas respostas poderiam gerar e, claro, não gostaria de parecer grosseira após o generoso convite para observar o trabalho dela.

O meu lugar ambíguo, de profissional não acadêmica e de pesquisadora, não fazia com que me sentisse mais confortável para discutir impressões iniciais de pesquisa com ela. Ao contrário, geravam medo de como ela e outros/as promotores/as de justiça poderiam receber algumas das ponderações. A “construção de relações não hierárquicas”, uma das premissas éticas para condução de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, como definidas pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), não se encaixava ali. Eu não conseguiria alçar local privilegiado de mais autoridade do que a da promotora de justiça. O meu lugar ambíguo não retirava a possibilidade da marcação de meu local subordinado.

Decidi responder, então, com algo que poderia ser considerado banal. Disse que eu tinha sentido um incômodo: “ninguém se apresenta”. Ela esperou que eu continuasse.

Expliquei:

Nem o juiz, nem você, nem o secretário, nem o defensor se apresentam... vocês não falam seus nomes, não dizem quem são, o que fazem. As pessoas entram e saem sem saber quem vocês são, quais suas atribuições. Não sabiam também quem eu era e o que eu fazia ali [a não ser em uma audiência em que a promotora pediu que explicasse sobre um serviço de saúde a uma pessoa e eu me apresentei] (Pesquisadora à Promotora de Justiça, 2014, durante observação participante).

A promotora assentiu e comentou que nunca tinha pensado sobre isso. Eu disse que isso não era comum para assistentes sociais e psicólogas: faz parte do roteiro se apresentar, dizer quais são os objetivos das atividades desempenhadas, os motivos pelos quais aquelas pessoas foram chamadas para uma entrevista, por exemplo. A apresentação pessoal e profissional é parte do *treino* dessas profissões. Ou, pelo menos, eu assim observava ao longo de meus anos trabalhando no Ministério Público. Não é uma questão de boa educação ou de polidez com entrevistados/as, com as pessoas atendidas. É obrigação pragmática dessas profissões, parte de suas técnicas e teorias, exercício de seus princípios ético-políticos.

Ao longo dos anos de pesquisa, promotores/as de justiça e juízes/as não se apresentavam em audiências, isso não fazia parte do ritual. As pessoas descobriam quem eram eles/as pela leitura das atas de audiência, quando eram atendidas pelas equipes psicossociais, em conversas com familiares ou com outras pessoas nos corredores. Essa “dica” reverberou e logo todas as promotoras de justiça com quem eu tinha maior contato passaram a relatar a mim que tinham adotado a apresentação no início da audiência e encorajavam juízes/as com quem trabalhavam a se apresentar também. O que eu, inicialmente, achava que seria uma contribuição muito pequena, uma forma de esquivar-me de falar sobre observações mais sérias sobre uma audiência, revelou a mim um abismo entre campos de atuação profissional (Psicologia, Serviço Social, Direito – encarnado na figura de promotores/as de justiça).

Parece correto afirmar que eu e as pessoas com quem pesquisei compartilhamos algumas ideias organizadoras, como sociedade e cultura, autonomia e liberdade. Mas nem sempre estávamos falando sobre as mesmas coisas. O processo de pesquisa etnográfica foi o de reconhecer-me nesta interseção (pesquisadora/antropóloga e servidora pública/assistente social) e perceber como essas ambiguidades poderiam me

prover uma forma autoral de produzir conhecimento. Arrisco dizer que poderia me descrever como uma estrangeira, nos termos de Georg Simmel:

O estrangeiro, contudo, é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o “inimigo interno”. É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário. [...] O estrangeiro parece próximo, na medida em que a ele o outro da relação se iguala em termos de cidadania, ou em termos mais social, em função da profissão, criando laços internos entre as partes inter-relacionadas. O estrangeiro parece mais distante, por outro lado, na medida em que esta igualdade conecta apenas os dois da relação de forma abstrata e geral, não havendo assim laços de pertença (SIMMEL, 2005, p. 265 - 269).

Havia desconfiança sobre mim, já que eu não tinha preocupações exatamente iguais às das promotoras ou da coordenadora da promotoria. Ao mesmo tempo, minha atuação profissional e minha pesquisa abriam possibilidades de contribuição ao Ministério Público, de compreensão e de transformação daquele espaço sociojurídico. Eu tinha consciência de que não poderia dizer tudo que descobria imediatamente e sem dar importância às constrições (como poderia fazer com colegas de setor, talvez), sabia que, com algumas pessoas, precisava de muitas reflexões antes de falar sobre os dados, sob o risco (imaginário ou real) de sofrer retaliações posteriores.

Se uma etnografia é sempre produzida nessa interseção entre o que é do *nativo* e o que é do/a pesquisador/a e também pela descontinuidade entre antropólogo e o grupo pesquisado (MOURA, 2003, p. 11), é possível dizer que as descontinuidades eram anteriores à própria etnografia, seja pelas distintas inserções profissionais, seja pelas marcas hierárquicas do órgão, como apontado acima. Por exemplo, é interessante pensar na provocação feita por Elisabete Borgianni, durante I Encontro Regional de Assistentes Sociais do Ministério Público do Centro-Oeste⁹, em 2015. Borgianni, durante a palestra “A Instrumentalidade do Serviço Social no Sociojurídico” perguntou se a “defesa da ordem jurídica” (BRASIL, 1993a), uma das funções permanentes do Ministério Público, seria compatível com os princípios do Serviço Social, categoria profissional que fez a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 1993b).

9 Informações sobre o evento podem ser acessadas aqui: <<https://mpmt.mp.br/conteudo.php?sid=58&cid=68093>>. Acesso em: 16/10/2017.

As continuidades também eram relevantes: eu conhecia alguns argumentos, algumas linhas de pensamento, caminhos acadêmicos de muitas das minhas colegas que compunham os setores psicossociais. Foi desafiador colocar esses fatores entre parênteses, questionar os estilos profissionais, pensar quais relações sociais estavam sendo tecidas, que tipo de organização social do trabalho estava sendo proposto e quais os significados estavam sendo produzidos. Talvez, o momento da escrita etnográfica tenha sido capaz de criar maior distância entre as profissionais dos setores psicossociais e eu, já que posso dizer que há certa continuidade identitária por participarmos do mesmo grupo *voluntário* (SCHUTZ, 2012 [1970]).

Para isso, passar um tempo afastada, por meio de licença, para escrita da tese, foi fundamental. Rever os dados, reler os cadernos e os dossiês, debruçar-me em uma atividade solitária, sem compartilhar meus palpites de achados com minhas colegas, foi importante para conseguir posicionar-me diante delas posteriormente. Pude assim, no esforço de compreendê-las, articular os questionamentos por elas levantados, registrar contribuições a partir daquilo que me foi proporcionado durante a pesquisa, entrelaçando premissas e perspectivas comparadas entre profissionais de um mesmo campo e de outro. O conhecimento é produzido nessa apreensão teórica do movimento das relações sociais mais amplas, daquelas existentes dentro do Ministério Público e das transformações engendradas por essas relações.

TRAÇANDO FIOS, DEIXANDO AS ARESTAS À MOSTRA

Ao longo deste artigo-ensaio, procurei demonstrar os desafiantes caminhos pelos quais andei ao realizar uma pesquisa antropológica sendo eu mesma profissional não acadêmica do local em que desenvolvi meu projeto de investigação. Mostrei como minha existência, durante aquele período, era ambígua. Procurei demonstrar quais frutos teóricos e éticos essa ambiguidade foi capaz de produzir. Busquei articular a concretude proveniente do trabalho de campo com os sentimentos e pensamentos que me causaram, assim como as negociações realizadas e as decisões tomadas a cada momento da pesquisa.

Essa capacidade comparativa, esse jogo de espelhos, talvez possa ser elencado como uma das maiores contribuições da formação em Antropologia, na minha pesquisa. O Serviço Social proporcionou-me pensar os valores ético-políticos sempre entrelaçados com os instrumentos técnico-operativos e com os fundamentos teórico-

metodológicos, já desde a formação de graduação. Permitiu-me ir além do conhecer métodos de análise sobre como as desigualdades são produzidas e reproduzidas, mas igualmente engajar-me numa “análise crítica das tramas dos interesses sociais que se polarizam; da construção de estratégias coletivas [...] que permitam potencializar caminhos que reforcem direitos nos diversos espaços” (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

A Antropologia ensinou-me, pela “vivência prolongada”, a “olhar o mundo com sensibilidade e, assim, compreender, apreciar e traduzir códigos culturais diversos e respeitar a diferença cultural”, como apontou Bela Feldman-Bianco (2013, p. 24). Ensinou-me como encontrar mediações que permitem compreender as relações sociais, como é possível compreender o não dito, o tácito, identificar os códigos existentes – mas também a perceber como estão em disputa.

Ocupar um lugar específico ao pesquisar permitiu iluminar identificações e distanciamentos, valores compartilhados, rejeitados e em disputa. Além de revelar que, embora todos fossem participantes de um órgão que se diz regido pela missão de “promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade”, tal missão é vivida diferencialmente e adquire significados distintos de acordo com localização das pessoas que ali trabalham ou que são atendidas pelo MPDFT. Consigo afirmar, portanto, que não há *ethos* compartilhado entre promotores/as e servidores/as, de pertencimento ao órgão.

A pesquisa foi constituída por essas interações, marcada pelas desconexões entre campos de conhecimento (conceitos, preocupações, teorias, metodologias), pelas hierarquias características desse órgão público e pelas relações sociais produzidas diferencialmente, segundo as interpretações que de mim faziam, a cada momento ou etapa da pesquisa. Como o estudo de Patrice Schuch (2009), a minha pesquisa também tomou como objeto as relações sociais produzidas por pessoas distintamente posicionadas (promotores/as, servidores/as, pessoas atendidas pelo Ministério Público). Pessoas que compartilham parcialmente os critérios e os valores de organização e de avaliação das experiências.

Schuch (2009) apontou, em sua investigação, que as pessoas se identificavam como se em oposição estivessem. No MPDFT, esses lados são incertos e se alteram: por exemplo, promotoras/es de justiça, frequentemente, são identificadas/os em rivalidade ou oposição a servidoras/es; em outros momentos, ao lado. Por vezes, são percebidas/os como defensoras/es das mulheres que foram vitimadas por violências, do lado delas; em outras, do lado das pessoas acusadas de serem agressoras.

Imagino que eu tenha sido capaz de analisar as circularidades, as mudanças de posição e de identificações, as transformações na *justiça* (como desejo e demanda, e também como práticas que buscam produzi-la), pelo meu longo tempo de inserção (participação, observação) no MPDFT. Como pesquisadora, tentei acompanhar a posição de Eduardo Viveiros de Castro (2002), de que uma pesquisa antropológica deve se propor a olhar para fora, não para ver como outros responderiam às minhas perguntas, como antropóloga (ou da *cultura* da antropóloga), mas para compreender como as pessoas se interpelam, como as perguntas são “necessariamente reformuladas” pelos vários agentes – questões que são respondidas e novamente reformuladas por cada um que trabalha no Ministério Público.

Também posso dizer que fui provocada teórico-metodologicamente pelas reflexões de Laura Nader (1972, p. 2-4) quando discutiu o “efeito energizante da indignação” para dar estímulo à curiosidade de pesquisadoras/es. Segundo a autora, pesquisas conduzidas nos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos, tiveram como resultado demonstrar “o que estava por trás da sociedade burocrática sem face”. Como potencial, os estudos antropológicos “de cima” poderiam formular e responder questões sobre “responsabilidade, possibilidade de ser cobrado por algo (*accountability*), autogoverno”. De acordo com a autora, as análises sobre exercício do poder na própria sociedade das/os antropólogas/os são relevantes em, pelo menos, mais dois pontos: adequação científica (análise das dimensões culturais em maior abrangência) e relevância democrática (no sentido de as pessoas conhecerem, terem acesso a como as decisões são tomadas).

O texto não apresenta respostas prontas, nem esgota as discussões sobre as tensões e as ambiguidades de ser profissional não acadêmica e de ser pesquisadora ao mesmo tempo. Meu objetivo foi de compartilhar inquietações e soluções – sempre temporárias – sobre como pesquisar as transformações nas relações sociais existentes em um órgão público, transformações também impulsionadas pelas pressões societárias pela democratização do Estado (e do conhecimento). A proposta é contribuir para que profissionais não acadêmicas/os, que estão no processo formativo como pesquisadoras/es, possam imaginar formas de pesquisar, criar caminhos para a pesquisa e para a outra atividade profissional, enfim, realizar a dupla atividade criativa de teorizar a prática, e praticar a teoria, atividades que são transformadoras em termos objetivos e subjetivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. **Journal of Historical Sociology**, v. 1, n. 1, pp. 58-89, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. **Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga**. Criado sob a gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012, 2012. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 08/03/2018.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2fmmKeD>>. Acesso em: 10/07/2017.

_____. **Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006.

_____. **Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993**. Lei Orgânica do Ministério Público. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, 1993a.

_____. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, 1993b.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10 ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. FANDINO MARINO, Juan Mario. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisões da reincidência criminal. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 220 – 244, 2002.

FELDMAN-BIANCO, B.. Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2013, v. 1, p. 19-46.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ed.2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LATTANZIO, Fellipe; BARBOSA, Rebeca. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In:

LOPES, Paulo; LEITE, Fabiana (Orgs.). **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. ISER, Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. O medo urbano e a violência de gênero. In: MACHADO, Lia Z. BORGES, Antonádia M., MOURA, Cristina Patriota de (Orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena, Francis, 2014, p. 103-125.

MOURA, Cristina Patriota de. Considerações sobre a Diplomacia. **Cadernos de Campo** – Revista de Antropologia Social. 2003. Disponível em: <www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/52523/56490>. Acesso em: 16/08/2017.

NADER, Laura. **Up the Anthropologist**: Perspectives Gained From Studying Up. Department of Health, Education & Welfare, 1972.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. Pesquisa em Versus Pesquisa Com Seres Humanos. In: VICTÓRIA, C. et al. **Antropologia e ética**: O debate atual no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2004. p. 33-44.

PEIRANO, M. 2014. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n. 20, v. 42, p. 377-391, 2014.

_____. A favor da etnografia. In: **Série Antropologia**, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1992.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo Saraiva, 1999.

REIS, Izis Moraes Lopes dos. **Diálogos e conflitos entre campos de conhecimento**: o Ministério Público após a Lei Maria da Penha. 2016. [370] f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SÁ, Sidnei. Repensando a Função Retributiva da Pena Criminal. **De Jure** – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/273/repensando%20funcao%20retributiva_Sa.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/07/2017

SCHUTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia das Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2012.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UNB, 2005.

STRATHERN, Marilyn. Os Limites da Autoantropologia. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 133-158.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1,

2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: _____. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

**ANTROPÓLOGA NA SAÚDE MENTAL?:
Relato de experiência em uma equipe multiprofissional de saúde¹**

*Anthropologist in mental health?: experience report in a multiprofessional
health team*

Jarissa Santos

Mestra em Antropologia (PPGA/UFPB), e técnica da área técnica de saúde mental da Secretaria Estadual de Saúde do estado da Bahia.

Maurice de Torrenté²

Antropólogo, Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia.

RESUMO. O objetivo deste artigo é trazer o relato de experiência de uma antropóloga em uma equipe multidisciplinar em saúde coletiva com área de concentração em saúde mental na cidade de Salvador, Bahia. A partir desta inédita composição de equipe de saúde mental, será discutido o processo de reforma psiquiátrica, o que possibilitou novos olhares transdisciplinares frente à assistência as pessoas que vivenciam o sofrimento psíquico. A atuação se deu em instituições públicas da capital que se propõem substitutivas ao modelo manicomial de isolamento. Considero, portanto, que esta experiência abre portas para novas oportunidades de exercício do cientista social no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Cientista social. Reforma psiquiátrica. RAPS.

ABSTRACT. The aim of this paper is to report an anthropologist's experience in a multidisciplinary team in Collective Health with emphasis in mental health in Salvador – Bahia. From this unprecedented mental health team composition we discuss the psychiatric reform process. This reform provided new transdisciplinary views concerned to the care of people who suffer psychiatric issues. The experience described in this

¹ Dedico este artigo aos ricos encontros que tive com as pessoas que, apesar de seus sofrimentos, acolheram-me grandemente. A todas as residentes, tutoras, preceptoras, profissionais das instituições que me conduziram nesse remelexo de teorias, práticas e sentimentos – em especial a Ana Paula, Anne Sullivan e Maurice de Torrenté.

² A escrita do texto trará, em alguns momentos, a primeira pessoa do singular, o que significa identificar a experiência vivida pela residente. Contudo, a construção deste texto e o processo formativo de dois anos foram, especialmente, orientados por Maurice de Torrenté.

paper occurred in Salvador public institutions that aim to substitute asylum model which isolates people. This experience, therefore, provides new opportunities to social scientist in the job market.

KEYWORDS: Mental health. Social scientist. Psychiatric reform. RAPS.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz um relato da experiência junto ao programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com área de concentração em Saúde Mental do Instituto de Saúde Coletiva (RMSM/ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de maio de 2014 a maio de 2016. Vivência de uma cientista social/antropóloga partilhada com uma equipe de profissionais/residentes composta por três terapeutas ocupacionais, três bacharéis em saúde coletiva, duas profissionais de educação física, três psicólogas, duas assistentes sociais e por mim – o que somou quatorze profissionais³⁴.

Estas profissionais foram divididas em quatro miniequipes, com o intento de que cada grupo contasse com o mínimo de representatividade das diferentes categorias profissionais. A miniequipe de que fiz parte, por exemplo, foi composta por uma psicóloga, uma profissional de Educação Física e eu enquanto cientista social/antropóloga. Formados os minigrupos, estes atuaram em quatros espaços públicos de assistência à saúde mental na cidade de Salvador-BA: um Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil – CAPSia; um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II; uma instituição destinada ao cuidado de pessoas com uso problemático de drogas e a Gestão em saúde mental de um Distrito Sanitário da capital baiana. Em cada campo, as miniequipes atuaram em média cinco meses. Terminado o período, havia a troca com outra miniequipe, o que fez com que a RMSM atuasse nos serviços durante dois anos – tempo de atuação e carga horária orientados pela portaria Interministerial MEC/MS 1.077 de 12 de novembro de 2.009 que regulamenta as residências multiprofissionais no país.

³Fizemos a escolha de tratar as equipes de profissionais nos termos femininos da língua portuguesa, pois a maioria delas é composta por mulheres. Já o grupo de usuários/usuárias, por questões de ordem quantitativa, mantivemos no masculino.

⁴O edital de seleção abriu vagas para pessoas com graduação em Ciências Sociais. O destaque à Antropologia se dá por minha maior identificação com esta disciplina. No edital foram abertas duas vagas para cientistas sociais, porém, um candidato não pôde assumir a função e a outra pessoa convocada, por questões de força maior, não concluiu o curso.

Vale ressaltar a compreensão do caldeirão de multi, inter e transdisciplinaridade que se prega na atuação dessas residências. Como aponta Matos et al (2010, p. 778), o elemento primordial é a

Interação (que) é entendida como uma prática comunicativa que se caracteriza pela busca de consensos entre os/as envolvidos/as no processo de trabalho em saúde, de modo que estes/as possam argumentar, reciprocamente, em relação ao trabalho cotidianamente executado e construir um projeto comum.

Assim, foi necessário o estabelecimento de diálogos entre os diversos saberes frente à atuação com os casos, projetos desenvolvidos, compreensão teórica sobre os fenômenos etc. Neste sentido, nomeamos a partir do que define Campos (2000) a relação de troca entre saberes:

A institucionalização dos saberes e sua organização em práticas mediante a conformação de núcleos e de campos. Núcleo como uma aglutinação de conhecimentos e como a conformação de um determinado padrão concreto de compromisso com a produção de valores de uso. O **núcleo** demarca a identidade de uma área de saber e de prática profissional; e o **campo**, um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscam em outras apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas (CAMPOS, 2000, p. 220, grifo do autor).

O acompanhamento teórico/prático das residentes nos campos de álcool e outras drogas, gestão em saúde mental e transtornos mentais em geral se deu por seis tutoras de campo – que ficaram responsáveis pela orientação das miniequipes nos serviços de saúde. As mesmas tutoras se dividiam na função de tutoras de núcleo - cada uma orientando uma categoria profissional, como no meu caso, fui acompanhada por um antropólogo durante os dois anos de formação. Contávamos também com o apoio das preceptoras – que são profissionais de referência das instituições em que atuamos.

Nossa organização, dentro das 60 horas semanais, desenrolava-se de segunda a sexta feira nos serviços em que estávamos designadas – sendo um turno de encontro semanal de todas as miniequipes com as tutoras e a coordenação da residência no ISC/UFBA. Nesta programação que chamarei de acadêmica, desenvolviam-se os seminários integrados – onde as miniequipes apresentavam casos clínicos ou algum projeto que estivessem desenvolvendo nas instituições. Quinzenalmente, durante o primeiro ano do curso, tivemos aula junto com os programas de residência em doenças

cardiovasculares e saúde da família, ambos também do ISC/UFBA – o que era nomeado de encontros do tronco comum – e onde tínhamos discussões sobre saúde coletiva. Também nesse primeiro ano de curso, aconteceram quinzenalmente aulas aos sábados sobre os mais diversos temas ligados à saúde mental.

Considero de grande relevância o investimento no âmbito educacional, posto que promove uma ação assistencial calcada em problematizações teóricas que produz uma importante diferença no processo formativo e na prestação no cuidado à saúde das pessoas. Como veremos adiante, a atuação das instituições de saúde acaba por acontecer de maneira pouco problematizada, sendo tomada pelo ínfimo ou por nenhum investimento da gestão pública no âmbito da educação permanente dos profissionais.

A RMSM se iniciou no ano de 2008 e, desde a primeira composição das equipes de residentes, cientistas sociais já estavam presentes. Desde então foram formadas três turmas, sendo que dentre as profissionais, quatro são cientistas sociais. O programa é pioneiro na inserção de cientistas sociais na equipe multidisciplinar de saúde, pois é uma categoria que não está incluída no que define a Portaria Interministerial MC/MEC 1.077, de 12 de novembro de 2009. O documento institui as seguintes categorias: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (BRASIL, 2009). Contudo, vale frisar que essa inovação da RMSM foi aprovada pelas agências financiadoras do âmbito federal e estadual responsáveis pelos programas de residência (TORRENTÉ; PRATES; BORGES, 2015).

A inserção das cientistas sociais na equipe multidisciplinar em saúde mental nos convida, especialmente, a refletir sobre o processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Reforma esta que objetiva desconstruir o modelo hospitalocêntrico e biomédico até então investidos no cuidado das pessoas que vivenciam o sofrimento psíquico. Pautada no sujeito, e não mais na doença, busca entendê-lo a partir de suas variáveis e não coisificá-lo. Uma das principais premissas dessa nova metodologia de cuidado é a noção de territorialidade. Assim, tem por meta acabar progressivamente com o isolamento em “instituições totais” que, nos termos de Goffman (2010), tem como fundamento o controle das necessidades básicas humanas pela organização burocrática⁵. Destarte,

⁵ Chamamos atenção para o uso das aspas duplas, que aqui identifica citações diretas. Já as aspas simples foram utilizadas para evidenciar algum termo nativo.

[a] desinstitucionalização é este processo, não apenas técnico, administrativo, jurídico, legislativo ou político; é, acima de tudo, um processo ético, de reconhecimento de uma prática que introduz novos sujeitos de direito e novos direitos para os sujeitos. De uma prática que reconhece, inclusive, o direito das pessoas mentalmente enfermas em terem um tratamento efetivo, em receberem um cuidado verdadeiro, uma terapêutica cidadã, não um cativo (AMARANTE, 1995, p. 494).

Tendo isso em vista, a Reforma Psiquiátrica avança sobre a atenção em saúde mental de maneira psicossocial, promovendo novas formas de produzir cuidado e um olhar atento para a vivência do sofrimento psíquico dentro de uma determinada comunidade. Assevera-se na contribuição das ciências sociais neste campo, tendo em vista que esse programa de residência propõe práticas pautadas no entrelaçamento de fenômenos a partir de suas determinações biopsíquicas, sociais, econômicas e culturais (NUNES, 2015). Nestes termos, a expertise das Ciências Sociais pode colaborar de maneira significativa. Como defende Nunes (2015, p. 34)

O fazer da residência, até certo ponto, assemelha-se ao que Geertz (1978) chamou de fazer etnográfico, uma vez que o registro e a análise sobre esse fazer nascem da observação participante e da busca de ascender a um segundo nível de análise da realidade realizada pelos diversos agentes, ou seja, uma análise que faça dialogar informações e interpretações.

Historicamente, a Antropologia da saúde/doença tem se dedicado à desconstrução da racionalidade biocentrada ao afirmar que os processos de adoecimento transcendem a realidade orgânica do sujeito. É nesse fio condutor que a Psiquiatria transcultural reside, sendo uma das especialidades da Antropologia médica. Contudo, isso não significa colocar os diferentes saberes em pólos opostos, mas depreender que a Antropologia, com seu conhecimento, irá somar ao encarregar-se de compreender a influência dos fatores socioculturais sobre o fenômeno do sofrimento psíquico (HELMAN, 2003).

Ao dedicar-se aos aspectos socioculturais, a Antropologia contribui para diversas esferas no campo da saúde, especialmente no que concerne à influência das significações do sujeito sobre a adesão ou não a determinadas formas terapêuticas. Leila Jeolás (2004) ao relatar a experiência de um projeto de extensão junto a uma equipe de saúde, aponta a disparidade de interesses e discursos dos profissionais e dos adolescentes assistidos pela instituição acerca das percepções de risco no campo da

saúde reprodutiva. Ao refletir sobre a categoria “risco”, a autora traz a significação dos jovens sobre o contágio do vírus HIV ou mesmo uma gravidez não planejada como algo que está atrelado às forças do destino. Assim, as estratégias de prevenção destinadas a este público precisam atentar para as peculiaridades dos processos de significação:

Para o antropólogo, a prevenção é uma noção que só pode ser manejada em função dos conteúdos/significados que lhe são conferidos por diferentes grupos e culturas. Portanto, a própria noção de prevenção é uma construção cultural e os comportamentos ditos de prevenção só podem ser estudados e entendidos em relação ao conjunto das representações da doença, do corpo, da infelicidade e do mundo (e do risco também) às quais aderem os indivíduos. (JEOLÁS, 2004, p. 101).

Coadunando com a necessária atenção aos aspectos socioculturais de prevenção e risco, Knauth, Victora e Leal (1998) – em pesquisa realizada em um bairro da cidade de Porto Alegre – apresentam também o quanto as significações que as pessoas atribuem ao processo de saúde/doença e a eficácia terapêutica estão intimamente entrelaçados. As autoras mostram o quanto a relação de parentesco e proximidade entre as pessoas não estabelecia estranhamento frente à soropositividade, o que gerava certa banalização. Aos olhos das pessoas que vivem nesta comunidade, existem outros problemas sociais que as preocupam mais. Logo, as autoras consideram que estratégias de cunho prescritivo não funcionam.

É por essa linha que a política da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS (BRASIL, 2011) traz outros princípios que descentralizam do campo biomédico o saber sobre o sofrimento psíquico, compreendendo o sujeito de maneira contextualizada. A RAPS busca transcender o cuidado dos tradicionais atendimentos psicoterápicos e medicamentosos. Assim, traz como uma de suas diretrizes a diversificação das estratégias de cuidado. Destarte, estratégias de intervenção pensadas a partir do olhar cultural são reconhecidas em seu potencial terapêutico, possibilitando reflexões que são, em grande medida, familiares ao “núcleo” (CAMPOS, 2000) das Ciências Sociais. Para além do arcabouço acadêmico adquirido na graduação, pensar sobre o papel da cientista social/antropóloga em uma equipe multiprofissional em saúde mental é importante, pois, como salientam Torrenté, Prates e Borges (2015), é fundamental levar em consideração o perfil e a trajetória profissional da residente. Como poderemos ver, a atuação das residentes exige técnica afetiva e efetiva na assistência às pessoas em

sofrimento psíquico. Os autores dão ênfase à importância de outras aptidões pessoais que possam contribuir de maneira significativa nas ações, algo que foge aos ditames de cada “núcleo”, como, por exemplo, possuir alguma afinidade com as artes seria algo que poderia produzir novos fazeres clínicos.

Antes de apresentar as ações desenvolvidas enquanto residente, vale ressaltar que o programa de residência identifica clínica e politicamente suas práticas como antimanicominais, pois tem o “[...] desejo de formar sujeitos que participem ativamente da construção e fortalecimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nesse sentido, ela assume um compromisso e toma partido da desinstitucionalização das práticas de saúde mental [...]” (NUNES, 2015, p.39). Portanto, como era de se esperar, as ações apresentadas a seguir aconteceram em espaços e instituições de caráter substitutivo ao modelo asilar, como a rua, as casas das pessoas, em instituições dos bairros, onde a vida acontece. Começamos, então, pelo “campo” da infância e adolescência.

CAPSia

O CAPSia foi a primeira instituição que a miniequipe da qual fiz parte atuou, entre os meses de maio e novembro de 2014. Este serviço está localizado em um bairro popular de Salvador, ao lado de um hospital psiquiátrico do Estado. É responsável por atender, junto com outro CAPSia, toda a população infanto-juvenil da capital – informação que considero de suma importância para compreender a dinâmica da instituição. A maioria dos usuários é proveniente das camadas populares, com grande representatividade do sexo masculino, cor/raça negra e faixa etária entre um ano e dezoito anos. As suspeitas diagnósticas que mais se apresentavam eram os transtornos globais do desenvolvimento (a maior parte autismo), déficit cognitivo, esquizofrenias e, o que nos chamou atenção, o transtorno de conduta⁶.

Durante as primeiras semanas, nossa participação se deu a partir de um mapeamento do funcionamento do serviço, com o objetivo de saber quais eram e como aconteciam as oficinas e grupos terapêuticos, o espaço de acolhimento, dentre outras ações – dinâmica de aproximação com o campo que se desenrolou da mesma forma nas

⁶ Diagnóstico que merece ampla reflexão, pois, como todo o campo da saúde mental necessita de análise sociocultural, consideramos que este merece maior cautela, por se tratar, grosso modo, de comportamentos desviantes – o que convida a uma reflexão não apenas individual, mas coletiva. Pela complexidade dos fatos, ao naturalizar o diagnóstico, podemos cair no erro da medicalização da vida, em seus termos negativos.

outras instituições que passamos. Findada a exploração inicial do campo, que durou cerca de duas semanas, escolhemos os grupos e oficinas que mais nos interessavam. Fazíamos uma divisão para que cada residente ficasse em espaços diferentes. Durante as reuniões técnicas, fomos escolhendo e sendo escolhidas para dar suporte nos acompanhamentos dos usuários considerados como casos mais complicados no momento. Outra demanda colocada pela coordenação e tutoras da residência era que, a partir das demandas do serviço, elaborássemos algum projeto intervenção.

Assim, começo adentrando nesse universo da clínica em saúde mental, algo relativamente próximo, em razão das experiências de pesquisa, e distante pelo fato de estar na assistência, no cuidado direto às pessoas. Especialmente de crianças e adolescentes, público que, até então, eu não havia tido contato em minhas pesquisas. Na tentativa de relatar o máximo possível das ações desenvolvidas, apresentarei a partir de tópicos cada serviço que atuamos. Dentro dos limites de um artigo, nosso intento com estas descrições é tornar, o mais amplamente visíveis nossas atuações.

Grupo de Estudos

Começamos por essa atividade necessária e de manutenção desafiadora: revitalizar o Grupo de Estudos. É mister discutir a relevância das práticas pedagógicas em saúde, sobretudo aquelas referentes ao contexto da saúde mental. O intento deste espaço era promover um ambiente em que o trabalho em saúde mental tivesse “atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente” (CECCIM, 2005, p.976). Ainda mais porque algumas profissionais reclamavam do fato de não terem tido formação para atuar na área; da falta de investimento do município em espaços de qualificação ou mesmo por terem experiências clínicas construídas a partir da lógica manicomial.

Buscou-se instituir um ambiente de socialização de experiências e interlocução constante junto ao grupo de profissionais do CAPSia, por meio do qual explanávamos e debatíamos textos, analisávamos as demandas dos casos e refletíamos sobre a estrutura e os afazeres do serviço. Entretanto, diante de alguns percalços, apenas dois encontros aconteceram. Uma das principais razões era que, diante das inúmeras demandas feitas para a equipe de profissionais da instituição, o espaço de estudos foi percebido como mais um ‘peso’. Outro motivo que pudemos notar foi a não compreensão, por parte de um segmento da equipe, do grupo de estudos como um espaço importante no

fortalecimento do seu processo de trabalho. Contudo, acreditamos que a não participação de alguns se dava em razão da falta de tempo, pois o tempo dedicado ao grupo poderia ser investido em uma visita domiciliar, no preenchimento de dados dos prontuários, dentre outras atividades tradicionalmente consideradas próprias e oficialmente exigidas pelo serviço.

Projeto ‘Sala De Espera’

Sempre iniciávamos um trabalho com inúmeras expectativas, com grandes desejos, com aquele gás de profissionais entusiasmadas com o universo da saúde mental, convocadas a sermos inventivas. Levando em consideração o tempo relativamente curto que teríamos para atuar na instituição, os dias estavam se passando e precisávamos conhecer a realidade daquele lugar e pensar em algo que fosse de interesse tanto para a equipe de profissionais do CAPSia quanto para os usuários e cuidadoras.

Esse foi um dos meus primeiros incômodos ao ocupar o lugar de residente. Diferentemente de minha formação no “tempo antropológico” (JEOLÁS, 2010), da pesquisa que demanda considerável prazo para o conhecimento profundo, eu era convocada a agir no “tempo clínico” (JEOLÁS, 2010) que solicita respostas um tanto imediatas frente os problemas de adoecimento. Contudo, fui aprendendo a lidar com esse novo relógio.

Nos primeiros dias já começamos a perceber o quanto a espera por atendimento incomodava as crianças e adolescentes que ali estavam, bem como as profissionais que sempre eram abordadas com perguntas do tipo: ‘Vai demorar para doutora atender?’, ‘Que horas começa o grupo?’. Então, pensamos em tornar o tempo de espera em algo lúdico, interessante e menos maçante. Diante disso, reconhecemos tamanha importância e reativamos esse espaço já desenvolvido por turmas de residentes de anos anteriores. Esta foi uma iniciativa não só nossa, mas também de algumas técnicas e estagiárias que passaram pelo serviço. Fizemos um pequeno projeto e apresentamos em reunião técnica, o que foi unanimemente aprovado.

A sala de espera configura-se enquanto um espaço motor de uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH do SUS: o acolhimento. Mecanismo que busca a relação calcada no respeito, no cuidado humanizado (BRASIL, 2006). Sala de espera não necessariamente acontece em uma sala e, portanto, como afirma Texeira e

Veloso (2006), é uma atividade de caráter polissêmico por fugir do engessamento que muitas vezes os espaços são pensados nas instituições. Logo, as atividades propostas foram desenvolvidas em diferentes lugares e conduzidas, prioritariamente, pelos desejos dos usuários.

Retomamos o espaço enfatizando a liberdade, ofertando possibilidades sem que as profissionais estivessem necessariamente no controle das atividades. Deixamos disponíveis alguns brinquedos e livros de livre escolha pelos usuários, onde ficamos no lugar de coadjuvantes, possibilitando maior investimento e interação das cuidadoras com as crianças e adolescentes nesse processo. Outras atividades foram realizadas, como colorir o espaço do CAPSia, tão marcado por características ambulatoriais.

Buscamos potencializar uma das premissas trazidas pela PNH que é a autonomia, entendida como mecanismo que possibilita protagonismo dos usuários, algo fragilizado na área de saúde mental devido à historicidade de preconceitos marcados neste campo. Ademais, quando se trata de crianças, esse é um aspecto pouco estimulado. Diante do princípio que é sair do lugar enrijecido da clínica tradicional, esse projeto buscou proporcionar maior fluidez na sala de espera.

Além de materializar a sala de espera com instrumentos que tornassem o aguardo criativo, iniciávamos uma importante ação que é acolher quem chega. O que apresentamos de maneira mais detalhada abaixo.

Acolhimento

O ato de acolher não se dá, necessariamente, em um tempo e espaço fechado. Contudo, quando uma dupla de profissionais, dentro de uma sala destinada para escuta do usuário e seu acompanhante (tendo em vista que são crianças e adolescentes, recomendava-se o acompanhamento de alguém maior de idade), este momento é oficialmente nomeado de acolhimento. Esse espaço tem por objetivo escutar de forma qualificada a demanda daqueles que chegam à instituição e, a partir daí, ‘identificar se é caso para o CAPSia’. Momento esse que quase sempre deixava certa ‘pulga atrás da orelha’. Como mensurar sofrimento? Como saber se o sofrimento é ‘severo’ ou não? Porém, a seleção era necessária.

A instituição não tinha como matricular todos os casos que chegavam. Assim, a solução era encaminhar para outro lugar de cuidado – tentativa nem sempre bem-sucedida em razão da falta de vagas também em outras instituições. Como dito acima,

são apenas dois CAPSia no município, o que dificulta a admissão das pessoas para atendimento.

É mister falar sobre esses entraves, pois na análise do que é ou não caso para a instituição, alguns talvez deixassem de ter o peso necessário por falta de tempo e espaço para observar de forma mais detalhada a todos. O momento considerado oficial do acolhimento nos fazia refletir sobre o fundamental processo de educação permanente – das residentes e da equipe como um todo. Minha atuação neste espaço acabou não se dando com tanta frequência. Geralmente, uma vez por semana eu estava junto a uma dupla de profissionais. Com regularidade, chegavam adolescentes em sofrimento psíquico em decorrência de suas vivências de gênero e sexualidade que fugia a heteronormatividade. Seriam estes casos para o CAPSia?

Como apresentam Buss e Pellegrini Filho (2007), os Determinantes Sociais em Saúde – DSS, como os aspectos étnicos/raciais, culturais, econômicos etc. são de fundamental importância para a compreensão das iniquidades em saúde, onde as características da vida em sociedade interferem nos modos de adoecimento das pessoas. Questões de gênero merecem atenção no tocante ao sofrimento psíquico. Contudo, alguns profissionais, por falta de investimento de educação permanente neste universo ou mesmo por escolha moral, acabavam por atuar de forma preconceituosa.

A dificuldade de manejo frente às questões de gênero e sexualidade no campo da saúde convida à necessária problematização do imperativo ético na assistência em saúde. A expertise antropológica, destarte, colabora para a relativização destes e outros determinantes sociais em saúde, ao desnaturalizar tais questões. Nádia Meinerz (2011) nos conta sobre um “causo” discutido antropológicamente por ela junto a uma equipe de atenção básica que apresentou dificuldades na condução de um caso, uma vez que ele gerava “impasses classificatórios” sobre gênero e sexualidade. Como diz a autora,

Mais do que desafios, quero argumentar que os “corpos que escapam” colocam uma série de impasses no cotidiano dos serviços de saúde. As dificuldades se devem, em grande medida, à legitimidade que a naturalização das convenções corporais e das fronteiras entre normalidade e anormalidade assume no campo da saúde (MEINERZ, 2011, p. 51).

Apoiadas em experiências como esta, elaboramos um projeto que dialogasse sobre questões de gênero, raça e sexualidade a partir de instrumentos pedagógicos como

filme, textos etc. Contudo, mais uma vez, o projeto não aconteceu devido aos mesmos problemas de ‘tempo’. Estarmos atentas a essas questões que nos chegavam se faziam necessárias já que

O acesso e o acolhimento estão imbricados, pois é o desenho do serviço que potencializa ou não esse acesso, e o modo como o acolhimento é feito é determinante para os desdobramentos do atendimento. Em outras palavras, acolher é um processo que depende não só da estrutura ou de aspectos físicos do acesso, mas dos recursos clínicos da equipe, como atender, escutar, avaliar e discriminar as demandas. O acolhimento exige, por um lado, uma ação imediata (urgência) e, por outro um intervalo de tempo para a resposta (traçar a conduta). Este é o momento de um diagnóstico da situação, de uma primeira abordagem do que se apresenta (SCHIMIDT; FIGUEIREDO, 2009, p.136).

Frente à fragilidade técnica de algumas profissionais no que diz respeito aos DSS's e a responsabilidade de atender um grande número de casos, coaduno com Mendes (2010) que argumenta que a preocupação no acolhimento não seja só com os usuários, mas com as condições de trabalho das profissionais. Assim, ratifico a indispensabilidade dos processos de educação permanente, pois percebia a partilha de sofrimento de algumas profissionais orientadas moralmente que junto às cuidadoras sofriam com seus filhos e filhas na identificação de gênero contrário ao esperado socialmente, por exemplo.

Grupo ‘Expressão Livre’

A escolha deste grupo se deu pelo interesse em trabalhar com o público alvo a que ele se destina: adolescentes com variados diagnósticos psiquiátricos. Contudo, tinha um perfil de jovens mais ‘comprometidos’, considerados com maiores dificuldades de socialização. O grupo acontecia semanalmente às sextas feiras pela manhã. A frequência de usuários girava em torno de 06 adolescentes e contava com três profissionais do serviço e, durante o estágio da residência, comigo. As atividades, geralmente, eram realizadas em espaços fora do CAPSia. E como o nome suscita, apesar de serem elaboradas pelas profissionais, primava pela livre expressão. Seja na ida ao parque ou a uma praça, os usuários faziam o que mais interessava nesses espaços – ‘jogar conversa fora’, praticar exercícios na academia popular das praças ou jogar bola, por exemplo.

O principal lócus de atividade do grupo era fora dos muros do CAPSia, e as saídas refletem claramente sobre como, ainda hoje, para alguns usuários seu ambiente social é restrito à casa. Muitos foram pela primeira vez aos espaços a partir da visita proporcionada pela instituição. A clínica fora do espaço institucional experimenta outro jeito de atender para além dos tradicionais modos de cuidar. Seja nos espaços que visitamos ou mesmo no caminho até o local programado, fazia-se também atendimento. Sempre era conversado com os usuários sobre o lugar para o qual estivéssemos indo, se já haviam frequentado, com quem foi e como foi eram questões disparadoras para que compreendêssemos um pouco da dinâmica social daqueles sujeitos.

Grupo viver

Este espaço era voltado para as crianças, entre 02 e 05 anos, diagnosticadas com transtorno do espectro autista. O atendimento acontecia semanalmente às segundas feiras pela manhã, no espaço de tempo de uma hora, em média. Era conduzido por duas profissionais e por mim. A frequência era em média de cinco crianças. Com regularidade, o grupo acontecia em uma das salas do CAPSia, onde estava o maior aparato de brinquedos disponíveis para as crianças. A sala contava com uma piscina de bolinhas, o brinquedo mais atrativo para muitas crianças; e outros jogos de montar, carros, massa de modelar entre outros objetos. A partir da oferta destes instrumentos, o objetivo do grupo era proporcionar espaço de interação.

No processo de avaliação do grupo, percebemos a necessidade de extrapolar o espaço físico do CAPSia e conhecer essas crianças para além dos muros protegidos da instituição. Então, a equipe pensou em, de acordo com as mães, atender as crianças em locais externos. Os passeios aconteceram em ambientes como praças e parques. Como a experiência de isolamento vivida pelos adolescentes, as crianças deste grupo também vivenciavam a segregação e preconceito, o que as limitava ao espaço do lar ou de instituições para o cuidado em saúde. Isto nos leva a ratificar a ideia de que reformar o modelo psiquiátrico está para além de sair dos muros físicos de instituições. É necessário derrubar muros simbólicos que separam esses sujeitos de uma vida em liberdade e com possibilidades de projetos de vida.

Considero o grupo Viver como um espaço de grande potencialidade no serviço, apesar do pouco investimento material e de educação permanente da gestão municipal frente às necessidades específicas das pessoas que vivem com transtorno do espectro

autista. É um espaço que permitia às crianças, muitas vezes marcadas pela ideia de impossibilidades, inventar novas formas de estar no mundo.

CASOS QUE NOS CAUSAM

Vale ressaltar que a alta exigência emocional, representada pelas ações em saúde mental, especialmente expressa pela complexidade dos casos clínicos e contextos, faz com que a dimensão afetiva deva ser considerada como muito relevante na formação dos residentes e nos seus efeitos (NUNES, p.32, 2015).

Estar responsável pelo cuidado de pessoas foi algo que me mobilizou bastante. O receio de não saber fazer veio junto da ousadia alimentada pelo suporte teórico/técnico aprendido no processo de formação. Durante os dois anos, a partir da lógica de intensificação de cuidados, acompanhei cinco casos nos diferentes espaços em que atuei. Com grande respeito e afeto, afirmo que foram meus principais mestres e mestras na construção em me tornar técnica em saúde mental. Como afirma Jeolás (2010), é necessário o reconhecimento de que profissionais de saúde são mediadores no processo de saúde e doença das pessoas, pois não é cabível ações de cima para baixo. Foi com o esforço de cogestão do cuidado que atuei frente aos casos de Glauber Rocha, Maria Felipa, Castro Alves, João Ubaldo Ribeiro e Dandara de Palmares⁷. De forma sucinta, apresento-lhes um dos meus mestres e suas principais questões.

Castro Alves é um adulto que contava com 37 anos durante o período em que o acompanhei junto com a equipe técnica do CAPS II e outra residente psicóloga. Ele foi admitido na instituição por encaminhamento de um hospital psiquiátrico do qual havia acabado de sair da internação. Quando acolhido no CAPS em 2009, as principais queixas trazidas pela mãe eram: agressividade, insônia, conflitos familiares e extrema vulnerabilidade socioeconômica. O que marca o acompanhamento terapêutico de Castro Alves é a relação de constantes conflitos com a mãe que apresentava uso problemático de álcool, importante processo de adoecimento psíquico e outras questões clínicas. Estas questões demandavam aproximação e investimento de possibilidades de cuidado para ela também.

O marco no histórico de assistência à saúde mental do usuário é que, segundo sua mãe, até o momento de sua chegada ao CAPS II, ele viveu cerca de quarenta

⁷ Todos os nomes utilizados aqui são pseudônimos. A escolha destes nomes baianos se deu por sua importância histórica, o que representa a relevância dos usuários em minha formação.

internações em instituições de cunho manicomial da capital. Entre os anos de 2009 e 2012, constataram-se oito internações psiquiátricas com períodos entre dois e quatro meses de duração. Uma vida marcada pela institucionalização.

Junto a outra residente, o cuidado a Castro Alves foi prestado de maneira intensificada. Orientadas pelos fazeres já realizados por outras residentes de equipes anteriores e a equipe de profissionais do CAPS, investimos, na medida do possível, em atendimentos externos. Como inúmeros usuários, ele também traz a marca da rigidez institucional, de pouco ou nenhum espaço de lazer. Então, quando era de seu desejo, passeávamos pela praia que fica próxima ao CAPS, por exemplo. Junto com a equipe do CAPS, traçamos diálogo com a escola e com uma instituição do bairro para que ele pudesse frequentar aulas de capoeira etc. Nossas ações buscaram construir junto com ele, possibilidades de socialização.

Apesar da brevidade de apresentação do caso, o objetivo é mostrar que prestar assistência em saúde mental pode e deve ser de maneira territorializada. É necessário intervir nas causas externas que geram sofrimento psíquico. Logo, isolar as pessoas em instituições não sanará seus problemas.

GESTÃO DISTRITAL EM SAÚDE MENTAL

Terminado o estágio no CAPSia, fizemos nossa primeira troca de campo. Nosso ofício agora era sermos gestoras. Mais um campo recheado de novidades. Mesmo tendo conhecimento dos relatórios das turmas de residentes de anos anteriores e discussões acerca desta temática com tutoras e preceptoras da residência, muitas curiosidades nos cercavam: Quais as atribuições de um Distrito Sanitário? Apoio Institucional? Como se dão os matriciamentos? Como compreender o papel de cada um nesta rede de estruturas tão diversificadas? O que está previsto e o que realmente acontece? Foram algumas questões disparadoras que nos fizeram pensar sobre possíveis intervenções neste espaço. O objetivo principal de nossas ações na gestão de saúde mental distrital era o apoio institucional dos dois CAPS do território – sendo um deles o CAPSia que estávamos atuando. Foi possível conjuntamente articular rede de cuidado, realizar matriciamento e investir, especialmente, no projeto de Intercult – ações que serão apresentadas mais adiante.

Segundo Campos e Domitti (2007), o apoio institucional é uma função gerencial para a cogestão, usada nas relações entre serviços, e entre gestores e trabalhadores. Nesta perspectiva, Santos Filho et al. (2009) asseguram que é papel do apoiador institucional contribuir para a gestão e organização de processos de trabalho, na construção de espaços coletivos onde os grupos analisam, definem tarefas e elaboram projetos de intervenção. Para tanto, um dos pressupostos básicos do apoio é a recusa de qualquer forma de tutela. Assim, os autores asseveram que:

Apoiar, para PNH, é estar junto com os diferentes sujeitos que constituem os sistemas de saúde - gestores, usuários e trabalhadores - discutindo e analisando os processos de trabalho e intervindo nas formas como os serviços estão organizados, potencializando aqueles que trabalham e utilizam os serviços como protagonistas e corresponsáveis pela produção de saúde, combatendo qualquer relação de tutela ou deslegitimação do outro (SANTOS FILHO et al., 2009, p.606).

De acordo com a Política Nacional de Humanização, a diretriz do apoio institucional é a democracia institucional e a autonomia dos sujeitos. O apoiador institucional tem a função de: 1) estimular a criação de espaços coletivos, por meio de arranjos ou dispositivos que propiciem a interação entre os sujeitos; 2) reconhecer as relações de poder, afeto e a circulação de conhecimentos propiciando a viabilização dos projetos pactuados pelos atores institucionais e sociais; 3) mediar junto ao grupo a construção de objetivos comuns e a pactuação de compromissos e contratos; 4) trazer para o trabalho de coordenação, planejamento e supervisão os processos de qualificação das ações institucionais; 5) propiciar que os grupos possam exercer a crítica e, em última instância, que os profissionais de saúde sejam capazes de atuar com base em novos referenciais, contribuindo para melhorar a qualidade da gestão no SUS (BRASIL, 2008, p. 53).

No contexto do município de Salvador, o apoio institucional, no campo da saúde mental, surge no ano de 2014 a partir da demanda de implantação de referências técnicas em saúde mental junto aos Distritos Sanitários – DS do município (total de doze distritos) – como estratégia para a organização da RAPS. A seguir serão relatadas as ações realizadas com o objetivo de implementação da rede.

Grupo de Trabalho do Distrito Sanitário – GT/DSL⁸

A partir da lógica do apoio institucional, O GT-DSL teve como objetivo propor e fomentar a construção de atitudes e ações coletivas, utilizando como estratégia o diálogo entre os diferentes atores na perspectiva da construção/fortalecimento de vínculo entre as pessoas/instituições que compõem a rede de cuidado para efetivação de uma rede viva de atenção à pessoa em sofrimento mental do DSL.

As reuniões do GT aconteciam quinzenalmente, geralmente, no espaço físico do CAPSia. Contava com a participação das residentes; da apoiadora institucional do DSL; usuárias dos serviços de saúde mental do território; com dificuldades, tínhamos a participação de profissionais dos dois CAPS do DSL; profissional do hospital psiquiátrico do DSL; representação da associação cultural Ilê Aiyê e representante do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do território. Pontualmente, também recebíamos visita de outras instituições ou mesmo propúnhamos nossa reunião no espaço físico destas, para que pudéssemos discutir saúde mental nos diversos setores.

Nossas pautas sempre sinalizaram sobre a necessidade da articulação entre os serviços, a emancipação dos usuários e os tensionamentos em torno da política de saúde mental. O contato com outras instituições, a exemplo de ONGs, instituições religiosas, associações de bairro, fazia todo o sentido, na medida em que proporcionava a circulação do pensamento transformador da luta antimanicomial. Como assevera a lógica da clínica ampliada,

[...] por mais que frequentemente não seja possível, diante de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, uma solução mágica e unilateral, se aposta que aprender a fazer algo de forma compartilhada é infinitamente mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual (BRASIL, 2009, p. 15).

Dessa maneira, foram realizados diversos contatos com instituições que pudessem fazer parte do GT, a fim de somar nas contribuições desta articulação. Consideramos que este era um componente de grande potência na atuação da gestão distrital.

⁸Este Distrito Sanitário é composto por vinte e quatro bairros da cidade de Salvador, sendo um deles o da Liberdade que nomeia a sigla DSL – Distrito Sanitário da Liberdade.

Matriciamento

Segundo Campos e Domitti (2007), o apoio matricial em saúde tem por finalidade assegurar retaguarda especializada a equipes e profissionais encarregados da atenção a problemas de saúde. Neste sentido, trata-se de uma metodologia de trabalho complementar àquela prevista em sistemas hierarquizados (mecanismos de referência e contra-referência, protocolos e centros de regulação). Para tanto, o apoio matricial pretende ofertar tanto retaguarda assistencial quanto suporte técnico-pedagógico às equipes de referência.

De acordo com Campos (1999), este dispositivo altera a tradicional noção de referência e contra-referência vigente, pois quando um indivíduo se utiliza de um serviço matricial, ele nunca deixa de ser usuário da equipe de referência. Desta forma, não há encaminhamento, mas sim desenho de projetos terapêuticos que não são executados apenas pela equipe de referência, mas por um conjunto mais amplo de trabalhadores.

No contexto da saúde mental, o apoio matricial tem estruturado um tipo de cuidado colaborativo entre a saúde mental e a atenção básica, pois se entende que a rede básica de saúde é o lugar privilegiado de construção de uma nova lógica de atendimento e de relação com os transtornos mentais. Nesta perspectiva, os CAPS devem buscar uma integração permanente com as equipes da atenção primária em saúde do seu território, pois têm um papel essencial no acompanhamento, na capacitação e no apoio para o trabalho dessas equipes com as pessoas em situação de sofrimento psíquico (BRASIL, 2004).

As reuniões de matriciamento do DSL iniciaram em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um dos bairros, em um investimento que vinha acontecendo desde o ano de 2010. Mais tarde, em 2014, passou a acontecer também em uma UBS de outro bairro do mesmo distrito. A proposta era que nós residentes, profissionais dos dois CAPS do território e a equipe da atenção básica, construíssemos um espaço de troca e cuidado implicado dos casos assistidos por eles. Apesar de já desenvolverem ações de saúde mental, as equipes das UBS não se sentiam capacitadas para tal. Então, os profissionais da saúde mental tinham o papel de oferecer suporte técnico. Apesar dos entraves encontrados no processo de desenvolvimento dos matriciamentos no DSL, como a dificuldade de agenda das partes envolvidas, por exemplo, verificava-se um avanço na construção de uma oferta de cuidado integral em saúde às pessoas em

situação de sofrimento psíquico. A articulação entre os serviços da atenção básica e da saúde mental têm possibilitado o fortalecimento da rede do DSL.

O matriciamento favorece a reorganização do fluxo. À medida que ocorrem discussões teóricas e dos casos propriamente ditos, os profissionais dos CAPS têm auxiliado no redirecionamento dos encaminhamentos desnecessários feitos para os CAPS. Desta forma, pode-se afirmar que o apoio matricial é um potente instrumento de definição de fluxos e qualificação das equipes (MACHADO e CAMATTA, 2013). Ainda sobre os aspectos potencializadores do matriciamento, os autores supracitados asseveram que há uma maior difusão do tema da saúde mental, desmitificando-o e tornando-o mais próximo dos trabalhadores que compõem a rede de cuidados.

Intervenções culturais – INTERCULT

Castro Alves, caso apresentado acima, é um dos inúmeros exemplos de vidas institucionalizadas pelo fenômeno da loucura que ventilou vivências discriminatórias. Comprendemos que para reformar a assistência em saúde mental deve-se tornar visíveis novas possibilidades para os sujeitos como também e, o que talvez seja ainda mais importante, apresentar socialmente o sofrimento psíquico por outras lentes que não as do estigma.

Nestes termos, A RAPS diz da necessidade de “desenvolvimento de atividades no território, que favoreça a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania”. Saímos, assim, das históricas práticas de isolamento dos sujeitos para facilitarmos sua vivência em sociedade e, o que é de suma importância, ir além das instituições formais de cuidado à saúde mental. O campo da saúde mental alcançou alguns avanços com a criação dos espaços substitutivos aos hospitais psiquiátricos bem como progresso no campo jurídico, isso é inegável. Contudo, “[...] não basta abrir as portas, tirar as grades, habitar a cidade se as subjetividades manicomiais, que se apropriam e devoram a loucura, penetram a vida ao ar livre, aniquilando-a” (SILVEIRA; NUNES, 2013, p. 121). Portanto, faz-se urgente a desconstrução de ideias de incapacidade e de periculosidade culturalmente imputadas ao universo do sofrimento psíquico. Um instrumento que tem se mostrado de grande valia nesse exercício é a utilização das artes (AMARANTE et al, 2012). Vale salientar que o papel da arte/cultura na clínica tem mostrado o quanto não significa apenas outras

possibilidades de intervenções estritamente terapêuticas, no sentido de que são apenas outras formas de se realizar grupos dentro dos CAPS, mas também transformação política. Como percebe Amarante,

Pretendemos, então, demonstrar que esse campo constituído pela expressão artística e cultural ligada à saúde mental parece ser um instrumento fundamental para a transformação social – sobretudo no que diz respeito à concepção sobre a loucura -, e que, ao mesmo tempo, serve como forma de expressão da diversidade cultural (AMARANTE et al., 2012, p28).

Portanto, salientamos o papel político que os grupos desenvolvidos nos serviços substitutivos de saúde mental possuem. Chamar atenção para este aspecto é também um movimento crucial de reforma do pensamento de profissionais, pois, em nossa vivência pelos CAPS desse distrito, percebemos o quanto a clínica é entendida, por alguns, através de premissas biocentradas. Como Amarante (2012) pontua, ser político não significa dizer que o caráter terapêutico perde lugar. Pelo contrário, ele é otimizado a partir do momento em que os sujeitos são referenciados como protagonistas e ocupam outro lugar social. Assim, coloca “em questão conceitos da psiquiatria tradicional como incapacidade, irracionalidade, improdutividade, bem como para amenizar conflitos sociais, quando os artistas são valorizados por seus vizinhos e pela família. (AMARANTE et al., 2012, p.36).

Foi pensando no potencial da arte/cultura como importante elemento na desconstrução dos preconceitos que, em 2010, a equipe de residentes que estava no estágio da Gestão do DSL criou um projeto chamado “Intercult”. O projeto tinha como objetivo intervir na cultura manicomial do território. Uma estratégia para falar sobre a loucura com outra perspectiva que não a historicamente estigmatizada e centrada na doença. Esta necessidade coadunava com o querer de muitos usuários, pois era comum ouvirmos nos serviços o desejo em desenvolver atividades de cunho artístico. Sejam pinturas, esculturas, dança etc. Contudo, para algumas dessas atividades não existia recurso material nos serviços que possibilitassem sua realização - situação que tem acarretado na desmotivação de alguns profissionais que se propõe a investir na arte. Diante da escassez de investimento em recursos humanos e materiais, as equipes vão se (re)inventando, vão acreditando e desacreditando das possibilidades.

Porém, mesmo diante da carência, em uma das apostas floresceu um grupo de capoeira desenvolvido no CAPS II do DSL, coordenado por uma profissional de Educação Física da instituição que também é contramestre de capoeira. Como uma das ações do Intercult, a equipe que nos antecedeu investiu no apoio do grupo, realizando bazar e rifa com o propósito de arrecadar verba para comprar a vestimenta dos usuários para o batismo do grupo. O ritual de passagem do batismo marcou um importante processo identitário dos usuários que passaram a se identificar como capoeiristas, deslocando-se, assim, do lugar de ‘usuário do CAPS tal’, como é de costume se apresentarem. O passo seguinte da minha equipe junto a outras profissionais foi investir na aparição do grupo para a comunidade. O que surtiu grandes efeitos para os usuários, que viram a nova identidade reconhecida, como para aqueles que os conheceram e puderam compreender que ‘doido pode jogar capoeira’, como disse uma mulher na apresentação do grupo na pré-conferência distrital de saúde. O grupo contribuiu de maneira tão ímpar em nossa atuação que me conquistou ao ponto de tê-lo como tema do meu trabalho de conclusão da residência.

Atuar na gestão diante da falta é um grande convite à inventividade. Percebemos que muitas coisas poderiam ter sido realizadas se contássemos com investimento da gestão municipal nas instituições de saúde mental. Não havendo o investimento, realiza-se bazar; na falta de transporte para o deslocamento até a UBS, o matriciamento vai sendo realizado por telefone, na medida do possível. E assim a clínica vai sendo desenhada artesanalmente.

CAMPO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - AD

O terceiro campo traz a especificidade do cuidado das pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas. Para atuar nesta clínica é preciso entender primeiro que,

Os usuários de drogas têm em comum, o que é evidente, o uso de drogas. Podemos, entretanto, afirmar que as formas de usos e os seus significados diferem de indivíduo para indivíduo, assim como de grupo para grupo dentro de uma mesma cultura, e são mais distintos ainda quando consideramos culturas contrastantes [...] o que queremos explicitar neste nosso trabalho é a ideia da heterogeneidade social e cultural dos usuários enquanto tais e isso têm relação direta com as

formas de atenção dada a eles, a partir de seus tipos (ESPINHEIRA, 2004, p. 11).

Foi, portanto, a partir desta compreensão que nossas intervenções se guiaram. A instituição que nos recebeu para estágio é reconhecida pela importante contribuição no campo AD, devido a seu caráter docente/assistencial, especialmente por trazer inovações na perspectiva de redução de riscos e danos em decorrência do uso abusivo de drogas. Funciona como ambulatório, de segunda a sexta feira, das 08h às 17h, com uma equipe multidisciplinar. Vale ressaltar que a instituição historicamente tem estabelecido diálogo direto junto ao campo das Ciências Sociais para a compreensão do fenômeno do uso de drogas. É um serviço gratuito, mas que não faz parte da RAPS. Tem como público alvo tanto jovens como adultos.

Gênero e o uso abusivo de substâncias psicoativas: uma articulação necessária

A partir da minha formação enquanto pesquisadora, e inquieta com os dados de uma pesquisa apresentada por duas residentes da turma anterior, uma das minhas atuações nesta instituição foi pensar sobre as questões de gênero na assistência do campo AD. A pesquisa desenvolvida anteriormente traçou o perfil dos usuários de Substâncias Psicoativas – SPA’s lícitas e ilícitas acolhidos no serviço durante o período de julho a dezembro de 2014. O perfil sociodemográfico apresentado foi resultante da análise das seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, com quem mora, escolaridade, ocupação, religião, motivo de procura do serviço, tratamento anterior e encaminhamentos realizados pelo serviço.

Ademais, o foco na questão de gênero se deu pelo fato de chamar atenção a representatividade quantitativa, a partir do determinante “sexo” das pessoas acolhidas, a saber: 69,7% dos usuários eram do sexo masculino, e 30,3% eram do sexo feminino. A análise qualitativa decorrente da pesquisa teve por questão fundante a problematização da variável “gênero” com enfoque no feminino, pois é sabido que a categoria “sexo” não contempla as diferentes formas de socializações de gênero que opera em diversas esferas da vida cotidiana (SCOTT, 1995). Fazendo uma rápida leitura dos dados, podemos dizer que prevalece a lógica do senso comum de que o uso drogas é um problema de homem. Será?

Na perspectiva da abstinência, por exemplo, a ideia de fracasso é bastante presente e atrelada a variável do gênero masculino, como já notado por Moraes (2010):

Como lidar subjetivamente com a ideia de fracasso, com o rótulo de incapaz de tomar suas próprias decisões, quando essa pessoa é um homem que foi educado para saber que força e coragem são sinônimas de masculinidade heterossexual? Quando esse homem foi construído e construiu sua forma de ser e estar no mundo a partir dessas referências? No caso dos homens, essa questão ainda é mais cruel, porque são essas mesmas referências de masculinidades (força e coragem) que os incita a correr riscos associados aos contextos de uso e comércio de drogas (MORAES, 2010, p.20).

Os homens, como supracitado, são socializados a partir da lógica do poder e da força. Compreender esses fenômenos é fundamental na condução dos casos. Estar atento à ideia do universo privado associado historicamente as mulheres pode nos ajudar a entender, por exemplo, por que algumas não chegam aos serviços AD? Como justificar uma dona de casa que ‘falhou’ em seu papel social?

Portanto, um dos objetivos foi compreender, a partir da percepção das profissionais que atendem neste ambulatório, as razões que geram a baixa procura das mulheres por tratamento na instituição. As entrevistas duraram em média 50 minutos, sendo as interlocutoras quatro profissionais de diferentes categorias com tempo de atuação na clínica AD variável, entre três e vinte anos.

O que os dados das entrevistas e observação na instituição sinalizaram?

- Pouca problematização sobre gênero como determinante social na clínica AD. Uma fala comum das entrevistadas era que não haviam pensando profundamente sobre isso;
- O reconhecimento da lógica ambulatorial como dificultadora para ambos os gêneros. Por ser uma instituição com horários definidos de consulta, inviabiliza a demanda espontânea. Assim, a organização institucional pode ser percebida como ponto importante para adesão ou não ao tratamento;
- As mulheres assistidas pelo serviço são, majoritariamente, cuidadoras/acompanhantes de usuários; o que corrobora com o constructo cultural acerca do lugar social da mulher;

- As mulheres usuárias, geralmente, frequentam o serviço sozinhas. O que indica a pouca ou não existência de suporte afetivo em seu cuidado. Condição que pode estar fortemente atrelada à permanência dessas mulheres no tratamento;
- O não reconhecimento da especificidade do gênero feminino para o itinerário terapêutico, pois há a compreensão de que os espaços existentes no ambulatório são de caráter ‘unissex’. Concepções que vão ao encontro aos dados apresentados pelas autoras a seguir.

Jansen e Barreto (2015) exemplificam com as falas de usuárias acerca da pertinência de um olhar e cuidado direcionado as mulheres, que têm questões próprias: “Que bom conhecer esse grupo; onde eu estava só tinham homens. Aqui é melhor”; “Têm coisas que não falamos na frente dos homens” (JANSEN; BARRETO, 2015, p. 253). As autoras, na experiência com um grupo de mulheres em um CAPS AD da cidade de Salvador, perceberam que ao utilizarem outros tracejos no cuidado com as mulheres, obtiveram importantes ganhos.

Avaliamos que esse é um caminho investigativo que merece mais aprofundamento. Diante do curto tempo para a realização da pesquisa e o problema de agenda para conversar com mais profissionais, foram realizadas quatro entrevistas, o que não dá para considerar enquanto uma representação da instituição. Contudo, sinaliza para a necessária problematização da temática, tendo em vista os dados supracitados.

Ponto de Cidadania

A passagem pelo campo AD nos trouxe duas importantes vivências: uma que foi estar em um espaço de caráter formal de cuidado que é o ambulatório, e outro foi a assistência na rua através do Ponto de Cidadania – PC. O projeto do PC foi implantado no ano de 2014. Tem como objetivo acolher, principalmente, pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de Substâncias Psicoativas - SPA's. Funciona como articulador das redes de saúde, assistência social, jurídica entre outras que as pessoas demandam assistência – devido à grande dificuldade de acesso que as pessoas em situação de rua encontram. O projeto acontece em dois contêineres localizados em dois espaços de maior concentração de pessoas em situação de rua em Salvador. Dentre as várias ações, nestes espaços é oferecido um local para banho com a disponibilização de kits de

higiene pessoal (sabonete para banho, escova e pasta de dente), o que possibilita o autocuidado.

O projeto dos PC tem os mesmos princípios e objetivos para os dois contêineres. Contudo, atentar para a peculiaridade de cada um dos territórios em que estão instalados é condição *sine qua non*. O principal local de uso de SPA's ilícitas do território que atuei, por exemplo, é algo que merece destaque, por ser em espaço de grande vulnerabilidade sanitária e social: uma vala. Desta forma, “as drogas não tem o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes!” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12).

Diante disso, o PC surge na tentativa de minorar as iniquidades vivenciadas cotidianamente por pessoas em situação de rua. Dentre as atividades que atuei, está o acompanhamento dos usuários em serviços de saúde. Até que ponto se faz necessário o acompanhamento dos usuários nas instituições? O empoderamento dos usuários requer investimento diário para que se reconheçam enquanto cidadãos de direito, pois, pelo grande histórico que cada um carrega de violências institucionais, caminhar sozinhos por esses espaços é algo difícil. Patricia Flach e Nery Filho (2015) levantam algumas barreiras: “vivência de situações de destrato, solicitação de segurança para acompanhar o atendimento, exigência de documento de identidade e/ou comprovante de residência como condição de inclusão no serviço” (p. 204). Condições que inviabilizam o acesso das pessoas que vivem em situação de rua nas instituições.

Minha inserção no PC aconteceu duas vezes por semana, sendo o terceiro turno dedicado à reunião técnica. No contêiner, inseri-me nas atividades cotidianas do serviço, como a recepção dos usuários para o uso do banheiro, a distribuição do ‘cafezinho’ que possibilita importantes rodas de conversa, o acompanhamento para alguma instituição e as idas a campo. Outras duas atividades das quais participei, foram dois projetos:

- ‘Sexta da beleza’: projeto idealizado por um grupo de residentes do Hospital Professor Edgard Santos – HUPES e teve como objetivo realizar oficinas de promoção da saúde e autocuidado para as pessoas em situação de rua, usuárias de SPA's. O contêiner é um espaço que, no geral, chama a atenção dos transeuntes. Porém, nos dias das oficinas, em alguns momentos, parecia espetáculo para quem passava. Pessoas em situação de rua numa espécie de ‘dia da beleza’? Essas que trazem importantes cicatrizes inscritas no corpo se cuidando? Como nos falam Nery Filho e Marcos Messeder, “o corpo é o mapa da história” (2004, p.65). Essa experiência possibilitou maior aproximação das

profissionais com os usuários. No momento em que estávamos trançando cabelo ou pintando as unhas, discutíamos sobre estratégias de redução de danos e tantos outros assuntos de promoção da saúde.

- A outra ação foi nomeada de ‘Fortalecendo o diálogo com os comerciantes do território’. Teve por objetivo divulgar o funcionamento do PC para os comerciantes formais e informais do território para que, desta forma, fosse criada/fortalecida uma rede de cuidado para os usuários. O que pudemos perceber em campo é que apesar de boa parte dos comerciantes ter, em maior ou menor grau, contato com os usuários, a culpabilização pela condição de vulnerabilidade em que essas pessoas se encontram é bastante presente. A lógica abstinentista da droga foi colocada como única solução, o que era esperado tendo em vista a construção cultural acerca do uso de drogas, especialmente as ilícitas. Além de ser SPA’s ilícitas, são consumidas por pessoas pobres e negras, determinantes que representam o constructo cultural de marginalidade.

“É importante considerar que, se o consumo de droga ocorre na comunidade, este é o campo por excelência de intervenção e o lócus de maior efetividade das práticas de promoção da saúde, prevenção e redução de danos possíveis e consequentes a esse uso” (FLACH; NERY FILHO, 2015, p.203). É nesta perspectiva que a intervenção com os comerciantes teve por intento desmistificar estigmas relacionados aos usuários, por entender que são atores importantes nos laços vividos por estes. “As redes não são apenas as instituições, mas, sobretudo, as pessoas que estão dentro e fora desta e que fazem parte do contexto relacional deste sujeito, direta ou indiretamente” (FLACH; NERY FILHO, 2015, p.206).

A trajetória no campo AD permitiu a amplificação de conhecimentos a respeito das abordagens referentes ao uso e abuso de substâncias psicoativas. Faz-se necessária a desmistificação das crenças aprendidas culturalmente sob os holofotes do preconceito e do descrédito aos sujeitos envolvidos neste contexto.

CAPSII

É chegado o último campo de atuação, um CAPS destinado à assistência de pessoas adultas que vivenciam transtornos mentais severos e persistentes. O estágio se deu entre os meses de outubro de 2015 e abril 2016. Tudo novo mais uma vez: equipe de profissionais, usuários, território etc. Entretanto, sempre

Munidos de desejo e levando como bússola idéias como integração social, respeito à loucura alheia e à nossa, sensibilidade ao sofrimento do outro e ao nosso, desestigmatização, asas à imaginação, obstinação e transformação, caminhávamos sabendo que não há caminho... nunca tivemos tanta certeza de que o fazíamos ao andar (NUNES, 2015, p.484).

Na mudança de equipe de residentes nos foram passados os projetos já em andamento, os casos, as oficinas que a outra equipe havia acompanhado. Chegamos em um período de greve das profissionais. Diante do que era possível, fomos atuando. A greve durou em média um mês, nesse meio tempo tivemos um mês de férias e feriados. Destarte, esse campo foi marcado por encontros e desencontros.

De maneira geral, como no CAPSia, este CAPS busca funcionar de acordo com os princípios e diretrizes da RAPS. Acontecem os grupos e oficinas terapêuticas, diferente da realidade de demanda do CAPSia que atende um público maior, esta instituição consegue estar de forma mais ativa nas visitas domiciliares, por exemplo.

Tendo em vista que essa era a última equipe de residentes e não havia previsto processo seletivo para residência em saúde mental do ISC/UFBA, avaliamos que daríamos continuidade aos projetos já desenvolvidos pelas miniequipes anteriores e não propomos novas atividades. Os três projetos foram:

- A implantação de uma horta no Serviço de Residência Terapêutica - SRT a que o CAPS é vinculado. Um de seus principais objetivos é favorecer aos moradores do serviço maior sentimento de pertença de seu lar.
- Correio do CAPS: projeto que confeccionava jornal em folhetim, onde noticiava matérias elaboradas pelos próprios usuários. A equipe de residentes e de profissionais estava para dar suporte a esta ação. Foi um projeto de grande potência, em que os usuários eram os protagonistas e se sentiam como tal. Consideramos um espaço de importante caráter terapêutico e político.
- Oficina de beleza: esta ação acontecia semanalmente, tendo como público homens e mulheres assistidas pelo CAPS. Surgiu a partir das demandas trazidas por alguns usuários devido à insatisfação com a autoimagem. A partir das ações eram discutidas temáticas sobre educação em saúde, sobre padrões de beleza – muito em razão de questões raciais vivenciadas pelos usuários.

Dentre as atividades por nós realizadas no CAPS, chamo atenção para esta última oficina. Padrão de beleza é algo que alcança e faz sofrer a população em geral. Entretanto, no campo da saúde mental essas questões se tornam ainda mais delicadas, como asseveram Zanello et al (2015). Em estudo realizado sobre a interface entre questões de gênero e saúde mental, as autoras perceberam que

[...] a obesidade apareceu como forte fator de sofrimento para as mulheres, o que casa com os resultados apontados por Zanello, Bukowitz e Coelho (2011) sobre o quanto os xingamentos relacionados ao corpo, especialmente ao excesso de peso, são considerados ofensivos quando direcionados às mulheres por ferirem o ideal de beleza típico de nossa cultura atual, lipofóbica. No entanto, há um agravante nesses casos porque as próprias crises e alguns medicamentos levam a um processo intenso do engordar. Os temas velhice e racismo (não ser branca), bem como a auto exigência para estar sempre bonita e apresentável socialmente, também apareceram como indicadores de sofrimento no que diz respeito a um ideal estético que precisa ser atingido. (ZANELLO et al., 2015, P.243).

Entendemos, portanto, que análises socioculturais dos processos de adoecimento das pessoas são de suma importância. É a partir destas compreensões que as estratégias de intervenção devem se guiar, e as Ciências Sociais têm papel fundamental nisso.

CONSIDERAÇÕES

Este relato de experiência apresenta grande parte de minha vivência. Decerto que, em razão de espaço, as folhas escritas não deram conta de toda a experiência, mas buscaram trazer o quão intensa e artesanal foi. A partir do desenho das ações, é possível conhecer os novos lugares sociais que a saúde mental se apresenta e os quais clinicamente e politicamente eu aposto. O desejo é de uma factual assistência libertária e transdisciplinar, reconhecendo o sujeito em suas múltiplas facetas.

Como supracitado, questões raciais e de gênero, por exemplo, têm se apresentado de maneira adoecedora. O reconhecimento dos DSS na clínica convida outros saberes para atuar no cuidado. Logo, faz-se necessário o reconhecimento das Ciências Sociais como colaboradora para uma clínica efetiva. A certificação do território como principal espaço de prática faz da Antropologia importante aliada na condução dos casos e planejamento das ações, na medida em que este saber traz como expertise o estar junto e conhecer de perto o outro.

Ter participado da residência me deixou contente por me perceber mais madura frente às discussões do campo da saúde mental e por ter experimentado e aprovado um novo lugar do “núcleo” das Ciências Sociais para além do universo acadêmico. Porém, também saí carregando algumas inquietações compartilhadas por tantas outras residentes no que diz respeito à continuidade das ações por nós desenvolvidas: “Será que a permanência dos projetos e dos vínculos e até da própria relação só existe com a permanência física das pessoas?” (NUNES, 2015, p. 495). Meu desejo é que não. Como cantam *Os novos baianos*, “e pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto”. O recebimento foi bem mais do que o esperado. Concluo com a convicção de que a aposta das Ciências Sociais nesse meio foi bastante acertada, e saio na esperança de que alcancemos mais espaços para além do universo estritamente acadêmico e de pesquisa. Que aconteçam mais e mais experiências das Ciências Sociais na assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. N. A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 8, n. 1, 2008, p. 74-82.
- AMARANTE, Paulo. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, jul/set, 1995.
- AMARANTE, Paulo; FREITAS, Fernando; NABUCO, Edvaldo da Silva; PANDE, Mariana Rangel. Da arteterapia nos serviços aos projetos culturais na cidade: a expansão dos projetos artístico-culturais da saúde mental no território. In: PAULO. Amarante e Fernanda NOCAM (orgs.). **Saúde mental e arte: práticas, saberes e debates**. São Paulo: Zagodoni, 2012.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Portaria 106 de 11 de fevereiro de 2000**. Diário oficial da união.
- BRASIL, Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004
- BRASIL, Ministério da Saúde. **O acolhimento como uma diretriz da política nacional de humanização da atenção e gestão do SUS**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção à Saúde, 2006.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual Em Saúde. **Acolhimento**. 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas./167acolhimento.html>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. **Portaria nº 1.077**, de 02 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 3.088**, de 23 de dezembro de 2011.

BUSS, P.M; PELLEGRINI FILHO. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007. 77

CAMPOS, G.W.S. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 2, p. 393-403, 1999.

CAMPOS, G. W. S. Saúde Pública e Saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciênc Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.3, n 1 e 2, 2000.

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, 2005.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, Luiz Alberto et al. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

FLACH, Patricia Von; NERY FILHO, Antonio. Interfaces entre a política e a clínica na atenção aos usuários de substâncias psicoativas. In: NUNES, Mônica TORRENTÉ, Maurice de, PRATES, Adriana (org.). **O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma residência multiprofissional em saúde mental**. Salvador: EDUFBA, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**, tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Trad. Cláudia Buchweitz e Pedro M. Garcez. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

JASSEN, Mabel; BARRETO, Suelly Galvão. Para não dizer que não falei das flores... Um relato de acompanhamento na comunidade de um grupo de mulheres que sofrem com o uso de substâncias psicoativas. In: NUNES, Mônica TORRENTÉ, Maurice de, PRATES, Adriana (org.). **O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma residência multiprofissional em saúde mental**. Salvador: EDUFBA, 2015.

JEOLÁS, Leila Sollberger. Possibilidades de intervenção: o que faz um antropólogo em uma equipe interdisciplinar de saúde. **Política & Trabalho**, n. 20, p. 97-116, abril. 2004.

JEOLÁS, Leila Sollberger. O Diálogo Interdisciplinar na Abordagem dos Riscos: limites e possibilidades. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.9-21, 2010.

KNAUTH, Daniela Riva; VICTORA, Ceres Gomes; LEAL, Ondina Fachel. A banalização da AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 171-202, out. 1998.

LANCETTI, Antonio. Fontes da clínica peripatética. In: _____. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 19-37.

MACHADO, D. K. S.; CAMATTA, M. W. Apoio matricial como ferramenta de articulação entre a saúde mental e a atenção primária à saúde. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 224-32, 2013.

MATOS, Eliane Matos; PIRES, Denise Elvira Pires de; SOUSA, Gastão Wagner de. Relações de trabalho em equipes interdisciplinares: contribuições para novas formas de organização do trabalho em saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2010 set-out; 63(5): 775-81.

MORAES, Maristela. Gênero e usos de drogas: porque é importante articular esses temas? In: MORAES, Maristela, Castro, Ricardo. PETUCO, Dênis (Org.). **Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde**. Recife: Instituto PAPAI, 2010.

MEINERZ, Nádia. Impasses classificatórios envolvendo gênero e sexualidade no atendimento público de saúde. In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luís Felipe (orgs.). **Gênero, saúde e práticas profissionais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p.51-72.

MENDES, R.N.S. **Humanização & Acolhimento: uma revisão sistemática de literatura sobre a assistência no Sistema Único de Saúde**. Monografia (Especialização de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde) – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

NERY FILHO, Antônio; MESSEDER, Marcos Luciano. Exclusão ou desvio? Sofrimento ou prazer? In: TAVARES, Luiz Alberto et al. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

NUNES, Mônica de Oliveira. O silenciamento da cultura nos (con)textos de cuidado em saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental** - v.1, n.2, 2009;

NUNES, Mônica. Refletindo sobre a prática de uma residência multiprofissional em saúde mental – produções epistemológicas e pedagógicas. In: NUNES, Mônica TORRENTÉ, Maurice de, PRATES, Adriana (org.). **O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma Residência Multiprofissional em Saúde mental** Salvador: EDUFBA, 2015. 507 p.

NUNES, Mônica. O importante são as obras, não os autores: o guerreiro do tempo contra o dragão da impermanência. In: NUNES, Mônica TORRENTÉ, Maurice de, PRATES, Adriana (org.). **O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma Residência Multiprofissional em Saúde mental**. Salvador: EDUFBA, 2015. 507 p.

SANTOS FILHO, S.B.; BARROS, M.E.B.; GOMES, R.S. A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.13, supl.1, p.603-13, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 2, n. 20, 1995.

SCHMIDT, M. B; FIGUEIREDO, A. C. **Acesso, acolhimento e acompanhamento: três desafios para o cotidiano da clínica em saúde mental. Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 12, n. 1, Mar. 2009 .

SILVEIRA, Luana; NUNES, Mônica. Para além e aquém de anjos, loucos ou demônios: CAPS e Pentecostalismo em análise. **P o l i s e P s i q u e** , v. 3 , n. 1, 2013.

TEIXEIRA, E.R.; VELOSO, R.C. O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. **Enferm. Texto Contexto**, v.15, n.2, p.320-5, 2006.

TORRENTÉ, Maurice de; PRATES, Adriana; BORGES, Alba. O lugar e o papel do cientista social nas equipes interdisciplinares em saúde mental. In: NUNES, Mônica TORRENTÉ, Maurice de, PRATES, Adriana (organizadores). **O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma Residência Multiprofissional em Saúde mental/– Salvador: EDUFBA, 2015. 507 p.**

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 17, n. 1, p. 10-17, jan./abr. 2006.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 27 – n. 3, p. 238-246, 2015.

**O FAZER ANTROPOLÓGICO NA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE
TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS:
desafios, estratégias e angústias**

*The anthropological practice in the policy of remaining of territories of communities
of quilombos regularization: challenges, strategies and anguish*

Ana Lídia Nauar

Doutora em Antropologia Social; Professora de
Antropologia Social na Universidade do Estado
do Pará (UEPA).

Marcos Trindade Borges

Mestre em Antropologia Social (UFPA).

Petrônio Medeiros

Doutorando em Antropologia Social (UFPA).

RESUMO. Fazer uma reflexão sobre o ofício de antropólogo naquilo que é seu *métier*, ou seja, o trabalho de campo, é quase sempre pensar no enfrentamento de muitos desafios. Estes, no entanto, tendem a ser ainda maiores quando a pesquisa é parte de uma demanda política (pública) que se coloca como urgente em face das condições de insegurança (de todas as ordens) nas quais os grupos pesquisados se encontram. Neste artigo faremos uma breve reflexão sobre a nossa atuação como antropólogos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, ao longo de alguns anos lidando diretamente com a política de regularização de territórios quilombolas. Apontaremos algumas, dentre as principais dificuldades que enfrentamos neste exercício e as estratégias que utilizamos para ultrapassar as mesmas e efetivamente contribuir para a realização de etapas importantes do processo de regularização dos territórios das comunidades quilombolas que apresentam demanda por titulação coletiva no órgão.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. Pesquisa de campo. Território étnico.

ABSTRACT. Make a reflection of the role of the Anthropologist in what is his *métier*, in other words his fieldwork; it is almost always about facing many challenges. However,

these tends to be even greater when the research is part of a (public) political demand, which poses as urgent in the face of insecure conditions (of all kinds) in which the groups surveyed are immerse. In this article we will briefly make a reflection on our work as anthropologists in the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, over a few years directly dealing with the policy of regularization of Quilombola territories. We will point out some of the main difficulties that we face in this exercise and the strategies we use to overcome them and effectively contribute to the accomplishment of important stages of the process of regularization of communities Quilombola territories which present a demand for collective titration of the land in the government organ.

KEYWORDS: Anthropology. Field research. Ethnic territories.

INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de destacar que, ao pensarmos em escrever sobre o nosso trabalho como antropólogos e o desafio de lidar com a política de regularização de territórios quilombolas na esfera do governo, foi muito difícil fazermos um recorte e selecionarmos apenas algumas dentre as muitas dificuldades com as quais lidamos rotineiramente neste contexto. Assim, e pelos limites impostos por um artigo, abordaremos três aspectos que julgamos serem mais emblemáticos dos desafios que enfrentamos na rotina de trabalho dentro de uma instituição pública, o que nos permitiu, de certa forma, elaborarmos também o exercício de estranhamento daquilo que nos é (neste caso, que a nós se tornou) familiar (DAMATTA, 1987) e repensarmos também a nossa atuação enquanto profissionais da Antropologia neste campo mais recente do fazer antropológico fora da academia, ou seja, de um tipo de antropologia em ação/processo (que se faz na – e através da – investigação), aqui por nós pensada no sentido daquilo que Bruno Latour (2000, p.31-36) denominou de “ciência em ação”.

Nesse sentido, abordaremos aqui os seguintes aspectos: a) o tipo de demanda (especificidade da política quilombola) – a questão da identidade e das territorialidades étnicas e as dificuldades de tratar a questão quilombola com os demais membros do grupo técnico interdisciplinar necessário à confecção das peças do processo de regularização fundiária; b) o contexto em que as comunidades se encontram – em geral vivenciando conflitos de grandes dimensões pela terra, expropriação e vulnerabilidade social; c) o racismo institucional que permeia a política quilombola e se atualiza na maneira como a

mesma e seus agentes (no caso, nós servidores que atuamos na execução da política), são tratados dentro órgão, inviabilizando encaminhamentos e muitas vezes travando o processo.

A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E SUAS ESPECIFICIDADES

A autoatribuição de identidade étnica no Brasil tem assumido relevância nos últimos anos e se atualizado por meio da organização política de grupos que reivindicam os seus direitos territoriais. No caso das chamadas comunidades remanescentes de quilombos esses direitos estão garantidos na Constituição Brasileira de 1988, mas, só passaram a adquirir destaque no contexto do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT¹), que conferiu os direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estivessem ocupando suas terras, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Esse direito, no entanto, foi resultado sobretudo de pressões dos movimentos sociais negros, da atuação de alguns parlamentares comprometidos com as causas sociais e da falta de conhecimento da expressividade atual das populações quilombolas por parte de uma maioria de constituintes (CARVALHO, 2016, p. 27).

A efetivação das ações de regularização dos chamados territórios remanescentes de quilombos no Brasil se deu com a regulamentação da política a partir de 2003, com a publicação do Decreto 4887/2003. Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a responsabilidade pela execução das referidas ações. A necessidade de construção de um documento normativo para orientar o trabalho de levantamento de dados para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola ocasionou um debate (com ampla participação da Associação Brasileira de Antropologia - ABA) em torno da importância e obrigatoriedade do Relatório Antropológico na composição do RTID, justificando a sua

¹ De acordo com o documento, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 1988).

relevância em situações de conflitos e nos casos de judicialização dos processos. A ABA não só defendia a importância do enunciado antropológico nos contextos de disputas e de conflitos mas, também, a sua utilidade na defesa e garantia dos direitos das populações quilombolas secularmente marginalizadas.

No Incra, em todas as suas superintendências no Brasil, a execução da política se encontra sob a responsabilidade do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, que por sua vez está atrelado à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. No entanto, como o procedimento de regularização passa por diversas fases ou etapas até chegar à titulação, várias ações são realizadas por outros setores ou divisões dentro do órgão. Então, a começar pela especificidade da demanda que se apresenta no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, a qual uma vez estando situada no contexto da política de regularização de territórios específicos, com exigência de caracterização e ancestralidade étnica dos mencionados grupos conforme preconizam o Decreto 4887/2003 e a IN57/2009, esta difere substancialmente das demais políticas de reforma agrária que vêm sendo implementadas pelo órgão há mais tempo, como é exemplo, a política de assentamentos rurais.

Esta política se sustenta por meio de uma concepção de terra (e não de território) que tem por base a “política do quadrado” (como ouvimos alguns técnicos referirem), que tem se atualizado por meio de uma forma de imposição de lotes de terras tecnicamente definidos com base no número de famílias a serem assentadas numa área. Os lotes de uma área são divididos conforme o número de famílias que serão assentadas, passando as mesmas, assim, a integrarem uma relação de beneficiários da reforma agrária. Tem-se, portanto, a instrumentalização da política que é vista/considerada no órgão a principal meta institucional mensurada pelo número de famílias assentadas por ano.

Diferentemente da política de assentamento, a política de regularização de territórios quilombolas parte da organização do grupo que se autoatribui a identidade quilombola tal como se encontra previsto no Decreto 4887/2003². O tamanho da área

² O Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003d) considera em seu Art. 2º que os remanescentes de quilombos “são grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida. & 1º Para fins desse Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos, será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”.

referente a um território é definido a partir das indicações do próprio grupo com base na sua ancestralidade étnica, no parentesco, na história de ocupação e uso do território e nas suas necessidades de reprodução física, econômica, social e cultural. Ao contrário da área de assentamento, o território quilombola definido a partir desses critérios, em geral, corresponde a uma área maior que beneficia um número menor de famílias. Por conta dessas especificidades, a política de regularização de territórios quilombolas, desde a sua implantação no órgão, não foi tratada como uma política de reforma agrária, não sendo considerada meta institucional.

A experiência de trabalho de campo antropológico nas comunidades nos mostrou ao longo de mais de dez anos que, no processo de identificação do território – o qual se dá com ampla participação dos comunitários quilombolas – quase sempre há um cuidado por parte dos mesmos com a vizinhança em torno do seu território, onde estabelecem aquilo que eles denominam de “limite de respeito” com os vizinhos, quilombolas ou não quilombolas, que compartilham de costumes, histórias e formas de uso tradicionais do mesmo espaço³. O limite de respeito, nesses casos, é definido por eles com base nas relações de parentesco, de amizade, trocas e de compadrios, sendo relações que se inserem naquilo que Mauss (2003), considera como fato social total, no sentido de que são relações sociais através das quais toda a vida social se mistura e se encontra presente⁴.

Uma das dificuldades que se apresenta no contexto de regularização desses territórios específicos é a compreensão dessa lógica diferenciada – e com isso a identificação dos limites de um território étnico quilombola – por técnicos de outras áreas de conhecimento dentro do órgão. Esse processo complexo de identificação e definição da área quilombola requer um “olhar treinado” e um nível de sensibilidade que em geral

3 O termo “limite de respeito” é frequentemente referido por comunitários quilombolas para definir os limites espaciais entre uma comunidade e outra e também entre uma comunidade e um vizinho que embora compartilhe muitas vezes da mesma história, tradição e uso comum do mesmo território, não se autodefine como quilombola.

4 Um exemplo de definição de território étnico (quilombola) baseada no limite de respeito entre os outros moradores ou comunidades (quilombolas ou não) se encontra entre as comunidades quilombolas do município de Salvaterra, no Arquipélago de Marajó, estado do Pará. Neste município temos o maior número de comunidades identificadas, autodefinidas e com processos tramitando no Incra, SR01, Belém, Pará. São comunidades localizadas próximas umas das outras e de outras que não se autodefinem como tais. Como são comunidades cujos moradores se conhecem e mantêm relações de parentesco, troca, compadrios por muito tempo, estas relações, em geral, são levadas em consideração quando estabelecem os limites de respeito, leia-se, limites geográficos de cada território, ou seja, entre uma comunidade e outra.

não faz parte da formação dos técnicos de outras áreas de estudo, o que dificulta, para estes últimos, a compreensão das lógicas culturais que justificam para os quilombolas os limites do território que reivindicam. Cabe, portanto, aos antropólogos o exercício de compreensão e interpretação dessas lógicas culturais específicas e a sua tradução na confecção do Relatório Antropológico que por sua vez, irá compor o RTID, principal documento do processo. Ainda, no processo de confecção das demais peças do RTID, cabe ao antropólogo acompanhar de perto o trabalho dos demais técnicos esclarecendo e dirimindo dúvidas a respeito dos limites do território reivindicado pelos comunitários quilombolas e as justificativas que apresentam por meio de lógicas culturais específicas.

O RTID é um documento composto de outras peças do mesmo modo importantes, sendo as mesmas: relatório agrônômico (ou levantamento fundiário), levantamento de sobreposição de áreas, cadastramento das famílias quilombolas, levantamento ambiental, mapa e memorial descritivo da área e parecer conclusivo. Uma vez concluso o documento contendo todas as peças citadas, ele é enviado para análise jurídica da qual resulta um parecer da Procuradoria Federal Especializada. Após a emissão do parecer jurídico o documento é submetido ao Comitê de Decisão Regional (CDR), que tem a responsabilidade de aprová-lo ou não. Após a aprovação no comitê, o RTID é encaminhado para publicação (em formato resumido) no DOU e DOE por duas vezes consecutivamente. Em seguida é enviado aos órgãos e entidades se manifestarem quanto à área identificada.

Após a publicação do RTID, abre-se um prazo de 90 dias para as contestações, que ao final desse tempo são analisadas por outro CDR cuja responsabilidade é julgar as contestações no prazo de 180 dias. Caso as contestações resultem em alterações do resumo do RTID publicado, ocorrerá uma nova publicação no DOU com as alterações realizadas. Se ao contrário, as contestações forem julgadas e indeferidas, cabe recurso ao Conselho Diretor do órgão, desde que apresentado no prazo de até 30 dias a contar da data de sua publicidade. Se após o julgamento do recurso for necessário proceder alguma alteração no resumo do RTID publicado, será realizada nova publicação no DOU com as alterações pertinentes.

Vencida a fase das contestações, o processo segue para emissão de Portaria de Reconhecimento do território quilombola. Consideramos esta fase de muita importância,

pois é o primeiro momento do processo em que a comunidade recebe de fato alguma segurança em relação aos limites do território pleiteado. Inicia-se em seguida a fase de obtenção das terras que se encontram no interior do território quilombola, após a emissão do Decreto de Interesse Social assinado pelo Presidente da República. Esse documento autoriza a realização de avaliação e a indenização das benfeitorias ou do imóvel (caso se trate de uma área titulada). Todo esse procedimento envolve ações de grande complexidade, além de equipes técnicas interdisciplinares as quais, aliadas à falta de estrutura do órgão, fazem com que o processo se torne muito lento e demorado. Sem contar que, nesse tempo, durante essas fases e em qualquer momento, pode haver (e sempre há) ações judiciais junto ao Ministério Público Federal (MPF) e Justiça Federal, realizadas por pessoas cujos interesses são contrários ao pleito quilombola. Nessas situações de batalha judicial os procedimentos se tornam ainda mais demorados até chegar a titulação, em geral dez anos.

O CONTEXTO DO TRABALHO DE CAMPO ANTROPOLÓGICO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO PELA TERRA

O processo que envolve a elaboração do estudo antropológico em geral é árduo e atualiza-se em meio a tensões e conflitos pela terra, muitos destes de longa duração. Esta situação manifesta-se em face de as comunidades em sua maioria estarem sofrendo um processo intenso e violento de expropriação de seus territórios por fazendeiros, por grandes latifundiários e, mais recentemente, por grandes empresas ligadas ao agronegócio. Assim, por conta dos conflitos existentes na maioria das comunidades, a maior parte dos processos em tramitação no órgão se encontra judicializada, o que consideramos ter seu lado positivo, pois é o fato que contribui para dar celeridade ao processo haja vista que a Justiça Federal ou o Ministério Público Federal exigem respostas e ações urgentes do órgão, inclusive estabelecendo prazos para conclusão de etapas importantes. Isso significa dizer que quase sempre o trabalho de campo para coleta de dados necessários à confecção de relatórios antropológicos se dá em condições difíceis e tensas.

Nessas condições, a produção de dados em campo é realizada em tempo exíguo e o trabalho é intenso, pois necessitamos maximizar o tempo na comunidade e coletar senão todos, pelo menos boa parte dos dados necessários à confecção do documento. O tempo da pesquisa de campo, que em geral é de cerca de 40 dias alternados, por vezes é/ou pode ser menor que isso em função das urgências apresentadas quando um conflito se acirra ou quando se apresenta uma demanda do MPF ou da Justiça Federal, exigindo resposta urgente. A questão que em geral é colocada por estes órgãos diz respeito à definição do território quilombola e a situação fundiária das áreas sobrepostas ao mesmo pois frequentemente são estas questões que ocasionam os maiores conflitos.

No campo, o trabalho do antropólogo envolve tanto a produção de dados quanto sua análise e parte da textualização dos mesmos. Ou seja, o olhar, o ouvir e o escrever necessários e fundamentais ao trabalho do antropólogo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) ocorrem simultaneamente e durante o curto tempo de pesquisa de campo. Diante dessa dificuldade e urgência é necessário lançarmos mão de estratégias que possam facilitar o processo acelerado de produção dos referidos dados.

Nesse sentido, desenvolvemos uma metodologia específica através da criação de um espaço – que chamamos de “reuniões iniciais” – traduzido numa sequência de reuniões que constituem um espaço público, pois convidamos toda a comunidade e não somente a associação que a representa para participar. Trata-se de um espaço público e político de construção de um debate que possui legitimidade dentro da comunidade, onde coletamos informações importantes sobre os limites do território reivindicado e as noções construídas por eles em torno do pertencimento ao grupo. Ou seja, quem é/faz parte ou não da comunidade e quem é/faz parte da associação (pois nem todo quilombola faz parte da associação quilombola) e os critérios definidores das fronteiras de pertencimento.

Durante esse primeiro período em campo, realizamos pelo menos quatro reuniões: a primeira reunião objetiva explicar o procedimento de regularização em suas várias etapas e o objetivo do nosso trabalho naquele momento; na segunda reunião coletamos informações sobre o calendário sócio-histórico-econômico e lunar da comunidade, momento em que construímos um quadro dessas atividades, as quais a comunidade desenvolve durante o ano; a terceira reunião é realizada com o objetivo de construção de um croqui com os limites do território, feito em conjunto com os

comunitários; após a verificação *in loco* dos marcos de referência apontados no croqui e que são definidores dos limites do território, realizamos uma quarta reunião para construção do mapa do mesmo – que é elaborado pelo topógrafo que nos acompanha – com base no croqui e nos pontos identificados *in loco*. Posteriormente, realizamos a última reunião desta série, com o objetivo de apresentar os dados e sobretudo o mapa que resultou de todo o trabalho feito em conjunto com a comunidade, para que esta possa anuir. Todo esse procedimento que envolve nosso trabalho de campo nas comunidades marca uma diferença em relação ao trabalho de campo do antropólogo da academia, que em geral tem um tempo mais prolongado de convívio com o grupo no local pesquisado e, sobretudo, não cria espaços públicos de debate sobre os temas estudados, como nós fazemos através da metodologia acima especificada.

É necessário ressaltarmos que nos interstícios dessas reuniões também coletamos dados etnográficos através da observação participante com base nos ditos e nos não ditos pela comunidade durante as mesmas. Assim, por meio de conversas informais, da escuta e da observação, temos acesso às informações sobre a memória do território e seus usos (em geral já bastante limitados em função do processo de expropriação sofrido) ao longo do tempo, momento em que conversamos principalmente com os mais velhos da comunidade, que em geral são os guardiões dessa memória. Verificamos também possíveis documentos que possam apontar/confirmar a ancestralidade do grupo, construímos mapas genealógicos e identificamos os principais conflitos existentes, tanto dentro da própria comunidade quanto entre esta e sujeitos ou grupos externos.

Neste processo intenso de produção de conhecimento em campo nos esforçamos ao máximo para coletar os dados necessários à confecção de um documento que embora seja quase sempre preliminar neste primeiro momento, contenha os elementos básicos constantes na legislação pertinente ao tema. O trabalho realizado segue os princípios éticos exigidos pela disciplina e a imersão na realidade e cultura estudadas se dá a partir de um processo de maior familiarização que sempre acontece em etapas e em circunstâncias distintas, o que consideramos não ser muito diferente do tipo de pesquisa antropológica que se faz na academia. Destacamos que na produção de laudos e relatórios antropológicos, o processo de imersão envolve também e inclusive o contato que mantemos com pessoas da comunidade dentro do órgão, quando das inúmeras visitas e

telefonemas que fazem para nos repassar informações e atualizar as que já temos; ou quando nos requisitam para ajudar no encaminhamento de alguma situação urgente e de outra ordem. É muito comum sermos solicitados pelos comunitários para levar suas denúncias de invasões de suas terras por fazendeiros ou outros até o MPF.

A produção de dados em campo sob tensão em face dos conflitos existentes nas comunidades é, portanto, um aspecto que merece destaque aqui por se traduzir em momentos onde as maiores dificuldades se apresentam. Em muitos casos e dependendo do grau do conflito entre quilombolas e grupos ou indivíduos externos à comunidade, por vezes realizamos o trabalho de campo com acompanhamento policial para que seja garantida a segurança da equipe de trabalho e também dos comunitários. Sem dúvidas, fazer pesquisa de campo sob escolta policial torna o nosso trabalho muito mais difícil, a despeito da segurança que a presença dos policiais sempre nos proporciona nesses momentos. Em geral, a dificuldade consiste no fato de os policiais, por serem treinados para atuar com grupos ligados ao crime, muitas vezes também lançam um olhar sobre as práticas tradicionais das comunidades através dessa ótica.

Assim, os momentos da pesquisa de campo com acompanhamento policial exigem um esforço a mais no sentido de que necessitamos, em algumas situações, sensibilizar os policiais para a compreensão das especificidades do nosso trabalho e também das práticas tradicionais das comunidades. Do mesmo modo, é preciso esclarecer a comunidade que a presença dos policiais naquele momento específico visa somente atender à necessidade de proteção e segurança para que possamos fazer o nosso trabalho com tranquilidade. Esse cuidado é fundamental para evitarmos que a presença dos policiais não interfira tanto no nosso trabalho.

Assim, como antropólogos, em tese, teríamos que atuar apenas na produção de relatórios antropológicos. No entanto, o nosso trabalho vai muito além disso, incluindo o acompanhamento dos processos em todas as suas fases e respondendo (e subsidiando respostas de outros setores) sobre questões ligadas aos mesmos, demandadas por outros órgãos. Isso significa que além da produção de Relatório Antropológico e a organização de todas as peças que constituem o RTID, nos tornamos responsáveis por acompanhar o trabalho de outros servidores e nos mantermos atentos para que outros setores por onde necessariamente os processos tramitam dentro do órgão encaminhem e respondam (em

tempo menor) as demandas que lhes competem fazer. Não raro, por essa razão nem sempre somos bem vistos e aceitos e nossa presença em reuniões institucionais em determinados momentos por vezes causou (e continua causando) incômodo pelo nosso posicionamento ético, crítico e sempre em defesa dos interesses das comunidades.

Um fato emblemático desse tipo de incômodo ocorreu quando da constituição, pelo órgão, de uma mesa interinstitucional de debates no ano de 2012. Se por um lado essa foi uma experiência que teve por finalidade acelerar os processos – uma vez que colocava os representantes de diversos órgãos num diálogo que objetivava encaminhar e dar solução aos problemas que travavam os processos – por outro, expôs de forma inequívoca a falta de diálogo existente entre os outros setores e o Serviço de Regularização de Territórios Quilombola⁵, o que chegou a causar constrangimentos públicos aos servidores, sobretudo aos antropólogos. Como o espaço de discussão tinha por finalidade debater os principais entraves que ocasionam a demora dos processos, na ocasião levávamos as informações reais em relação às diferentes situações em que se encontravam os mesmos, o que equivalia mostrar que as dificuldades eram de natureza institucionais e não do setor que cuida dos processos – o que contrariava o discurso difundido dentro do órgão de que os processos travavam por culpa do setor e dos servidores.

Foi com essa mesa quilombola que a invisibilidade do serviço foi posta à prova, momento em que as dificuldades tiveram que ser colocadas literalmente “na mesa”, contexto em que a instituição – questionada pelos outros órgãos e pelo movimento social negro – se viu diante da complexidade da política e solicitou que fizéssemos os esclarecimentos relativos a cada processo e seus entraves. Esse fato novamente nos fez constatar o quanto a política é menosprezada dentro do órgão, pois, ficou claro que, além de nós antropólogos, ninguém sabia informar a real situação de cada processo, muito embora alguns deles se encontrassem em fases diferenciadas e estivessem sob a responsabilidade de encaminhamento de outros setores dentro do órgão. Por meio da nossa fala, deixamos evidente que embora existissem dificuldades de recursos

5 O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas é o setor dentro do Incra responsável pelos processos de regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas. No entanto, parte das ações de regularização são de responsabilidade de outros setores dentro do órgão.

financeiros, as de ordem administrativa e institucional eram as principais⁶.

A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E O RACISMO INSTITUCIONAL

O conceito de racismo institucional foi definido nos Estados Unidos da América para mostrar como o racismo se manifesta nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições “para descrever os interesses, ações e mecanismos de exclusão estabelecidos pelos grupos racialmente dominantes” (PACE; LIMA, 2011, p. 05). Em geral esse tipo de racismo se manifesta nas normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados na rotina do trabalho, os quais resultam do preconceito racial. De todo modo, o racismo institucional sempre tende a colocar pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Através da reflexão a respeito do conceito de racismo institucional é possível perceber a atualidade e abrangência do fenômeno, e pensar como isso nos permite compreender a sua persistência no contexto brasileiro na atualização da política de regularização de territórios quilombolas. Nesse sentido, verificamos que desde a origem, conforme ressaltamos anteriormente aqui, esta política pública – no que concerne à concepção e à maneira como foi introduzida como atividade do órgão ligada ao programa de reforma agrária – foi concebida e tratada de maneira diferenciada em relação a outras políticas e, nesse sentido, carrega a marca do racismo institucional. O Programa Brasil Quilombola – do qual faz parte a política de regularização de territórios quilombolas – foi pensado com a participação de vários ministérios, ou seja, para ser uma política interministerial a ser aplicada pelo Estado brasileiro que levasse benefícios às comunidades quilombolas. No que tange à política de regularização dos territórios dessas comunidades, esta foi implementada de maneira desarticulada da Política Nacional de

⁶ Pelo nosso posicionamento assumido publicamente nessas reuniões sofremos retaliações e fomos excluídos da participação em outras reuniões para tratar dos assuntos institucionais relativos aos processos das comunidades. Posteriormente, sofremos inclusive assédio moral pelo simples fato de não concordarmos com o discurso institucional e por defender que as ações e os processos seguissem os trâmites legais, sendo por isso acusados de impor dificuldades aos mesmos.

Reforma Agrária desenvolvida há mais tempo pelo mesmo órgão. Como foi possível pensar a reforma agrária no Brasil sem incluir a regularização de territórios quilombolas também como parte fundamental desta política? Como foi possível negar a estas comunidades, quando instituída a política quilombola, o acesso aos benefícios previstos na política para outros grupos?

Em termos de política pública, o racismo institucional pode ser mais claramente percebido na diferença de tratamento que a política de regularização de territórios quilombolas recebe quando comparada com outras políticas de regularização fundiária desenvolvidas pelo órgão. Por diversas vezes as ações de regularização fundiária quilombola foram preteridas às ações de assentamento quando das disputas que também assumem um cunho político, envolvendo interesses dessa ordem. Contribui para isso a própria forma diferenciada como a política quilombola foi estruturada dentro do órgão quando comparada com a política de assentamento rural, conforme ressaltamos anteriormente. Nesta última são incluídos diversos benefícios, como a construção de estradas, infraestrutura de abastecimento de água, crédito para construção de casas, que não foram contemplados no contexto da política de regularização quilombola.

Tal desigualdade de tratamento entre essas políticas se constata também através da criação, pelo órgão, de uma modalidade particular de assentamento na Amazônia, intitulada PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista⁷ – que passou a incluir populações tradicionais que viviam em ilhas e áreas de várzeas, como beneficiários da reforma agrária. Dentre estas, também comunidades possuidoras de ancestralidade étnica (mas que não haviam se autodefinido como tais) que viviam há gerações naquelas áreas foram incluídas nas relações de beneficiários do órgão e passaram a ter acesso às políticas de reforma agrária. No entanto, as comunidades auto identificadas como quilombolas e com processo de titulação no órgão continuaram excluídas desta modalidade de política e dos benefícios nela contidos.

7 O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade específica de assentamento criada pelo Incra através da Portaria Incra/P/Nº 268, de 23 de dezembro de 1996, com o propósito de incluir a população moradora nas regiões insulares como beneficiária da Reforma Agrária, respeitando seus costumes e modos de vida tradicionais (SILVA, 2008).

Assim desintegradas da política nacional de reforma agrária, as ações de regularização de territórios quilombolas foram tratadas na instituição desde o início como algo estranho, desconhecido e de menor importância. Quando chegamos à instituição, no ano de 2006, poucas pessoas conheciam a política e quase nada sabiam informar a respeito. Este lugar da política se coaduna perfeitamente com a sensação que os servidores que formaram a primeira equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombola da Superintendência Regional de Belém, estado do Pará, experimentaram ao serem recepcionados no órgão e apresentados à política quilombola. Na apresentação da instituição – que foi feita naquele momento por um dos chefes, um servidor de carreira do órgão – depois de indicar os vários setores nos quais os técnicos de diversas áreas poderiam trabalhar, se dirigiu a única antropóloga do grupo e falou em um tom de pesar: “você é a única que não poderá escolher o setor para trabalhar, vai ter que ir para a regularização de territórios quilombolas”.

Nesse clima notório de desprestígio, constituímos a primeira equipe do Serviço Quilombola na Superintendência de Belém, estado do Pará, e fomos apresentados a nossa sala de trabalho: um pequeno espaço de dois por dois metros no interior de um prédio bastante deteriorado e localizado nos fundos do órgão. Iniciava-se naquele momento a nossa luta para formar uma boa equipe e garantir um espaço em que pudéssemos desenvolver com êxito as nossas atividades. A invisibilidade da política dentro do órgão era nítida e se expressava, por exemplo, diante do estranhamento da presença da antropóloga por outros servidores mais antigos que sempre a abordavam para perguntar o que ela fazia ali e não raro a mesma teve por diversas vezes que explicar a existência da política de regularização quilombola e sua importância no âmbito da política de reforma agrária.

É fato que ao longo destes mais de 10 anos de nossa atuação na regularização desses territórios, constatamos que a mesma foi sempre vista e tratada como marginal, na “periferia” da instituição. Ao longo desse tempo e até nos dias atuais esse fato se atualiza (por vezes de forma sutil, outras vezes nem tanto) como, por exemplo, quando da circulação de documentos que são protocolados e distribuídos posteriormente entre os setores para que respondam. A palavra “quilombola”, identificada em um documento é o suficiente para que o mesmo seja encaminhado ao Serviço de Regularização Quilombola,

mesmo que a solicitação seja para ações que nada tenham a ver com a mesma demanda. Por meio de atitudes como essa, percebemos que faz parte da cultura institucional a consideração de que o setor deve tratar toda e qualquer questão relacionada ao tema e ainda, que toda pessoa negra que chega ao órgão é quilombola e deverá ser encaminhada ao mesmo. Isso inclusive em certos momentos criou situações de grande constrangimento quando pessoas negras estiveram no órgão buscando informações sobre outros assuntos (para além da referida demanda) e foram encaminhadas para o mesmo setor pelo simples fato de serem negras.

Outro elemento que configura racismo institucional está relacionado ao debate sobre território e se assemelha muito a um discurso político mais amplo construído também em relação às populações indígenas, de que a área reivindicada por eles seria “muita terra para pouca gente”. Esta visão institucional tem contribuído para a desqualificação da política de diversas maneiras e interfere no avanço dos processos cujos territórios são assim considerados, ainda que o Decreto 4887/2003 afirme que o mesmo espaço tem que garantir a reprodução física, social e cultural das comunidades.

Ainda, nessa direção, observamos que, apesar do grande número de territórios quilombolas identificados e certificados pela Fundação Cultural Palmares e das demandas crescentes por recursos para realização de Relatórios Antropológicos para composição dos RTIDs, desapropriação por interesse social e desintrusão da área, ao longo desses 14 anos de implantação da política, a estrutura na sede do órgão em Brasília – que cuida da regularização de territórios quilombolas em todo o Brasil – nunca deixou de ser apenas uma coordenação ligada à Divisão de Ordenamento Fundiário. Resta assim evidente que o Programa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola continua sendo tratado como um acessório, ou algo menor dentro da instituição como um todo.

Outro dado que evidencia o racismo institucional que impede o desenvolvimento das ações e o reconhecimento da importância desta política pública na organização do órgão é a questão orçamentária, cujo decréscimo cada vez mais vem ocorrendo, na contramão do aumento exponencial da demanda. Esse fato vem inviabilizando a aplicação da política pública na ponta. Só para que tenhamos uma ideia, o orçamento para regularização de territórios quilombolas no ano de 2010 foi de 10 milhões, enquanto o orçamento neste ano de 2017 caiu para 1,338 milhão. Isso significa que na prática as ações

de regularização tiveram que ser bastante reduzidas ao longo desse período, contraditoriamente, em face do aumento do número de processos formalizados nesse mesmo tempo. Para nós que atuamos diretamente na política, é muito difícil ter que fazer e refazer os planejamentos orçamentários e retirar ações fundamentais e urgentes nas comunidades sob a alegação de “falta de recursos”; e mais ainda, ter que definir critérios entre o que é urgente e o que é mais urgente para adequar as ações aos limites orçamentários cada vez menores que são disponibilizados pelo governo e pelo órgão.

É preciso ressaltarmos também que a burocracia, ainda que necessária, atrapalha muito o trâmite dos processos e contribui em grande medida para a demora da titulação dos mesmos territórios. Esse é um fato que muito nos causa angústia, tanto porque nos sentimos responsáveis em larga medida – já que somos nós que mantemos o contato direto com as pessoas das comunidades e nos envolvemos com elas, e, por isso mesmo, testemunhamos de perto a sua luta e sofrimento –, quanto pela expectativa que o nosso trabalho em campo sempre deposita nas comunidades que passam a alimentar ainda mais a esperança de ter seus territórios titulados e os conflitos solucionados. No entanto, o resultado concreto, ou seja, a titulação, é um processo que se arrasta/ ou pode se arrastar por mais de 10 anos.

Constituem parte da burocracia as instruções normativas que foram modificadas várias vezes e ao longo do tempo tornaram os procedimentos de regularização dos territórios quilombolas cada vez mais longos, com critérios novos que não constam na legislação pertinente, o que faz cada vez mais aumentar os prazos entre cada etapa do processo, além de criar brechas para a contestação por pessoas e empresas com interesses contrários. De maneira que, mesmo no tempo em que havia mais recursos financeiros disponíveis para efetivar as ações, a burocracia era o instrumento para frear a política. Por vezes, as dificuldades impostas pela burocracia exacerbada envolvem questões simples que precisam ser encaminhadas, mas que demoram excessivamente para serem realizadas. Para nós, isso é sintomático da maneira diferenciada e excludente com que a política é tratada pelo órgão. Nossa luta ao longo desse tempo tem se traduzido numa batalha interna para que a política de regularização de territórios quilombolas seja entendida e tratada como uma política da instituição e não apenas do Serviço de Regularização Quilombola e dos servidores lotados nesse setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta reflexão sobre a nossa rotina de trabalho como antropólogos na esfera do governo nos possibilitou perceber também que, junto com a política na qual atuamos dentro do órgão e os sujeitos da mesma, nós também nos encontramos, de certa forma, aquilombados. Pois atuar em defesa de grupos excluídos e marginalizados historicamente tem sido um exercício do mesmo modo constante de luta para vencer as barreiras do preconceito e da discriminação dentro e fora do órgão.

Nessas circunstâncias, ao longo desse tempo de dedicação a este trabalho nosso dia a dia tem se traduzido em uma luta constante para realizar as ações previstas na legislação que garante os direitos territoriais da população quilombola. Nesse tempo também temos testemunhado a situação de abandono e insegurança que essa população se encontra. Em face dessa realidade, nos causa angústia enorme ver a lentidão com que os processos caminham, não raro se arrastando por mais de 10 anos sem uma solução definitiva. E, mesmo as poucas comunidades cujos processos chegaram até a titulação, ainda lutam para que seja realizada a desintrusão dos não-quilombolas da área titulada coletivamente. Ou seja, a expectativa das comunidades (e a nossa também) de que com a titulação do território os conflitos cessariam, não se confirma.

O trabalho de campo, do mesmo modo, nos impõe o enfrentamento de muitos desafios. Dentre estes, fazer etnografia em contextos de conflitos agrários, talvez seja o maior de todos. Ainda que o trabalho de campo em geral implique quase sempre lidar com os imponderáveis do cotidiano inerentes ao ofício do antropólogo, não resta dúvidas de que aqui estamos num contexto de maior “risco” conforme sugerem Bonetti e Fleischer (2010) quando debatem sobre a noção de risco associada ao fazer etnográfico. No caso da pesquisa realizada com a finalidade de RTID, o risco é de vida mesmo, tanto para nós pesquisadores, quanto para as comunidades que pesquisamos.

Nesse sentido, estar em campo em contexto de tensão constante, em face dos conflitos aos quais estão envolvidas as comunidades, exige de nós, antropólogos, muita cautela e habilidades para evitar que o conflito aumente e a comunidade possa sofrer maiores represálias por parte daqueles que possuem interesses contrários à mesma. Nossa atuação em campo nesse sentido também envolve a mediação de conflitos menores, ou

seja, aqueles que ocorrem entre grupos próximos aos quilombolas e que do mesmo modo possuem uma relação simbólica com o lugar, mas não se autodefinem enquanto tais.

O racismo institucional que relegou a própria estrutura administrativa, financeira e orçamentária do órgão à política de regularização de territórios quilombolas como uma política de menor importância, se atualiza também na estrutura dos serviços responsáveis pela execução da política nas superintendências regionais em todo o Brasil, nas quais os servidores que lidam diretamente com a política recebem e têm que lidar com uma espécie de ostracismo, tendo que reinventar a todo momento uma forma de transpor as barreiras da exclusão⁸. Nesse tempo, nossa luta tem se dado cotidianamente para que a política se realize, pois apesar de ser tratada dentro do órgão como um “a parte”, o processo para caminhar em suas várias fases ou etapas necessita passar por outros setores e ter suas peças submetidas à avaliação de outros técnicos.

Dada toda a estrutura de um órgão que nunca esteve preparado para lidar com questões complexas de territorialidade e identidade étnica e, diante da desinformação de uma grande maioria de técnicos de outros setores em torno da temática quilombola, a nossa rotina de trabalho também inclui o esclarecimento dessas questões numa tentativa de compartilhar nossos conhecimentos com os servidores de outras áreas tais como o setor jurídico, por exemplo, – cujo diálogo necessariamente tem sido ao longo desse período mais intenso em função da condição de judicialização da maioria dos processos – contribuindo para um entendimento que possibilite a compreensão das complexidades, especificidades e das urgências das situações em que tais comunidades se encontram.

Estas são apenas algumas, dentre as principais dificuldades que enfrentamos na nossa rotina de trabalho como antropólogos na esfera do governo e atuando na execução de uma política pensada para atender as demandas territoriais de um grupo étnico-racial historicamente menosprezado e excluído socialmente. Ao longo de mais de 10 anos, nosso esforço para atualizar as ações no contexto dessa política inclui o enfrentamento dessas dificuldades. Com isso, também a criação de estratégias que nos ajudem a ultrapassar as mesmas e efetivamente contribuir para a realização de etapas importantes

⁸ Essa foi a percepção que teve um jornalista de uma revista política quando nos procurou para uma entrevista na qual destacávamos alguns desses aspectos e o mesmo nos definiu como um grupo que vivia aquilombado dentro da instituição.

do processo de regularização dos territórios das comunidades quilombolas que apresentam demanda por titulação coletiva no órgão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto2003/d4887.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de Governo, Regularização de Territórios Quilombolas, Conflitos e Respostas Estatais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, jul./dez. 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. **Black Power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967, p. 4.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FLEISCHER, S. R. ; BONETTI, A. Apresentação do Dossiê Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e 'riscos' no fazer etnográfico contemporâneo. **Teoria & Pesquisa**, v. 19, n.1, p. 1-11, 2010.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: UNESP, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino. O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PACE, Angela F., LIMA, Marluce O. Racismo Institucional: apontamentos iniciais. **Artifícios, Revista do Difere**, v.1, n. 2, dezembro/2011, p. 1-17.

**DILEMAS E DESAFIOS NA APLICAÇÃO DOS INRCS:
Notas sobre a atuação dos antropólogos nos inventários para registro do
patrimônio imaterial**

*Ethnography and politics: notes on the performance of anthropologists in research
for the registration of intangible heritage.*

Leonardo Leal Esteves

Bolsista PNPd/CAPES, professor colaborador
do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal de
Sergipe (UFS).

RESUMO. Neste ensaio, trago algumas reflexões preliminares acerca da dimensão política da etnografia, com o objetivo de chamar atenção para alguns desafios éticos e metodológicos enfrentados pelos antropólogos nas pesquisas para registro de “bens de natureza imaterial”. De modo especial, tento apresentar algumas reflexões preliminares acerca das expectativas em torno do posicionamento do antropólogo, frente às disputas e dilemas do campo. Percebe-se que há uma série de frustrações em torno das ações do poder público e desconfianças naturais em relação aos resultados concretos das políticas de patrimonialização, que por vezes nos leva a situações imprevistas. A partir de algumas experiências como integrante de equipes de pesquisa em inventários para o registro de manifestações de cultura popular, procuro refletir sobre as dificuldades relacionadas à posição do antropólogo nestas atividades e sobre a necessidade de assumir uma posição cada vez mais engajada no campo em favor dos representantes dos bens a serem inventariados.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia, Estado, Patrimônio Imaterial. Inventários.

ABSTRACT. In this essay, I bring some preliminary reflections on the political dimension of ethnography, with the aim of drawing attention to some ethical and methodological challenges faced by anthropologists in research for the registration of "intangible heritage". In particular, I try to present some preliminary reflections on the expectations surrounding the position of the anthropologist, in the face of the disputes and dilemmas of the field. It is noticed that there are a series of frustrations about the actions of State and natural distrusts in relation to the concrete results of the policies of patrimonialization, that sometimes leads us to unforeseen situations. From some experiences as a member of research teams in inventories for the registration of intangible heritage, I try to reflect on the difficulties related to the position of the anthropologist in

these activities and on the need to take an increasingly engaged position in the field in favor of the of our interlocutors.

KEYWORDS: Ethnography, State, Intangible Heritage. Inventories.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio trago algumas reflexões preliminares acerca da dimensão política da etnografia, com o objetivo de chamar atenção para desafios éticos e metodológicos enfrentados pelas antropólogas e pelos antropólogos nas atividades de pesquisas relacionadas aos inventários para registro de bens como patrimônio imaterial. De modo especial, tento apresentar questões epistemológicas mais gerais acerca da etnografia, bem como discutir expectativas que possivelmente surgem em torno do nosso posicionamento durante a execução dos inventários, frente a disputas e dilemas do campo.

Sabe-se que a política de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC foi instituída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, após uma série de experiências e demandas históricas relacionadas à proteção dos bens de natureza imaterial no Brasil¹. O processo de registro destina-se aos chamados “bens culturais”² de natureza imaterial, como as chamadas “formas de expressão”, “lugares”, “ofícios e modos de fazer” e “celebrações” que não poderiam ser protegidos adequadamente por meio das tradicionais políticas de tombamento.

A noção de “bens culturais” está aqui, portanto, associada à ideia de “referência cultural”, que passou a ser utilizada no Brasil na década de 1970, a partir das contribuições de intelectuais e gestores como Aloísio Magalhães. Conforme Cecília Londres (2000), a referida expressão engendra um deslocamento semântico na ideia de patrimônio. Durante muito tempo, esta noção estaria exclusivamente relacionada à monumentalidade, riqueza, “peso” material ou simbólico de um determinado bem.

¹ A metodologia proposta para Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC vem sendo discutida atualmente por um Grupo de Trabalho constituído por técnicos do Iphan, pesquisadores e especialistas de outras instituições com a finalidade de aprimorar e potencializar o seu uso e associá-lo a outras formas de pesquisa e registro do patrimônio.

² A utilização das aspas neste e em outros termos ao longo do texto será feita, por vezes, para chamar atenção para um sentido metafórico ou para categorias frequentemente utilizadas no jargão do campo do patrimônio. Procurei, sempre que possível, discutir alguns destes termos ao longo deste trabalho. Entretanto, para uma discussão mais direta e crítica sobre algumas destas categorias, ver Zachi (2017).

A partir da ideia de referência cultural considera-se, por meio de uma compreensão mais ampla e democrática, que há também um valor atribuído a determinados bens imateriais por sujeitos particulares e coletividades em função de critérios e interesses compartilhados. Em outras palavras, reconhece-se que alguns bens são referências culturais importantes para estes indivíduos ou coletividades e, por isto, devem ser também reconhecidos como patrimônios.

A aplicação da metodologia para registro destes bens no INRC inclui em geral, dentre outros elementos, inicialmente a realização de uma ampla pesquisa de campo, cuja metodologia foi de alguma forma influenciada pelos princípios do método etnográfico. Deste modo, o envolvimento direto dos representantes do bem a ser inventariado, como interlocutores e intérpretes de suas próprias práticas e sentidos, passou a ser uma condição imprescindível para os processos de patrimonialização. Este processo de interlocução tornou-se, inclusive, um dos elementos diferenciais desta política, em contraste com as ações historicamente voltadas a este campo no Brasil, quando os intelectuais e o Estado eram os únicos atores responsáveis a definirem legitimamente (e oficialmente) o que deveria ser patrimonializado.

Nos últimos anos, percebe-se que diferentes instâncias do poder público passaram a estimular a realização de inventários em seus territórios, visando o registro de determinados bens junto ao Iphan. Para isto, antropólogos vieram a ser convocados a atuar cada vez mais como pesquisadores para realização dos INRCs bem como mediadores entre os representantes destes bens culturais e do poder público.

Isto, certamente, está relacionado ao fato de o método etnográfico ter inspirado de alguma forma a metodologia utilizada neste tipo de inventário, bem como pela histórica atuação de antropólogas e antropólogos em defesa das demandas de algumas coletividades cujos bens passaram a ser patrimonializados.

Como bem observou Roberto Cardoso de Oliveira (2006), a Antropologia no Brasil - desde a sua formação e institucionalização - tem sido marcada por uma combinação entre atividade intelectual e atuação política. O caráter “anfíbio” da Antropologia brasileira, combinando reflexão teórica e tendência à “intervenção”, conforme Soraya Fleischer (2007), sempre acompanhou - ainda que implicitamente - a nossa atuação.

Há, entretanto, uma série de frustrações em torno das ações governamentais neste campo e desconfianças em relação aos resultados concretos das políticas de patrimonialização. A partir de contribuições teóricas mais gerais de diferentes autores acerca da etnografia e de algumas experiências que tive como integrante de equipes de pesquisa em inventários, procuro então refletir sobre as dificuldades e os dilemas enfrentados por antropólogas e antropólogos, em razão da posição “multissituada³” que assumimos nestas atividades no campo do patrimônio.

A INTERLOCUÇÃO COMO PRINCÍPIO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS – INRC

A política de registro de bens de natureza imaterial no INRC foi criada pelo Iphan em 1999, a partir de experiências e debates que, de alguma forma, foram sendo acumulados por parte do poder público e da sociedade civil, desde a década de 1930. A proposta do poder público com o INRC, de um modo geral, é salvaguardar bens representativos das identidades, memória, sentidos e práticas sociais, a partir do envolvimento dos próprios “detentores”, orientando-se, inicialmente, por uma metodologia de pesquisa formulada com base na perspectiva etnográfica (CORSINO, 2000; IPHAN, 2010).

Como observa Corsino (2000, p.15), no final dos anos 1980 as discussões e ações em torno da noção de patrimônio ganharam um novo fôlego no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram intensificados os debates em torno da necessidade de instituição de políticas públicas voltadas à proteção de bens de natureza mais diversificada. Com a inclusão do Artigo 216, passava-se a considerar como “patrimônio cultural brasileiro”, tanto os bens de natureza material, quanto imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

³ É importante ressaltar que, conforme Marcus (2001), o que ele chama de pesquisa “multissituada” ou “multilocal”, em geral, está mais fortemente associada à etnografia que leva em consideração a desestabilização do próprio campo na pós-modernidade, incorporando ao mesmo tempo os sujeitos e sistemas de mundo, em uma perspectiva em que há demarcações difusas e nas quais há a livre circulação de significados, identidades e objetos. Contudo, penso que a ideia de “multilocalidade”, também pode ser adequada para pensar sobre novos contextos, em que está em jogo a identidade do próprio pesquisador, como afirma Marcus (2001).

Segundo Corsino (2000), a Política de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais foi desenvolvida a partir deste contexto e assumiu a sua forma atual, mais precisamente, em 1999. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010), o seu principal objetivo é instituir mecanismos diferenciados de proteção e salvaguarda por parte do poder público para os bens culturais de natureza imaterial, considerados importantes em termos de identidade, práticas e memória dos diversos “grupos formadores da sociedade brasileira”.

Em linhas gerais, o processo de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC junto ao Iphan, se caracteriza, inicialmente, a partir da demanda dos próprios “detentores” - pela realização de uma exaustiva pesquisa e documentação acerca do universo do bem a ser inventariado por uma equipe técnica, sob orientação e supervisão do Iphan, e o envolvimento direto dos representantes do bem em questão. Posteriormente, ocorre a avaliação da candidatura pela instância do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan e o possível registro do bem, como “Patrimônio Imaterial do Brasil”. Por fim, deverá ser construído um plano de salvaguarda para criar ações que visem contribuir para a “melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais registrados” (IPHAN, 2010, p. 24).

Entretanto, uma etapa fundamental nesta política de registro no INRC, indispensável como forma de orientar os rumos das demais ações do poder público e que pretendo chamar atenção aqui é a pesquisa inicial para levantamento, identificação e documentação acerca do universo do bem a ser inventariado. A metodologia para realização deste processo de investigação foi desenvolvida por uma equipe coordenada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, a partir do diálogo com o Iphan, e seguindo alguns princípios norteadores do chamado “método etnográfico” (IPHAN, 2000; MORAIS, RAMASSOTE, ARANTES, 2015).

Apesar de esta metodologia, na prática, estar de algum modo condicionada às possíveis armadilhas da rigidez de suas “fichas de identificação⁴” e das urgências muitas vezes impostas pelo poder público para a sua execução - como discutirei mais à frente - em sua essência, a metodologia do INRC tem a interlocução como princípio. Com isto, seus objetivos principais estão, em tese, relacionados à apreensão das práticas e sentidos

⁴ Formulários utilizados para a identificação dos elementos relacionados aos bens no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.

atribuídos ao bem cultural em questão, a partir do diálogo e da compreensão do ponto de vista dos próprios grupos sociais que lhes são detentores, tratando-os como “intérpretes legítimos” e “parceiros preferenciais” à sua preservação (CORSINO, 2000). Há, entretanto, uma série de desafios em estabelecer este processo de interlocução, em razão da posição “ambígua” normalmente assumida pelo antropólogo nestas atividades. Para discutir sobre estes desafios, é importante compreender no entanto a dimensão política da etnografia.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA ETNOGRAFIA E OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Como observou Soraya Fleischer (2007), a Antropologia brasileira sempre teve um caráter “anfíbio” - de reflexão e de intervenção - ainda que de forma implícita. Seja pelo fato de estarmos - em determinado momento da história - bastante envolvidos com o “*Nation Building*”; seja pelo viés fortemente político no qual se fundiam historicamente a atuação de cidadãos e cientistas; seja pelo fato de nossos “objetos” estarem quase sempre mais relacionados às diferenças e desigualdades de nossa própria sociedade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006; FLEISCHER, 2007; PEIRANO 1999), há uma tendência entre nós para a incorporação de uma prática política - “quando não em seu [nosso] comportamento, certamente em sua [nossa] reflexão teórica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 42) [acréscimos meus].

Não é por acaso que Bela Feldman-Bianco (2013), ao tratar dos desafios da Antropologia brasileira no contexto de expansão, reconfiguração e internacionalização nos últimos anos, chamou atenção para as conexões permanentes entre pesquisa e ação social (FELDMAN-BIANCO, 2013, p. 7). Conforme a autora, esta característica da Antropologia brasileira se torna bastante evidente, por exemplo, ao observarmos a participação cada vez maior de antropólogas e antropólogos em debates em torno de conhecimentos tradicionais e biodiversidade, nas discussões e formulações de políticas públicas e em atividades de perícia e laudos antropológicos junto a órgãos, como o Ministério Público e o Incra (FELDMAN-BIANCO, 2013).

Além disto, independentemente da afiliação a uma espécie de “Antropologia aplicada” - entendendo esta como um ramo da ciência voltada à intervenção nos fenômenos sociais - a própria epistemologia mantém uma relação direta com o campo.

Como observa Luiz Fernando Dias Duarte (2010, p. 14, grifo do autor), “é hegemônico o sentimento entre os antropólogos de que sua ‘teoria’ se apresenta de preferência ‘colada’ aos investimentos concretos, específicos de pesquisa e análise”. Também afirma Mariza Peirano (2014, p. 381):

O refinamento da disciplina, [...] não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual.

As atividades de campo para realização da etnografia, por esta mesma razão, exigem sensibilidade e um rigoroso investimento de técnicas, de tempo e de reflexão. Em um trabalho sobre etnografia da política, junto a movimentos negros de Ilhéus na Bahia, Márcio Goldman (2003) compara o trabalho de campo na Antropologia com o que se chama de “catar folha” no candomblé. Nas palavras do autor:

Num registro menos acadêmico, sempre imaginei que as técnicas de trabalho de campo que utilizei em Ilhéus se assemelhava muito ao que se denomina, no candomblé, de “catar folha”: alguém que deseja aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre, ao contrário, deve ir reunindo (“catando”) pacientemente, ao longo de anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as “folhas”) com a esperança de que em algum momento, uma síntese plausível se realizará (GOLDMAN, 2003, p. 455).

Goldman (2003) quer dizer com isto, que os fenômenos sociais de um modo geral não se apresentam de forma direta e autoevidente aos antropólogos. Eles devem ser “construídos” a partir de um longo processo de observação, experiência, interlocução e reflexão para que possam ser identificados e compreendidos minimamente pelo pesquisador. Muito já foi dito, inclusive, sobre o caráter discursivo (e discutível) das análises antropológicas, justamente em razão destas características das descrições etnográficas (CLIFFORD, 1998; GEERTZ, 2017).

Como se sabe, a etnografia surgiu e se desenvolveu enquanto estratégia teórico-metodológica-discursiva a partir do século XX para compreensão da alteridade, como contraposição à chamada “Antropologia de gabinete” dos evolucionistas. Inicialmente, a estratégia tinha a “observação participante” como expressão máxima e consistia de um

modo geral em deslocar-se para a sociedade estudada, conviver por longos períodos na localidade, apreender a língua nativa e tentar observar e experienciar ao máximo a cultura do “outro” para poder descrevê-la.

Sabemos hoje, depois de décadas de críticas, readequações e refinamentos destas estratégias metodológicas, que apesar de sua sofisticação, não temos condições de compreender a totalidade de outra cultura e que a nossa compreensão e descrição acerca da alteridade será sempre limitada e parcial. Isto ocorre, de acordo com Geertz (1989, p.11) dentre outras razões, pelo fato de construirmos uma visão “de segunda ou terceira mão por sobre os ombros dos nativos” e por termos inevitavelmente uma posição de autoria nos textos etnográficos (GEERTZ, 2001; 2017).

Como observa Marilyn Strathern (2014), o trabalho de campo é um momento de imersão, mas cujas observações, experiências e narrativas precisam ser rearranjadas através da escrita pela antropóloga ou pelo antropólogo para que possam fazer sentido a outro público. De acordo com Strathern (2014, p, 346), “em vez de ser uma atividade residual, como se pode pensar de um relatório ou reportagem, a escrita etnográfica cria um segundo campo”. Conforme a autora: “Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como um exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)” (STRATHERN, 2014, p. 350).

É por esta razão que Roy Wagner (2012) enfatiza que a Antropologia “inventa a cultura”. Segundo o autor, para tornar a alteridade plausível, possível - e, portanto, compreensível - objetificamos a diferença em termos culturais mais ou menos conhecidos, para que possamos explicá-la aos nossos pares. Conforme o autor, “um antropólogo experiencia, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo; ele o faz através do universo de seus próprios significados e então se vale dessa experiência carregada de significados para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura” (WAGNER, 2012, p. 41). Reconhecemos hoje, portanto, cada vez mais o caráter limitado e subjetivo da etnografia.

Contudo, isso não invalida a importância desta estratégia teórico-metodológica-discursiva. Penso que é justamente neste aspecto que reside parte da sua dimensão política. A representação do “outro” é possível, ainda que de forma subjetiva e limitada. No entanto, como afirmou Marcio Goldman, é necessário “catar folha”. Ou seja, por uma

questão ética e metodológica, esta descrição não deixa de exigir um rigoroso esforço de observação, de experiência e de diálogo com a alteridade.

Isso é importante para que se possa deixar descentrar e para que a descrição etnográfica se descole de uma visão teórica apriorística acerca dos fenômenos sociais do campo. Como observa Mariza Peirano (2014, p, 383), “a etnografia abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência, abala nossa crença moderna na referencialidade dos sentidos e impõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida” (PEIRANO, 2014, p. 383). Para que isso ocorra, penso que é necessário justamente assumir um comprometimento político em campo.

Não se trata, naturalmente, de adotar a reprodução do discurso do nativo ou se comprometer com a defesa panfletária de suas demandas. Mas de uma tentativa de se deixar “afetar” pelo universo e pela lógica do “outro” para estabelecer aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira chama de uma possível “fusão de horizontes semânticos”. Em outras palavras, abrir-se efetivamente ao diálogo com a diferença para que possamos compreender, ainda que minimamente, o “ponto de vista” das comunidades com as quais estamos nos relacionando e dialogando.

Isso, entretanto, é extremamente difícil em todo tipo de pesquisa. Mas parece ser particularmente mais complicado quando, paradoxalmente, assumimos a posição de pesquisadoras e pesquisadores contratados pelo poder público para realizar os inventários junto aos atores sociais aos quais as políticas de patrimonialização se destinam. Para que se possa compreender estes desafios, trago uma breve contextualização da ampliação destas políticas em Pernambuco e, em seguida, alguns exemplos de minha própria atuação neste campo.

O CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E CONTRATAÇÃO DE EQUIPES PARA REALIZAÇÃO DE INRCS EM PERNAMBUCO

Nos últimos anos, o poder público passou a estimular cada vez mais processos de inventários em seus territórios. Apesar de estes investimentos no campo do patrimônio estarem associados, de certo modo, a um contexto mais geral de tentativas de implantação de políticas de Estado para o campo da cultura, frustrações e desconfianças em relação às

ações do poder público, por vezes, parecem nos revelar alguns desafios imprevistos neste campo de atuação.

Para que se possa compreender, no entanto, o contexto de implantação e ampliação destas ações no campo do patrimônio e seus desafios, penso que é importante inicialmente fazer uma breve digressão. É necessário chamar atenção para o fato de que após 2002, com a vitória de Lula pelo Partido dos Trabalhadores - PT nas eleições presidenciais, e sua reeleição em 2006, o governo federal passou a implementar um esforço para recompor e ampliar a presença do Estado no âmbito nacional no campo das políticas culturais⁵. Para isto, promoveu um conjunto de modificações na estrutura da máquina pública e promoveu uma série de mudanças em suas ações (ESTEVES, 2016; RUBIM, 2010).

A despeito de suas possíveis contradições⁶, esta fase de estruturação e institucionalização de políticas culturais aparentemente mais horizontais nos âmbitos federal, estadual e municipal tentou fixar raízes importantes para superar parte daquilo que Antônio Rubim (2007, 2010) chamou das três “tristes tradições” no campo da cultura no Brasil. Ou seja: a ausência de ações programáticas, o autoritarismo de decisões políticas pouco democráticas e as instabilidades nas ações do governo.

A partir deste período, o governo federal buscou instituir ações e programas para o setor cultural para que pudessem se tornar políticas de Estado, mantidas independentemente de conjunturas e ciclos de governo (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012). O Ministério da Cultura, que havia sido extinto nos anos 1990, foi recriado e, por meio do decreto nº. 4.805, de 2003, foram fundadas diversas secretarias e diferentes

⁵ Este processo de retomada das ações do Estado no campo da cultura contrasta com o período anterior dos anos 1990, quando a administração pública brasileira tinha adotado o chamado “modelo gerencialista”, com fins de atender às exigências de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e se adequar às necessidades da globalização de mercados, da presença cada vez maior da legislação internacional de comércio e do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão pública. Data desta época a defesa por parte do poder público de que o Estado deveria investir no campo cultural de forma apenas suplementar. Com base na ideologia neoliberal, passou-se a defender a ideia do “Estado mínimo”. Este processo de relativo enfraquecimento da política cultural irá se tornar ainda mais crítico no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com a extinção de uma série de órgãos (CALABRE, 2009; FILGUEIRAS, 2011; RUBIM, 2007).

⁶ Dentre as contradições observa-se, por exemplo que, se por um lado houve uma crescente ampliação em termos de investimento e institucionalização de órgãos, legislações, programas e ações voltadas para as culturas populares, por outro, há uma dificuldade significativa por parte de alguns representantes destes “segmentos da cultura” em ter acesso às políticas culturais que passaram a lhes ser destinadas em razão dos instrumentos burocráticos utilizados para fomento à cultura. Para maiores discussões acerca deste tema, ver Esteves (2016).

mecanismos de patrocínio e de mecenato públicos que foram instituídos ou mesmo ampliados. Instrumentos como a Lei Rouanet passaram a ser rediscutidos para tentar corrigir algumas de suas distorções.

Foi criado ainda o programa Cultura Viva, responsável pela implementação dos editais dos pontos de cultura. E foi instituído o Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o propósito de articular ações integradas entre a federação, estados e municípios - por meio dos seus respectivos conselhos, planos e fundos de cultura (CALABRE, 2009; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010; ESTEVES, 2016; RUBIM, 2010; TURINO, 2009).

Também foi formulado o Plano Nacional de Cultura – PNC, a partir de um conjunto de conferências realizadas com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, em âmbito municipal, estadual e nacional, em diferentes localidades do país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012). Previsto desde a Constituição Federal de 1988, este instrumento foi implementado para indicar metas a serem alcançadas no campo cultural, em médio e longo prazo, por um período de até dez anos. O objetivo seria, em suma, a concretização do interesse do Estado em instituir políticas públicas para além das gestões e governos (CALABRE, 2009; RUBIM, 2010).

Além disto, como já foi mencionado, neste período, o Iphan instituiu políticas públicas a partir de uma noção mais ampla de patrimônio, passando a registrar bens junto ao INRC, após a regulamentação do decreto n. 3.551 de 2000. Por meio do chamado Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI do Iphan, como observou Maria Laura Cavalcanti (2008, p. 21): [...] processos culturais de grande complexidade e dinamismo, presentes na vida das camadas populares brasileiras, deveriam, sob essa nova ótica, ser incluídos entre as preocupações de preservação do patrimônio cultura.

Na esfera estadual em Pernambuco, além disto, este movimento também passou de alguma forma a ser seguido. O governo do estado, sob o comando de Jarbas Vasconcelos, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, entre o final de seu primeiro mandato de 1999 e início de seu segundo em 2003 e, posteriormente, do governador Eduardo Campos, eleito pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB, a partir de 2007 - ainda que de maneira distintas - vieram também a ampliar a atuação do poder público junto ao campo cultural (ESTEVES, 2016; MENEZES, 2008).

Por meio da Lei n. 12.310 de 2002, que alterou o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), o governador Jarbas Vasconcelos criou, por exemplo, o Fundo Pernambucano de

Incentivo à Cultura – Funcultura, instituindo um mecanismo de apoio e fomento permanente a projetos por meio de editais, com recursos advindos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (PERNAMBUCO, 2002). Como aponta Menezes (2008), este mecanismo passou a ser uma importante ferramenta de financiamento da cultura no estado, junto aos demais processos de contratação direta durante os ciclos festivos como Carnaval, São João, Natal e os outros mecanismos de patrocínio e convênios firmados com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur).

Com o intuito de minimizar a concentração de investimentos em cultura, o governo estadual de Eduardo Campos, além de ampliar as ações do Funcultura, buscou aprimorar a estrutura de equipamentos do estado, instituindo ações do “Sertão ao Cais”. Seu objetivo seria alcançar as diferentes macrorregiões, a saber: Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Região Metropolitana, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco e o Arquipélago de Fernando de Noronha (MENEZES, 2008; FUNDARPE, 2014). No segundo mandato do governo de Jarbas Vasconcelos, foi criada também a Lei do Registro do Patrimônio Vivo, que concedia, por meio de um edital de seleção pública, uma bolsa vitalícia a mestres e grupos de notório saber, predominantemente ligados à cultura popular, para que pudessem manter suas tradições e transmitir os seus saberes para as próximas gerações. A lei foi amplamente executada pelo governo de Eduardo Campos, como um mecanismo de seleção de mestres e grupos a receberem o título de patrimônio (ACSELRAD, 2008).

A partir de 2011, o Governo do Estado de Pernambuco, através da Fundarpe, como estratégia para ampliar suas ações no campo do patrimônio, resolveu lançar editais para contratação de equipes técnicas, com a finalidade de desenvolver pesquisas para realização dos inventários das manifestações⁷ de cultura popular conhecidas como “Maracatu de Baque Virado”, “Maracatu de Baque Solto”, “Cavalo Marinho” e “Caboclinhos” a partir da demanda e com a anuência dos seus representantes, e submeter

⁷ Utilizo aqui o termo “manifestação cultural” para designar genericamente um conjunto de práticas e representações sociais relacionados ao universo de parte destes bens culturais que passaram a ser patrimonializados. Reconheço, entretanto, que é difícil encontrar um termo apropriado para dar conta da complexidade inerente ao universo de algumas destas expressões que muitas vezes convencionamos chamar de “cultura popular”.

a candidatura dos referidos bens ao registro como patrimônio imaterial junto ao Iphan. Posteriormente, propôs ainda inventários da Ciranda e do Reisado em Pernambuco.

É neste contexto de ampliação das políticas públicas no campo da cultura nas diferentes esferas do governo e de uma crescente relação do poder público com determinados grupos culturais que há uma maior atuação de equipes nos processos de inventário utilizando a metodologia do INRC no estado de Pernambuco. A seguir, discuto um pouco das dificuldades e dilemas relacionados a este campo.

ANTROPÓLOGAS E ANTROPÓLOGOS COMO MEDIADORES E OS DILEMAS ENFRENTADOS NAS PESQUISAS PARA OS INVENTÁRIOS

Como mencionei anteriormente, participei de alguns destes inventários realizados em Pernambuco. No INRC dos Caboclinhos, por exemplo, fiz parte de todas as etapas da pesquisa preliminar e de identificação. No inventário do Maracatu de Baque Solto, contribuí como revisor de algumas fichas de identificação. No Inventário da Ciranda, colaborei nos primeiros meses durante a etapa do levantamento preliminar. Meu maior envolvimento, entretanto, se deu no INRC dos Caboclinhos, quando pude acompanhar mais de perto a relação dos grupos com a dinâmica dos inventários.

Isso ocorreu quando a Associação Respeita Januário (ARJ), entidade voltada à pesquisa e valorização dos cantos e músicas tradicionais do Nordeste, que reúne diversos pesquisadores e professores da área de Ciências Sociais, Antropologia, Música, História, foi contratada por meio de um destes editais para realização do inventário dos caboclinhos e do cavalo marinho e ficou responsável por reunir equipes para realizar as pesquisas de levantamento, identificação e documentação destes bens em Pernambuco.

Fizeram parte deste trabalho diversos pesquisadores com uma relativa experiência na área de inventários para registro de bens como patrimônio imaterial junto ao Iphan e/ou com algum envolvimento direto ou indireto com as respectivas manifestações, além de representantes dos próprios bens. Naquele período fui um dos convidados a fazer parte de uma destas equipes para contribuir com o inventário dos caboclinhos.

No final de 2011, passamos por um treinamento junto às demais equipes que estavam realizando inventários em Pernambuco, para utilização da metodologia de pesquisa do INRC adotada pelo Iphan. Ao longo dos dois outros anos, fomos a campo para a realização do trabalho, sob a supervisão e orientação permanente por parte do Iphan

e da Fundarpe, no que tange à indicação de grupos e sítios a serem visitados, contato com os representantes dos caboclinhos, instruções técnicas para preenchimento adequado das fichas, elaboração do dossiê e do vídeo de candidatura, dentre outros aspectos.

Entre os anos de 2011 e 2013, foram entrevistados mais de cinquenta representantes de caboclinhos, além de gestores públicos e pesquisadores, em diferentes localidades do estado, para levantamento, identificação e documentação acerca das “formas de expressão”, “lugares”, “ofícios e modos de fazer”, “celebrações” relacionadas ao universo da referida manifestação popular.

Tendo em vista a abrangência do campo - incluindo diversos grupos, localidades e eventos - a execução do trabalho se mostrou bastante desafiadora em termos metodológicos, já que tínhamos que lidar com a mencionada rigidez e extensividade das diversas fichas de identificação, a necessidade de priorizar por vezes entrevistas (mais do que a observação em longo prazo e a experiência em campo) e enfrentar a exiguidade do tempo para finalização do trabalho. É certo que a metodologia do INRC não deve ser confundida em si mesmo com o método etnográfico, e o próprio Antônio Arantes recomenda que os inventários sejam complementados com outras formas de pesquisa (MORAIS, RAMASSOTE, ARANTES, 2015).

No entanto, é importante pensar até que ponto se consegue fazer nestes inventários aquilo que Marcio Goldman (2013) chama de “catar folha”, ou seja, dar conta da complexidade dos fenômenos sociais que não se apresentam de forma autoevidentes e exigem um rigoroso esforço de observação, experiência, interlocução e reflexão. Como mencionei anteriormente, ainda que saibamos que nenhuma etnografia consegue estabelecer um nível de apreensão “totalizante” do campo, desconfio de que é ainda mais difícil “catar folha” nos INRCs. O caráter fortemente instrumental e burocrático da metodologia do Iphan parece paradoxalmente estabelecer uma série de limites para a compreensão do universo dos bens culturais a serem patrimonializados.

De qualquer forma, o resultado do nosso trabalho foi considerado bastante exitoso pela representação do Iphan em Pernambuco. O dossiê foi elaborado pela equipe técnica, com o envolvimento das agremiações, revisado pelo poder público e encaminhado pelo Governo do Estado ao Iphan nacional, com a expectativa de que os Caboclinhos fossem registrados como “Patrimônio Imaterial”, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, até o final de 2014.

A pesquisa inicial necessária para realização do referido inventário, contudo, passou ainda assim por alguns outros dilemas. A nossa condição de uma equipe de pesquisadores contratada pelo poder público estadual para realização de um trabalho, por vezes, nos trazia dificuldades para inserção no campo. Há, aparentemente, tensões mal resolvidas entre instâncias governamentais e representantes de alguns grupos culturais e dificuldades não previstas, que tivemos que enfrentar ao longo da pesquisa. Além disso, apesar da anuência e interesse da maioria, tivemos que lidar com desconfianças por parte de alguns representantes dos caboclinhos em relação aos resultados concretos desta Política Nacional de Registro no INRC.

Algumas destas dificuldades pareciam estar associadas ao fato de que a demanda para registro dos caboclinhos no INRC havia partido do Governo do Estado de Pernambuco. Apesar de haver reuniões precedentes ao processo do inventário entre os gestores públicos e representantes das referidas agremiações e o reconhecimento de ambas as partes acerca da importância da criação de estratégias para garantir o apoio à produção e reprodução dos caboclinhos, foi necessário, por vezes, “sensibilizar”⁸ alguns integrantes dos caboclinhos sobre a importância da Política de Registro no INRC.

Com isso, éramos frequentemente confundidos com representantes do próprio poder público. Ainda que nossa posição talvez estivesse muito mais próxima a uma espécie de “multilocalidade” no sentido utilizado por Marcus (2001) - pois éramos, ao mesmo tempo, profissionais a serviço do Estado e pesquisadores da academia comprometidos com o campo (e não víamos nenhuma contradição nisso) - na visão dos representantes dos caboclinhos éramos muitas vezes tidos apenas, como “o pessoal do governo”. Mesmo não abdicando de uma posição, de alguma forma, “ativista”, para utilizar os termos de Marcus (2001), ou comprometida com os grupos estudados, na visão de alguns de seus representantes, a relação com o poder público aparentemente colocava em dúvida nossa posição no campo.

Como mencionei anteriormente, existe uma série de problemas não solucionados que ocorreram entre alguns destes grupos e o poder público que nos colocava em uma situação delicada diante dos nossos interlocutores. Dentre estes problemas estavam

⁸ O termo “sensibilizar” é comumente utilizado pelo poder público para as atividades de comunicação e esclarecimento à sociedade civil dos objetivos de suas ações. No nosso caso, as discussões em campo acerca da Política de Registro do INRC estavam relacionadas à compreensão que tínhamos acerca da importância do Inventário e do Registro para a criação de políticas de salvaguarda para os caboclinhos.

longos atrasos, ou mesmo, o não pagamento de cachês de apresentações artísticas por parte das instituições de fomento governamental, além de outros imbróglis relacionados a processos de contratação e apoio mal resolvidos por parte das referidas instituições.

Com isso, tivemos dificuldades iniciais de ter o primeiro contato com representantes de alguns caboclinhos, por conta do nosso envolvimento com estas instituições. Em outros casos, ao conseguirmos ter acesso aos grupos, éramos posteriormente solicitados por parte de seus representantes a agir como intermediários junto ao governo para tentar resolver alguns destes problemas.

Muitos destes grupos, por exemplo, não conseguiam receber as verbas que lhes eram destinadas pelo poder público. Mesmo sendo contemplado em um edital ou convocatória mais formal e cumprindo com todas as exigências necessárias para receber os recursos do governo, nem sempre o pagamento era realizado no tempo acordado, gerando uma série de inconvenientes para os dirigentes da agremiação e seus integrantes. Neste contexto, alguns dirigentes tinham que recorrer a agiotas para conseguir resolver pendências mais urgentes, como pagamento do serviço de transporte, remuneração dos músicos, dentre outras questões.

Em uma outra pesquisa que realizei posteriormente, tentando compreender mais diretamente a relação de algumas instituições do Estado com grupos de cultura popular, pude observar claramente e analisar mais detidamente parte destas dificuldades (ESTEVEES, 2016). Conforme um Mestre de Maracatu com quem conversei na ocasião:

É sofrimento em todo lado porque não existe uma política de preservação da cultura popular! Cultura popular é um patrimônio de família. Então é complicado! Não existe uma preocupação, existe exploração! Aí, isso existe. Mas... Porque onde é que tá hoje a bronca da cultura popular? Tá na burocracia! Existe dinheiro para cultura... Existe! Tem dinheiro para a cultura. E tá disponível! Só que a burocracia trava! E o que é pra ser preservado não é preservado. É tratado como se fosse uma Queiroz Galvão uma Odebrecht. Tem que entrar numa licitação! Esse é o entrave! Porque se você disser que o governo não dá dinheiro para a cultura é mentira! Ele dá dinheiro pra cultura... Só que ele não permite o acesso da cultura a esse dinheiro! [Entrevista: Mestre de Maracatu, 2014].

A manutenção das agremiações envolve, muitas vezes, custos de aluguel ou demais despesas da sede; pagamento de costureiras e ajudantes contratados; insumos para a produção das fantasias e adereços; custos de transporte e de alimentação dos integrantes

nos dias de desfiles; pagamento dos músicos e uma ajuda de custo mínima prometida para os componentes nos dias de cada apresentação, dos desfiles e, em alguns casos, até mesmo nos ensaios.

Tendo em vista que o poder público muitas vezes é o único contratante destas manifestações, quando os cachês e as subvenções não são pagos no tempo previsto, os grupos acabam tendo que recorrer a outras fontes de financiamento, para pagar as despesas mais urgentes, com a esperança de que, assim que for possível poderão quitar suas dívidas.

Um dos dirigentes de caboclinho a quem entrevistamos, ao tratar da necessidade de se antecipar na compra de insumos e de contratar pessoas para contribuir na confecção das indumentárias, de modo a tentar reduzir os custos, afirmou:

Se você deixar pra cima da hora é pior ainda. Aí você quer fazer tudo em cima da hora, tem que arrumar dinheiro com agiota. Aí é nisso onde a gente se atola, todinho... Todo mundo de cultura [popular] se mete com agiota. Tem uns que explora mesmo... Cobra até mais de trinta por cento! [referindo-se aos juros] Tem um que é muito amigo da gente, aí só cobra quinze por cento. Mas tem gente mesmo que já pagou mais de trinta por cento... Banco, eu estourei meu cheque especial, num banco e no outro! Agora é que... Já terminei e botei tudo no eixo, né? Mas, quando chegar perto, eu vou ter que mexer de novo pra não pedir ao agiota... Só peço se... Às vezes pra transporte... Não tem o dinheiro pra transporte. Aí tem que cair mesmo (Entrevista, Dirigente de Caboclinho em Goiana, 2012).

Diante deste contexto, sempre que possível, tentávamos contribuir de alguma forma na mediação com o poder público estadual, ligando para determinados setores e tentando esclarecer o motivo de determinadas pendências. Ainda assim, a posição ambígua em que por vezes nos encontrávamos, nos colocava sempre novos desafios.

Uma outra dificuldade enfrentada, com isso, que me chamou particularmente atenção, partiu de um caso pontual de recusa mais contundente por parte de um grupo em participar da pesquisa para o inventário. Neste caso, a resistência não estava relacionada ao nosso envolvimento com o órgão estadual, mas à desconfiança em relação aos resultados concretos da própria Política Nacional de Registro no INRC instituída pelo Iphan.

Apesar do interesse e da participação da maioria dos caboclinhos, um dos grupos se recusou deliberadamente em participar do inventário, em razão das expectativas

aparentemente frustradas em relação a outros casos de inventário no INRC de que teve conhecimento. Na visão do dirigente da agremiação, o registro no INRC não implicaria em garantias concretas de salvaguarda para os caboclinhos. De acordo com ele, há alguns casos de bens inventariados junto ao Iphan que o poder público não teria conseguido apoiar e/ou proteger de forma efetiva.

Um exemplo citado foi uma celebração conhecida como “Festa da Lavadeira”, que costumava ser realizada desde 1987 na Praia do Paiva no município do Cabo de Santo Agostinho – PE. Esta festa reunia diversos grupos de cultura popular no dia 1º de maio para apresentações e, ao longo do tempo, passou a adquirir também um forte sentido religioso para alguns grupos. A referida celebração havia sido incluída anos anteriores em um inventário preliminar realizado pelo Iphan acerca dos bens existentes no município, mas posteriormente foi proibida pelo poder público de ser realizada na localidade, por conta da instalação de uma Reserva de Proteção Ambiental naquela região e a posterior construção de condomínios de luxo onde costumava ser realizada.

Outro caso citado por este dirigente estava relacionado ao registro do frevo como Patrimônio Imaterial. Apesar da grande visibilidade que a manifestação passou a ter após o processo de registro em 2007, até aquele período (2011 a 2013, quando estávamos em campo realizando a pesquisa) havia poucos avanços em termos de apoio concreto e garantias para a sua salvaguarda, de modo especial em relação às agremiações.

É certo que no caso do frevo, havia sido criado um comitê gestor de salvaguarda e, em 2014, passaram a ser instituídas parte das políticas de salvaguarda indicadas, como, por exemplo, a inauguração do Paço do Frevo⁹ e a realização sistemática de uma série de ações, como cursos, oficinas, apresentações, dentre outros aspectos por meio da referida instituição. Já no caso da Festa da Lavadeira, a celebração não havia sido registrada. Apenas foi realizado um inventário dos bens culturais da localidade em que constava a celebração e, portanto, não havia previsão para criar um plano de salvaguarda para ela.

⁹ O Paço do Frevo é um equipamento público inaugurado em 2014 no Recife com a missão de consolidar o frevo como “referência cultural”, contribuir para difusão, pesquisa, capacitação e apoio profissional de seus agentes e coletividades, e propagar sua prática para as futuras gerações, valorizando sua memória e reafirmando as políticas públicas de salvaguarda. Por meio de suas ações, procura difundir e valorizar o frevo, seus acervos, suas tradições e as práticas de atores sociais e coletividades detentoras. Além disso, propicia um espaço de lazer, interlocução, diálogo, convivência e convergência em torno do frevo, estimulando pesquisas, registros, reflexões e produção de conteúdos sobre este bem cultural. Estas ações, entretanto, não substituem integralmente o papel do Estado na formulação e na execução das políticas públicas de patrimônio.

De todo modo, penso que esta recusa em participar do processo do inventário é reveladora dos desafios e dilemas que temos que enfrentar neste campo. Apesar das dificuldades, concluímos a pesquisa. Os Caboclinhos foram registrados como Patrimônio Imaterial pelo Iphan. Mas fica a reflexão sobre as dificuldades de dar conta da complexidade de bens como este, por meio do INRC. E mais do que isso, uma questão. Quais as garantias que podemos dar aos nossos interlocutores (ainda que não sejamos o “pessoal do governo”) dos resultados das políticas de patrimonialização?

Enquanto que nas pesquisas acadêmicas podemos ter um relativo domínio das implicações de nosso trabalho - ao menos em termos de devolução dos resultados aos nossos interlocutores e engajamento político em suas demandas (OLIVEIRA, 2009) -, nos casos das pesquisas governamentais isto parece ser, paradoxalmente, mais difícil em razão dos desdobramentos que parecem estar muito além do nosso alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio procurei refletir sobre os desafios metodológicos e dilemas éticos relativos à participação de antropólogas e antropólogos nas pesquisas para registro de bens no INRC. Para isto, tentei chamar atenção para questões epistemológicas mais gerais acerca da etnografia e alguns aspectos relativos às expectativas em torno do posicionamento do antropólogo, frente às disputas e dilemas do campo.

Sabe-se que o engajamento político nas demandas das coletividades estudadas parece ter se tornado um ponto fundamental para construção de possíveis diálogos e polifonias (OLIVEIRA, 2009). Penso que deixar claras, portanto, as reais implicações e limitações do nosso trabalho é uma das formas de lidar honestamente com os nossos interlocutores. Além disso, é importante chamar atenção para as expectativas e as históricas frustrações em relação ao papel das instituições a que estamos de alguma forma vinculados. Se estas práticas não contribuem para solucionar de fato as tensões e conflitos no campo, ao menos fazem pensar sobre os desafios éticos e metodológicos de nossa atuação como antropólogas e antropólogos.

Como afirma João Pacheco de Oliveira (2009), a partir da virada pós-estruturalista, reconhece-se, cada vez mais, que a pesquisa antropológica requer um engajamento político e ético mais contundente nas demandas das coletividades estudadas, para que seja possível construir um diálogo de fato polifônico. Além disso, considerando

a histórica relação entre atividade intelectual e ação política na Antropologia brasileira (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006; FLEISCHER, 2007; PEIRANO 1999), penso que a clareza do posicionamento em que está situado o pesquisador é fundamental em casos relacionados à construção de políticas públicas junto aos sujeitos para quem estas políticas serão destinadas.

REFÊRENCIAS

ACSELRAD, Maria. Registro do Patrimônio Vivo: limites e possibilidades da apropriação do conceito de cultura popular na gestão pública. In: 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro, BA. **Anais eletrônicos**. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008, p. 1-12. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/maria%20acselrad.pdf> Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituiode1988.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2006. 222 p.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio imaterial no Brasil: o estado da arte. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres (Orgs.). **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008, p. 11 – 38. 199 p.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 320 p.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento do Patrimônio Imaterial, 2000. 156 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>, Acesso em: 02 fev. 2018.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O Campo Atual da Antropologia no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coords.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 13 -24. 488 p.

ESTEVEVES, Leonardo Leal. **“Cultura” e burocracia: as relações dos maracatus de baque solto com o Estado.** 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia e Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 200f.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Desafios da Antropologia Brasileira.** Brasília: ABA, 2013. 344 p.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos “anfíbios”? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Revista Anthropológicas**, Recife, ano 11, v. 18, n. 1. p. 37 – 70, 2007. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/79>> Acesso em: 02 fev. 2018.

FILGUEIRAS, Fernando. Transparência e controle da corrupção no Brasil. In: AVRITIZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Orgs.) **Corrupção e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 239 p.

FUNDARPE. **Lista das macrorregiões de desenvolvimento do estado de Pernambuco.** Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/ANEXO-8-Regioes-de-Desenvolvimento-do-Estado-de-Pernambuco.docx>> Acesso em: 02 fev. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.

_____. **O Saber Local: Novos ensaios em Antropologia interpretativa.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 306 p.

_____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 208 p.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, Antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 46, n.º 2, p. 445- – 476, 2003.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>> Acesso em: 02 de fev. 2018.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 156 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf> Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003 – 2010).** 2. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento do Patrimônio Imaterial, 2010. 122 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasOsBumbas_2Edicao_m.pdf> Acesso em: 02 fev. 2018.

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/747/74702209.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2018.

MENEZES, José Luiz M. **Ainda chegaremos lá: História da Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 2008. 240 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Vila Pública; Brasília: MinC, 2012. 216 p.

MORAIS, Sara Santos, RAMASSOTE, Rodrigo; ARANTES, Antônio. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): entrevista com Antônio Arantes. **Revista CPC**, São Paulo, n. 20, dez. p. 221–260, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/104911>> Acesso em: 02 fev. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 191 p.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal estar na Antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 1, nº. 1, p. 2 -27. jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/leme/article/view/1>> Acesso em: 02 fev. 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 148 p.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In.: MICELI, Sérgio (Org.) **O Que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 225 –266. 367 p.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015> Acesso em: 02 fev. 2018.

PERNAMBUCO, Consolidação e Alteração do Sistema de Incentivo à Cultura do estado de Pernambuco. Lei 12.310, de 19 de dezembro de 2002. **Consolida e Altera o Sistema de Incentivo à Cultura, e dá outras providências**. Pernambuco, 2002. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Tributarias/2002/Lei12310_2002.htm> Acesso em: 02 fev. 2018.

RUBIM, Antônio A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA. 2007, p. 11 –36. 184 p.

_____. Políticas culturais no Governo Lula. In: _____. (Org.) **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador. EDUFBA, 2010, p. 9 –24. 308 p.

STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**: Marilyn Strathern. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576p.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. 256 p

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**: Roy Wagner. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 384p.

ZACHI, Marina Sallovitz. **Contornos da Cultura**: representações sobre o processual e o dinâmico no registro de bens de natureza imaterial como patrimônio imaterial do Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

**ENTRE LIMITES:
Dos desafios do trabalho de campo – algumas notas e reflexões**

***AMONG LIMITS:
The challenges of fieldwork - some notes and reflections***

Camilla Iumatti Freitas

Cientista Social (UFPE). É aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO. No presente artigo proponho realizar breve discussão a partir da minha experiência como técnica do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República onde atuei entre os anos de 2012 a 2014. A partir da análise sobre o papel da Antropologia no trabalho institucional busco relacionar notas de bordo pessoais com os caminhos que percorri na atuação profissional para aplicar uma metodologia de trabalho que se aproximava do campo antropológico. Com isso, procuro trazer neste texto reflexões sobre limites pessoais e profissionais aos quais nos deparamos no trabalho de campo institucional, entendendo-o como espaço de construção coletiva, onde sentimentos e emoções são intangíveis e excedem os limites teóricos.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho de Campo. Direitos Humanos. Políticas Públicas. Limites. Desafios.

ABSTRACT. In this article I propose to conduct a brief discussion based on my technical experience in the Program for the Protection of Human Rights Defenders of the Human Rights Secretariat of the Presidency of the Republic where current between the years 2012 to 2014. From the analysis on the role of Anthropology in institutional work, I seek to relate personal notes with the paths that I went through in the professional performance to apply a methodology of work that approached the anthropological field. I try to bring in the text reflections on time limits It is not institutional fieldwork, understood as a space of collective construction, where feelings and emotions are intangible and exceed theoretical limits.

KEYWORDS: Fieldwork. Human rights. Public Policies. Limits. Challenges.

INTRODUÇÃO

Pautada pela minha experiência dentro do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH - da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, onde atuei nos anos de 2012 a 2014, pretendo aqui realizar uma concisa reflexão sobre a atuação do antropólogo num ambiente institucional levando em consideração seus limites pessoais e profissionais.

A partir da discussão que situa o paradigma da etnografia e do lugar de fala do pesquisador é importante contextualizar minha experiência de atuação profissional. Durante dois anos – de 2012 a 2014 – atuei como socióloga prestadora de serviço¹ para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (SDH/PR), programa que compõe o sistema de proteção desta secretaria ministerial. A SDH/PR, que à época tinha status de ministério, com seu orçamento ligado ao Ministério da Justiça, tinha uma estrutura organizacional composta por quadros comissionados e efetivos remanejados de outros ministérios². Para suprir parte da sua demanda de profissionais, a SDH/PR comumente assinava convênios com ONGs para prestação de serviços, como meu caso.

Na atividade institucional, boa parte de suas ações eram submetidas à aprovação da sociedade civil organizada através de representantes que compunham coordenações nacionais. Esse era o caso do PPDDH, que tinha sua coordenação nacional paritária, na qual eram submetidas as deliberações de inclusão, exclusão e discussões de cada caso apresentado pela Equipe Técnica Federal a qual eu fazia parte.

A rede de proteção da SDH/PR é composta por três programas: o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçada de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). O PPDDH tem como escopo principal dar cabo às violências vivenciadas por defensores e defensoras de direitos humanos que, por promoverem e/ou defenderem tais direitos, sofrem algum tipo de ameaça, como retaliação de denunciados por esses militantes.

¹ O meu vínculo empregatício era com uma Organização Não Governamental (ONG) que prestava serviços à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Na época em que fui vinculada à SDH, era essa sua estrutura, porém a mesma foi modificada após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (2016).

Assim, o trabalho realizado pela Equipe Técnica Federal (ETF³) tinha como objetivo subsidiar as decisões da coordenação nacional através de pareceres e relatórios técnicos de atendimentos dos/das requerentes. Esses relatórios eram elaborados, em geral, após visita *in loco* nos locais onde militavam os/as defensores de direitos humanos e tinha como objetivo a observação e confirmação do nexos causal entre a ameaça ou violação de direitos humanos e a atuação do/da defensor/a de direitos humanos, ou seja, era averiguada se a ameaça e/ou violação estava ocorrendo em decorrência da atuação do/a militante.

Além disso, eram observadas questões como rede de apoio, risco iminente, violações de direitos humanos à comunidade representada pelo/a defensor/a, entre outras questões que só a ida *in loco* poderia revelar, motivo pelo qual a contratação de um/uma profissional de Ciências Sociais era relevante para esse olhar sobre características sociais e culturais que o campo, aqui definido como lócus onde atuavam os/as defensores, poderia trazer.

Este trabalho institucional me levou a realizar reflexões teóricas do campo da Antropologia, tendo em vista que a minha atuação se dava a partir de incursões para análise de situações de risco demandadas por lideranças que atuavam na defesa dos direitos humanos⁴ e a emissão de pareceres técnicos que me exigiam um respaldo teórico vigoroso que pudesse ser capaz de justificar as decisões a serem tomadas pela coordenação do PPDDH. Portanto, ainda que no meu contrato constasse que eu era ali socióloga, na minha atuação busquei concatenar a minha experiência vivenciada com os elementos teóricos da Antropologia como forma de realizar o “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) como método do trabalho antropológico.

³ A ETF era responsável por todos os estados que não tinham equipe estadual, naquela época restrita aos seguintes estados da federação: Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (que no decurso de minha atuação fora desvinculado, passando a responsabilidade para a ETF) e Rio Grande do Sul. No estado do Pará também ocorreu a desvinculação da equipe estadual e o remanejamento dos casos para a ETF.

⁴ De acordo com procedimentos do PPDDH entre os anos de 2012 e 2014, as medidas protetivas eram articuladas após visitas no local de atuação do defensor ou da defensora e compreendiam: realização de audiências públicas de solução de conflitos, divulgação do trabalho da defensora ou do defensor, articulação com órgãos envolvidos na solução das ameaças, acompanhamento das investigações e denúncias, retirada provisória da defensora ou defensor do seu local de atuação e proteção policial, estas últimas somente em casos excepcionais de risco iminente.

Embora a minha atuação fosse institucional, foi a partir dela que extraí parte das minhas primeiras referências de campo, aqui referido ao campo de pesquisa, e foi ela quem me deu a noção de como esse campo, elemento preponderante no fazer antropológico, envolve uma gama de negociações e ressignificações que muitas vezes ultrapassam os próprios limites do antropólogo.

James Clifford, em “Sobre a Autoridade Etnográfica”, traz a ideia da alegoria etnográfica como uma “representação que ‘interpreta’ a si mesma” (CLIFFORD, 2002, p.65), porém ele alerta sobre a tendência enraizada da “etnografia de resgate” (CLIFFORD, 2002, p. 84), que seria essa etnografia urgente de resgatar culturas supostamente em desintegração. De acordo com o autor:

Questiono, no entanto, a suposição de que com uma mudança rápida, algo essencial (a “cultura”), uma identidade diferencial coerente desapareça. E questiono também a modalidade de autoridade científica e moral associada à etnografia de resgate ou de redenção. Assume-se que a outra sociedade é fraca e “precisa” ser representada por um estranho (e o que importa em sua vida é seu passado, e não seu presente e futuro). (CLIFFORD, 2002, p. 84).

Portanto, farei aqui o exercício de me voltar para a experiência prática e institucional para trazer as minhas percepções, que envolviam medo, encantamento, frustrações, conflitos, entre outros sentimentos que emergiam a cada ida *in loco* como profissional da área de Ciências Sociais, assumindo, portanto, a personificação do Estado para lideranças que atuavam na defesa dos direitos humanos e que estavam em situação de ameaça.

Nesse sentido, lançarei meu olhar sobre algumas notas pessoais de bordo⁵, que à época não tinham o objetivo de estar situadas com o fazer antropológico, mas que me aproximaram da Antropologia e ao mesmo tempo me fizeram refletir, à luz do que Roy Wagner (2012) nos ensinou, sobre o desafio de reinventar a minha própria cultura. Neste artigo irei descrever e problematizar três experiências vivenciadas neste trabalho institucional, uma em Rondônia junto à etnia Paiter Suruí e duas no Mato Grosso do Sul,

⁵ Usarei esse termo para definir algumas notas que compartilharei ao longo do texto, as notas assemelham-se com notas de campo, comumente extraídas de diários de campo de antropólogos/as, porém como minha atuação ali era institucional, utilizarei esse termo para distinguir idas *in loco* (atividade que eu realizava em minha atuação) de campo (atividade comum da etnografia). As notas extraídas do meu diário de bordo estarão ao longo do texto entre aspas e em itálico.

junto aos Terenas e aos Guarani Kaiowá, que marcaram definitivamente minha aproximação com a Antropologia.

SOBRE EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES: O LIMITE DO CONHECIMENTO TEÓRICO CONFRONTADO PELA PRÁTICA

O meu primeiro trabalho *in loco* se deu através de uma demanda solicitada por uma liderança indígena da etnia Paiter Suruí para analisar o andamento da sua proteção. A liderança indígena recebia escolta 24 horas da Força Nacional em virtude da consideração da equipe que me antecedeu de que havia em sua atuação um risco iminente de morte perpetrada por ameaças atribuídas a madeireiros locais que vislumbravam o desmatamento em áreas indígenas.

Foi então que a equipe técnica federal foi acionada para o monitoramento das ações e observação da pertinência de ser mantida a escolta, visto que, de acordo com os procedimentos do PPDDH, essa medida protetiva – escolta policial – deveria ser provisória. Nesse sentido, compus a equipe que foi até Cacoal, município de Rondônia, a 480 km da capital Porto Velho/RO.

"O encantamento pelo novo me deixou ansiosa. No teco teco observo a riqueza do nosso país. Onde a vista alcança e para lá mais um pouco, avisto mata, rio e estradas. Um misto de verde, marrom avermelhado e azul. Bonito de se ver. Alguns lugares da janela pude observar matas que de tão fechadas tinham tom verde escuro, quase preto (...). Os focos de desmatamento assemelham-se com uma pintura descascada."

Foi assim que iniciei minha experiência com povos indígenas no trabalho institucional a que me propunha. Era 01 julho de 2012, foi a minha primeira missão⁶ através do PPDDH. De acordo com seus objetivos:

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH – regulamentado pelo decreto nº 6.044 de 12 de fevereiro de 2007 surgiu a partir de uma demanda da sociedade civil que na Comissão Interamericana de Direitos Humanos participou da formulação do Relatório sobre a situação das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos nas Américas em 2006, onde fora identificada a necessidade de resguardar a integridade física e moral de defensoras e

⁶ As idas *in loco* realizadas pela equipe a qual eu fazia parte eram denominadas ‘missões’, talvez um resquício de um período missionário colonial de prestação de ajuda ou ‘salvação’ de minorias por parte da igreja ainda muito presente na ação institucional.

defensores de direitos humanos que em função dessa defesa estejam em situação de risco e ameaça. (FREITAS, 2013, p. 161)

O aeroporto de Cacoal só tinha uma pista de pouso e seus limites eram demarcados por uma cerca de arame farpado. Cacoal se mostrou para mim uma cidade charmosa, embora muito pequena, e até então desconhecida. E isso era ainda mais instigante. “*O novo me mobiliza. O novo me faz querer fazer o melhor de mim*”. Mas o que mais me instigava era a ansiedade de, pela primeira vez naquele programa, tratar da pauta indígena. Eram os Suruí, povo de contato recente, cujos contatos oficiais com a sociedade nacional remontam a 1968. O povo tinha como líder máximo Iratemar⁷ Suruí, liderança indígena de grande projeção internacional, uma pessoa muito articulada politicamente e à época em situação de ameaça de morte por sua militância na defesa do meio ambiente e dos povos indígenas.

“Iratemar veio ao hotel nos encontrar com o pessoal da Força Nacional, que faz a escolta dele 24 horas, nos convidou para um almoço, aceitamos prontamente. Iratemar é uma simpatia. Falei muito do meu pai pra ele, o fascínio pela cultura indígena é a maior herança que meu pai me deu. A saudade potencializou ainda mais essa vontade de que ele participasse daquele momento tão importante na minha vida. Falei tanto do meu pai pra Iratemar, que meu pai ganhou um colar de líder do povo Paiter Suruí. Além de um telefonema do líder máximo dos Suruís, o que o emocionou bastante. O colar e a lembrança da conversa, meu pai guarda com muito carinho e respeito.”

A minha total inexperiência prática no assunto me fez ter um preciosismo nos atendimentos, nos detalhes e no levantamento das informações. Lidar com a prática que vai além daquilo que lemos nas teorias antropológicas a partir das experiências dos grandes teóricos da disciplina foi meu primeiro desafio.

De acordo com Andrea Lobo (2016), aliar a teoria e a prática é o exercício que devemos estar conscientes ao compor o ‘olhar antropológico’ e que faz com que haja fluidez entre as fronteiras do antropólogo/a pesquisador/a acadêmico/a e o/a profissional de Antropologia atuando numa instituição. Era essa fronteira que ainda não estava muito óbvia para mim, e entendê-la foi uma construção.

⁷ Todos os nomes de pessoas citadas neste artigo são pseudônimos com vistas a resguardar a intimidade dos mesmos/as. Os pseudônimos estarão sinalizados em itálico.

No início, as minhas idas *in loco* estavam permeadas pelo deslumbramento, floreios e romantismos, que só posteriormente consegui transpor. Eu havia aprendido na graduação que a experiência de campo nos faria romper a nossa zona de conforto e eu estava empenhada nisso. Porém, estas incursões diferiam muito da imersão no campo, proposta por Malinowski (1978), para consagrar a metodologia que guia a Antropologia até os tempos atuais: a observação participante. De acordo com James Clifford (2002),

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 2002, p. 20)

As minhas idas *in loco* enquanto equipe técnica de um programa federal eram rápidas, pontuais e com propósitos objetivos (averiguar situação de ameaça, perceber nexos causais entre ameaça e militância etc.) e isso frustrava em parte os meus anseios antropológicos. Porém, era exatamente esse olhar antropológico que seria o diferencial da minha atuação naquela equipe técnica, posto que me dava as ferramentas para desenvolver uma atuação com uma perspectiva diferenciada, em consonância com Lobo (2016), para quem a combinação entre teoria e prática trazia à tona “os elementos mais básicos da formação antropológica – estranhamento, alteridade, contextualização, relativização (...)” (LOBO, 2016, p.121), os quais me subsidiaram naquele trabalho técnico, proporcionando o “desarranjo” (CLIFFORD, 2002, p. 20) das minhas expectativas.

Era esse desarranjo que eu passei a lidar a cada ida *in loco*, tendo em vista as diversas realidades com as quais fui me defrontando ao longo da minha atuação. Foi a partir de cada experiência prática que fui ressignificando os conhecimentos teóricos até então acumulados de maneira tão abstrata, assim como fui “reinventando a (minha) própria cultura” (WAGNER, 2012, p. 31) numa relação dialógica com as realidades que me defrontava.

Aos poucos, fui imergindo no tema e em pouco tempo me tornei a técnica de referência da questão indígena, título que inicialmente me incomodava, pois eu

considerava que poderia limitar minha atuação dentro daquele programa que atendia demandas de diversas lideranças que atuavam noutras áreas de militância⁸.

Tal associação entre Antropologia e questão indígena é trazida também no trabalho de campo de André Gondim do Rego (2007) que discutiu em sua tese de doutorado a prática de analistas em Antropologia no âmbito do Ministério Público Federal. Analisando os relatos o autor nos traz que, “há época do primeiro concurso [para analista em Antropologia do MPF], (...), o tipo de demanda que a PGR imaginava para tais analistas estava totalmente vinculado à questão indígena” (REGO, 2007, p.98, grifo meu). Fato este que fora comprovado na minha prática institucional.

De acordo com Silva (2008), o interesse do mercado de trabalho na contratação de profissionais de Antropologia seria exatamente a postura de mediação que viria do “constante exercício desnaturalizador, constitutivo do fazer antropológico” (SILVA, 2008, p.15). Reflexão semelhante faz Lobo (2016) ao concluir que o que levaria algumas instituições a contratar um antropólogo seriam “as questões diferenciadas que este profissional pode apresentar ao universo social, uma capacidade crítica e reflexiva que é inerente ao olhar que é construído tanto no ato de apreender a teoria antropológica quanto de desafiá-la por meio do fazer etnográfico.” (LOBO, 2016, p. 121).

Talvez a habilidade com que eu conseguia relativizar algumas questões a partir das teorias antropológicas apreendidas me levou a esse ‘posto’ que me causava no início certo desconforto. Assim, a identificação com o tema (a questão indígena), somado com um conhecimento um pouco mais especializado que me fazia refletir sobre questões interétnicas, já que eu era a única profissional das Ciências Sociais na equipe, me levavam para um caminho inegável para compreender e quiçá mediar as questões que dali emergiam: disputas territoriais, degradação do meio ambiente em terras indígenas, entre outras questões. Pelo menos era essa a expectativa que em mim era depositada.

Ser a única profissional das Ciências Sociais gerava alguns conflitos internos na equipe, tendo em vista que muitas vezes a própria coordenação não entendia ao certo o tipo de atuação que uma/um profissional desta área deveria ter, e muitas vezes até eu tive dúvidas.

⁸ As lideranças que eram demandadas para atendimento no PPDDH atuavam em diversas áreas de militância, porém, à época do meu trabalho, para fins de controle de dados, limitamos em áreas onde cada liderança deveria ser incluída, ou seja, cada liderança demandada deveria atuar em defesa de/da: terra, povo indígenas, povos quilombolas, povos ribeirinhos, extrativistas, mulheres, LGBT, combate às milícias e/ou abuso policial, meio ambiente, entre outras.

Lidar com essa relativa “solidão” no campo institucional me fez refletir diversas vezes em como eu conduzia as tarefas que eram ajustadas a cada nova ida *in loco*, a cada situação diferente que surgia. Reflexão semelhante sobre o trabalho de campo entre antropólogas nos trouxeram Bonetti e Fleischer (2007):

Lembro dos ensinamentos de um professor de graduação que dizia que não há como ensinar a fazer campo; a gente aprende fazendo. Na época, eu fiquei muito perturbada com essa idéia. Para uma neófita, recém ingressa na Antropologia, aquele conselho parecia tirar todo meu chão. Só depois eu entendi que a riqueza da Antropologia parece ser justamente o seu caráter experimental e artesanal. Mas não precisamos nos sentir tão sozinhos. Quer dizer, ler e conhecer outras experiências de campo nos ajuda a formar um repertório de possíveis e prováveis saídas justas e jogos de cintura. (BONETTI; FLEISCHER, 2007, p. 20).

Porém, muitas eram as situações em que senti falta de dialogar diretamente com algum profissional das Ciências Sociais que pudesse dividir comigo as impressões, angústias e descobertas trazidas pelo campo, ainda que esse campo fosse definido como campo institucional.

O fato de escassos profissionais da área de Ciências Sociais atuarem em ambientes institucionais que não seja o acadêmico poderia ser uma resposta a essa dificuldade de entendimento de como podemos contribuir numa equipe inter ou multidisciplinar. Tal hipótese parece ser comprovada pelos relatos trazidos por Rego (2007), o qual destaca a fala de uma de suas interlocutoras: “O que me estranha é as pessoas se surpreenderem de ter antropólogos trabalhando em instituições não-acadêmicas” (REGO, 2007, p. 90), embora esse rompimento de fronteiras, conforme reflexão trazida por Lobo (2016), ou de muros por Silva (2008), não seja um fato recente.

Nesse sentido, assim como as/os analistas em Antropologia do MPF tiveram que “‘aprender’ a ‘ensinar’ o que a antropologia era capaz de oferecer naquele contexto” (REGO, 2007, p. 98), também provoquei algumas reuniões para explicitar como eu poderia atuar naquela equipe tão diversa e que muitas vezes não compreendia o que alguém das Ciências Sociais poderia contribuir naquele trabalho que se propunha multidisciplinar.

As discussões levaram ao convencimento por parte da coordenação da importância de ter mais uma/um técnica/o das Ciências Sociais. Em 2013, outro colega da área fora contratado, porém à época sua maior responsabilidade era no tratamento do

banco de dados (que fazia certo sentido, já que a vaga era para socióloga/o, que em geral tendem a ter um pouco mais de intimidade com processamento de dados quantitativos), e isso na prática me deixou igualmente sozinha.

Dessa maneira, fui assumindo os desafios de atuar numa equipe formada por psicólogos/as, advogados/as e assistentes sociais e aos poucos fui definindo meu espaço, como cientista social, focada na construção metodológica da Antropologia. Foi dessa maneira que passei a ser delegada cada vez mais intensamente para demandas que envolviam a pauta indígena, sendo o Mato Grosso do Sul destino constante de empreitadas em campo⁹.

***EPUKÁ*¹⁰! SOBRE COMO INAUGUREI A MINHA EXPERIÊNCIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL**

A primeira demanda que fui acionada para atender no Mato Grosso do Sul não se tratava explicitamente de uma ameaça direta a alguma liderança indígena, mas sim o cumprimento de uma pauta política que a coordenação não poderia cumprir. Assim, fui para a Assembleia do Povo Terena, em Miranda, no Mato Grosso do Sul, que embora não fosse atribuição direta da ETF, poderia qualificar minha atuação na equipe já que numa assembleia geral é possível situar o panorama contextual do que se passava com algumas dessas lideranças, que eram demandadas para inclusão no PPDDH.

*“Estamos em busca do bem viver dos povos indígenas.’ Foi o que falou **Juraci**, liderança Terena de destaque entre eles. A Assembleia me fez lembrar da minha época de movimento estudantil, o formato era muito parecido. Já os relatos, a maioria trazia a violência institucional e direta como mote”.*

No dia 15 de novembro de 2012 cheguei ao estado do Mato Grosso do Sul. Na ocasião aproveitamos, eu e a advogada da equipe, para realizar alguns atendimentos a lideranças que estariam em situação de ameaça. Cabe destacar que o Mato Grosso do Sul concentrava 35% da pauta indígena atendida pela Equipe Federal do PPDDH. Em abril de 2014, 11 lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul eram incluídas no PPDDH, de um universo total de 32 lideranças indígenas de todo país¹¹.

⁹ À época, o Mato Grosso do Sul demandava muito a ETF para dar conta da pauta indígena, que ali assumia a principal pauta daquele estado. Para saber mais vide Freitas, 2013.

¹⁰ *Epuhá* em Guarani significa sorria. Utilizei esse termo como forma de expressar a existência persistente de esperança dos povos indígenas mesmo em situações sub-humanas.

¹¹ De acordo com o acompanhamento da equipe federal, tais lideranças sofriam as mais diversas formas de violência e violação por defenderem a autodeterminação do seu povo, levantadas pela Equipe Federal

No feriado da Proclamação da República, fui escalada para acompanhar a II Assembleia dos Povos Terenas, na cidade de Miranda, a 200 km de Campo Grande/MS. Na assembleia, que teve duração de dois dias, a principal pauta foi a violência vivenciada por lideranças que se faziam ali presentes. Dentre os relatos, a violência institucional, em especial a falta de acesso a serviços básicos, era um dos temas mais presentes, afetando assim toda a comunidade indígena representada por seus líderes.

O Mato Grosso do Sul está situado no Centro-Oeste brasileiro, dividido em 79 municípios. Segundo os dados do Censo de 2010 do IBGE (BRASIL, 2012), o Mato Grosso do Sul ocupa o segundo lugar de população autodeclarada indígena das Unidades Federativas, concentrando 73.295 pessoas que se autodeclararam indígenas, o que representa 3% da população estadual. Em âmbito nacional, o estado concentra 9% da população autodeclarada indígena do país, ocupando o terceiro lugar, abaixo de Roraima (11% da população relativa no estado e 6,1% da população relativa do Brasil) e do Amazonas (4,8% no estado e 20,6% do Brasil).

Os dados do IBGE revelavam ainda que o Mato Grosso do Sul, além de superar a proporção nacional de participação relativa da população indígena, que no país é de 0,4% da população total brasileira, tem um peso expressivo frente às fronteiras econômicas. Segundo o relatório preliminar do IBGE:

O numeroso quantitativo de indígenas em estados de ativa fronteira agropecuária modernizada, como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e naqueles de ocupação consolidada, como Bahia, Pernambuco e São Paulo, reafirma que, além de ser uma dimensão central da geopolítica de ocupação/preservação da Amazônia e do Brasil Central, a população indígena possui uma expressão não só cultural, mas até mesmo numericamente significativa. (BRASIL, 2012, p.11)

Este peso expressivo quanto a sua atuação em fronteiras econômicas, que conta com vastas áreas de terras concentradas para o crescimento do agronegócio, parece ter relação direta na morosidade dos processos de demarcação e homologação das terras indígenas do estado. Não obstante, o modelo desenvolvimentista relega às populações

através das idas in loco em busca de evidências e relatos. Após esse levantamento, a equipe técnica produzia relatórios e pareceres que eram submetidos à Coordenação Nacional do PPDDH. Para saber mais, vide Freitas, 2013.

tradicionais o papel de “travar” o crescimento nacional. Ao que Boaventura de Sousa Santos (2013) considerou:

Este modelo desenvolvimentista é voraz no que diz respeito à terra e território. Mesmo num país com forte base industrial, como o Brasil, o dinamismo econômico está na reprimarização da economia com consequências que só a longo prazo poderão ser avaliadas. Esta voracidade facilmente transforma os povos indígenas em obstáculos ao desenvolvimento (SANTOS, 2013, p. 102).

No mesmo texto, Boaventura de Sousa Santos cita o exemplo dos povos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, que segundo ele são vítimas constantes da relação ambígua do Estado brasileiro “que ora demarca terras, ora solicita reintegração de posse em favor dos fazendeiros” (SANTOS, 2013, p. 102). Nesses constantes litígios de reivindicação de posse sobre terras consideradas indígenas, muitos conflitos territoriais acarretavam em ameaças, assassinatos e supressão de direitos humanos na localidade. Foi nesse contexto que fui à Pyelito Kue, *tekoha*¹² dos Guarani Kaiowá em Iguatemi/MS para atender a uma demanda de proteção acompanhada pelo antropólogo do Ministério Público Federal do MS.

As demandas solicitadas para ingresso no PPDDH poderiam advir de qualquer pessoa, órgão ou instituição. A depender das intervenções realizadas *in loco*, era comum que a Equipe Federal do PPDDH fizesse articulações com instituições jurídicas, de segurança pública ou outros órgãos que pudessem viabilizar nossa ida a campo. No caso de Pyelito Kue, nossa ida deu-se através de uma solicitação de um frei muito atuante na região que também sofria ameaças e era incluído no PPDDH por sua militância em defesa dos Povos Indígenas e tal solicitação foi na presença do próprio antropólogo do MPF, motivo pelo qual o mesmo nos acompanhou.

“Ao chegar à margem do rio, Iranete, que nos acompanhava, filha do Sr. Amaro, fez um barulho com a boca, quase um grunhido num tom alto, ao que outro semelhante saiu de dentro da mata do lado oposto do rio, era a resposta. Instantes depois, crianças, adultos e idosos, margearam o rio para nos esperar. Um senhor aparentemente bem idoso atravessou o rio a nado com um bote inflável na cabeça, era nele que atravessaríamos para chegar à Pyelito”.

¹² *Tekoha* significa terra ou território pertencente aos indígenas Guarani Kaiowá, melhor definido por Mura (2006) e Silva (2007).

No final do ano de 2012 uma carta da liderança indígena, Sr. Amaro, da etnia Guarani Kaiowá, em que o mesmo reivindicava o direito de usufruto da *tekoha* Pyelito Kue, na cidade de Iguatemi/MS, foi amplamente divulgada pela sociedade civil. Num trecho da carta, Amaro cita “decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbrakay”¹³. Tal declaração provocou comoção social e uma falsa interpretação de possível suicídio coletivo, posteriormente desmentido pela própria liderança.

A comoção social repercutiu em massiva mobilização de órgãos de apoio à questão indígena em âmbito nacional e internacional, inclusive com forte atuação do PPDDH, o que provocou a suspensão do pedido de reintegração de posse em favor do fazendeiro que reivindicava para si a área pantanosa de um hectare a qual os indígenas Guarani Kaiowá chamavam de *tekoha* PyelitoKue/Mbrakay.

O crioulo entre português, castelhano e guarani falada na região, Pyelito Kue significa algo como “lugar onde ficava o pequeno povoado” e faz referência a uma área reivindicada como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá às margens do rio Hovy, no município de Iguatemi (MS), quase fronteira com o Paraguai. Expulsos pelos colonos entre as décadas de 1940 e 60, os indígenas desse “pequeno povoado” foram levados forçosamente para as reservas indígenas de Sassoró, Limão Verde, Amambai e Taquapiry, criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio para receber os que iam sendo despejados no processo de “liberação de terras” para a ocupação da região. (MORAIS, 2014)

Porém, mesmo com a suspensão da reintegração de posse para o fazendeiro, em março de 2013 estive em Pyelito Kue e me deparei com crianças sem acesso às escolas, tendo em vista que para chegar à comunidade eles tinham que atravessar o rio Hovy, restando quase que completamente isolados, dado o processo de litígio ali presente. Além disso, aquela comunidade estava submetida a severo processo de insegurança alimentar, tendo em vista que a área pantanosa não facilitava o plantio e cultivo de alimentos.

“Fiquei muito impressionada quando notei que todas as crianças apresentavam cabelos descoloridos nas pontas, ao que fui cientificada pelo antropólogo do Ministério Público Federal que nos acompanhava, que aquela descoloração resultava de um severo processo de desnutrição. Mesmo assim, ao posar para foto conosco, uma das crianças

¹³ Trecho retirado do site: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6553> (visualizado em 28/05/2014).

gritou Epuká, e um coro se fez ouvir Epuká! Não sei como, mas elas encontravam um motivo pra sorrir. E desde então encontrei o motivo pra seguir.”

Mesmo sabendo que representava uma secretaria governamental, naquele momento percebi os limites da minha atuação institucional e como antropóloga, apesar dos esforços empreendidos (ofícios para órgãos que pudessem resolver a questão da insegurança alimentar e demais faltas ali presentes), eu não tinha condições de resolver por definitivo aquela questão.

Igualmente no fazer antropológico constata-se que temos que lidar muitas vezes com situações em campo que nos fazem deparar com a nossa incapacidade de ação, essa constatação se mostrou um grande constrangimento para mim, que entendi que o campo se esgotava em si mesmo e que encarar a experiência como algo épico não passaria de uma nostalgia de uma etnografia de redenção (CLIFFORD, 2002, p. 84).

Até então eu não havia pensado muito a respeito da etnografia engajada, porém, aprendi com essa experiência que o campo muitas vezes nos traz uma noção de impotência. Concluí que, independente de todos os debates no centro da Antropologia entre relativismo vs. universalismo, para citar o mais persistente, foi naquele momento que percebi que um aspecto jamais poderia ser relativizado por mim: a fome.

Segundo Lobo (2016) “o compromisso não está no tema ou no lugar, é exatamente a interface do compromisso social com o compromisso do conhecimento que torna possível que as fronteiras sejam fluidas” (LOBO, 2016, p.122), e para mim naquele dia eu pude perceber a fluidez da fronteira entre a Antropologia acadêmica e a institucional se intercambiando diante de mim.

O RISCO DO IMPONDERÁVEL

Na mesma ocasião da visita à Pyelito Kue, eu e duas técnicas, uma psicóloga e outra advogada da ETF, tínhamos sido acionadas para atender uma demanda de urgência após o assassinato de uma criança Guarani Kaiowá. A coordenação geral solicitou que fôssemos antes da comitiva da SDH, que seria composta pela coordenação geral do PPDDH, a coordenação geral do PPCAM e a Ouvidoria de Direitos Humanos, que chegaria no dia seguinte à nossa ida. Ali, seríamos as pessoas que iriam apaziguar a situação. Esse papel de mediar conflitos a que se referiu Silva (2008) parecia se fazer

presente constantemente na minha atuação, nesse caso não foi diferente, mas o desfecho quase não foi como o esperado.

“As pinturas corporais dos indígenas em preto e vermelho denunciavam que a tensão estava grande. Fomos levados para uma espécie de vale, onde fizemos a dança que nos permitiria a “entrada” naquele tekoha, estranhei o fato de estarmos sendo cercadas, mas achei que fosse algum ritual fúnebre, já que estávamos rodeando o túmulo da criança. Mal sabíamos que estávamos mesmo sendo encurraladas com flechas e arpões apontados em nossa direção. Ficamos ali sob o sol durante três ou quatro horas. Ali perdi a noção do tempo. Ali perdi a noção de muita coisa. Nem sei se realmente entendi até agora o que estava prestes a acontecer. 200 ou 300 indígenas indignados com a morte de uma criança. Eu, Clara e Luna com mais quatro policiais¹⁴ tentando explicar que estávamos ali como aliados, não como inimigos. Percebi que o perigo poderia ser real quando Iran começou a falar em guarani e começou a chorar. Estávamos acuados. Matar sete agentes do estado, nós três mais quatro policiais, traria muitas repercussões e uma visibilidade enorme para a pauta por eles reivindicada. Se eles tinham de fato essa intenção, nunca vou saber, mas pela primeira vez me senti insegura”.

Era fevereiro de 2013, viajamos de Brasília ao Mato Grosso do Sul de emergência, com a escolta de quatro policiais para atender a demanda reivindicada pelas lideranças Guarani Kaiowá após o assassinato de uma criança. A escolta, que geralmente tínhamos pela Polícia Rodoviária Federal, nos garantiria logística de transporte e segurança contra possíveis investidas de pessoas interessadas em impedir nosso trabalho – fato muito comum na nossa atividade cotidiana, já que envolviam muitos interesses econômicos e políticos.

Era pouco comum realizarmos alguma viagem sem escolta policial, uma vez que nosso trabalho previa risco iminente. Alguns casos eram discutidos brevemente com os policiais, mas em geral não nos aprofundávamos com vistas a evitar alguma interferência em nossas atividades. Mesmo assim, nunca nos demos conta ao certo que um dia poderíamos precisar dessa segurança na forma mais estrita do termo. Por sorte, nessa ocasião não precisamos.

¹⁴ Como dito, em geral a equipe federal fazia articulações institucionais para as idas *in loco*, a depender de cada caso. Tais articulações muitas vezes previam a ida com escolta das Polícias Federais - Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

A descontinuidade na demarcação territorial provocava comumente o tensionamento entre lideranças indígenas locais e produtores rurais/fazendeiros. Naquela situação, essa tensão provocou a morte de um adolescente (tido pelos indígenas como criança) e um fazendeiro era apontado pelos indígenas como o autor do crime. Apesar de legítima a revolta por parte daquelas lideranças indígenas, foi nesse episódio que entendi sobre o processo de negociação construtiva que circunscreve o campo, que embora ali não fosse meu objeto de pesquisa, eram aquelas vivências que subsidiavam meu futuro interesse de pesquisa antropológica.

Referido por James Clifford em seu texto “Sobre a autoridade Etnográfica” (2002), o processo de negociação construtiva envolve negociações muitas vezes intangíveis e que podem nos colocar em risco. Segundo o autor, “torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva, envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 2002, p. 43).

Na universidade não estamos habituados a lidar com a noção de insegurança que o campo de pesquisa pode nos oferecer; pelo contrário, muitas vezes parece épico contar que “negociei minha vida” com duas ou três centenas de índios que estavam legitimamente lutando por seus direitos. Porém, mesmo entendendo a importância de colocar em cheque os meus (pré)conceitos sobre os contextos que nos são trazidos a partir do campo de pesquisa antropológico, buscando exercer a alteridade em minha atuação como etnógrafa (que emergiria posteriormente), ali o que estava em cheque era a minha segurança, e naquele momento considerei que ela também não poderia ser relativizada.

Mesmo ciente de que o campo pode nos oferecer o imponderável a que se referiu Malinowski (1978), eu não o havia dimensionado com tamanha magnitude e esse fato me fez refletir sobre as noções de risco e segurança que não são mencionados na academia, mas que, por vicissitudes diversas, são condições que podem surgir, como o que acabou me ocorrendo naquela tarde de fevereiro, mesmo que minha atuação não fosse como etnógrafa, mas sim como uma agente de estado munida de metodologias de trabalho sugeridas pela Antropologia.

Nesse sentido, considerar a existência do perigo, de risco e inseguranças, pode nos oferecer um olhar de respeito, que difere do medo, mas que nos torna humanos, com sentimentos e limites – os quais me deparei ao longo dos dois anos e cinco meses em que

estive num campo institucional, que depois se revelou como rico campo de pesquisa, cheio de desafios, muito aprendido, e que culmina neste artigo.

CONCLUSÃO

O trabalho de campo é apontado como elemento primordial para uma boa etnografia. Inúmeros são os trabalhos que referendam essa metodologia como característica básica da observação participante. Segundo James Clifford (2002), o método da observação participante, embora “questionado em muitos lugares, esse método continua representando o principal traço distintivo da antropologia profissional” (CLIFFORD, 2002, p. 33).

Porém, apesar da “autoridade experiencial” (CLIFFORD, 2002) que emerge desse método, é preciso considerar que o campo nos traz muitos elementos intangíveis que nos fazem colocar em cheque nossa própria noção de cultura, como preconizou Roy Wagner (2012).

Entender o trabalho de campo como espaço para construção de hipóteses limita bastante a compreensão de que ele está permeado por sentimentos e limites pessoais que envolvem elementos cognitivos e subjetivos culturalmente localizados, mas que devem ser levados em consideração. Portanto, considero a importância em assumir esses elementos como forma de tornar o campo mais possível, talvez até mais humano, já que não depende somente de alguém que esteja tão desconstruído culturalmente; ao contrário, depende de alguém que esteja disposto a ressignificar o outro e as suas próprias concepções culturais.

Nesse artigo, pretendi trazer, à luz de algumas notas de bordo quando da minha atuação num ambiente institucional não acadêmico, as tensões, os romantismos, frustrações e inseguranças que inauguraram e marcaram minha trajetória como pretensa antropóloga, numa curiosa inversão da carreira profissional à carreira acadêmica, como forma de compartilhar os desafios os quais enfrentei enquanto profissional das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Os Indígenas no Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2012. 31p. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: mar.2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v.39 n.1, 1996.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**, 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

FREITAS, Camilla Iumatti. Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e a questão indígena: Desafios e Perspectivas. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCAR**, v.5, n.1, jan-jun., p. 160-170, 2013.

LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates** - Fórum de debates em Antropologia, v. 2, pp. 115-126, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Malanésia. Coleção “Os Pensadores”. Malinowski. Abril Cultural, São Paulo, 1978, pp. 17-34.

MORAIS, Bruno, **Bang, Bang, Pow, Pow – Faroeste e futebol em terra Guarani-Kaiowá**, 2014. Disponível em < <https://diplomatie.org.br/bang-bang-pow-pow-faroeste-e-futebol-em-terra-guarani-kaiowa/>> acesso em 28 de maio de 2014.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Tese – UFRJ – Museu Nacional – PPGAS, 2006. p. 102 – 139.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Gláucia (org.). 2008. **Antropologia extramuros** – novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15.

REGO, André Gondim do. **O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia**. 2007. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5517/1/2007-Andr%c3%a9%20Gondim%20do%20Rego.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da “aldeia”** – território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese. UFRJ, Museu Nacional – PPGAS, 2007. p. 66 – 85.

WAGNER, Roy. A presunção da cultura. In: _____. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2012, p. 37-68.

**FAZER A PESQUISA SUBIR:
As possibilidades de atuação de um antropólogo/consultor**

Uping the research: the possibilities of action as an anthropologist/consultant

Pedro Nascimento

Professor do Departamento de Ciências Sociais/Campus IV e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO. Discuto questões surgidas da experiência como consultor do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos 2014 e 2015. Com o título “Aperfeiçoamento da Linguagem e Comunicação entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc e os Beneficiários do Programa Bolsa Família e Inscritos no Cadastro Único” a expectativa era de desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica que pudesse subsidiar os profissionais dessa secretaria a uma melhor comunicação com os sujeitos envolvidos nas políticas e programas em questão. A comunicação com os beneficiários era ponto central de preocupação do MDS em articulação com as possibilidades de participação e controle social. Neste artigo apresentarei alguns elementos centrais do desenvolvimento da pesquisa pondo foco na forma como o objeto da contratação foi entendido e negociado, e os resultados produzidos. As diferentes expectativas em relação aos resultados da pesquisa e as diferentes concepções do que seria o objeto do trabalho estavam associadas também às expectativas do que uma pesquisa etnográfica poderia dar conta. Como parte desse objetivo, destacarei, especialmente, como a compreensão do que seriam os obstáculos a uma melhor comunicação entre agentes do Estado e a população foi sendo elaborada no desenvolvimento da pesquisa de campo e na interlocução também com os técnicos nas reuniões realizadas.

PALAVRAS – CHAVES: Pesquisa etnográfica. Consultoria. Comunicação. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT. In this article I present issues related to my experience as a consultant to the Ministry of Social Development and Hunger Control (MDS) between 2014 and 2015. The objective of the hiring was the development of an ethnographic research that could subsidize the professionals of the National Secretariat of Income of Citizenship - Senarc - to have a more effective communication with the beneficiaries of the Bolsa Família Program and enrolled in the Unique Databank for the Social Programs of the Federal Government (CadÚnico). Communication with the beneficiaries was a central

concern of the MDS in articulation with the possibilities of participation and social control. In this article I will present central elements of the research development, focusing on how the object of the contracting was understood and negotiated as well as the results produced. The different expectations regarding the results of the research and the different conceptions of what would be the object of the work were also associated with the expectations of what could be achieved through ethnographic research. I will especially highlight how the understanding of the challenges and obstacles to communication between state actors and the population was produced in the field work development while also facilitating dialogue with MDS professionals in the meetings held.

KEYWORDS: Ethnographic research. Consulting. Communication. Bolsa Família Program.

PONTO DE PARTIDA: OS ALCANCES DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA

As questões que abordarei neste texto surgiram da experiência como consultor, entre os anos 2014 e 2015, do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com o título “Aperfeiçoamento da Linguagem e Comunicação entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc e os Beneficiários do Programa Bolsa Família e Inscritos no Cadastro Único”, a expectativa era de desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica que pudesse subsidiar os profissionais dessa secretaria a uma melhor comunicação com os sujeitos envolvidos nas políticas e programas em questão. A comunicação com os beneficiários era ponto central de preocupação do MDS em articulação com as possibilidades de participação e controle social.

Neste artigo apresentarei alguns elementos centrais do desenvolvimento da pesquisa pondo foco na forma como o objeto da contratação foi entendido e negociado e nos resultados gerais que foram produzidos. As diferentes expectativas em relação aos resultados da pesquisa e as concepções diversas do que seria o objeto do trabalho estavam associadas também às expectativas do que uma pesquisa etnográfica poderia dar conta. Como parte desse objetivo, destacarei, especialmente, como a compreensão do que seriam os obstáculos a uma melhor comunicação entre agentes do Estado e a população foi sendo elaborada no desenvolvimento da pesquisa de campo e na interlocução também com os técnicos nas reuniões realizadas.

Quero enfatizar a importância de compreender a pesquisa antropológica como um processo em aberto em que os posicionamentos, as relações e os propósitos negociados direcionam a forma de trabalho do pesquisador. Esse direcionamento não se

dá em mão única, por exemplo, quando somos tolhidos em alguns de nossos propósitos. Diz respeito igualmente ao nosso poder de barganha, na interação com quem nos contrata, para chamar atenção a questões que poderiam não ser exatamente as mais explicitadas no momento da contratação.

Dessa forma, pretendo contribuir para a reflexão acerca de como essa expertise antropológica para a pesquisa de campo foi solicitada e desenvolvida em um processo que envolveu não apenas as etapas mais formais do trabalho, mas reuniões, negociações, troca de compreensões acerca do tema etc. Desde os primeiros diálogos com a equipe coordenadora do processo da consultoria, foi enfatizado o interesse em uma pesquisa etnográfica com base na compreensão de que esta modalidade de pesquisa permitiria de modo privilegiado o acesso às pessoas que se queria que fossem ouvidas.

Em 2014, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) havia realizado uma pesquisa junto às pessoas beneficiárias tendo por base metodológica grupos focais (BRASIL, 2014). Nesse sentido, não apenas era um antropólogo que se queria contratar. Estava claro que deveria ser alguém que estivesse atento a possíveis dimensões da comunicação com aquelas pessoas – já indicadas na pesquisa anterior.

No Termo de Referência¹ a linguagem era definida como sendo: “materializada nas formas de comunicação verbal, em um contexto social de determinada cultura e ideologia”. Por esta razão, o mesmo Termo considerava: “o consultor deverá então desenvolver seu trabalho atento às dimensões da cultura, do território e da linguagem onde estão inseridos os beneficiários do PBF”.

As especificidades dessa abordagem foram muito discutidas e as possibilidades de se desenvolver pesquisa etnográfica em um tempo reduzido foram trazidas à tona por mim. Cabe observar que as interlocutoras mais diretas no MDS eram profissionais habituadas às características de pesquisas qualitativas. Não se tratava em um primeiro momento de convencer ninguém da importância dessa modalidade de pesquisa para o tipo de questões demandadas à análise, mas negociar seu alcance em um tempo reduzido.

Nesse sentido, argumentei que no Brasil os dilemas do fazer etnográfico sob contrato têm sido enfrentados e discutidos (PAIM, 2010). Ponderei que alguns

¹ O Termo de Referência é o documento elaborado pela instituição contratante que define o objetivo da contratação e explicita as justificativas para a necessidade do trabalho a ser contratado e seu escopo. Neste termo devem estar detalhadas as atividades a cargo do consultor, incluindo os resultados e produtos esperados, e o prazo de execução, entre outras informações, como o perfil do profissional a ser contratado.

pesquisadores consideram que a viabilidade de pesquisas nesse formato deve estar associada a “maior familiaridade com o contexto estudado e bastante experiência etnográfica, um olhar treinado para ver o que não é tão aparente”. (KNAUTH, 2010, p. 110).

Considerarei também que, levando-se em conta esses elementos, seria possível assegurar a viabilidade do que alguns autores têm chamado de “etnografias a jato” (SCHUCH; VIEIRA; PETERS, 2010). Tendo a concordar com Fernanda Bittencourt Ribeiro, quando afirma que o reconhecimento da importância do “tempo de experiência etnográfica ou um contato anterior com o grupo estudado, nos convida a pensar possibilidades e formas de transmissão dessa experiência” (RIBEIRO, 2010, p. 87) e que considerar “novos caminhos e enfrentar o debate não significa abrir mão da experiência de campo, mas de concebê-la como sujeita a múltiplas circunstâncias, nem sempre ideais” (RIBEIRO, 2010, p. 88).

As questões que apresento aqui assumirão um tom de relato. Não pretendo fazer uma defesa categórica de uma forma de atuação do antropólogo a partir de minha experiência. Tampouco quero fazer crer que os elementos que identifiquei não poderiam ter sido problematizados por outra forma de prática profissional ou outra metodologia de pesquisa. No entanto, espero que contribua para ampliar a reflexão sobre as possibilidades da atuação de antropólogos, a partir de uma dessas modalidades, a de consultor.

A DINÂMICA DO TRABALHO DE CAMPO – ABRANGÊNCIA E ESPECIFICIDADES

A preocupação com o tempo de pesquisa não era algo despropositado, pois não era pouco o que teria a ser feito. O trabalho de campo se desenvolveu entre os meses de novembro de 2014 e abril de 2015 em cinco diferentes localidades nas cinco regiões brasileiras, a saber: Rio Tinto/ Paraíba; Belo Horizonte/ Minas Gerais; Garopaba/ Santa Catarina; Ceilândia/ Distrito Federal e Belém/ Pará. Essa diversidade de contextos investigados era entendida como elemento central no objetivo de identificação das estratégias de comunicação e dos mecanismos específicos através dos quais os beneficiários, as pessoas em processo de cadastro e os gestores interagiam.

Embora fosse inegociável essa abrangência, explicitarei que a caracterização da pesquisa por regiões me gerava inquietação. Minha preocupação era de que os

resultados apresentados não fossem tomados como uma amostra a partir da qual se pudesse fazer generalizações frágeis sobre especificidades regionais, particularmente por aquelas pessoas que acessassem apenas os resultados finais, sem acompanhar a discussão que fazíamos inicialmente.

Ao final do trabalho de campo foi possível perceber com mais clareza que essa escolha teve elementos positivos ao multiplicar questões e perspectivas a partir do perfil de cada etapa da pesquisa. Essa diversidade pode ser pensada não apenas em termos geográficos, mas a partir de vários elementos, como o porte de cada localidade (grandes centros urbanos; cidades de pequeno porte; áreas rurais); o número e o perfil das pessoas que foram contatadas/entrevistadas (por exemplo, beneficiárias; ex-beneficiárias; em processo de cadastramento); o tipo de inserção do pesquisador em campo; a forma local de organização da gestão e os mecanismos de interlocução com beneficiários e a população em geral, entre vários outros.

A pesquisa de campo foi realizada em média no tempo de uma semana em cada uma das localidades, no entanto, a forma como transcorreu o trabalho variou em virtude de diversos elementos. Desde o trabalho de campo piloto, em Rio Tinto, compreendia-se que um dos principais elementos para o êxito da pesquisa seria a forma da entrada em campo. Diante da impossibilidade de realizar a pesquisa apenas onde o pesquisador tivesse uma entrada prévia, foram consideradas duas estratégias principais para o desenvolvimento do trabalho de campo: 1) identificar moradores e/ou lideranças que pudessem mediar a entrada em campo em cada região; 2) realizar contato com beneficiários ou pessoas em processo de inscrição e/ou atualização no Cadastro Único nas unidades gestoras dos municípios visitados.

O entendimento por trás da opção por essas entradas tinha dois aspectos. Por um lado, considerava-se a possibilidade de o contato formal mediado apenas pelos gestores comprometer o desenvolvimento da pesquisa². Por outro, havia o entendimento de que uma abordagem direta nas casas das pessoas sem uma intermediação que agregasse confiança a esse contato inviabilizaria tratar de um tema como o Programa Bolsa Família – em função do receio das pessoas de serem prejudicadas no recebimento do mesmo.

Por essa razão, a pesquisa foi desenvolvida por meio do contato com moradores em suas residências e, nos locais em que isto foi viável, visita às secretarias municipais

² Como foi relatado no caso da pesquisa com grupos focais referida acima.

de Assistência Social, onde as pessoas eram abordadas no momento em que seriam atendidos por profissionais ligados ao PBF. Além dessas estratégias, foi possível contar com a mediação de lideranças locais (particularmente nas regiões Sul e Centro Oeste) para entrada em campo sem fazer-se uso de salas de espera ou contato direto com gestores e outros profissionais. Isto permitiu focar o trabalho direto com as pessoas a partir do desenvolvimento de uma rede de interlocutores na vizinhança.

Há pontos positivos e negativos para o recurso a cada uma dessas estratégias, sendo possível afirmar que essa diversidade de entradas em campo foi bastante positiva. Além da observação participante, foram entrevistadas 87 pessoas diretamente. Consideramos como entrevista apenas quando pudemos apresentar as questões definidas previamente de modo que pudéssemos ter um mesmo universo de elementos colocados para todas as pessoas. Isto não implica em ter seguido rigidamente o roteiro, mas que foram consideradas todas as questões. Levando em conta as conversas informais, que não caracterizaram entrevista, a pesquisa contou com a interlocução direta com mais de uma centena de pessoas.

UMA PESQUISA SOBRE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL – O QUE ESTOU CHAMANDO DE NEGOCIAÇÃO DA PESQUISA

As perguntas mobilizadoras da pesquisa, definidas no Termo de Referência, especificavam os objetivos envolvidos na iniciativa da Senarc e serviram de base às primeiras reuniões para planejamento das atividades e negociações em termos da solicitação:

- a) Por quais meios as famílias beneficiárias se apropriam dos temas e das informações sobre o PBF e Cadastro Único?;
- b) Como ocorre a compreensão dos temas afetos ao PBF?;
- c) Por quais meios individuais ou coletivos os beneficiários lançam mão para compreender o Programa?;
- d) De que maneira as palavras e a linguagem, na comunicação, são utilizadas e apropriadas em um contexto cultural e territorial próprio, criando novas interpretações dessas palavras e linguagem?

Nessas reuniões, que contavam com um pequeno grupo de técnicos do MDS mais envolvidos na proposta, comecei a entender o pano de fundo mais amplo das questões solicitadas à investigação. Pude perceber que aquelas perguntas vinham sendo

debatidas há mais tempo no Grupo de Trabalho de Participação e Controle Social do PBF, que envolvia diferentes departamentos e secretarias do MDS. Uma das motivações da demanda pela pesquisa era a busca por identificar possibilidades de interface mais adequadas ao PBF, uma vez que seus beneficiários se marcavam por baixa participação no controle social. A compreensão era de que o “direito à participação social” implicava no reconhecimento do beneficiário como um “sujeito de direito”.

Nesse debate sobre participação no controle social havia um consenso entre esse grupo inicial de que o Conselho de Assistência Social deveria ser a instância de representação dos beneficiários, sem a necessidade de se criar conselhos específicos para o Bolsa Família de acordo com resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2014). Daí surgiam perguntas que, embora não se esperasse que a pesquisa respondesse diretamente, deveriam ser levadas em conta, como uma forma de problematizar desde então os objetivos iniciais apresentados: Como fazer participar um segmento que não tem uma identificação coletiva definida em termos sociais e históricos que de algum modo possa ser acionada positivamente? Qual a identidade acionada por um beneficiário do PBF para participação nos conselhos? Em diferentes momentos da discussão ficava claro que não existia uma identidade de beneficiário. Além da imensa diversidade de perfis dos quase 50 milhões de participantes do programa, outro ponto igualmente importante seria a identidade negativa de *pobre*, que não colaboraria para essa identificação.

Refletir sobre a forma como a pesquisa foi sendo recebida nas muitas esferas de interlocução no MDS, nas quais foi possível discutir seus resultados, pode indicar, de forma geral, em que medida a pesquisa poderia ser entendida, se bem-sucedida ou não, em sua carreira entre essas esferas de ação do Ministério. Uma avaliação positiva poderia ser pensada não apenas em termos dos resultados propriamente ditos segundo o pesquisador, mas, sobretudo, para os objetivos desse artigo, nos termos da equipe que acompanhava a pesquisa e as diversas instâncias na Senarc e em todo o MDS, em certa medida. Em outra dimensão, ser bem avaliada significava perguntar: o que poderia indicar que a pesquisa não ficaria simplesmente engavetada? Em que medida o engavetamento ou não poderia estar definido pela natureza dos resultados apresentados e a compreensão que se tinha desses resultados?

Qualquer possível resposta a essas perguntas diria respeito ao processo da pesquisa como um todo, cuja realização estava envolvida em uma negociação na qual o

objetivo final – apreendi ao longo do tempo – era ser conhecida e refletida em sua complexidade pelas instâncias superiores da gestão da política em análise. Em outros termos, fazer a pesquisa subir.

Antes de avançar nessa análise, que retomarei no último tópico, apresento a seguir resumidamente alguns dos principais dados produzidos na pesquisa, que apontam para a forma como a compreensão geral da temática estava se dando.

PRINCIPAIS DESAFIOS E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DE UMA MELHOR COMUNICAÇÃO COM OS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIOS DO PBF

Um dos primeiros e mais importantes elementos apareceram já no momento de apresentação da pesquisa: a crença de que o benefício do Bolsa Família acabaria indo parar em mãos de pessoas que não deveriam recebê-lo³. Assim que eu dizia do que se tratava minha presença em determinada localidade, explicando os objetivos da pesquisa, as pessoas em diferentes versões me saudaram da seguinte forma, sugerindo me verem como um representante “do Ministério”: “É muito importante que o Ministério esteja interessado nesse assunto porque tem muita gente que precisa e não está recebendo o Bolsa Família e tem muita gente que não precisa do dinheiro e recebe”.

Essa desconfiança sobre o destino do dinheiro se configurou como uma percepção largamente difundida de que o MDS não regularia o recebimento do benefício e não possuía mecanismos efetivos de monitoramento e fiscalização. Antes de me dar conta disso, no entanto, foi se evidenciando o que a equipe técnica já percebia ao solicitar uma investigação sobre a comunicação com os beneficiários: desconhecimento da política de uma forma geral em termos de suas definições oficiais, assim como dos mecanismos de monitoramento das políticas e programas do MDS. Por esta razão, os

³ O PBF destina-se a dois tipos de famílias, definidas como pobres e extremamente pobres com base na renda per capita mensal da residência. A definição de “família extremamente pobre” inclui aquelas com renda per capita mensal de até R\$ 85. “Família pobre” refere-se àquelas com renda per capita de R\$ 85 a R\$ 170. O valor do benefício é calculado caso a caso e é considerado o número de crianças, adolescentes mulheres grávidas e nutrizas na residência. Assim, todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85 mensais estão habilitadas a receber o benefício. As famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170 mensais podem receber desde que tenham em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. A concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade, além da disponibilidade orçamentária do governo federal. O valor pago por família varia entre R\$39 e R\$372. De acordo com dados do MDS, cerca de 14 milhões de famílias tiveram sua renda complementada pelo Bolsa Família – cerca de 50 milhões de pessoas ou 1/4 da população brasileira (BRASIL, s/d).

beneficiários demandavam mais monitoramento: “vistoria”, “sindicância”, “visita”, “ir à casa das pessoas”, “fiscalização” eram algumas das expressões que emergiam em um claro discurso de denúncia.

Nas cinco regiões pesquisadas, as pessoas que já eram beneficiárias do PBF, em geral, relataram a descoberta de eventuais problemas na continuidade do recebimento do benefício apenas no momento de tentativa do saque na casa lotérica. Embora algumas relatassem que acompanhavam informações via extrato, para a maioria das que tiveram o benefício suspenso, bloqueado ou cancelado, a identificação de que não receberiam o dinheiro naquele momento foi narrado com perplexidade. Em alguns desses casos, nos relataram que os próprios funcionários da casa lotérica orientavam o que deveriam fazer ou mesmo arriscavam interpretações para o caso do não recebimento.

Este fato acentuava o temor apresentado sistematicamente de que o recebimento do Bolsa Família fosse descontinuado. O medo do bloqueio do benefício, uma das dificuldades mais relatadas, associado ao desconhecimento das razões para o mesmo quando acontece, constituía-se na principal fonte do que era considerado como problemas e gerava muita angústia. Para a composição desse quadro, articulava-se o desconhecimento por parte das pessoas, que é alimentado, muitas vezes, pela fragilidade na capacidade do gestor do PBF em comunicar e explicar sobre o programa e fazer-se entender. Foi relatado o repasse de informações incompletas ou mesmo equivocadas por parte dos gestores.

O discurso de dificuldade para acessar informações bem como uma compreensão limitada, do ponto de vista formal, acerca do Programa Bolsa Família cruzou todas as etapas da pesquisa. Foi identificada uma expectativa de busca de informações através do contato direto com algum profissional, muito mais que através de veículos como cartas, televisão, telefone etc. Na maioria das situações, as pessoas se referiam a não terem alguém a quem recorrer quando precisassem se informar ou fazer algum encaminhamento – algo que já havia sido indicado em trabalhos anteriores, como na análise das cartas endereçadas ao presidente Lula, analisadas por Amelia Cohn (2012).

Em todas as regiões, houve queixa acerca da relação com os profissionais diretamente ligados ao Cadastro e ao PBF. Os principais questionamentos a esse relacionamento e as queixas à burocracia de forma mais ampla foram: insatisfação com as informações recebidas; mau tratamento; julgamento da “necessidade” de receberem o

benefício; longas jornadas até às unidades gestoras com baixa resolutividade das demandas; repasse de responsabilidades para outras esferas de gestão⁴ – que redundava em diversos deslocamentos e perda de tempo.

Nessa busca de informações, no contato direto, era possível perceber a construção de uma percepção de si baseada na relação com outros sujeitos, considerados por eles como superiores e detentores das informações. São estes, os *outros*, considerados como sendo capazes de resolver as situações que os *pobres* não teriam condições de fazê-lo. No entanto, muitas vezes, essa relação de dependência era acentuada por uma crença de que aqueles outros que deteriam as informações não estariam dispostas a “ajudar” os que estavam em busca de informações. Por essa razão, nessa narrativa apareciam imagens das pessoas como estando perdidas, sem saberem a quem recorrer.

Falta de informação e relações assimétricas apareciam concomitantemente nos relatos. Por exemplo, com relação ao momento do cadastro, houve questionamento sobre o tipo de perguntas feitas. Essas eram entendidas como desconfiança dos cadastradores a respeito do candidato a beneficiário do Bolsa Família gerando desconforto. No entanto, na maioria das vezes, o desconforto relatado se devia à forma como as perguntas eram enunciadas. A impressão geral que esses relatos me faziam compreender era de que o momento do cadastro era já uma forma de controle. Muitas vezes as pessoas diziam que os cadastradores faziam perguntas que *já sabiam* as respostas; perguntavam coisas que elas não saberiam responder (por exemplo, renda mensal da família) e mesmo *aquelas perguntas bestas*, como eram vistas as perguntas sobre itens domésticos como TV e refrigerador, ou existência de banheiro na residência. Além disso, o cadastro em si estava associado, para algumas delas, a um momento em que eram tratadas com rispidez, falta de atenção e desrespeito.

As constantes reclamações da forma como as pessoas eram atendidas nas unidades de cadastramento do Bolsa Família e outros equipamentos da rede de assistência social permitia perceber que a queixa central não era sobre a existência de

⁴ Elementos estes presentes na análise de Michael Herzfeld para quem não apenas os usuários, mas também os burocratas buscariam “meios de exonerar a própria culpa”: “‘Passar adiante a batata quente’, algo que os clientes reconhecem como um sintoma de uma suposta mentalidade burocrática é, na realidade, parte do mesmo discurso de prestação de contas, da pessoalidade e da força superior. Enquanto os clientes insatisfeitos culpam os burocratas, estes culpam ‘o sistema’, as leis excessivamente complicadas, os seus superiores imediatos ou distantes, ‘o governo’” (HERZFELD, 2013, p. 14).

dúvidas específicas. O que mais incomodava as pessoas era a permanência de questões não respondidas ou mal respondidas, a despeito de inúmeras viagens aos serviços.

Outra questão relacionada a esse tópico são os recursos utilizados para definição de quem deveria ser inserido no cadastro. Ou seja, da parte da população no momento do cadastro, bem como dos profissionais envolvidos nesse momento, ouvimos relatos acerca de determinadas estratégias ou critérios utilizados para a garantia de inserção no cadastro e consequente recebimento do dinheiro. Foi possível perceber uma tentativa, por parte de alguns gestores, de identificação dos que “realmente precisam”, bem como do impedimento de recebimento indevido por parte de outros, que não está necessariamente baseado nos critérios formais do programa. Essa defesa da possibilidade de se identificar quem são as pessoas que “precisam” aparecia com base não apenas no perfil da família, mas em certos elementos externos que são observados na interação, como vestimenta e porte. Essa compreensão gerava, por vezes, um cenário de avaliação acionado na interação de beneficiários e gestores/cadastradores. em que se buscava “atestar a necessidade”. (MARINS, 2014)

Cadastradores e beneficiários acreditavam que há pessoas que mentem no momento do cadastro. Ao mesmo tempo, algumas mulheres disseram ser importante saber “contar a situação” para poder ter êxito no momento do cadastro. A expressão “não ter as coisas” indicava “a situação” da pessoa; comprovava que essa pessoa tinha “necessidade” e deveria receber o benefício.

Outros elementos para a definição de quem pode participar do Programa faziam parte de uma tentativa de compreensão sobre os critérios, como renda familiar; presença de pessoas trabalhando “de carteira assinada”; existência de outros benefícios recebidos por alguém da casa. Por exemplo, algumas pessoas possuíam uma compreensão mínima da definição com base na renda (“Até 140 reais por mês, por cada pessoa, pode; se passar, não”; “Eles descontam ainda as despesas da casa, as compras, o gás...”). Outras já entendiam que seria possível receber Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), utilizando mais uma vez informações imprecisas, cujas fontes não eram claras, como a de que a renda familiar não poderia exceder cem reais de um salário mínimo.

A percepção de quem realmente precisa se relaciona com a ideia de necessidade de fiscalização para se “saber como a pessoa vive; se é daquele jeito que a pessoa disse” no momento do cadastro. Existe ainda outra compreensão mais geral de que “se alguém

que precisa não recebeu” é porque o dinheiro “foi desviado para outra pessoa”. A crença na possibilidade de fraude é sempre alimentada por relatos difusos que apareceram na imprensa, mas também pela avaliação cotidiana com base na “necessidade” de cada pessoa.

A partir do entendimento daquela afirmação inicial de que seria necessário haver mais fiscalização, quando as pessoas relatavam dúvidas (Quem pode receber? Por que o valor que eu recebia diminuiu? Por que minha vizinha recebe o Bolsa Família e eu não?), pondo sob suspeita alguns critérios do programa, estes não foram considerados apenas difíceis de serem entendidos, mas, sobretudo, injustos. Em muitas situações, pesavam menos os critérios instituídos oficialmente com base em renda e importava mais a avaliação com base em “necessidade” e “merecimento” (NASCIMENTO, 2015).

Dentre todas essas compreensões que indicam o que o Bolsa Família é e a quem se destina sobrepõe-se a prioridade para mulheres que têm filhos. O fato de muitas pessoas entenderem que o Bolsa Família está vinculado a mulheres e seus filhos impacta na forma como se busca a compreensão dos valores e da permanência no programa. Da mesma forma que se tem dúvidas se um casal sem filhos pode receber, há dúvidas sobre como a existência de cada filho impacta na definição dos valores a receber e no tempo em que cada pessoa pode permanecer no programa.

Uma compreensão precária em relação ao número de filhos e participação no Programa gerava conflitos na informação sobre valores e mesmo sobre a possibilidade de continuidade ou não do recebimento do benefício. O entendimento da relação entre recebimento do benefício e renda familiar foi expresso em poucas situações. Como parte de uma compreensão largamente difundida, o Bolsa Família, nunca enunciado de forma espontânea como um direito, era percebido como uma ajuda: “O Bolsa Família é uma ajuda do governo para as mães, para ajudar a cuidar das crianças” – uma definição repetida com pequenas variações por dezenas de pessoas e já indicada em outros estudos. (AHLERT, 2013; ÁVILA, 2013; REGO, 2014). O fato de ser percebido como uma ajuda evidenciava o reforço daquela divisão apresentada há pouco, entre nós, *os pobres*, e eles, *os grandões, os homens, os políticos, Brasília, Dilma, Lula*.

Esse tipo de achados ia desde o início da pesquisa colocando sob indagação uma expectativa que mobilizava a contratação da consultoria, ou seja, o fortalecimento do controle social. Com base nessa compreensão, poderíamos nos perguntar, como esperar qualquer articulação política com vistas a interferir nos resultados práticos de acesso ao

benefício – uma vez que dependeria da vontade desses outros e suas ações a manutenção ou não dessa *ajuda*. Ao mesmo tempo, o fato de o foco da pesquisa estar na percepção dos beneficiários, não deixava muita margem para aprofundar em que medida a atuação dos profissionais ligados ao Bolsa Família limitava essa participação. Este fato poderia remeter à compreensão inicial de que a solução para os “problemas de comunicação” deveria ser buscada junto às pessoas assistidas pelo Programa.

AS EXPECTATIVAS EM TORNO DOS RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA

O modo como o trabalho se desenvolveu revela o que outras autoras já observaram sobre as diferentes formas de inserção profissional do antropólogo: “Cada maneira de inserção representa desafios, formas de atuação e implicações particulares para pensar a antropologia como prática profissional” (SCHUCH, 2009, p. 22). Entre estas está a expectativa de tradutor e mediador (talvez a mais difundida e esperada), passando pela de “apaziguador” da “comunidade” para que as ações sejam mais facilmente implementadas (ALLEBRANDT; FELIX, 2016). Também estão presentes as situações em que quem nos contrata não sabe exatamente o que esperar de nós, permitindo um debate amplo sobre qual seria a nossa especificidade e se o que estaríamos a fazer é mesmo Antropologia. Este é um debate antigo na Antropologia, como observa Patrice Schuch (2009) sobretudo para os trabalhos de intervenção social mais diretos.

O fato de que se esperava que eu “traduzisse” uma forma específica de compreensão local de conteúdos e processos oficiais/formais, embora pudesse reificar certo estereótipo do antropólogo, não demandava que eu precisasse justificar minha presença a todo o momento. Também não percebia a necessidade de legitimar uma posição entre diferentes atuações como acontece em outras experiências de trabalho onde a ambiguidade do lugar do antropólogo é um elemento central (por exemplo, ALLEBRANDT; FELIX, 2016; BONETTI, 2001; 2005; LOBO, 2016; PAIM, 2006; SCHUCH, 2009). No caso discutido aqui a minha expertise era reconhecida e havia sido contratado com objetivos já bastante discutidos, como apresentei acima. Embora possa afirmar que me deparei com esses dilemas, ao mesmo tempo o tipo de trabalho que me foi solicitado – uma pesquisa, que seria apresentada a partir de relatórios intermediários e final – parecia padecer de menores dúvidas acerca do que poderia se esperar de mim.

Como indiquei inicialmente, meu objetivo principal neste texto é apresentar elementos do desenvolvimento do trabalho de consultoria; de como a pesquisa foi se fazendo na prática da interlocução com os diversos sujeitos que apontei anteriormente, evidenciando como os resultados que foram surgindo desde o início serviram para flexibilizar algumas das expectativas definidas no Termo de Referência e ampliar o foco da atenção em campo.

Nesse desenvolvimento, não se tratava apenas de apresentar resultados de pesquisa, mas sobretudo os desafios e suas possíveis soluções. O que se esperava afinal eram “sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento da comunicação”. Ter esse componente prático desde o início me lembrava de como não poderia perder de vista a encomenda que estava em questão. Além disso, o processo geral não foi apenas de entrega de relatórios, mas de um diálogo constante a partir de cada etapa da pesquisa, presencialmente e por mensagens eletrônicas. Nesse processo, foram ficando claras as questões que definiriam o que, em primeira instância, estava sendo entendido pelos diferentes sujeitos como um “problema de comunicação”.

Os resultados, até aqui apresentados, não eram muito alentadores para a equipe, porque indicavam que os problemas eram de ordem mais estrutural, a ser enfrentada a médio e longo prazo do ponto de vista governamental. Cruzavam-se também com compreensões arraigadas sobre a própria política e aquelas pessoas a quem ela se dirigia. Por um lado, eu dizia “o problema é mais embaixo”, como em geral fazemos na linha de “problematização” cara aos cientistas sociais. Mas ao mesmo tempo era possível perceber que aquelas “questões maiores” tinham a ver diretamente com o “problema de comunicação” que gerava a contratação da consultoria.

O não reconhecimento da institucionalidade do Bolsa Família como uma política pública era percebido pelos profissionais do MDS como um dos desafios centrais. Um dos elementos a respeito dos quais os técnicos me sondaram diversas vezes era a compreensão que as pessoas tinham das condicionalidades⁵. Em uma de nossas

5 De acordo com o MDS, as Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL, s/d.). A compreensão que opera na exigência das condicionalidades é que estas são importantes para o alcance do objetivo maior do PBF que seria “o rompimento do ciclo geracional da pobreza, que condena pobres à inércia na ascensão social por gerações. Para garantir seu benefício mensal, espera-se que as famílias passem a fazer uso dos serviços de educação e saúde”. (PIRES; JARDIM, 2014, p. 101). As condicionalidades referem-se especialmente à presença escolar (frequência mínima de 85%) e monitoramento da saúde, o que inclui

primeiras reuniões, quando mencionei a recorrência de relatos sobre o uso das condicionalidades como cobrança e controle, tive acesso a uma definição oficial até então inédita para mim, das condicionalidades como “indutoras de direitos”. No entanto, em nenhum momento as condicionalidades emergiram como percebidas pelos beneficiários como um reforço ao acesso a direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo, havia diferentes ênfases nesse tipo de expectativas por parte dos técnicos. Por exemplo, enquanto aqueles ligados ao Departamento de Condicionalidades sempre queriam saber: “Não apareceu nenhum exemplo de condicionalidade percebida como direito/vantagem?”, as pessoas mais ligadas à comunicação direta com os beneficiários aspiravam por uma espécie de glossário que pudesse ajudar a entender como os termos oficiais eram compreendidos localmente. Por um lado, havia perplexidade, como em relação aos casos de informações básicas que os cadastradores e gestores locais não repassavam, gerando viagens intermináveis das pessoas em busca de informação. Ao mesmo tempo, fui percebendo que algumas compreensões iam sendo incorporadas como um reconhecimento mais claro do que seria possível ser feito imediatamente para mudar o cenário que ia sendo descrito na pesquisa.

Outro ponto central que foi se evidenciando na participação em diferentes reuniões e com diferentes profissionais, além do Grupo de Trabalho, como indiquei inicialmente, era a preocupação em “fazer a pesquisa subir”. Eu tinha não apenas que apresentar resultados que essas pessoas considerassem relevantes, como elas também esperavam de mim que “convencesse” seus superiores da importância daquelas questões. Por essa razão fui levado a participar de inúmeras reuniões para apresentar os resultados e, de certo modo, *sensibilizar* aqueles que poderiam levar, por exemplo, a pesquisa até à Ministra e seus assessores diretos⁶. Nesse sentido, a pesquisa foi avaliada ao final como tendo sido bem-sucedida em razão do número de pessoas que participou de cada reunião, sobretudo da apresentação do relatório final. Por isso, foi central a

vacinação das crianças e acompanhamento do estado nutricional. Igualmente, mulheres grávidas e nutrizes devem cumprir uma frequência mínima aos serviços de atenção básica à saúde. Atualmente as condicionalidades na área da educação são verificadas bimestralmente e as da saúde, semestralmente. O não cumprimento das condicionalidades pode implicar em que as famílias serão advertidas; terão seus benefícios suspensos ou bloqueados.

⁶ Tereza Campello foi ministra do Desenvolvimento Social e combate à Fome durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, entre os anos 2011 e 2016. Na fase de pesquisa na Ceilândia/DF foi discutida a possibilidade de a ministra acompanhar mais diretamente no trabalho de campo algumas das pessoas entrevistadas. No entanto, dificuldades logísticas dessa participação impediram esse acompanhamento.

existência de espaços para divulgar os resultados internamente, antes do fechamento da pesquisa e entrega do relatório, “para que a pesquisa subisse”, não ficasse engavetada e pudesse chegar aos andares superiores.

Desse apanhado de questões quero retomar sobretudo alguns dos pressupostos que orientaram o desenho da pesquisa e foram mencionados acima. Linguagem era entendida em dois sentidos iniciais: a) instrumento para “facilitar a comunicação”; b) “instrumento coletivo de mobilização” que pudesse colaborar no processo mais amplo de identificação dos usuários do Bolsa Família como cidadãos. O primeiro pressuposto, portanto, tem a ver com uma expectativa de que uma melhor comunicação, compreendida como uma linguagem mais clara e mais efetiva, poderia dirimir alguns dos principais problemas que o Bolsa Família enfrentava. Embora houvesse divergências claras nessa compreensão, é possível dizer que essa era a perspectiva mais comum. O segundo pressuposto, que buscava ampliar essa visão de comunicação e linguagem, ao mesmo tempo apostava na ideia de que os beneficiários do Bolsa Família poderiam, a partir do acesso à informação como um direito, desenvolver formas de participação política de modo a se fazerem representar nas instâncias formais de participação e controle social, particularmente os conselhos municipais de Assistência Social.

Os resultados da pesquisa indicavam que essa expectativa estava longe de se cumprir. Esse ponto permite chamar atenção para um elemento central que a pesquisa iria trazer: além das questões “estruturais” referidas acima, a questão principal que as pessoas em campo me colocavam não era apenas falta de informação ou um “problema de comunicação”, embora fosse um problema sério, do ponto de vista da circulação dos conteúdos propugnados oficialmente. Havia, da parte dos beneficiários, muito mais insatisfação e discordância com alguns pontos da política do que necessariamente uma visão alternativa que a pesquisa pudesse trazer à tona no melhor estilo antropólogo como mediador. Além disso, os “problemas de comunicação” estavam em sua maioria ligados ao tipo de relação estabelecido entre os profissionais e beneficiários vistos como pobres.

Nesse aspecto, podemos pensar que uma primeira contribuição/possibilidade de uma pesquisa etnográfica, no caso dessa pesquisa, foi a tomada da encomenda não como algo pronto. O ambiente favorável de interlocução com meus/minhas contratantes

permitia que eu lidasse com as demandas apresentadas como um elemento a ser confrontado com o que os passos seguintes da pesquisa pudessem trazer. Ao mesmo tempo isso não quer dizer que a atuação de um antropólogo em uma situação similar deva se restringir a uma eterna problematização – as pessoas esperavam de mim sugestões concretas; resultados que pudessem ser usados para melhorar a comunicação. Eu levava isso a sério e me preocupava desde o primeiro momento com o que poderia efetivamente contribuir. De certa forma esperavam de mim que elaborasse produtos finais suficientemente claros que ajudasse a superar os limites de comunicação enfrentados. E efetivamente o documento final apresentado consistiu também em sugestões para melhorar a comunicação direta com os beneficiários. Além disso, ao longo da pesquisa, fui solicitado a dialogar com profissionais do MDS lidando com essas questões como, por exemplo, a revisão do texto das mensagens que seguiam no extrato no momento do saque do dinheiro.

No entanto estava claro que essa atuação não poderia se dar sem conflitos à medida que as expectativas em relação a sua realização variavam em diferentes momentos. Outra questão ainda é que eu sabia, ou começava a perceber, que aquela possível contribuição era avaliada de forma distinta e contava com expectativas também diferenciadas daquelas pessoas de acordo com seu lugar na estrutura governamental e com os diversos elementos que extrapolavam a questão meramente técnica da atuação de cada um.

Essa percepção está em consonância com o que diversos autores têm discutido sobre a percepção do Estado como não sendo algo monolítico, mas produzido em relações específicas onde racionalidade estatal e moralidades se mesclam na prática cotidiana (FERGUSON; GUPTA, 2002; SOUZA LIMA; MACEDO; CASTRO, 2008; SCHUCH, 2009; CASTILHO; SOUZA LIMA; TEIXEIRA, 2014; FONSECA; SCALCO, 2015; HERZFELD, 2016). A pesquisa mostrava de forma direta certo fazer-se do Estado em que diferentes posições eram negociadas. Esse processo podia ser percebido nas diversas interações com aqueles que solicitaram a pesquisa e a acompanharam com intensidades diversas. Ao mesmo tempo, as diferentes dimensões de compreensão e atuação frente ao Bolsa Família se enunciou nos diferentes níveis da gestão do Programa, mas sobretudo naqueles no nível municipal que lidavam diretamente com as pessoas beneficiárias ou em processo de cadastramento.

Retomemos o exemplo das condicionalidades que apresentei brevemente acima. A compreensão inicial, que pode ser compartilhada ao longo das primeiras reuniões, era de que havia uma diferença significativa entre a forma como o MDS definia e operava com as condicionalidades e a forma como gestores locais, beneficiários e população em geral as concebiam. A noção de condicionalidades como obrigação, controle e punição parecia sobrepor-se à de “geradoras de informações sobre as falhas nos serviços básicos de saúde e educação” ou “indutoras de direitos”. Pelo menos em uma primeira análise, observava-se que, no nível local, mesmo a definição oficial de condicionalidade como contrapartida era vista na maioria das vezes, por parte da população, como um eufemismo para controle.

Uma das principais motivações à contratação da pesquisa era a compreensão do MDS de que existiria um desconhecimento da interpretação local das regras para a definição dos beneficiários do Bolsa Família. Nesse sentido, a preocupação com a participação social se articulava com a comunicação não apenas em um nível mais imediato e instrumental de facilitar a comunicação, ou de deixar a mensagem enviada mais clara, seja na carta endereçada ao beneficiário ou no extrato; ou ainda de escrever, por exemplo, uma cartilha ou outro material em linguagem acessível. Essa foi certamente uma dimensão importante e percebida como um dos produtos a que se queria chegar com a pesquisa.

No entanto, desde o início houve debates e disputas em relação a que a compreensão de linguagem no contexto da consultoria deveria ser ampliada de modo a entendê-la também como um instrumento coletivo de mobilização. Como a linguagem poderia colaborar no processo mais amplo de identificação dos usuários do programa como cidadãos?

Essas questões me aproximavam de reflexões feitas por outros pesquisadores sobre a necessidade de levar em conta o histórico de exclusão em que essa população está inserida. O entendimento era de que a dificuldade de acesso à informação seria parte de um processo mais amplo de exclusão, de dificuldade de acesso ao Estado de forma mais ampla, como nos apontam Walquíria Rego e Alessandro Pinzani em sua obra *Vozes do Bolsa Família*:

O obstáculo maior a uma participação política efetiva dos pobres se dá precisamente nessa falta de autorespeito que deriva da interiorização de uma imagem criada pelos outros. A ausência de autorespeito é a consequência de uma humilhação que toma a forma de estigmatizar a pobreza e de culpar os pobres por sua situação. Em outras palavras, a

exclusão dos pobres produz um sentimento de autoexclusão. (REGO; PINZANI, 2013, p.229).

Se o processo de estigmatização dos pobres era uma das dificuldades para pensar a participação e a comunicação, a pesquisa evidenciou que a própria forma de acompanhamento do Programa e, mais, as compreensões locais sobre o que significam as condicionalidades reforçavam o estigma e distanciavam ainda mais os participantes das possibilidades de participação. E posso afirmar que esses não eram, pelo menos a princípio, os resultados a que se esperava que a pesquisa levasse. Da mesma forma, diferentes sujeitos internos ao MDS estavam mais ou menos abertos a incorporar esses dados como sendo aqueles onde se deveria atuar. Por essa razão, à medida que a pesquisa avançava ouvia cada vez mais de meus interlocutores no MDS sobre a importância de *fazer a pesquisa subir*.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA) **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 38, abr. 2013, p. 69-86.

ALLEBRANDT, Débora; FELIX, Tânia Moreira. Entre o técnico, o político e o social: impasses e poderes de uma política habitacional - PAC Barnabé. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 1, p. 185-208, jan.-jun. 2016.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 38, abr. 2013, p. 105-122.

BONETTI, Alinne de Lima. A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional. **Revista Humanas**, v. 26/27, 2004/2005, p. 159-178.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa com Grupos Focais de Beneficiários do Bolsa Família para Qualificação de Cartas e Mensagens**. Brasília, julho de 2014. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=busca_por_id&id_sum=146 Acesso em: 18 março 2018.

BRASIL. **Resolução CNAS nº15, de 5 de junho de 2014**. Dispõe sobre os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/resolucoes-cnas-2014/>. Acesso em: 31 de mar. 2018.

CASTILHO, Sergio R.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. Introdução. Etnografando burocratas, elites e corporações. In: **Antropologia das práticas de poder**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 7-31.

COHN Amélia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, 2002, p. 981–1002.

FONSECA, Claudia; SCALCO, Lucia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Org.) **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 21-37.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KNAUTH, Daniela. A etnografia na saúde coletiva. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 109-104.

LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates** - Fórum de debates em antropologia, v. 2, p. 115-126, 2016.

MARINS, M. T. “Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do bolsa família”. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol.4, n.2, pp. 543–562, outubro, 2014. Disponível em <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/index.php?area=revista&revid=18> [consultado em 4-11-2014].

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. Técnicos e usuários em programas de assistência social: encontros e desencontros. **Antropolítica**, v. 2, n. 21, p. 127–150, 2006.

PAIM, Heloisa. Alguns dilemas do fazer etnográfico sob contrato. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 115-121.

PIRES, F.; JARDIM, G. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, jun. 2014, p. 99-112.

REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. São Paulo: Unesp, 2014.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Etnografias a jato. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 85-88.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 105-153.

SCHUCH, Patrice. O estrangeiro em campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Orgs.) **Políticas de Proteção à infância**: Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 21-40.

SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SOUZA LIMA; Antonio Carlos; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Política(s) Pública(s). In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Org.). **Raça. Novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA/UDUFBA, 2008, p. 351-392. 2 ed.

DA ROMARIA NEGRA POPULAR ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DO TOCANTINS

From Black Popular Pilgrimage to quilombola communities in the Northern region of Tocantins State, Brazil

Luís Guilherme Resende de Assis

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC).

RESUMO. Disponibilizo ao público amplo trecho de perícia em antropologia, voltada para o lido com impactos de Linha de Transmissão a ser instalada no norte do Tocantins. Subsídio, com isso, avaliação do leitor sobre a suspeição de falta de zelo acadêmico nos trabalhos “aplicados”, recorrente em antropologia. Ao mesmo tempo fica disponível a estudantes material “pericial”, “lado”, “diagnóstico” ou “manifestação técnica”, já que os cursos de antropologia carecem – e evitam – a dimensão aplicada da disciplina. Trata-se de um dos capítulos do diagnóstico: o da descrição e descoberta etnográfica quanto à conformação étnico-racial, desde a romaria negra popular até a fundação das comunidades quilombolas correlatas. Extraí-se, da descoberta, possibilidades de lido com impactos, a partir dos modos como anteriormente o grupo reagiu à sociedade envolvente, sedentarizando uma tradição de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombola. Raça. Romaria. Licenciamento Ambiental.

ABSTRACT. This paper is an excerpt of an anthropological assessment report, which deals with the impacts of an electric power transmission line, to be constructed in northern State of Tocantins, Brazil. Here, I submit to the reader’s assessment the anthropological value of a work produced in the context of applied anthropology. This paper also fills a gap in Brazilian social anthropology courses, where technical reports are scarcely read – and made available –, while future anthropologists are about to be called to write technical pieces. This is one chapter of the assessment report only. It describes the ethnographical discoveries about the conversion of rural black pilgrims into contemporary *quilombola* ethnic people with rights. By studying how *quilombolas* historically react to capitalist and state oppression forces, it is possible to grasp possibilities to deal with upcoming impacts of the transmission line, as pointed out in the expert report.

KEYWORDS: Quilombola. Race. Pilgrimage. Environmental Licensing.

A beata negra nordestina que criou uma vila no Pé do Morro, hoje descansa em paz dois quarteirões adiante da casa de Dona Jucelina, em Muricilândia. Escolhido para a boa morte, o lugar resultou de benção dada a oito, de muitos, para se destacarem rumo ao “Santo Campestre”. O sucessor da beata – negro para uns, “claro” para outros –, habitava uma linha: do Morro ao Araguaia. Em seu rastro, gente de fé e “Bois Encantados” fixavam pontos em “Bandeiras Verdes”, como Cocalinho. Outros, despossuídos, aguardariam nas pequenas cidades até que a promessa fosse cumprida – nesse caso, por intervenção “divina” do Estado, caso do Assentamento Baviera.

E então o Rio Araguaia deu lugar à Belém-Brasília. Os pontinhos no fluxo romeiro adensaram. Formaram nós de pinche, concreto e asfalto. A terra que antes carecia de fecho, assumiu, ano após ano, formas poligonais. A Regionalização garantia o investimento privado em ocupação. O título de propriedade divina daria lugar ao papel desenhado dos homens – ricos e brancos. As picadas abertas magicamente pela adivinhação converteram-se em chão largo, e, depois, asfalto. Caminhões empreiteiros rumavam para “Santa Fé”, cortando o “Pé do Morro”, bizarramente batizado de Aragominas, por vereadores. Grupos antes relacionados pelo protagonismo de uma fé deambulante, pautarão sua solidariedade pela resistência à expropriação. Ao título de “romeiros” aditou-se “quilombola”.

Há razões suficientes para tratarmos as Comunidades Quilombolas – CQ Pé do Morro, Baviera, Dona Jucelina e Cocalinho – como unidade sociológica, como provam os presentes trechos pouco modificados do “diagnóstico de impactos” da Linha de Transmissão Itacaiúnas – LITE, que exigiu o estudo. Prova central: eles se reconhecem como unidade.

1 A ROMARIA NEGRA POPULAR DA MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA, TOCANTINS

A história da Romaria Negra Popular (RNP) resulta do encontro de dois processos amplos: as frentes de expansão e o messianismo.

As frentes de expansão alargam fronteiras. Dos 40’s aos 80’s, assistimos propagandas políticas para a ocupação do Centro Oeste, mobilizando “frentes”. “Marcha para o Oeste” de Vargas; “Plano de Metas”, de JK; “Ocupar para Regularizar” dos militares e “Plante que o João Garante”, na transição democrática. No Tocantins, temos os “20 anos em 2”, de Siqueira

Campos. O aumento demográfico percebido deve ser encarado como efeito e não causa das frentes de expansão, afinal, são alternativas ao êxodo rural (VELHO, 2009). A história da RNP se passa no quadro sociológico de duas frentes de expansão dos 50's. Uma, partia de Goiás, mirando o Araguaia-Tocantins. Outra, rumava do Maranhão ao Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins (VELHO, 2009).

Quanto ao messianismo, exprime “guiança” divina de pessoas rumo ao progresso material e espiritual. A salvação depende de origem adversa, acoplada a virtudes espirituais. Aqui, uma negra nordestina, apta à comunicação com a divindade. Concentração fundiária, coronelismo e miséria nuançam o messianismo brasileiro. José Lourenço, João Maria, Antônio Conselheiro e Padre Cícero: exemplares históricos da ambiguidade messiânica sagrado-secular (COELHO, 2010).

Padre Cícero é “a guia” da RNP. Vem de sua doutrina o vocabulário profético das “Bandeiras Verdes”, metáfora das bandeiras colonizadoras de outrora; ou do “Santo Campestre”, essa espécie de Éden, versão cearense. Fosse encontrado; um tal “Morro do Cruzeiro” incorporaria ambas as características, impedindo a submissão dos miseráveis migrantes ao urbano. Acolheria os obedientes e vigilantes servos de Cícero. A isso se prestava sua fiel seguidora e interlocutora espiritual, Dona Antônia Barros de Souza. Como grande parte dos aglomerados nas margens “do Lontra”, ela vinha do Maranhão. A vila pertencia a Filadélfia, ponto mercantil no leito do Araguaia. Precocemente Araguaína aspirava à emancipação política, quando, pela primeira vez, Dona Antônia teve a “visão”. Habitava o “Brejinho”, próximo “ao Lontra”.

Não foi sem estranhamento que Dona Antônia iniciou-se na arte do presságio, baseada no diálogo direto e mais ou menos periódico com o homem de batina preta, cheia de renda e cruz. Pelo contrário, arrepiava-se quando ele adivinhava suas intimidades. Passado o período “probatório” mediúnico, foi asseverada por Cícero de problemas com a lei. Nada deveria temer. Peregrinando venceria. Primeiro teria que confessar. Assim o fez. Depois, obediente, buscou garrafa “d’água”. Ao benzê-la, a “visão” fez da água, remédio. Em alguns relatos a receita terapêutica envolve misturar um dedal da bebida santa num copo “d’água”. Noutros, o “dedal” se toma puro. Nos dois casos, mesmo efeito: cura-tudo. Iconoclastas contemporâneos dirão que o Cruzeiro, em breve encontrado, fora colocado previamente por um beato do “Santo Juazeiro”. Mãezinha, suposta testemunha da “farsa”, teria recebido o forasteiro em sua casa por uma noite, sendo informada sobre suas intenções missionárias. Se ouvido por Dona Antônia, o boato seria

irrelevante. Somente quem crê é iconoclasta. O fiel sabe. Tendo recebido a revelação por fonte muito segura, Dona Antônia tratou de ordenar que sua família se aprontasse para a peregrinação bandeirante.

Logo de início a polícia cassou a mobilidade de Dona Antônia. Muitos migrantes da região pretendiam segui-la, esvaziando a vila e os propósitos de emancipação do que será Araguaína. Estavam dispostos a abandonar tudo pelas Bandeiras Verdes. A região pretendida era puro desconhecido, morada de toda peçonha imaginável. O propósito de Antônia soava como insanidade contaminante, a ser contida pelos poderes públicos. Proposta aberta de “surto coletivo”, a polícia escudou as pessoas de caminharem para a morte com a “*velha negra louca*”. Prisão e tortura psicológica: “*fica aí um pouco presa pensando se quer mesmo ir procurar o Morro, velha louca*”, nos contou Sr. Raimundo Benício. E lá ficou noventa dias.

Libertada e questionada sobre o propósito, a franzina e septuagenária senhora fez que sim. Somente os filhos estavam obrigados, nunca convidaria alguém. Ficou solta até emprender rumo. Prenderam-na novamente, “salvando-lhe” a vida.

No último aprisionamento, despossuíram o litro “d’água-benta-cura-tudo”. Cada encarceramento aumentava o povo ao redor da delegacia. Rezavam. “*Então se essa água é benta e se foi seu Padrinho que te deu, o vidro não quebra*”, ameaçou o delegado. Sala abarrotada. Martelou a garrafa. Numa versão a garrafa se espatifa, borrifando água e vidro por todos os lados. Não houve feridos. Mas subiu um perfume muito forte e volátil, que logo tomou a sala e a delegacia. Noutra “contação”, garrafa intacta, trincando os brios do mal-educado. Nos dois casos, um cadeirante solicita o milagre por contágio da água. Ao recebê-la no corpo, desde o chão ou dedal, levantou-se, provando quem tinha razão. Impressionado, o delegado mandou coletar porções do líquido para análises químicas.

O delegado não poderia impedir a peregrinação. Protelar, sim. Dona Antônia seria obrigada a esperar por mais sessenta dias. Findo o prazo, poderia ir sozinha com os filhos, “*para a morte*”. Ela consentiu e caminhou rumo ao destino certo da fé em “Ciço”. Muitos, além dos filhos, a seguiram. Partiram na noite de 9 de maio de 1952, de uma localidade chamada Jacuba. A logística era liderada por João Paulino, um dos mais fervorosos romeiros e personagem importante para a costura desta história. Guarde-se o nome.

Na manhã seguinte, chegam em Araguaína, polícia à espreita. Ela foi “convidada a comparecer” à delegacia; logo liberada. É possível que tenha se transformado em uma célebre criminosa da cidade. Surpreendente obstinação. Cedo, João Paulino tentou, sem sucesso,

guarnecer o suprimento de fármacos. O boticário negou-se a vender qualquer coisa para os romeiros negros de Dona Antônia.

Às onze horas, quarenta homens e uma mulher alcançaram “o Ponte” – somos ignorantes quanto às mulheres da expedição, além de Antônia. Montaram rancho. A polícia apareceu antes que o almoço ficasse pronto. Recolheu alguns: ‘amostragem intimidadora’. Tentativa frustrada. Antônia era indiferente: cumpriria as ordens da “visão” após fazer o mesmo com as da polícia. Pouco antes da definitiva libertação, o delegado ouviu um pedido. Ela queria uma procissão-relâmpago para Padre Cícero Romão. Desajeitado, o delegado legalizou a liderança religiosa, ao consentir. Antônia anunciou a procissão. Todos que quisessem ir de camisa longa branca poderiam participar [*sic*]. Raimundo Benício nunca viu uma procissão tão bonita. A polícia até mesmo escoltou o cortejo, tocada pela fé. Desde então não houve mais intervenção policial no bandeirantismo romeiro. Rumaram o Morro.

Mata densa, revisão da toada. A técnica expedicionária consistia em montar rancho e enviar, adiante, “*uma meia dúzia*” de batedores. Permaneceriam uma quinzena abrindo trilhas capilares em busca do Morro, antes do regresso. O Extremo Norte de Goiás, logo de Tocantins, ganhava para si a humanidade romeira negra de Padre Cícero. Somente o suficiente era desmatado. Ainda assim, houve desperdício. É que, vez por outra, os batedores erravam o caminho, deveras desconhecido. Sabedor do trajeto, Ciço ficava no acampamento, junto à aparelhagem humana acessível. Regressando os “*picadeiros*”, Dona Antônia acusava o erro. Nunca errava(m). Disse(ram) que passariam em uma cachoeira semelhante a um véu; passaram. Mandou(aram) deixar a cachoeira à esquerda. Informou(aram) que encontrariam uma pedra onde deitava vegetação específica; assim foi. A cada orientação do híbrido messiânico, novo ponto georeferencial emergia na territorialidade romeira – hoje, quilombola.

Sem avistar morro algum, os “*picadeiros*” cederam ao cansaço e descrença. Dona Antônia os revigorava: “*estão perto*”, mas erraram o caminho ao passar por três morrinhos. O correto será dobrar à direita, não o contrário, como fizeram; relata Raimundo, à época com “vinte-e-poucos” anos. A próxima picada será a última. Esperançosos, voltaram ao destino e seguiram as instruções. Encontraram um morro esbelto, ladeado de outro, com menor estatura. Em 27 de julho dormiram no topo. Cruzeiro algum. Regressaram para as cinquenta e sete pessoas arranchadas. Há morro sem Cruzeiro, é a notícia. “*Vocês estão pensando que o Cruzeiro é grande, né?*”, disseram Cícero-Antônia.

Que todos se aprontassem: subiriam em procissão e veriam o pequeno Cruzeiro Santo “*entre duas águas*”. Todo aquele que quisesse deveria ir de branco [*sic*]. Expectativa! Iconoclastas, os havia. Buscavam certeza de que a velha não tiraria o Cruzeiro da saia. Não se sabe como, mas a grande maioria conseguiu roupa branca.

Traços finos, cabelos presos, sempre com véu. A Velha subiu o Morro muitíssimo íngreme. Subida de dificuldade moderada, avaliaria um montanhista. Subitamente a fila indiana encabeçada pelo véu parou. Cabelos despídos, Dona Antônia declarou: “*lá está o Santo Cruzeiro*”. Era uma peça de madeira azul, com três pontas de metal amarelas e uma faixa cor-de-rosa. Foi ao Cruzeiro e de seu véu, fez-se teto. “*A partir de hoje o Santo Cruzeiro não pode mais pegar nem chuva e nem sol*”, completou. Rojões pipocaram. Atualmente o Cruzeiro não está no “Morro da Velha”. Foi levado por algum padre ou turista “coleccionador” de arte sacra. Dele não se sabe o paradeiro.

As vinte e duas famílias de maranhenses e piauienses – uma única era cearense – logo montaram barracos e uma capela, dedicada ao Padre Cícero. Em seguida, iniciaram os trabalhos para abertura de roça. Nesse ínterim, Dona Antônia disse que tão logo “botassem roça”, após a primeira queimada, apareceriam visitantes encantados: os Bois de Padre Cícero. Chegariam de mansinho. Todos que quisessem poderiam colocar um curral com cocho para dar sal [*sic*]. Podiam tirar o leite [*sic*]. A carne, jamais. Algum dia Cícero liberaria o abate. Nesse tema, mesmo os ‘de fé’ se somavam aos iconoclastas oportunistas. *Bois? Leite? Como?*

Queimada a primeira roça, lá estavam de manhã, descansando nas cinzas mornas. A graciosidade dos Bois impressionava. Quebrariam a roça plantada? Não. Não temessem, disse a Velha. Entre 1952 e 1954 eles passavam graciosamente entre as plantações e só se alimentavam de mato e sal. Não quebravam uma espiga sequer. Soltos, perambulavam, domesticados por Ciço. Vinham de uma direção com nuvens perenes. Indício de rio. João Paulino, o logístico, e João Francisco de Souza, o iconoclasta, há tempos meditavam sobre as nuvens.

Chateados por não terem conseguido caça alguma, dois moradores do Pé do Morro se depararam, na “*espera*”, com um Boi. Um dos dois o matou. O outro, discordava fielmente. Mesmo assim procedeu-se a execução à tiro, sem sequer um gemido bovino. O couro trazia a marca de um ‘ferro’ jamais identificado. Seria a marca do Santo Juazeiro, dos Bois de Padre Cícero.

Desde então os bois não voltaram ao Pé do Morro. Dona Antônia profetizou que assim seria. Só veriam gado novamente quando fosse trazido por outras pessoas, de fora. O assassínio

do Boi excomungou a terra. Não mais Santo Campestre. Desentendimento, exploração, cercamento de terra. Em troca da desobediência, receberiam tudo aquilo do que fugiam quando rumaram para a Bandeira Verde. Ainda em 1954 chega nova leva de migrantes, aumentando a circunferência de ocupação ao redor do Morro. O vale entre-morros se adensava. Dentre os chegantes estão os com condições financeiras para confrontar – copiando – fazendeiros confrontantes. Pagarão pelo papel da terra. A cercarão.

Em campo, não pudemos precisar em que altura dessa história João Paulino e João Francisco de Souza, desgostosos, pediram a benção da Madrinha Antônia para se destacarem do local. Sabe-se que não gostavam da emergente ambição por terra. Meditavam sobre as nuvens perenes. Benção concedida, partiram oito famílias. Os homens seguiram primeiro, abrindo picadas até encontrarem um ribeirão rodeado de pés de murici. Entenderam que ali estaria a sua Bandeira Verde. Assentaram-se. João Francisco de Souza, apesar de romeiro, tinha maior vocação como liderança política. Logo sua Muricilândia floresceu, mesmo em face de muitas doenças dadas à área úmida.

A prosperidade de Muricilândia atraiu parentes de Dona Antônia. Já doente, ela os visitou. Avisou, antes, que seu sucessor chegaria logo e, com ele sua própria morte. Manoel Borges dos Santos, pregador e romeiro maranhense, chega à região por volta de 1957. Vinha do Juazeiro, recuperado de grave doença mental. Em seu processo terapêutico teve a “*visão*” para seguir rumo a Goiás. O súbito desejo foi interpretado como novo surto. No entanto, ele estava convicto. Precisava encontrar o Morro da Velha, conforme ordenado. Quando procurou Dona Antônia em Muricilândia, ela disse: “*meu Padrinho chegou*”. Ao vê-lo, pediu bênção, como nos informou Manoel “do Bruno”. Manuel Borges consentiu, dizendo a todos que ela era Nossa Senhora. Manoel Borges seguiu, então, para o Araguaia, na permanente e infundável peregrinação entre Morro e Rio. No caminho, “viu” que Dona Antônia havia falecido. “*Dona Antônia já é com Deus*”, disse. A beata foi enterrada em Muricilândia.

Manoel Borges foi um determinado líder religioso. Seus seguidores sedimentavam pontos de ocupação ao longo da rota. Foi ele quem liderou a incrível construção da Capela sobre o recém-nomeado “Morro da Velha”. Ergueu a edificação por tração humana e animal, exclusivamente. Automotivos eram grandes pecados. Fiéis romeiros chegavam mais e mais, principalmente do Maranhão. Um deles, Zé Gomes da Silva, vindo de Colinas para fugir da miséria, foi trabalhar com mineração, atividade em franca expansão entre a região do Pé do Morro e Araguaína. O ofício não o agradou e, aconselhado por Manoel Borges, decidiu sair da

região de Araguaína. Rumou para uma localidade chamada São José, em busca de novo ofício. Manoel Borges dos Santos o estimulou, afirmando que encontraria Bandeiras Verdes para se livrar da grande seca que se aproximava – assim rezava a profecia. Na verdade, São José era a última terra com condições de estabelecimento humano, antes do Rio Araguaia, sem que se tivesse que empreender esforço de monta semelhante ao de conquista do Morro.

Em São José, Zé Gomes encontrou ocupação com babaçu, junto a romeiros de Manoel Borges. Mas estes, seguiram rumo ao Araguaia com o líder. Não Zé Gomes. Estacionou numa região que visitamos, mas não fora nomeada. No presente é cercada por fazendeiro branco com plantação de seringa. À época de Zé, satisfazia todos os quesitos de uma verdadeira “Bandeira Verde”. Até mesmo os Bois Sagrados reapareceram, uma vez que acompanhavam Manoel Borges dos Santos. O beato afirmava categoricamente que havia encaminhado os bois para o Pé do Morro anteriormente, na época de Dona Antônia. Para provar, mostrava o ferro, exatamente como o do boi executado. A marca conferia. Os atuais moradores do Pé do Morro nos mostraram o ferro; não o couro, perdido no tempo.

Poucos anos depois que descobriu o lugar, Zé Gomes regressou ao Maranhão levando boas notícias. A nova área, ocupada por seis famílias, permitia certa mobilidade, de modo que podiam botar roça em um lugar e habitar outro, transitando entre eles. Por um bom tempo gozaram da mobilidade sazonal, que acompanhava o descanso da terra. Desenvolveu-se um modo de habitação bifurcado sincrônica e diacronicamente. Ao mesmo tempo tinham uma casa e uma roça, mas mudavam de casa, quando mudavam de roça, estabelecendo novo ciclo. Assim, além das roças, as relações sociais também circulavam e permitiam o descanso do ambiente. Mediante a circularidade, o grupo de Zé Gomes transitava, construindo seu modo típico de territorialidade, a mesma que hoje é adjetivada como quilombola. Em Cocalinho ela é explicada em termos da oposição entre roça e patrimônio, sendo aquela o universo do trabalho e, esta, o universo fixado da reprodução simbólica.

Até o presente, o grupo familiar dos pioneiros mudou de localidade por quatro vezes. A área de Cocal Grande foi onde experimentou maior pressão territorial por parte de novos fazendeiros. Àquela altura era prática comum que forasteiros ricos e brancos demandassem títulos da terra em Goiânia. Adquiriam-nos facilmente, mediante pagamento e manifesto de intenções colonizadoras.

Em algum momento desse circuito entre casas e roças, chegaram ao local certos americanos, falando de modo ininteligível. Fariam estudos sobre a terra, com mapas. Acompanhados do Sr. João Paulino, Zé Gomes consentiu. Arrancharam, “estudaram”, partiram.

Despreocupado, Sr. Zé Gomes seguia a rotina semi-nômade até estacionar numa localidade boa para por igreja. Ali ficaria mais tempo que o convencional.

Não tardou para que um grupo de parentes e afins chegasse do Maranhão, setembro de 1970. Inicialmente, os núcleos familiares peregrinos não gostaram dos vizinhos-parentes. Manoel Borges dizia que os forasteiros faziam o mesmo que em Pé do Morro e Muricilândia: mineração, pecados e a perda do Santo Campestre. De fato, viram expropriação no Cocal Grande e acabavam de ver estrangeiros medindo terras. Ademais, a premonição dizia que a chegada forasteira traria um destacamento policial visando expulsá-los. Um dos chegantes, no entanto, cativou os pioneiros, seja por sua fé, por sua habilidade em “*cantar divindade*” ou por sua capacidade de conversar simpaticamente. Era Sr. Zé Preto. Ele se legitimou como vizinho e, mais ainda, atraiu para perto de si novos chegantes.

A casa de Zé Preto tornou-se referência. O grupo de Zé Gomes, por outro lado, ficou isolado geograficamente. A região da igreja hoje é chamada de Fazenda Morada Nova. Mesmo em face dela, Sr. Zé Gomes decidiu romper o sedentarismo e juntar-se ao sítio de Zé Preto. As ruínas da cruz da igreja estão até hoje na Fazenda Morada Nova. Ela é um poderoso símbolo territorial para a CQ Cocalinho. Trata-se de uma das principais provas de ancestralidade territorial, no atual contexto de identificação da terra quilombola pelo INCRA.

Tal foi a força de atração e liderança de Zé Preto que seu sítio tornou-se centro da atual Vila Cocalinho, sede da CQ homônima. À época, meados dos anos 70, princípios dos 80, a circularidade de roças e casas no interior do território já estava comprometida. Havia pressão demográfica e a comunidade estava cercada de fazendas. A nova estratégia era adquirir terras mais distantes, reproduzindo o circuito roças-casas em termos da compra-e-venda. Nesse contexto, não era vantajoso abandonar uma casa e deixá-la repousando com a terra. Mas a compra-e-venda era sensivelmente diferente do que conhecemos.

No período em que ficavam desabitadas, as casas ou roças eram “vendidas”, mas a venda era realizada sob a expectativa de “recompra”, para realização de novo circuito, anos depois. Desse modo, compra e venda, para estes casos, não implicava uma relação contratual/moral que findava, mediante pagamento ao credor. Vender era bem mais parecido com empenhar, de modo que o bem não seria alienado, mas sim regressaria ao dono após certo período. Compra e venda eram relações dádivas de prestação e contraprestação, caras à antropologia (Cf. MAUSS, 2003). Na contramão da dádiva, os novos parceiros de “troca” aplicavam ferrenhamente o capitalismo agrário. Ao comprarem roças ou casas de pessoas de Cocalinho,

os fazendeiros cercavam a terra. Tempos depois, quando o negro voltava, ansioso por nova relação de contraprestação, não encontrava meios. Eram, então, expropriados seja deliberadamente, seja por incomensurabilidade entre os universos de significados sobre compra e venda em interação.

Eis que nesse ponto da narrativa, quando nos deparamos com cercas, se torna necessário desfiar a unidade sociocultural, histórica, econômica e política que vínhamos tecendo. Esperamos ter deixado explícitos os elementos necessários para a compreensão da RNP como um único e mesmo “objeto”, “sujeito” ou “processo” de direito. Será nessa articulação distintiva entre comum e privado que passaremos da Romaria aos Quilombolas; do protagonismo original à resistência contemporânea.

2. DISTINÇÕES CIRCULANTES: MITO, RITO E PATRIMÔNIO

Embora o diagnóstico não seja adequado para debater configurações contemporâneas dos conceitos antropológicos de mito, rito e patrimônio; a etnografia exige algumas pontuações. Descreveremos de que modo a intensificação da presença capitalista na microrregião de Araguaína promoveu a expropriação de terras e a exclusão política e social dos romeiros. Mostraremos de que modo a identidade quilombola ressalta a romaria em cada um desses contextos. De modo excessivamente esquemático, entenderemos mito, rito e patrimônio como dimensões do discurso, da prática e da habitação. A territorialidade quilombola na mesorregião de Araguaína integra os elementos num *continuum* indissociável. Entretanto, cada elemento recebe maior ou menor peso quando o assunto é caracterizar os traços diacríticos, isto é, étnico-raciais, nas comunidades (Cf. BARTH, 1995).

A autoidentificação quilombola promoveu uma intensa atividade intelectual nos coletivos. Para definirem o que sentem – e como expressam – o que é ser quilombola, cada grupo pesou e mediu a presença do mito da Velha Negra Antônia/Manoel Borges dos Santos; ritos expressivos de negritude; ou a importância da morada nas relações interétnico-raciais. Ficará claro que Pé do Morro sofreu fortemente com os cercamentos. O grupo expropriado foi confinado no espaço, criando a cidade de Aragominas. Fugindo da condição urbana, um bom contingente do grupo de Pé do Morro migrou, quando surgiu a oportunidade do Assentamento da Reforma Agrária Baviera. Estes, querem retornar quando a terra quilombola for demarcada. Pergunte a um membro da CQ Pé do Morro ou Baviera o que o torna quilombola. Você ouvirá a história da Velha Negra Antônia; o mito.

Ficará claro também que Muricilândia, embora também tenha sofrido com os cercamentos, recebeu menor urbanização. Parte das terras permanecem sob domínio de membros da comunidade, tendo seus filhos estudado fora e retornado. Eles não sofrem diáspora como em Pé do Morro-Baviera. Some-se a isso a chegada, nos anos 60, de Dona Jucelina, romeira, parteira e herdeira do Rebolado maranhense. O Rebolado é dança constitutiva dos festejos de 13 de maio, abolição da escravatura. A festa atrai todas as demais CQ e muitos turistas de todo o país. O acúmulo intelectual da comunidade fortaleceu as pesquisas sobre o Rebolado, marcando uma elaboração ritual e narrativa bastante refinada sobre a condição racial. Pergunte à Dona Jucelina por que ela é quilombola. Ouvirá algo como: *“porque sou negra, descendente dos escravos libertos pela Princesa Isabel”*. Pergunte a qualquer outro membro quilombola da região por que o quilombo Dona Jucelina é quilombo. Poderão te levar ao túmulo de Dona Antônia, é verdade, mas isso será um adendo à resposta uníssona: *“porque lá tem o Rebolado da Dona Jucelina”*. Aqui o rito, e não mito, ganha maior peso diacrítico.

Por fim, Cocalinho. Os americanos dos *“estudos com mapas”* regressam à área, agora como proprietários da Fazenda Novos Horizontes, requerendo a expulsão dos *“Negros de Cocalinho”*. Os romeiros resistem. Pegando em armas, até. Ficam. Recebem a titulação da terra, *“repatrimonializam”*. Desde então, a vila emerge como expressão máxima do ser quilombola, claro, associada ao Lindô – dança tradicional maranhense – e à romaria de Manoel Borges. A roça não existe mais, não para todos, pelo menos.

Por isso, os quilombolas de Cocalinho não podem reproduzir sua tradicional circularidade entre patrimônio e trabalho, casa e roça; pelo menos até que o INCRA restitua o que foi gradativamente tomado pelos capitalistas do meio rural. Que não se entenda aqui qualquer intenção em descaracterizar a roça como elemento da habitação. Mas sim que esse elemento, no atual momento, não constitui a sensação de pertencimento coletivo. Alguns têm roças e outros não. A roça é parte constitutiva da morada tradicional pendular, e é a relação entre ambas que constitui o elemento mais característico da territorialidade de Cocalinho. Mas um dos elementos do lar está faltando. O patrimônio, por outro lado, está lá, está assegurado. Apenas aguarda o polo complementar – a roça, o espaço do trabalho no campo –, para mais uma vez circular a tradição. Pergunte a qualquer um em Cocalinho por que ele é quilombola. Responderá tacitamente: *“porque lutamos contra a Fazenda Novos Horizontes e conseguimos ficar aqui”* ou, simplesmente *“porque moro aqui”*. Pergunte a qualquer pessoa em Santa Fé o

que é um quilombola. Muitos nunca ouviram falar. Mas os que ouviram dirão: “*é o povo do Cocalinho*”.

Ao caracterizarmos a identidade e territorialidade quilombola de Pé do Morro/Baviera a partir do mito; Dona Jucelina, do rito e Cocalinho, da morada; não afirmamos a ausência de qualquer dos três elementos. No entanto, caracterizá-los a partir dos contornos dados por eles mesmos nos permite o exercício aplicado da antropologia num contexto de diagnóstico, onde a tarefa legal e contratual consiste em encontrar – construir – os famosos “nexus causais” entre os impactos e as atividades de reparo.

A distinção entre mito, rito e morada não pretende de modo algum reproduzir dicotomias que a antropologia historicamente vem desmontando. Compreendemos que mitos não são meros discursos, mas práticas que habitam o mundo. O mito faz e está. O rito é uma prática que se desenrola no mundo e, ao mesmo tempo, um discurso. O rito fala e está. O território, por seu turno, cristaliza a história de resistência e participa das performances; ele fala e faz. Por fim, quando caracterizamos a história oral de Dona Antônia ou de Manoel Borges como mito, não estamos no campo depreciativo que opõe mito e verdade. Antropologicamente tal oposição não tem valor científico ou acadêmico, funcionando apenas como força etnocêntrica, incapaz de fazer ver direitos étnico-raciais. Feitos os devidos reparos, vamos à particularizações.

2.1 Do conflito de 1982 ao Centro Comunitário sa CQ Cocalinho

Cocalinho decorreu de São José, localidade onde originalmente habitaram romeiros vindos de Muricilândia. Com grande reconhecimento Cocalinho recebe lideranças vizinhas. Quando João Paulino apresentou americanos “*de fala enrolada*” a Zé Gomes, não sabia que “*estudo com mapas*” se converteria em pedido de expulsão. Logo depois de sua saída das roças, os americanos converteram a morada humana em animal, plantando pastos. Em verdade, corria algum acordo entre americanos e o banco paulista COMIND, conforme trabalhadores quilombola da construção de estradas dos anos 60’s.

À época já não havia roças disponíveis para as famílias da Vila. A coletividade se estratificava. Os que tinham roça fora da Vila conseguiam melhor sustento; os que não tinham começaram a sentir o peso da miséria. Os americanos, munidos de papéis, afirmavam que da Beira do Araguaia ao Murici tudo os pertencia. Provavelmente apoiado nas políticas federais

de liberação de territórios para a exploração capitalista segura – característica das frentes de expansão –, o governo de Goiás liberou a documentação.

Os americanos propunham, ainda, o reassentamento ou indenização. Bastaria o líder Zé Preto assinar para receber ou terra ou indenização – ou ambas – consolidando o “negócio”. Este método foi uma prática muito comum de liberação de territórios do Brasil Central, empurrando os menos favorecidos cada vez mais para o norte (VELHO, 2009). No contexto de investimentos do Setor Elétrico-SE, é prática ainda corrente (RESENDE DE ASSIS, 2010).

Conhecedor do princípio básico que *“roça é para a gente comer e fazenda é para gado”* e, sabendo que aquela área era de gente e não de animal, Zé Preto nada assinou. O Estado entrevistou primeiramente em favor dos capitalistas, na figura do órgão fundiário da época, GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins. Eis o “seguro” pago pelo “povo”, via Estado, para o investimento capitalista, traduzido como “desenvolvimento do Brasil”. O GETAT tentava convencer o grupo que a proposta dos americanos era boa, validando a afirmação da ausência de direito coletivo, sendo os “gringos” bons “padrinhos” das sessenta famílias a serem aniquiladas. Zé Preto deu de ombros e o GETAT partiu.

Vieram ameaças explícitas. Homens armados passavam na rua exibindo seus calibres. Houve agressão física covarde a pessoas da Vila, quando estavam sozinhas. Jagunços contratados ameaçavam queimar, matar e outras abominações. Certo dia, máquinas e tratores entraram sem permissão nas roças de membros da Vila. E foram destruindo tudo. Iniciava-se, na prática, o processo de limpeza territorial, i.é. étnico-racial.

Cinco famílias pegaram em armas e se achegaram às máquinas. Mandaram os operadores descerem. Disseram que ali não era para destruir nada. A área é deles. O conflito era iminente. As pessoas não iriam sair de Cocalinho. Teriam que matar todos. As máquinas nunca mais funcionaram.

Zé Preto soube de um vereador considerado terrorista, do PC do B. Edmundo Galdino. Além de “terrorista”, ele *“era defensor desse tipo de coisa”*. O político encaminhou Zé Preto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e seu advogado. Zé Preto regressou para Cocalinho, sempre à espreita de jagunços que poderiam estar *“de tocaia”*. Não tardou para o Estado brasileiro, caracteristicamente repressor reaparecer em cena. GETAT e polícia queriam saber o nome de Zé Preto. Ninguém falou. Foram até a casa dele. Mostraram armas. *“Quem foi que mandou os funcionários dos tratores pararem de trabalhar?”*. Silêncio. *“Qual é o seu nome?”* Silêncio. Que assinasse um papel e informasse o nome. Ele resistiu. Levaram-no para

Araguaína, onde contactou o advogado Zé Moura e o vereador comunista, ambos de pronto aviso. Colocaram-no em contato diretamente, via telefone, com o governador de Goiás Henrique Santillo e, depois, com o deputado Aldo Arantes, anapolino e também “comuna” do PC do B. De regresso, ainda no trevo, antes de dobrar a estrada para Cocalinho, recebeu intimação de algum órgão trabalhista. Outra esfera do Estado se apresentava.

Com riqueza de detalhes Seu Zé Preto relatou a audiência. O advogado demonstrou que Zé Preto não informou o nome porque estava com medo. Disse que ele morava na terra há dezessete anos. Disse que no Brasil a terra é para quem produz e que aquela comunidade sempre produziu, mas que cada vez mais perdia áreas para os grandes fazendeiros. Repetiu, ainda, que foi acertada a decisão de Zé Preto em não assinar nada, tendo em vista que, se assim o fizesse, teria sido despejado. O marcante relato de Zé Preto ocorreu no interior do terreiro de Umbanda que sua esposa coordena. Antes que concluísse o relato pairou longo silêncio, para, então, Zé Preto nos contar do veredito: *“o Ministério do Trabalho disse que a partir daquele momento a gente era dono da terra”*.

A sala, acesa de três ou quatro velas para Santa Bárbara/Inhansã, não permitia que vissemos mutuamente nossas expressões faciais. Mas o silêncio emocionado expressava o necessário. Estava sendo narrada a formalização do Patrimônio de Cocalinho, o momento ritual em que o território ascendeu à condição de sinal diacrítico entre aquele grupo e o resto da sociedade nacional. O silêncio foi rompido: *“então a terra tinha que ser distribuída e o GETAT demarcar a terra”*. O GETAT procuraria Zé Preto paralelamente para oferecer terras no Pará, o que prontamente negou. Não encontrando comparsas para a contravenção, o Estado armado praguejou: *“você ainda vai se arrepender, esse povo vai vender a terra que você ganhou e você vai ficar sozinho”*.

Iniciaram as negociações com o GETAT e com a Novos Horizontes ou *“Novorizonte”*. Por um lado, precisavam demarcar a terra, por outro a empresa precisava indenizá-los pelos danos causados pelas máquinas. A Novos Horizontes, entretanto, reclamou parte da terra definida no tribunal – ou no Ministério. Cocalinho negociou o nicho em troca de posto de saúde, estrada e grupo escolar. As terras demarcadas foram distribuídas. Cada família recebeu até 15ha. Foi assim que a comunidade de Cocalinho aprendeu sobre impactos, mitigações compensações, resistência e ação política, no contexto desenvolvimentista.

Nos anos 90 a profecia do GETAT se concretizou. As pessoas começaram a vender terras, seja para seguir rumo a outra vida, seja para operar o antigo sistema de relação entre casa e roça. Como já mencionado, ao regressarem não encontravam a propriedade que desejavam

“recomprar”, mas pasto, gado e cerca. Desse modo, o terreno demarcado foi diminuindo, reduzindo-se à Vila. Com a perda da terra, restava à comunidade vender mão de obra. Assim, acordavam o trabalho de *Gato*, onde o trabalhador usa a terra alheia, desde que seja mato. Derruba o mato, põe roça, colhe, desfaz roça, planta pasto e devolve ao fazendeiro. Assim, os membros da comunidade seguiram para áreas como Mata Azul, Prata, Quinze e outras que, logo, se transformariam em assentamentos da reforma agrária, com a emergência do INCRA.

Com o tempo, nem mesmo o acordo de arrendamento permaneceu. Em comparação com os pastos feitos com o uso de maquinário, o serviço da comunidade foi se desqualificando. O arrendamento foi eliminado de uma vez por todas quando da eclosão da autodefinição quilombola. Os fazendeiros sentem-se ameaçados, na medida que poderão ser obrigados a vender suas terras. Muitos entendem que empregar quilombolas é “dormir com o inimigo”. A resistência étnico-racial tem um preço alto: o desemprego. A Associação Quilombola carrega esse fardo, sendo confundida com a própria condição étnico-racial. Muitos que não queriam perder emprego não se associaram, o que não evitou o pior. Assim, a Associação tem como desafio cotidiano manter afirmativamente viva a identidade, mesmo em face dos impactos que sua resistência causa nas relações políticas, econômicas e socioculturais. É precisamente isso que deve ser levado em conta quando uma “simples” linha de transmissão de “baixo impacto” planeja sua instalação nas áreas da RNP, sob as exigências do licenciamento ambiental.

A “questão quilombola” emergiu da entre um “Deputado Onofre Marques” e “Professor Luiz”. Ambos desencadearão os processos em Dona Jucelina, Pé do Morro e Baviera, de modo que, desde o princípio, essas comunidades são tratadas conjuntamente. Inicialmente as pessoas tinham medo de se identificarem como quilombola. Temiam que isso significava ser escravo em tempos modernos. O próprio prefeito de Santa Fé achava que não seria bom para as pessoas serem quilombolas. No entanto, Prof. Luiz fez um bom trabalho de convencimento.

Logo, as lideranças mais antigas compreenderam que são quilombolas. Deveriam proceder com o que fosse necessário para o reconhecimento estatal. Prof. Luiz assessorou a criação da associação e demais elementos da certificação pela Palmares, promulgada em 2006.

A Associação mobilizou elementos rituais e míticos. Zé Preto, mestre do Lindô maranhense, teve a missão de ensinar a arte aos jovens. Viam no rito um elemento de afirmação quilombola em meio ao grande desafio de convencimento e de teste. Seria essa identidade social realmente positiva para a comunidade?

Segundo Zé Preto o Lindô e o Pagode eram dançados na época das senzalas. É uma dança alegre e, por isso, se dançava também em períodos tristes, para que as pessoas se alegrassem e esquecessem um pouco a tristeza. O fundamento do Lindô é a batida do pé no chão, e a dança em roda. O pé ritma o canto que conta com um puxador ou puxadora. Esta, deve iniciar uma música ou trocar uma música por outra. Os cânticos são variados, transitam desde a jocosidade até os divinos, peças musicais do catolicismo popular. Não há, hoje, uma criança de Cocalinho desconhedora do Lindô. As músicas são tão populares como “atirei o pau no gato”. A Associação organiza o Lindô em apresentações na capital tocantinense e além. Como o Lindô é raro no Maranhão, a CQ Cocalinho converteu-se em guardiã da tradição. As letras que um grupo de crianças nos apresentou expressam muito bem a diversidade de elementos. Note-se a primeira letra, relacionada ao “Boi Sagrado” de Padre Cicero:

*Cajueiro abalou ô cajueiro arriba o galho
Cajueiro abalou ô deixa meu gado passar
Ô que ele vem muito de longe, Cajueiro abalou
Vem do sertão do Ceará.*

Batendo os pés no ritmo correto um garotinho mudava as letras. Todos olhavam de rabo de olho para ele. Seria aquela a última repetição? O puxador não decidia simplesmente. Tratava-se de um acordo intersubjetivo. Quando todos estavam na eminência mais acentuada de mover o pescoço indicando a exaustão do canto, eis que o garoto a mudava – e nisso consiste a arte de ser um puxador. A letra seguinte demonstra a relação jocosa entre gêneros presente no Lindô. Sobre ele se diz que deve ser dançado a noite inteira, e, por isso, o arsenal de letras que homens e mulheres devem conhecer é imenso. Algumas vezes se repetem as letras na mesma noite. Mas o que interessa é a resistência. Quem aguenta mais tempo dançando Lindô? Homens ou mulheres?

*Ô nega malvada, tu matou meu gavião
Ô nega malvada tu matou meu gavião
(meninos) Foi tu nega
(meninas) Não fui eu não, não fui eu não
Foi tu nega que matou meu gavião.*

As canções falam também de elementos secretos ou subliminares. De forte marcação católica, a negritude na região tem as religiões afro-brasileiras como tabu. Tempos atrás, ainda se ouviam tambores no terreiro de Zé Preto, hoje, não. A ascensão neopetencostal também vem

contribuindo para posicionar a prática como “macumba”. Falar dos temas e divindades da Umbanda deve ser feito em sigilo, portas fechadas. Quanto a tradições que fazem uso de substâncias psicoativas, o caso é ainda mais grave. As entrelinhas do tabu são então escancaradas no momento ritual do Lindô:

Papagaio amarelo lá em cima da Serra, bate palma e diga viva Mané Jurema da Serra.

E o Lindô fala também do tema mais recorrente do cancionário universal, o amor. E o faz de modo singelo e verdadeiro. A dança, embora marcada pela jocosidade entre homens e mulheres, funciona como forma de estreitamento de vínculos entre os sexos: afirmação da diferença e da mutualidade. Diferente do Pagode, no Lindô homens e mulheres dançam juntos, interagem fisicamente. Tudo marcado pela permanente relação com a territorialidade e a sazonalidade:

*É de noite gente eu vou embora já
Lá vem a barra do dia e o dia amanhece já
É diô É diô viadinho corredor
Não tem bicho que me alcance
Na ladeira do amor.*

Antes da Associação, o Lindô era praticado às Sextas-Feiras Santas, no intervalo entre as rezas. Quando a Associação foi criada e a identidade quilombola incorporou o Lindô, a frequência aumentou. Mais ainda, o Lindô precisava ser visto como sinal diacrítico de raça e etnia. Foi aos palcos das apresentações culturais. Demarcava a diferença entre “nós” que dançamos Lindô e enriquecemos a cultura negra nacional; e “vocês” que são beneficiados culturalmente por nossa prática. Lindô passou a ser sinônimo de Cocalinho. Nas festas intercomunitárias, quando Cocalinho está presente, haverá Lindô. Há uma espécie de acordo tácito entre as Comunidades sobre as datas de recepção e visitação. O 13 de maio, Abolição, é definitivamente a data de visitar Dona Jucelina. No entanto, Cocalinho vem realizando há alguns anos as comemorações do dia da Consciência Negra de Zumbi. Há caminhada pelas ruas da cidade e da vila, bem como shows de bandas da cidade. E Lindô.

Em que pese a importância dos ritos para Cocalinho, foi seu Patrimônio constituído quem deu maior visibilidade à Comunidade ao longo do tempo. Formatada, a associação teve como primeira representante a filha de Zé Preto. Em face de a Vila constituir patrimônio e

indiscutivelmente pertencer à comunidade, o acesso a políticas de infraestrutura se tornou mais fácil e seguro, bem como empregos públicos municipais ali alocados. A Associação media parcialmente as relações, equilibrando-se, até hoje, entre a afirmação étnico-racial e as pressões desenvolvimentistas, seja do poder público ou privado.

Percebe-se que a Associação, instrumento de resistência quilombola, vem adquirindo experiência no lido com o tema central de sua competência: a identidade. Quanto a licenciamentos ambientais, teve sua primeira experiência quando da construção de linha de transmissão paralela à qual se pretende instalar a LITE. Nas negociações com a empresa, se considerou bem sucedida. O êxito, segundo o atual presidente, consiste em ter adquirido equipamentos públicos que fortalecem a instituição e, ao fazê-lo, dão credibilidade à identidade, ainda vista com restrições por parte das pessoas do local. Nesse sentido, a ação dos capitalistas em construir um grande galpão, composto por banheiros, cozinha, salão principal e sala são vistas positivamente. Não apenas pela aquisição física, mas também porque a própria relação institucional expressa a eficácia da identidade autodeclarada e do direito constituído. Como a relação se mantém na manutenção, em cursos de capacitação e outras atividades bem recebidas comunitariamente, a Associação e a identidade quilombola se fortalece.

Um dos elementos considerados positivamente quanto à mitigação de impactos, remete à contratação de mão de obra quilombola pela empresa. O contingente populacional masculino aumenta significativamente em obras do SE. Isso causa grande tensão socioeconômica. Especulação imobiliária, prostituição, violência contra mulheres e crianças, conflitos de toda ordem. Esses são indícios regulares de obras do SE. A contratação de mão-de-obra local amorteceu parcialmente tais impactos, principalmente os vinculados à violência contra mulheres e crianças. Perceberam dimensões positivas, vinculadas ao crescimento econômico dos pequenos comércios. Como assolava-os o desemprego, a pressão sobre as terras, e a repentina substituição do arrendamento por máquinas, a contratação de trabalhadores quilombolas foi exitosa. Funcionou duplamente como mitigação – expectativas quanto ao aumento de homens – e contrapartida – criação de renda familiar. Como efeito da obra muitos quilombolas que estavam distantes voltaram para Cocalinho, deixando explícito que havendo condições de sustento familiar, há também o desejo de permanecer na terra.

Dos desafios a superar, o mais significativos é a aquisição de terras. Ela representará para Cocalinho a possibilidade de retornar ao circuito roça-casa como tradicionalmente ocorria. A Associação recebia naquele momento o antropólogo do INCRA, com quem pudemos conversar diversas vezes. Segundo ele o relatório poderá ser finalizado até 2014. Não pudemos

acessar o relatório final, na atualidade. Em Cocalinho o risco de conflito na negociação de terras é iminente. Embora haja fazendeiros dispostos a vender suas terras para o INCRA, outros resistirão. Embora alguns quilombolas sejam empregados de fazendas vizinhas, transeuntes da Vila são proibidos de entrar nas fazendas. Há “evitação” explícita do tema quilombola por parte dos fazendeiros. Acordos com a Faz. Novos Horizontes terão que ser feitos, assim como com as demais fazendas. Talvez a que no momento possa gerar mais conflitos é a Faz. Morada Nova, onde está o Cruzeiro da antiga igrejinha de São José.

Em campo fomos à sede da Faz. Morada Nova solicitar à sua proprietária que nos autorizasse a fotografar a cruz da antiga igrejinha dos quilombolas. Segundo a fazendeira aquele grupo não é quilombola, com exceção de Dona Dora. Ela não reconhece a demanda por terras como legítima. Não tocamos no tema da possível compra da terra pelo INCRA. Mas ficou evidente sua indisposição. Pedimos então que um funcionário nos acompanhasse até a cruz da igrejinha. Ela consentiu. O funcionário mora em Cocalinho. Naquele dia seguimos para Baviera, retornando somente de noitinha. Ao regressarmos de Baviera encontramos o antropólogo do INCRA, em companhia do presidente da Associação. Veio até a janela do carro e perguntou sobre os trabalhos do dia. Dissemos que correu tudo bem. Perguntamos o mesmo. Ele disse que foi tudo bem, mas que algo estranho havia ocorrido. Um jovem que bebia cerveja em um bar do outro lado da Vila o chamou para sentar-se com ele. Ele o fez. Então ele disse que havia chegado um casal em uma caminhonete prata pedindo para tirar foto da cruz em sua fazenda. Referiam-se a nós. Após um gole longo e nervoso ele teria dito que não autorizou a tomada de imagens. Espantamo-nos e contamos o que ocorreu de fato. Nunca chegamos a conhecer o referido fazendeiro.

O caso acima relatado deixa explícito que há potencial conflito. A implementação da LITE, sobreposta ao processo de demarcação territorial constitui esse ambiente hostil; não somente em Cocalinho, mas em outras comunidades. Nesse sentido, o impacto de expectativas quanto à capacidade gerencial das Associações e quanto ao território se torna bastante sensível. Pesa para isso as impressões que a comunidade tem sobre estudos de caracterização sociocultural e econômica. Ocorreu que, após a fundação da Associação, a Universidade Federal de Tocantins (UFT) firmou acordo com o INCRA para demarcar todas as CQ tratadas neste relatório. Isso estimulou a reflexão coletiva sobre sua territorialidade. Levantou também expectativas nos fazendeiros locais que, em suas relações cotidianas com a Vila, vivenciaram a

efervescência social. No entanto a UFT e os pesquisadores nunca mais apareceram e nunca cumpriram o acordo com as Comunidades.

São com olhos de quem passou por experiências como as acima descritas que Cocalinho enxerga a presença de pesquisadores “da LITE”. Os impactos de expectativa já causados pela LITE são da mesma ordem. Em um processo de licenciamento é fundamental que laudos antropológicos sugiram a tomada de providências mitigadoras quanto à insegurança institucional causada pela elaboração mesma dos estudos, no sentido de promover uma agenda positiva capaz de fortalecer institucionalmente a Associação para as relações que terá que travar, tanto frente à própria empresa, quanto frente aos demais atores.

Na medida em que a terra quilombola for identificada, uma nova etapa na história de Cocalinho começará. Ser quilombola terá modificado seus sentidos. A LITE estará, definitivamente, dentro de uma Terra Quilombola. Na época do trabalho de campo era impossível dimensionar que tipos de relações seriam travadas quando isso ocorresse. À antropologia aplicada, coube antecipar a construção de ferramentas necessárias à compreensão dos fenômenos sociais que circundam a LITE, bem como sugerir os elementos que podem posicionar a LITE como vizinha que pouco incomoda, ou o faz o mínimo possível. No cemitério de cocalinho há uma grande palmeira. Diz a lenda que quando uma folha cai alguém da comunidade irá falecer. O futuro próximo será o tempo em que os que descansarão terão a certeza que o fazem no seio de seu Patrimônio.

2.2. Dona Jucelina, rebolado e território

Não fale mal da Princesa Isabel ou do Abolicionismo para Dona Jucelina. A perspectiva crítica quanto ao 13 de maio por intelectuais, movimento negro urbano e estudantes, perde toda sua positividade diante da senhora preta de saia, camiseta e turbante branco. Com água nos olhos ela reclama que não aguenta tanto preconceito contra a Princesa. No dia da Consciência Negra de 2011, a primeira vez que a data de Zumbi foi festejada em Muricilândia, bem no meio do Rebolado, a fanfarra parou. E o povo, curioso, viu sair a Princesa Isabel, toda ornada, de dentro da casa. E vinha com a Lei Áurea na mão. E a recitou. Ao assinar a lei, os foguetes pipocaram, e a fanfarra recomeçou. Júbilo.

Tentar convencer Dona Jucelina de que a Abolição nunca aconteceu, que liberdade consentida não é liberdade, que o protagonismo da liberdade negra não pode ser simbolizado por uma aristocrata branca; é o mesmo que elaborar uma teoria para sensibilizar Zélio de

Moraes a não cultuar Ogum com imagens de São Jorge. Dona Jucelina é o Rebolado: uma tradição de senzala que resistiu com esperteza às relações de servidão, ganhando nova roupagem com o fim da escravidão. A imagem “rebelde” de Isabel é sincrética à imagem de resistência de Dona Jucelina; mulher negra, migrante, nordestina, que sacou da aristocracia branca a hegemonia da narrativa histórica do 13 de maio. Agora o 13 de Maio é de Dona Jucelina. Ela quer que a mensagem deste dia chegue ao mundo inteiro: a afirmação da raça negra e sua condição de igualdade com a raça branca. Igualdade que só faz sentido se tiver irmandade.

Hoje preto, pode ser doutor, deputado e senador... não há mais preconceito de cor. [...] Branco e preto, então somos iguais. (Canção do Rebolado de Dona Jucelina).

Eis a rebeldia da Senhora: ao reafirmar ritualmente os fundamentos folclóricos mais criticados do “mito da união das três raças”, Dona Jucelina “canibaliza” seu resultado: enegrece a mesorregião de Araguaína. Ela subsidia o ser quilombola no presente, dotando de atividade política e frescor contemporâneo, sentidos éticos e estéticos que, fora de sua guarda, estariam em um museu de horrores.

No mundo inteiro, foi celebrado o nobre gesto da nossa princesa, que por piedade dos pobres negros sacrificou seu pai à realeza (Canção do Rebolado de Dona Jucelina).

Nada de estranho nisso, afinal, a Isabel de Dona Jucelina é rebelde como ela. No Rebolado, Isabel é uma branca que se rebelou, subsidiando a ascensão social negra – não sua permanência na base da pirâmide social. Após a rebelião, dançou com os negros, comeu com os negros, rezou com eles. Já não se sabe se Jucelina sincretiza Isabel ou o contrário. Não é isso o sincretismo? De que caridade estamos falando quando se trata de permitir que todas as gerações se libertem da inimizade entre as raças? Isabel? Jucelina? Romeira devota de Padre Cícero, Dona Jucelina não tem outra opção: precisa afirmar a comunhão entre os povos hoje, comemorar a saída da senzala – não a entrada no “pau de arara” – e, em seguida, rezar penitências até a barra do dia apontar no horizonte. Feito isso, no auge dos 80 anos de idade, prova para todos quem ela é: a pessoa autorizada a reger a performance, ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, do mito abolicionista. Ao fazê-lo, ativa uma mitopraxis (Sahlins, 1999),

colocando a história em marcha no presente, como se assim tivesse funcionado no passado também. Na mitopraxis o passado repete o presente, não o contrário.

Há que ter autoridade para reger os fatos passados, no presente, a cada ano, com fanfarra, teatro, rezas, danças e comida para o dobro da população da cidade.

Na festa, as pessoas são pintadas porque desde aquela época da escravidão, o povo foi misturando desde os senhores com as negras, escondido da sinhá, as negras emprenhavam e saía misturado. Na minha família tem índio, tem o cabra, estiloura. O cabra é branco, do cabelo crespo. Aquele é dos negros legítimos. No Maranhão, quando a festa era lá, as pessoas não eram pintadas. A festa é igual era lá no Maranhão. As pessoas vão juntando pra festa já como um turismo regional, de cidades perto. No desfile tem a turma dos índios, das ciganas, das negras baianas, um desfile. Cada qual faz o seu fardamento (Dona Jucelina, dez./2013).

As pessoas escolhem se querem ser negras, baianas, ciganas, índios. Note-se que a escolha por se pintar inicia no Tocantins. Há que se investigar mais a fundo a riqueza dessa expressão. Interessa-nos aqui a autoridade investida em Dona Jucelina. Essa autoridade de poder ativar, no presente, um fato histórico sensível para a defesa dos direitos raciais no Brasil; bem como promover a cor da pele como adereço de uma encenação ritual.

A autoridade de Dona Jucelina foi repassada por seu tio Claro Preto do Saco, interlocutor direto de Princesa Isabel. Os tios e avós de Jucelina – registrada como Lucelina – eram escravos. Viveram situações abomináveis, contadas com riqueza de detalhes e pesar. Deitado na rede com problemas no joelho, o tio contou para Jucelina que, naquele 12 de maio de 1888, a Princesa se aproximou. Estava com oito companheiros. O pai, senhor de escravos, saiu para lutar contra escravidão no Brasil. Disse a ele, o próprio Claro Preto do Saco, que acabaria com a escravidão no dia seguinte. Mal a Princesa terminou de falar e um cano de pólvora estourou, em saudação. Aí, Claro contou para os outros que a escravidão iria acabar. Foi uma festa que atingiria toda a sociedade, a festa do Rebolado. Desde então o Rebolado reproduz ano a ano esse fato histórico.

Desse ponto de vista, nada há de controvertido em encenar e dançar o Rebolado no Dia da Consciência Negra em Muricilândia. Ora, nesse dia se comemora o direito de dirigir a própria historicidade, que é precisamente o que o Rebolado de Dona Jucelina faz. Agora, duas vezes ao ano, em datas que comemoram duas gerações distintas de pensamento racial no Brasil. Eis o poder do rito que subsidiou a certificação da CQ Dona Jucelina, criando um modelo ético e estético para todas as demais comunidades. “*Foi eu que trouxe a cultura para cá*”, afirma

categoricamente Dona Jucelina. A ‘cultura’ a que ela se refere é a consciência negra. Consciência que afirma e performatiza desde o Maranhão, mas que ganhou nova dimensão quando a sua história se entremeou com os filhos dos fundadores de Muricilândia.

Vinda do Maranhão no início dos anos 60 Dona Jucelina acompanhou a família rumo a melhores condições de vida. Seu grupo tentava a sorte com mineração em Cristalândia, hoje Tocantins. Era um ambiente hostil, muita bebedeira, prostituição e libertinagem. Dona Jucelina nunca realizou um Rebolado, ou Reizado, ou cantou Divino nessa região. Fazia terços ou novenas em sua casa, apenas. As condições morais não permitiram eventos públicos. Todo dia alguém “*bamburrava*”, o que significava muito dinheiro na mão de uma única pessoa, que logo seria morta, enganada; ou trocava tiros, facadas e todo tipo de podridão. Sob ameaça de vendeta seu grupo decidiu sair da cidade, vindo para a região de “Murici”. Aqui, Dona Jucelina encontrou possibilidades de realizar sua missão.

Os primeiros moradores estavam espalhados. A família Pereira Borges e a família Souza foram as únicas que mantiveram terras. Muitos seguiram para a direção de São José (Santa Fé-Cocalinho). Outros foram para o Araguaia, com Manoel Borges dos Santos. Acostumada a rezar em casa, Dona Jucelina seguia seu próprio calendário e convicção quanto ao Padre Cícero. Dona Jucelina realizava o Reisado e o Rebolado sem nenhuma condição financeira. Recebia donativos, ajuda do prefeito, e procedia a sua missão.

Meados dos anos 80. Algo grave aconteceu na história familiar de Dona Jucelina e ela parou de promover o Rebolado. Antigos apoiadores não queriam mais contribuir com a festa, de modo que ela nada poderia fazer. Na época, Manoel Borges faleceu em uma ilha do Araguaia. Seu desejo manifesto era ser enterrado sobre o Morro da Velha. Isso provocou refluxo migratório. Antigos habitantes da primeira ocupação de Muricilândia, que estavam na ilha, regressaram. Era costume, como em Cocalinho, que as pessoas ficassem anos fora de uma localidade antes habitada. Voltavam para reaver a morada e a roça. No entanto, isso não era mais possível no contexto dos cercamentos e da expropriação. Desse modo, acamparam por algum tempo e depois receberam meios de ficar em uma rua, hoje conhecida como Nova Muricilândia. Trata-se de uma situação de habitação bastante degradante que deixa inconformadas as lideranças quilombolas. A cidade ficaria bom tempo sem o Rebolado. Dona Jucelina seguia rezando em casa. Às vezes ia ao Pé do Morro; outras para o Cocalinho. Sua relação com Cocalinho – assim como a de toda Muricilândia – sempre se manteve mais estreita.

Há parentes de primeiro grau de Dona Jucelina que atualmente habitam a rua central de Cocalinho.

Os filhos dos pioneiros mais bem sucedidos, aqueles que mantiveram suas terras, ficavam intermitentemente na cidade nos anos 80 e partes dos 90. Manoel e Francisco saíram para estudar. Ao regressarem, tornaram-se professores. Foram eles que mobilizaram a revitalização da vida ritual dos negros de Muricilândia, com apoio do Prof. Luiz.

Após quinze anos, Dona Jucelina reiniciou sua missão. Primeiramente tímida. Mas o apoio aumentou. E a festa cresceu. A cidade ganhou um novo atrativo cultural e o coletivo, uma nova referência simbólica. O Rebolado parecia aliviar as condições alarmantes de pobreza. Mesmo após seu mandato, o ex-prefeito continuava financiando a festa, e outras pessoas de muitas cidades começaram a frequentar. Cocalinho nunca faltava. Pé do Morro também não. O mesmo Professor Luiz visitava as comunidades, fazendo seu trabalho de convencimento sobre a questão quilombola. Dona Jucelina, por seu turno, subsidiava a afirmação étnico-racial, vista com tanto melindre pelo povo de Cocalinho e também Pé do Morro. Em 2006, quando Pé do Morro recebia sua certificação, Dona Jucelina, estimulada por Manoel e Francisco, decidiu também encaminhar seu pedido. Dois anos depois o certificado foi emitido.

Desde então, o Rebolado vem sendo realizado anualmente, com exceção de 2012, tendo em vista o falecimento do esposo de Dona Jucelina. Atualmente Dona Jucelina preocupa-se por ser sozinha e por não encontrar solo fértil e adequado para plantar sua semente. O Rebolado mobiliza muita gente, mas a cidade é cercada por grandes fazendeiros. Não há roças disponíveis. Aquela pungente coesão social que atraiu a família de Dona Antônia no início dos anos 60, é sustentada quase que exclusivamente pelo Rebolado. No entanto, a certificação colocou um importante dilema para a continuidade da festa, em tempos de definição territorial.

Segundo informações do antropólogo do INCRA em campo, a CQ Dona Jucelina receberá em breve visitas para elaboração de seu relatório de identificação de terras quilombolas - RTID. A aquisição da Terra Quiombola é fundamental para retirar da miséria os pioneiros que se encontram em Nova Muricilândia. Será relativamente importante para Dona Jucelina, pois a principal dificuldade na manutenção da identidade quilombola em Murici – o rito do Rebolado – não depende exatamente de terras ou de roças, mas de independência físico-financeira. Dona Jucelina e os seus não trabalham com roça. A festa acontece na rua, sem qualquer estrutura. Ocorre que o principal financiador da festa, ou um dos principais, aquele que esteve presente desde quando era prefeito, é um dos proprietários de terra incidente sobre o território quilombola. Agora, Dona Jucelina e toda a comunidade, se veem às voltas com a situação.

O domínio dos negros quanto ao elemento étnico racial mais afirmativo – o rito – corre riscos. Por um lado, a territorialidade da CQ responde à tradição da romaria, que constituiu o lugar. Por outro, o rito, o Rebolado, instrumentaliza a comunidade com o elemento étnico-racial que desencadeou o autoreconhecimento e o direito de acesso ao usufruto da territorialidade. O direito está criado, mas ainda não pode ser usufruído, sem que a terra seja identificada. Desse modo, rito e território, elementos componentes da unidade étnico-racial, estão agora em oposição, causando um verdadeiro curto-circuito sociocultural. Para assegurar o rito Dona Jucelina mantém relações de cliente com um fazendeiro bem intencionado, mas que possui uma imensa parcela das terras a serem demandadas. Àqueles que de alguma maneira se relacionam com a proteção do patrimônio quilombola cabe a responsabilidade de não permitir que a insustentabilidade física de reprodução do rito esvazie seu sentido de resistência e seu potente subsídio à conquista do território.

A LITE é um dos envolvidos neste processo, na medida em que promove ainda maior pressão sobre o sistema rito-território. Do lado do rito, a LITE fricciona a capacidade institucional de resposta a impactos. Tensão esta que incide sobre a condição política de ser quilombola, profundamente relacionada ao rito. Do outro lado, conforme estimamos, a LITE estará presente dentro do território – ainda não legalizado pelo Estado. O conteúdo dos impactos objetivos sobre o território são imprevisíveis, embora algumas de suas formas estejam dadas. Quanto ao rito, por outro lado, é fundamental uma ação o mais rápido possível. Uma ação capaz de liberar a performance ritual da situação ambígua em que se encontra. É papel da antropologia aplicada elucidar a questão, encaminhando potenciais mecanismos de solução.

A presença de estudos sobre a LITE estressa a relação entre território e rito, já que levanta expectativas e mobiliza atividades intelectuais e políticas em relação ao que eles representam na “caracterização” socioeconômica, no âmbito do licenciamento ambiental. A oposição entre território e rito ganhou contornos mais nítidos mediante a atuação da antropologia aplicada ao licenciamento ambiental, já que foram mobilizados a elaborar questionamentos sobre ambos. Em campo, antropólogos em situação de elaboração de diagnóstico de impactos são condicionados pelo licenciamento ambiental a levantar dados sobre territorialidade e rituais. Nesse contexto fomos chamados de lado pelas lideranças, longe da presença de Dona Jucelina, para que o tema da territorialidade fosse tratado em separado, já que um possível conflito com o financiador e amigo do Rebolado poderia colapsar a já tão

fragilizada Dona Jucelina. Para nós, ficava evidente a situação antropológica que define o impacto em curso.

2.3 O lugar do mito na história de exclusão e resistência dos romeiros de Pé do Morro e Baviera

Interrompemos a história de ocupação do Morro de Dona Antônia quando da chegada da segunda geração, em 1954. Retomemos daí. A primeira e segunda gerações de Pé do Morro desconheciam a escassez de terra. Tinha o que precisavam, de acordo com sua capacidade de trabalho. Cercas não faziam qualquer sentido, a não ser para proteger uma roça plantada do gado. Mas, feita a colheita, a cerca era também “colhida”. Ela delimitava uso, não propriedade. A única imposição de limites era o próprio ambiente e a imaginação sobre ele.

Ao perderem o medo do mato agressivo a aglomeração inicial, que mais parecia uma rua estreita, foi dispersando. As pessoas decidiam botar roças maiores e evitavam o modo de vida urbano das vilas. Assim viveram até os 60’s. Sabendo do Morro, mais e mais gente chegava, desmatava e botava roça. Formava-se um mosaico vivo e em expansão sobre a mata virgem. Wylson Neves e Alfredo foram os primeiros agrimensores a chegar (COELHO, 2010). São “pessoas ricas de avião vindas de Goiânia”. A agrimensura intimidava os moradores. O primeiro prefeito de Araguaína – emancipada em 1958 –, Dias Carneiro, homem muito conhecido da comunidade, prometeu glebas de terra para alguns dos moradores.

A mudança do *status* é evidente. A terra fora conquistada por aquelas duas gerações. Eles abriram no machado a senda até lá, e, depois, mais ou menos na mesma época, as vias políticas da emancipação de Muricilândia. Ora, a ordem normal – e moral – da história, na visão romeira, seria eles, não outros, conseguirem terras. Afinal eram seus donos de fato. No entanto, de direito, o Estado nomeava outros. As medições, “caracterizações territoriais”, são a primeira imagem da perda do direito à terra pelo mito.

A ideia convencional de legalização de propriedade era incomensurável aos sentidos territoriais dos romeiros, além de demandar conhecimentos extrínsecos e recursos inexistentes. Poucos dos primeiros moradores formalizaram o pedido. De terras abundantes, os pioneiros passaram a habitar e trabalhar em terras pequenas, que variavam de meio a dezoito alqueires.

A abertura da estrada, hoje TO222, incrementaria a pressão demográfica sobre o território. Aberta em 1968 visando favorecer o investimento privado, a estrada, um empreendimento linear, como a LITE, trouxe consigo os mineradores, os mineiros, os paulistas e os americanos. Some-se a isso a chegada do contingente de parentes de pioneiros, como o

próprio Zé Preto de Cocalinho e seu grupo inicial. Teremos aí uma população mais que duplicada. Em 1967 o centro da aglomeração não era a antiga Vila Pé do Morro e, sim, a casa de Gregório Libânio, um dos que mais “ganharam” terras do governo. Ele construiu olaria, inaugurando a era das casas de alvenaria e a estratificação social-arquitetônica. Tijolos aos “ricos”, palha aos pobres. Além de Libânio, seu genro Manoel “do Bruno” também conseguiu a escritura, bem como Cirilo Preto. Apenas um pioneiro vendeu terras. Os demais as mantiveram.

Os que não requisitaram terras ficaram alheios aos fluxos de comando e obediência impostos pelos novos proprietários forasteiros. Raimundo Benício era um deles. Seu grupo acampava em um lugar, era expulso. Acampava em outro, era expulso. Com o aumento de casas ao redor de Libânio, o governo separou uma área para formar vila. Os que não conseguiram terras iam se dirigindo para esta área. Na estrada, passavam caminhões madeireiros ou mineradores. Passavam os romeiros de Manoel Borges dos Santos, indo e vindo do Morro ao Araguaia. Rezavam as penitências, construíam a igreja no alto do Morro e continuavam o ir e vir. A Fazenda Novos Horizontes abria estrada até Cocalinho, atravessando Santa Fé. O incremento populacional não parava. Os romeiros eram deixados cada vez mais às margens das decisões sobre seu território.

Nos anos 70 a Novos Horizontes consolidou-se definitivamente, abrindo vagas de emprego. São José convertia-se em Santa Fé, armando o palco para a Guerra de 82, em Cocalinho, quando a fazenda será vendida ao Banco COMIND. Em Pé do Morro, portal desse processo, a casa de Libânio era já o centro de uma cidadela. Coelho (2010, p.14) indica com sagacidade a nova configuração que a romaria iria tomar. Manoel Borges estava nas ilhas do Araguaia, menos andarilho que antigamente. Libânio emerge como nova força espiritual local, atrelando a romaria ao poder econômico. Surgia pela primeira vez uma liderança espiritual sociopoliticamente muito parecida com Padre Cícero, guardadas as proporções.

Nos anos 80 a cidade deu o ultimato ao direito pioneiro da nomeação geográfica. Era o tempo da emancipação. Dirigida por mineiros, próxima ao Araguaia, batizarão Aragominas, a portas fechadas, contrariando o desejo dos pioneiros de nomear a cidade a partir de elementos do mito que a povoou. Com a morte de Manoel Borges dos Santos e seu enterro no alto do Morro, o refluxo se intensificou. Dona Julia, uma senhora ilhota do Araguaia recebeu de Manoel Borges a missão de dar continuidade à missão. Mas a tarefa já era muito grande para uma pessoa. A figura da liderança única, messiânica, foi se esvaindo. Manoel Borges deixava

pessoas responsáveis pelos divinos, penitências e responsabilidades espirituais em cada parte da nova geografia da região da romaria. Libânio como vimos ficava em Pé do Morro. Com a sua morte, assumiu Manoel “do Bruno”; homem inicialmente descrente em Deus, mas depois convertido na fé católica.

No refluxo de Muricilândia chega um grupo de romeiros junto com um padre, de nome Franco. Eles habitavam terras reclamadas por um deputado Miranda que nunca esteve presente fisicamente na região. Na única vez que apareceu foi para expulsar os romeiros. Então partiram para Aragominas, em busca de abrigo. Manoel “do Bruno”, genro de Libânio, os acolheu. Deu terrenos na cidade, formando o que até hoje são as duas “ruas dos pretos” (hoje chamados de quilombolas). Nelas, marcou o sinal diacrítico (BARTH, 1995) mais característico dos romeiros: a cruz; causa primária da presença humana no local. Ambas as ruas são cheias de cruzeiros, em resposta à completa exclusão dos romeiros na topografia citadina.

No Pé do Morro propriamente dito, habitam somente Dona Maria e Seu Bento, efervescentes fiéis de Manoel Borges. Ele os colocou ali para guardar seu túmulo, suas duas igrejas e o cemitério antigo. Lugar de honra para o descanso eterno. O que se percebe dos anos 80 em diante é o regular e crescente empobrecimento dos romeiros.

A migração parecia inevitável. Muitos iam para Cocalinho, já com Vila constituída nos anos 90. Outros ficavam sem saída. Em 1996 surge uma oportunidade para os despossuídos de Aragominas. Seria criado um assentamento de reforma agrária. Seguindo a estrada que corta Cocalinho, a área distaria entre 40km e 50km da Vila. A terra não remetia a nenhuma necessidade senão econômica. Desse modo, era anônima em sua demarcação. Poderia pertencer a qualquer um que fizesse política adequadamente. A prefeitura de Aragominas não tardou em pressionar para que todos os assentados pertencessem ao município. Afinal, a situação de miséria era grande o suficiente. A liberação de terras para pessoas de fora, poderia inchar ainda mais a bolha de pobreza. A prefeitura foi bem sucedida, conquistando novo colégio eleitoral.

Constituído o assentamento, rapidamente se elevou a vila. Chegaram alguns “não-romeiros”, igualmente pobres. Mas era evidente a artificialidade do espaço. Para uma parte dos assentados, com muito esforço Baviera se constituiria em lar. Para outros, tratava-se do resultado de mais um processo de exclusão social. Por força maior, tiveram que mudar do centro onde emanava sua fé e territorialidade. De certa forma, levaram com eles um pedaço de Pé do Morro, como, por exemplo, a penitência de Santana e Santaninha. Para esses romeiros o lugar não cria vínculos já que, até hoje, seu cemitério conta apenas com três sepulturas.

Anos 2000. O mito de Antônia e Manoel parecia ter perdido sua territorialidade, à parte a casa de Dona Maria e Seu Bento. Todo o resto estava nas mãos de fazendeiros. Tempo que chega nas redondezas uma pessoa já conhecida em nosso relato: Professor Luiz.

O processo se repete: primeiro a ideia de ser quilombola não agrada e é vista com temeridade. No entanto, algumas lideranças são influenciadas positivamente e iniciam o processo de certificação. No caso em questão, o próprio estado do Tocantins desencadeou o processo. Sugeriu-se que todos os assentamentos de reforma agrária da região se tornassem CQ, indistintamente. Mas depois o próprio Professor Luiz entendeu por bem individualizar cada assentamento. Isso ocorreu porque houve grande resistência. Tudo ia muito bem para que houvesse qualquer mudança. De todos os assentamentos que iniciaram o processo de certificação, somente o Baviera concluiu. Eis que uma população quilombola em diáspora, em terreno já demarcado pelo Estado, absolutamente insegura quanto à possibilidade de continuidade do processo de aquisição de terras, desprovida de elementos territoriais que assegurassem coesão entre mito, rito e terra; converteu-se na primeira detentora de direito à identidade diferenciada e ao território.

O grupo do Baviera remetia toda a construção de sua identidade para o Pé do Morro, não ao Baviera. A situação controversa promovida pelo Estado do Tocantins estava feita. Ainda em 2006 o presidente da Associação CQ solicitou que se retirasse o nome do livro de registro da FCP (FCP Processo 01420.002361/2005-25/fls07). Uma semana depois é encaminhado Ofício/DPDDH/SECIJU N. 086/07, assinado pelo Professor Luiz, solicitando o mesmo. Não conseguimos encontrar nos arquivos da FCP a continuidade da questão, de modo que atualmente Baviera mantém sua certificação, embora parte do assentamento não seja quilombola. Note-se que o presidente de Baviera é o mesmo do Pé do Morro, o que nos leva a compreender que o universo político de influências das CQ são coextensivos.

O grupo de Pé do Morro que habitava Aragominas esperaria três anos para receber sua certificação; passaporte jurídico rumo à retomada da territorialidade mitológica. Fato é que Pé do Morro recebeu a visita de Leonídia Batista Coelho, pesquisadora da UFT que primeiro levantou dados sociológicos e historiográficos de campo. Seu competente trabalho rendeu ao Pé do Morro um estudo à altura da demanda por reconhecimento étnico-racial. O trabalho de pesquisa foi utilizado como na certificação.

Hoje não há dúvidas para os quilombolas de Pé do Morro. São quilombolas e definem claramente o que isso quer dizer: ser negro, descendente da história de Dona Antônia, ter terra

coletiva. O trabalho de Leonídia Coelho deu materialidade à tradição oral. Criou o primeiro subsídio escrito sob-medida para um grupo que situa no discurso e na história sua maior força diacrítica e de resistência à opressão. Povo de fé, aprendem e reaprendem o que são a partir da contação de histórias.

Acessar o território implica recontar o mito. Versam com grande facilidade. A memória é sua cultura. São capazes de lembrar dezenas de “divinos”, rezas, penitências, regras rituais e obrigações. Todos eles situados no espaço. Incomoda-os assistir a invasão de seu bem mais precioso, o Morro, atualmente tomado por antenas “sem dono”. São oito antenas postadas lado a lado com a Igreja. O medo de raios causou o desuso e agora as penitências não são mais rezadas por lá. A imagem de Padre Cícero está baleada por vândalos. Um tiro no peito, outro na cabeça. São os “anti-romeiros” avançando sobre o tesouro maior.

Mais antenas chegarão dentro do território. Mais pessoas fazendo levantamentos, medindo e delimitando... O impacto de expectativas é nítido. Ele agora não incide sobre desequilíbrios entre mito, rito e patrimônio. Pelo contrário, incide sobre a eficácia do elemento “quilombola” enquanto instrumento que regula este equilíbrio não só institucionalmente, mas também cosmologicamente.

Após nossa terceira visita de campo, acompanhados de técnicos da FCP, tivemos notícia de que as antenas amanheceram, certo dia, no chão.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. (org.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1995.

COELHO, Leonidia Batista. **A Comunidade Pé do Morro**. Superintendência de Proteção dos Direitos Humanos, Secretaria da Cidadania e Justiça. Palmas: Governo do Tocantins, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

RESENDE DE ASSIS, Luís Guilherme. **Às margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/ DAN/ ICS/ UnB. Brasília, 2007.

RESENDE DE ASSIS, Luís Guilherme. Entre riscos e desafios antropológicos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. O caso da UHE Corumbá IV, Goiás. **Teoria & Pesquisa**, Revista de Ciências Sociais, v. XIX, n. 01, p. 35-63, jan./jun., 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ÁREAS URBANAS INFORMAIS NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO

Informal urban settings in Zona Leste, São Paulo



Laís Silveira

Mestre em Antropologia Social (PPGAS-USP).

Pedro Andrada

Mestrando em Poéticas Visuais (CAP-USP), graduado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP).



Para fazer as fotos na Favela da Caixa-D'água, fomos recebidos pelos moradores Messias Silvestre da Silva, Valdenice Alves Fonseca e Amanda Feijó de Melo. No início da caminhada pelo bairro, Valdenice mostrou muitos lugares e sempre apontava onde teríamos as melhores vistas.



Favela da Caixa-D'água, Cangaíba, SP.



Os primeiros ocupantes da Caixa-D'água entraram em uma parte dos lotes que já havia sido demarcada para compor o "Loteamento Cidade Suburbana Engenheiro Goulart". A restrição espacial deu origem a uma ocupação com características pouco usuais na cidade de São Paulo, com construções bastante verticalizadas em casas de, no mínimo, três lajes, muitos becos e vielas.



Amanda é moradora da Favela da Caixa-D'água desde sua juventude. Ela nos levou em alguns dos lugares que frequentava naquele tempo para serem fotografados.



Favela da Caixa-D'água, Cangaíba, SP.



Favela da Caixa-D'água, Cangaíba, SP.



Messias mantém um comércio na garagem de sua casa onde vende DVD's, CD's, cabos e acessórios para celular. Nos fundos existem duas outras salas: em uma delas, uma de suas filhas faz a unha para moradoras e moradores das imediações; a outra abriga uma pequena gráfica que Messias tem em sociedade com um sobrinho.



O núcleo Engenheiro Goulart, região do distrito onde está localizada a Favela da Caixa-D'água, iniciou sua urbanização nos anos 1930. A ocupação dos terrenos que conformam a favela teve início na década de 1990. Com o passar dos anos a ocupação se consolidou.



Na favela havia uma ordem de reintegração de posse para ser executada em 4 de novembro de 2016. Após 26 anos de Ação de Reintegração de Posse tramitando na justiça, um acordo entre moradores do terreno ocupado e seus proprietários foi firmado. Desde junho de 2017 a ocupação é objeto de Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social.



Quando as moradias foram ameaçadas de serem demolidas pela Ordem de Reintegração de Posse, Messias, Amanda e Valdenice foram os principais moradores a conduzir uma mobilização dentro do bairro para evitar a derrubada: organizaram uma comissão para se reunir com a Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo e iniciaram as negociações com o Batalhão da Polícia Militar para realizar de forma não violenta a possível Reintegração de Posse.



Rua Cícero Paulo, favela da Caixa-D'água, SP.

* * *



Estrada da Vaquejada, Cidade Tiradentes, SP.

Rua principal do bairro nomeado Vaquejada, uma ocupação que existe há 5 anos, conhecida por sua arena de vaquejada que funciona há mais de uma década. Atualmente os rodeios estão suspensos.



A ameaça de Reintegração de Posse gera muita insegurança entre os moradores. A perspectiva de perder todo o dinheiro investido na construção das casas, caso elas sejam derrubadas pela execução da Reintegração, faz com que alguns moradores permaneçam por anos morando em barracos de madeira.



A Estrada da Vaquejada demarca uma divisão no bairro: de um lado há grandes lotes, variando de 2000m² a 5000m², ocupados na forma de chácaras; de outro, uma ocupação com características urbanas com lotes de até 125m². Os chacareiros estão no Vaquejada há mais de 12 anos.



A ocupação da propriedade denominada Vaquejada abriga aproximadamente 300 famílias. Desde 2013, o proprietário do terreno ajuizou Ação de Reintegração de Posse para remover as famílias da propriedade, que atualmente negociam sua permanência no local.



O distrito de Cidade Tiradentes possui uma população de 211.501 mil habitantes. A gleba de terra que hoje compõe o distrito foi adquirida pelo poder público para realizar o projeto de um bairro com um grande complexo de conjuntos habitacionais. A falta de um planejamento urbano resultou em grandes vazios entre um conjunto e outro, fazendo de Cidade Tiradentes uma das principais regiões de ocupação de terras para moradia na cidade.



As moradoras Itayonara Leôncio da Silva, chamada por todos de Nanda, e Rita Maria Rocha da Silva estiveram conosco no Vaquejada. Nanda se sentiu muito à vontade para fotografar, fez diversos retratos de amigos e crianças. Já Rita preferiu indicar os lugares para serem fotografados e considerou importante retratar a falta de estrutura urbana e a situação de precariedade do bairro.



Festa de dia das crianças promovida por uma igreja evangélica local



O Vaquejada também é um caso em que o protagonismo dos moradores foi importante para iniciar as negociações com o proprietário da área ocupada e propor uma solução conciliada como alternativa para o despejo das famílias. Uma comissão de seis moradores – da qual Rita, retratada nesta foto, faz parte – procurou auxílio na Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação de São Paulo para abrir o diálogo com o dono do terreno e seus advogados.



Bar do Véio: único comércio dentro do bairro.

Áreas urbanas informais na Zona Leste da cidade de São Paulo
Informal urban settings in Zona Leste, São Paulo

Laís Silveira
Pedro Andrada

As fotos apresentadas neste ensaio visual são de dois bairros da Zona Leste da cidade de São Paulo: a favela da Caixa-D'água, formada pela ocupação de alguns lotes de um antigo loteamento de classe média localizado na Av. Cangaíba, no distrito de Cangaíba; e o bairro da Vaquejada, que ocupa uma parcela de uma grande propriedade particular próxima à Rua Inácio Monteiro, no distrito de Cidade Tiradentes. Tais áreas urbanas passaram a existir por ocupações ou invasões de terrenos de propriedade particular. Portanto, não existem formalmente nos registros das secretarias municipais responsáveis por levar infraestrutura urbana, tal como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento e pavimentação das ruas, apenas para dizer sobre os serviços básicos. É por meio das ações de reivindicação e suas conquistas que os moradores dos bairros informais da cidade de São Paulo agem para amenizar os processos de segregação espacial.

Como funcionária da empresa social Terra Nova Regularizações Fundiária, Laís Silveira conhecia as ocupações e possuía proximidade com os moradores convidados para realizar o presente trabalho. O objetivo foi registrar e entender como, em uma cidade tão grande como São Paulo, podíamos nos deparar com várias outras cidades, com regiões praticamente autônomas, independentes de uma estrutura central ou dos serviços urbanísticos que organizam a cidade, e que se constituíram a partir da força coletiva de seus moradores sem depender do poder estatal para conseguir o mínimo de estrutura. Nesse sentido, tomamos esses atores como realizadores da cidade em que vivem e, a partir da experiência de Pedro Andrada como fotógrafo e artista, constituímos o objeto fotográfico de maneira conjunta e coletiva, pensando em estratégias para que os moradores participassem e fotografassem a própria região que habitam. Propusemos aos moradores fazer uma caminhada e visitar os locais que eles mais frequentavam ou gostavam no bairro. Em um primeiro momento, não pedimos para que eles fotografassem também, mas ao longo de nossas caminhadas Pedro os incentivou a fotografar os lugares que indicavam.

Fotografamos com uma máquina analógica e uma lente fixa grande angular. É importante notar que a escolha do equipamento determinou em parte a característica visual desse ensaio, e

que, apesar de nossa vontade em fazer com que esses registros fossem produzidos de maneira mais coletiva e orgânica, houve certa predefinição dos recursos fotograficos disponíveis, que passa pelos recursos que Pedro tem como fotógrafo do grupo. Os registros foram feitos no período de julho a outubro de 2017 em visitas pontuais aos bairros nos finais de semana.

Depois de termos revelado os filmes e digitalizados as fotos, retornamos à região para que os moradores escolhessem quais fotos entrariam na publicação. Mostramos as fotografias aos seus respectivos bairros e pedimos que os moradores escolhessem suas preferidas. Como foram selecionadas muito mais fotografias do que seria possível publicar, tomamos essa escolha como uma primeira seleção; posteriormente fizemos uma escolha final que se adequasse ao limite de dez páginas.

OS DIVERSOS USOS DA FLUVIALIDADE AMAZÔNICA

The various uses of Amazon fluviality



Robson Luiz Costa Santos Arraes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFGA).



Rio Xingu.



Balsa-Transporte sentido Altamira-Assurini.



Deslocamento para Aldeia Indígena.



Barco Regional.



Voadeiras.



Frete Fluvial com motor Rabeta.



Pescador armando a malhadeira.



Lançamento da Tarrafa.



Retirada da Tarrafa.



Draga utilizada na retirada de areia.



Draga em funcionamento extraíndo areia do Rio Xingu.



Aporte na margem para descarregamento de areia.



Passeio pelo Rio Xingu.



Interações com o Rio Xingu.



Momento de diversão.



Lazer às margens do Rio Xingu.



Lazer Aquático.



Espaço de lazer e sociabilidade.

OS DIVERSOS USOS DA FLUVIALIDADE AMAZÔNICA

The various uses of Amazon fluviability

Robson Luiz Costa Santos Arraes

O rio Xingu nasce no Mato Grosso, ao norte da região do planalto Central, na união entre as serras do Roncador e Formosa, a 600 m de altitude. Cruza a fronteira com o estado do Pará, onde corre quase unicamente pelo município de Altamira, sendo de vital importância para o transporte, a subsistência, a economia e o lazer da população em seu entorno.

O transporte hidroviário representa um dos principais meios de locomoção das populações ribeirinhas, particularmente porque a construção e conservação de rodovias esbarram no elevado índice pluviométrico e também no alto custo financeiro. Já a pesca é uma das atividades humanas mais importantes no rio Xingu, constituindo-se em fonte de alimento e renda para grande parte da população, especialmente a que reside em suas margens.

As atividades de extração de areia também contribuem para o desenvolvimento social e econômico da região, mas são igualmente responsáveis por impactos ambientais negativos, alguns inclusive irreversíveis e que prejudicam a exploração do turismo e seu uso como espaço de sociabilidade e lazer, na medida em que provocam o assoreamento de suas margens e a redução da quantidade e da qualidade das “praias amazônicas”.

Assim, o ensaio, realizado no município de Altamira, busca apresentar os diferentes usos do rio Xingu, retratados no ano de 2017.